

Compromisso com sentido

Relatório Integrado
1º Semestre 2025



ctt

Índice

1.	INTRODUÇÃO AOS CTT	3
1.1	Principais indicadores	4
1.2	Prémios e reconhecimentos externos	7
2.	ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	8
2.1	Quadro regulatório	9
2.2	Estratégia	12
2.3	Gestão de riscos	13
2.4	Gestão de oportunidades	19
2.5	Gestão de impactos	21
3.	NEGÓCIOS CTT	25
3.1	Logística	26
3.2	Banco e Serviços Financeiros	29
3.3	Perspetivas futuras	31
4.	DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO	32
5.	DECLARAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	39
5.1	Compromissos ESG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	40
5.2	Informações ambientais	50
5.3	Informações sociais	59
5.4	Informações de <i>governance</i>	72
6.	GOVERNO SOCIETÁRIO	79
6.1	Órgãos sociais e de gestão	80
6.2	Negócios com a Sociedade e exercício de outras atividades	81
6.3	Estrutura de capital	82
6.4	Titulares de participações qualificadas	82
6.5	Ações próprias	83
7.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS	85
8.	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	162
9.	RELATÓRIO DE AUDITORIA	165
10.	APOIO AO INVESTIDOR	168
10.1	Contactos	169
10.2	Comunicados e divulgação de informação financeira	169
10.3	Eventos	169
10.4	Calendário financeiro	169
	ANEXO I - IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES DOS CTT	170
	CONTACTOS	174

01

Introdução aos CTT

1.1 Principais indicadores

1.2 Prémios e reconhecimentos externos

1.1 Principais indicadores

1.1.1 Indicadores económico-financeiros

milhões de euros ou %, exceto indicação adicional

	1S24	1S25	t.v.h.	1S24Pf	t.v.h.Pf
Rendimentos operacionais ¹	524,3	597,3	13,9%	542,8	10,0%
Gastos operacionais EBITDA	453,6	510,6	12,6%	468,8	8,9%
EBITDA ¹	70,8	86,7	22,5%	74,1	17,0%
Depreciações e amortizações	35,7	39,8	11,4%	36,3	9,6%
Gastos operacionais recorrentes	489,3	550,4	12,5%	505,1	9,0%
EBIT recorrente	35,0	46,9	33,9%	37,8	24,1%
Itens específicos	2,6	10,3	»	3,2	»
Gastos operacionais	491,9	560,7	14,0%	508,2	10,3%
EBIT	32,4	36,6	12,7%	34,6	5,6%
EBT	24,2	27,5	13,6%	26,4	4,4%
Resultado antes de interesses não controlados	20,2	23,5	16,5%	21,8	7,9%
Resultado líquido do período	19,8	22,1	11,7%	21,4	3,3%
Resultado líquido por ação (euro)	0,14	0,17	21,4%		
Margem EBITDA	13,5%	14,5%	7,6%	13,6%	6,4%
Margem EBIT recorrente	6,7%	7,9%	17,6%	7,0%	12,8%
Margem EBIT	6,2%	6,1%	(1,0%)	6,4%	(4,0%)
Margem líquida	3,8%	3,7%	(1,9%)	3,9%	(6,1%)
Investimento	15,2	16,7	9,9%		
Cash flow operacional	20,0	36,4	82,5%		
Cash flow livre	10,6	25,2	138,5%		
	'31.12.24	'30.06.25	Δ 25/24		
Caixa e equivalentes de caixa	315,9	296,3	(6,2%)		
Caixa ajustada	294,4	279,7	(5,0%)		
Ativo	5 708,8	5 827,6	2,1%		
Capital próprio	308 263,0	298,4	(3,2%)		
Passivo	5 400,5	5 529,2	2,4%		
Capital social	69,2	66,9	(3,3%)		
Número de ações emitidas	138 440 000	133 820 000	(3,3%)		
Número médio de ações durante o período	136 973 837	133 214 378	(2,7%)		

Nota: Pf corresponde a Pró-forma e é usado para efeitos de comparação, incluindo Cacesa desde 30 de abril de 2024. Aplica-se ao longo de todo o documento.

¹ Excluindo itens específicos.

1.1.2 Indicadores operacionais

	1S24	1S25	Δ 25/24
Correio e Outros			
Tráfego correio endereçado (milhões de objetos)	201,0	180,1	(20,9)
Correio transacional	176,3	158,5	(17,8)
Correio editorial	11,9	10,8	(1,1)
Correio publicitário	12,8	10,8	(2,0)
Tráfego correio não endereçado (milhões de objetos)	135,0	84,4	(50,6)
Pagamentos (n.º de transações; milhões)	26,4	25,7	(0,6)
Expresso e Encomendas			
Tráfego (milhões de objetos)	63,1	70,2	7,1
Serviços Financeiros			
Poupança e seguros (subscrições; milhões de euros)	623,3	2 866,9	2 243,60
Banco CTT			
N.º de contas à ordem	667 176	693 867	26 691
Depósitos de Clientes (milhares de euros)	3 772 025,0	4 116 557,7	344 532,7
Savings book, net (off balance sheet) (milhares de euros)	938 146,0	1 174 145,3	128 677,8
Stock líquido de crédito à habitação (milhares de euros)	745 302,2	903 037,0	102 479,8
Stock líquido de crédito auto e leasing (milhares de euros) ²	895 358,6	969 415,9	31 101,6
Produção crédito ao consumo off-balance (milhares de euros)	19 458,0	27 556,2	8 098,2
LDR (incluindo a 321 Crédito)	43,6%	45,6 %	2,0 p.p.
N.º de balcões	212	212	0,0
Custo do risco (acumulado)	0,9 %	1,0 %	0,1 p.p.
Trabalhadores			
Trabalhadores em 30 de junho	13 813	13 798	(15,0)
ETI	13 558	13 472	(86,0)
Rede de Vendas, Transportes e Distribuição			
Pontos CTT	2 364	2 373	9,0
Lojas	569	567	-2,0
Postos de correio	1 795	1 806	11,0
Agentes Payshop	4 987	4 711	-276,0
Centros de distribuição postal	221	220	-1,0
Giros de distribuição postal	4 085	3 884	-201,0
Frota (número de veículos)	4 465	4 443	-22,0

² Consolidado.

1.1.3 Indicadores de sustentabilidade

	1S24	1S25 ³	Δ 25/24
Desempenho Ambiental (E)			
Emissões CO ₂ e totais, scopes 1, 2 e 3 (tCO ₂ e) ⁴	74 358,5	78 439,9	5,5%
Consumos energéticos (Mwh) ⁵	55 111,6	48 889,9	(11,3%)
Eletrificação na última milha (%) ⁶	24,0	38,9	14,9 p.p.
Reciclabilidade da oferta (%) ⁷	87,1	90,1	3,0 p.p.
Desempenho Social (S)			
Mulheres em cargos de chefia (%) ⁸	38,8 ⁹	40,2	1,4 p.p.
Volume de formação (horas)	105 987,3	142 261,6	34,2%
Acidentes de trabalho (n.º ocorrências)	438,0	395,0	(9,8%)
Investimento na comunidade (% EBIT Recorrente)	1,5	0,76	- 0,74 p.p.
Compras a fornecedores ibéricos (% gastos)	99,7	95,5	- 4,20 p.p.
Voluntariado empresarial (horas)	3 617,0	2 348,0	(35%)
Desempenho de governance (G)			
Frequência de relato de questões ESG à gestão de topo (n.º)	2	2	0,0%
Formação sobre boa conduta, assédio e políticas de corrupção e branqueamento de capitais (horas)	22 481,4	23 103,6	2,8%

³ Dados provisórios com informação disponível até ao final do semestre.

⁴ Atualização dos dados de 2024 devido a melhorias no inventário carbónico. Não incluiu a subsidiária Corre e foram apenas considerados os dados relativos à subsidiária Cacesa desde a data de integração no Grupo CTT (maio 2025). As emissões de âmbito 3 não incluem a subsidiária Cacesa, estando o inventário em processo de levantamento. Emissões âmbito 2 baseadas no mercado.

⁵ Atualização de dados 2024 com dados finais do semestre. Inclui dados subsidiária Cacesa desde a data de integração no Grupo CTT (maio 2025). Este indicador passou a ser reportado em MWh em linha com a Diretiva Europeia CSRD e requisitos das normas ESRS.

⁶ Não inclui as subsidiárias Corre e Cacesa.

⁷ Incorporação de material reciclado e/ou reutilizado na oferta de correio e de expresso e encomendas Portugal e Espanha.

⁸ Os dados apresentados abrangem as administradoras presentes no Conselho de Administração e as diretoras de 1.ª e 2.ª linhas.

⁹ O valor de 2024 foi revisto em alinhamento com a atual realidade organizacional do Grupo CTT.

1.2 Prémios e reconhecimentos externos

CTT eleitos Marca de Confiança dos portugueses pela 18ª vez

Os CTT – Correios de Portugal foram eleitos, pela 18.ª vez, Marca de Confiança dos portugueses. A Empresa alcançou novamente o primeiro lugar na categoria Correio e Logística, com 87,8% dos votos.

CTT distinguidos com prémio de Transparency & Performance

Os CTT foram distinguidos com o Prémio Caixa ESG - *Transparency & Performance*, na 2.ª edição dos Prémios Caixa ESG, da Caixa Geral de Depósitos, que destacam as empresas pela inclusão de boas práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*) na sua gestão e dentro do seu setor de atividade.

Desempenho de topo a nível mundial em dois *rankings* de sustentabilidade

Os CTT foram distinguidos com desempenho de topo a nível mundial nos *rankings* de sustentabilidade Carbon Disclosure Project (CDP), com a pontuação de A- na vertente das Alterações Climáticas, e no Sustainability Measurement and Management System (SMMS) do IPC - International Post Corporation, com a manutenção do 5.º lugar entre 23 operadores postais a nível mundial.

CTT são a empresa mais atrativa para trabalhar em Portugal no setor dos Transportes e das Entregas

Os CTT foram eleitos, pelo segundo ano consecutivo, a empresa mais atrativa para trabalhar em Portugal no setor dos Transportes e das Entregas, de acordo com o *ranking* Randstad Employer Brand Research 2025. Para este *ranking* foram avaliadas diversas variáveis, como o salário, o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal e o bom ambiente no local de trabalho.

O Crédito Habitação Banco CTT é Escolha Sustentável 2025

O Banco CTT foi o vencedor da Escolha Sustentável com o produto Crédito Habitação Sustentável, com uma nota global de 78,5%. Foram avaliados critérios como a

Sustentabilidade, Investimento, Inovação, ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), Arquitetura do produto e Inovação.

Banco CTT distinguido com o Prémio Cinco Estrelas 2025 na categoria Banca - Atendimento ao Cliente

O atendimento ao cliente do Banco CTT voltou a ser reconhecido pelos portugueses como “Cinco Estrelas”, obtendo uma satisfação global de 76,40% entre os 9 bancos avaliados com presença em Portugal.

Newspring conquista seis troféus nos APCC Best Awards

A Newspring foi distinguida com seis galardões nos APCC Best Awards 2025, efeméride que celebra as operações que mais se destacaram pela implementação de boas práticas organizacionais. As linhas CTT Empresas e CTT Particulares foram distinguidas com os troféus “Gold” e “Silver”, respetivamente, na categoria “Logística e Distribuição”. Conquistou ainda mais quatro troféus: “Gold” e “Bronze” na categoria Seguros, “Silver” na Saúde e “Bronze” na categoria Melhor Contact Center > 100 colaboradores.

CTT, CTT Expresso e 321 Crédito são Marca Recomendada no Portal da Queixa

Este selo, atribuído pelo 5.º ano aos CTT e pelo 1.º ano à CTT Expresso, distingue as marcas com melhores avaliações no Portal da Queixa, em reconhecimento do trabalho do grupo neste âmbito. Já a 321 Crédito foi distinguida com o Prémio Marca Recomendada 2025 e como Marca do Mês em junho 2025.

Prémios Gourmand distinguem duplamente livro editado pelos CTT

O livro editado pelos CTT “O Arroz Português – Um Mundo Gastronómico”, da autoria de Fortunato da Câmara, foi considerado o “Melhor Livro do Mundo sobre Arroz” e o “Melhor Livro de Gastronomia publicado em Portugal em 2024” no âmbito dos Prémios Gourmand.

02

Enquadramento Estratégico

- 2.1 Enquadramento regulatório
- 2.2 Linhas estratégicas
- 2.3 Gestão de riscos
- 2.4 Gestão de oportunidades
- 2.5 Gestão de impactos

2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

2.1 Quadro regulatório

2.1.1 Setor postal

No contexto do enquadramento regulamentar em vigor desde fevereiro de 2022 e do Convénio sobre critérios a que deve obedecer a formação dos preços dos serviços postais que compõem o cabaz de serviços do serviço universal (Convénio de Preços do Serviço Universal) para o triénio 2023-2025, de 27 de julho de 2022, os preços destes serviços foram atualizados em 1 de fevereiro de 2025. A atualização corresponde a uma variação média anual do preço de 6,90%. A variação média anual global dos preços, refletindo também o efeito da atualização dos preços especiais do correio em quantidade, é de 6,53%.

Em 4 de julho de 2025, foi aprovado, na sequência do processo negocial desenvolvido pela ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, a DGC – Direção Geral do Consumidor e os CTT, o acordo de princípio relativo ao Convénio de preços do Serviço Postal Universal (“SPU”) para o período de 2026-28 (“Convénio”), para efeitos de consulta pública. O Convénio mantém o enquadramento atual, incidindo sobre os critérios de formação de preços do SPU, abrangendo os serviços de correspondências, correio editorial e encomendas e não se aplicando aos preços especiais dos serviços postais para remetentes de envios em quantidade (sujeitos ao regime específico previsto no artigo 14.º-A da Lei Postal). Manteve-se, também, a fórmula de apuramento da variação anual máxima dos preços para o cabaz de serviços, tendo o peso dos custos variáveis nos custos totais associados ao SPU sido fixado em 15% para cada ano, substituindo o valor de 16% estabelecido para o convénio anterior. Adicionalmente, a variação anual máxima não poderá exceder 12%. Não havendo alterações de substância ao acordo de princípio sobre o Convénio decorrentes da consulta pública terminada a 18 de julho, o Convénio foi assinado pelas partes no dia 25 e deverá ser notificado ao Governo até 30 de julho.

2.1.2 Setor financeiro

No primeiro semestre de 2025 foram priorizadas, quer pelo supervisor quer pelas instituições europeias, medidas que visam garantir a estabilidade do sistema financeiro, proteger os consumidores e preparar as

instituições para os desafios futuros, num contexto que reflete ainda a influência de taxas de juro elevadas, ajustamentos no crédito e também uma maior exigência na supervisão comportamental.

Num equilíbrio entre prudência financeira e cautelar observação das práticas comerciais no crédito, destaca-se o ajustamento nas exigências de capital para o setor bancário português, ao mesmo tempo em que se assiste à implementação obrigatória de programas de testes de resiliência operacional digital no âmbito da aplicabilidade do DORA e à transposição do Acordo de Basileia III para o direito da união europeia, alterando-se o regime dos requisitos de fundos próprios e procurando-se garantir que as instituições conseguem manter um nível suficiente de fundos próprios e de liquidez para cumprirem as suas obrigações e absorverem perdas inesperadas.

Com a aplicabilidade do **Regulamento DORA** (2022/2554) a todos os Estados Membros da União Europeia desde 17 de janeiro de 2025 e da Diretiva (UE) 2022/2556, com data de transposição para a mesma data, as instituições viram-se obrigadas a contemplar um conjunto robusto de normas técnicas de regulamentação e de execução, destacando-se neste semestre dois Regulamentos da Comissão, ambos de 20 de fevereiro:

- o **Regulamento Delegado (UE) 2025/301**, que complementa o Regulamento DORA, no que respeita às normas técnicas de regulamentação que especificam o conteúdo e os prazos para a notificação inicial e os relatórios intercalar e final sobre incidentes de caráter severo relacionados com as TIC, bem como o conteúdo da notificação voluntária de ciberameaças significativas;
- o **Regulamento de Execução (UE) 2025/302**, que estabelece normas técnicas de execução para a aplicação do Regulamento DORA no que respeita aos formulários, modelos e procedimentos normalizados que as entidades financeiras devem utilizar para comunicar incidentes de caráter severo relacionados com as TIC e notificar uma ciberameaça significativa.

Em sentido contrário, verificou-se um alívio no esforço de cumprimento regulatório das instituições quanto a informação duplicada, por referência à aplicabilidade das **Orientações EBA/GL/2025/02** no contexto do Regulamento DORA, com a **descontinuação de reporte**, efetuada pelo Banco de Portugal, no que respeita à informação anual sobre a gestão dos riscos operacionais e de segurança.

Assistiu-se, de outro lado, a um mecanismo macroprudencial de manutenção da percentagem de **reserva contracíclica de capital de fundos próprios**, ao ser fixada em 0% do montante total das exposições em risco em Portugal, durante os dois trimestres iniciais de 2025, com a transição para 0,75 % a partir de 1 de janeiro de 2026, para permitir reforçar a resiliência das instituições caso surjam contextos de crise, conforme **Aviso do Banco de Portugal 7/2024 de 31 de dezembro de 2024**.

Assegurando a execução na ordem jurídica interna de regulamentos da União Europeia, o **Decreto-Lei 14/2025**, de 17 de março, em vigor desde 22 de março, procedeu a algumas alterações no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (**RGICSF**), compatibilizando-o com os regimes europeus, no que respeita à comunicação de dados (base de dados de contas bancárias) às autoridades da UE na perspetiva da prevenção de fraude, por um lado e, por outro lado, definindo algumas regras para entidades em liquidação e em resolução, incluindo a alteração de regras dos requisitos mínimos de fundos próprios e créditos elegíveis para estas entidades.

No campo da gestão de riscos ambientais, sociais e de governo interno (**ESG**) e da **sustentabilidade**, haverá que enfatizar a relevância do **Pacote Omnibus** na promoção de um conjunto de medidas legislativas respeitantes aos princípios de ESG, que procuram incentivar a transição para práticas mais sustentáveis, reforçar a competitividade das empresas, potenciar a capacidade de investimento, tornando mais eficaz o seu esforço na divulgação da informação que lhe está inerente.

E aqui realçam-se as novas regras sobre o tema, contidas nas Orientações **EBA/GL/2025/1** de 09 de janeiro, a entrar em vigor a partir de 11 de janeiro de 2026, que exigem às instituições uma imediata preparação no sentido de passarem a integrar riscos ambientais e sociais na avaliação de crédito e gestão de risco, podendo afetar a alocação de capital e exigir novas métricas e relatórios.

As datas a partir das quais os Estados-Membros da União Europeia devem aplicar determinados requisitos de relato de sustentabilidade das empresas e requisitos de dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade, constam da **Diretiva (UE) 2025/794** de 14 de abril, mediante alteração às Diretivas (UE) 2022/2464 e (UE) 2024/1760.

Acompanhando a evolução legal europeia e adaptando-as às novas necessidades do setor financeiro, o Banco de Portugal, através da publicação do **Aviso 2/2025** e da **Instrução 4/2025**, ambos de 20 de março, procedeu à **atualização das regras de supervisão contidas no Aviso 3/2020**, no que respeita a regulamentação dos sistemas de governo e controlo interno e à definição dos padrões mínimos em que deve assentar a cultura organizacional das entidades sujeitas à sua supervisão, **alterando também a Instrução 18/2020**, quanto aos deveres de reporte que lhe estão associados. O Aviso entrou em vigor no dia 21 de março de 2025, tendo as instituições um prazo de 6 meses para se adaptarem às novas obrigações dele decorrentes.

No que respeita à **operativa bancária**, assinala-se a entrada em vigor, em 1 de abril de 2025, da **Instrução 19/2024**, sobre o cálculo e divulgação periódica dos limites máximos à TAEG a observar na celebração de contratos de crédito aos consumidores, mediante a qual o Banco de Portugal atualiza e clarifica os tipos de crédito e as categorias e subcategorias de crédito a utilizar no cálculo dos limites máximos da TAEG, passando as TAEG máximas a ser divulgadas através de comunicados trimestrais a publicar no site do supervisor.

Com relevância no panorama legislativo deste primeiro semestre de 2025, damos também nota da entrada em vigor do **Aviso 6/2024**, alterado pelo **Aviso 1/2025**, que vem regulamentar a prestação de informação aos clientes bancários sobre o regime de garantia pessoal do Estado para a concessão de crédito à habitação própria e permanente a jovens até 35 anos, que havia sido previsto no Decreto-Lei 44/2024 e regulamentado pela Portaria 236-A/2024/1.

Mantendo a proteção dirigida aos consumidores, a **Lei 1/2025** de 6 de janeiro, em alteração ao Decreto-Lei 80-A/2022, prolonga, até 31 de dezembro de 2025, a **isenção da comissão de reembolso antecipado**.

A **Carta Circular 2025/03** de 23 de janeiro vem estabelecer **entendimentos e boas práticas** a observar na denúncia de contratos de contas e

cartões de pagamento, na prestação do serviço de mudança de conta e no tratamento de contas coletivas após o óbito de um dos seus titulares, promovendo assim uma harmonização dos procedimentos das várias instituições e o cumprimento das regras em vigor, devendo os Entendimentos ser incorporados com brevidade nos procedimentos e práticas das instituições, podendo as Boas Práticas ser implementadas até 1 de janeiro de 2026, tendo em vista o reforço da proteção conferida aos clientes bancários. Até 15 de janeiro de 2026, impende sobre as instituições o dever de remeterem ao Banco de Portugal um relatório final sobre a sua implementação, acompanhado de uma avaliação do responsável pela função de conformidade sobre a adequação das medidas adotadas.

Com a sua entrada em vigor a 18 de maio de 2025, o **Aviso 4/2024**, veio estabelecer a obrigação de identificação do beneficiário final em operações com recurso a referência de pagamento e em débitos diretos, tendo-se-lhe seguido a **Carta Circular 2025/09** de 24 de abril, clarificando as regras de utilização do **identificador único** das contas de pagamento domiciliadas junto de prestadores de serviços de pagamento estabelecidos em Portugal (IBAN PT).

Paralelamente, com o objetivo de simplificar e agilizar as transferências, tornando-as mais práticas e seguras, destaca-se a **funcionalidade SPIN**, lançada pelo Banco de Portugal. Neste contexto, a **Instrução 9/2025** de 26 de junho procede à alteração do Regulamento SICOI, introduzindo a possibilidade de utilizar o NIF como identificador adicional, para pessoas singulares, permitindo-lhes terem mais de uma conta de pagamento para receber transferências através desta funcionalidade (numa conta, associando o número de telemóvel e, noutra conta, associando o NIF), devendo ser disponibilizada pelas instituições, até 31 de julho de 2025, a todos os seus clientes, em todos os canais.

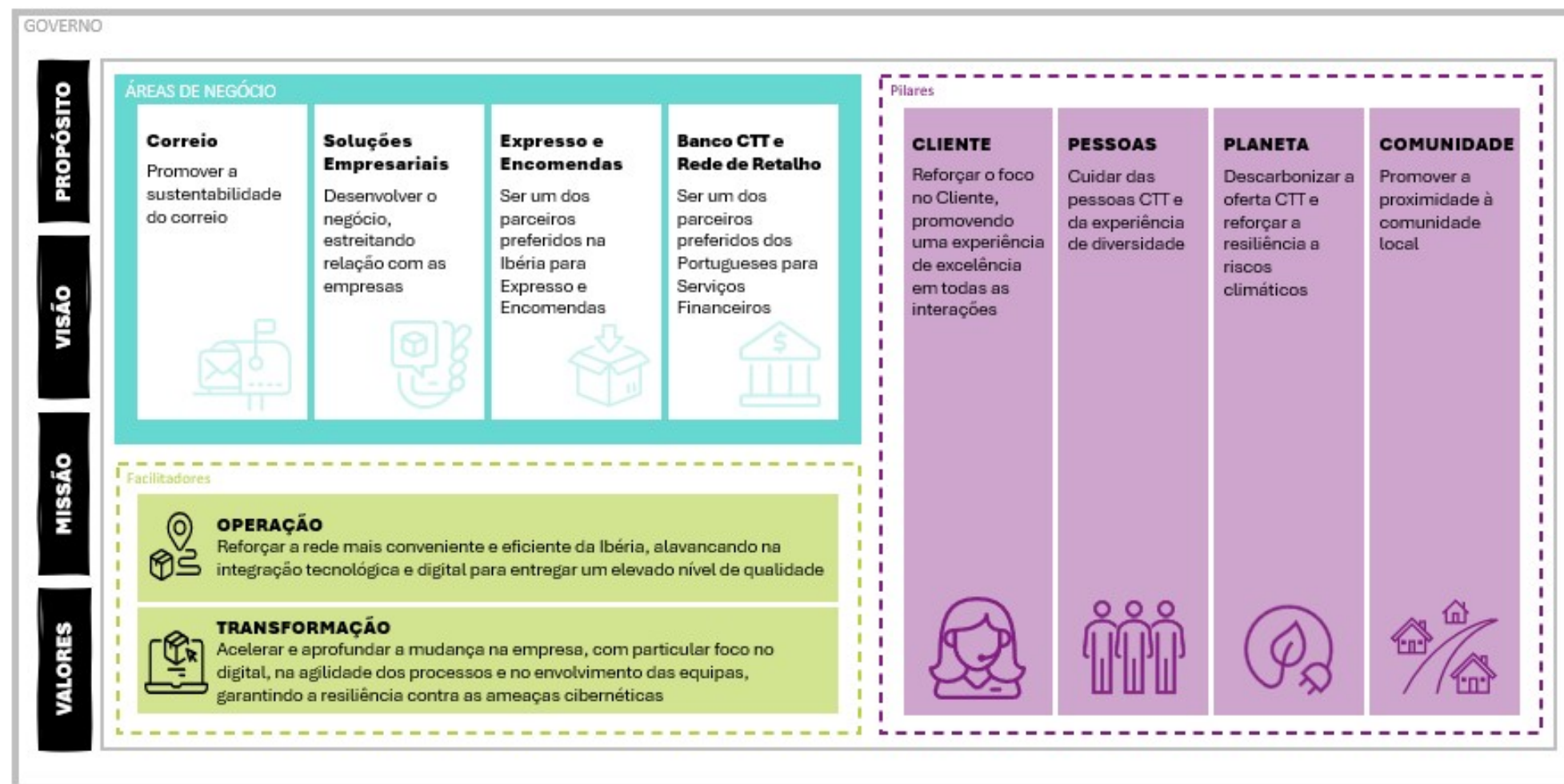
No que respeita aos documentos de identificação dos clientes, assinala-se o **Decreto-Lei 85-B/2025** de 30 de junho, que procede à prorrogação da **validade de autorizações de residência** relativas à permanência de cidadãos estrangeiros em território nacional, introduzindo um novo enquadramento jurídico quanto à validade dos títulos de residência caducados, sendo aceites, até 15 de outubro de 2025 e nos mesmos termos, as autorizações de residência cuja validade termine entre 22 de fevereiro de 2020 e 30 de junho de 2025 e, após essa data, apenas com a

apresentação de documento comprovativo do pagamento do pedido da respetiva renovação, emitido pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo, IP (AIMA, IP), com validade de 180 dias, contados a partir da sua emissão.

Dá-se ainda nota da promoção, por parte do Banco de Portugal, de duas regulamentações específicas:

- a **Instrução 1/2025**, de 23 de janeiro, que trata do reporte de informação para a avaliação das **práticas de diversidade e disparidades salariais entre géneros** ao nível dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, na sequência da publicação das Orientações EBA/GL/2023/08;
- na sequência da **Consulta Pública 02/2025** de 24 de abril, prevê-se a publicação, no próximo semestre, de Instrução destinada a alterar parcialmente a Instrução 23/2018, referente à autorização para o exercício de funções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, pretendendo-se o favorecimento da celeridade nos **processos de fit and proper**, para que sejam decididos em tempo adequado, por forma a evitar o prolongamento indesejado e injustificado dos seus mandatos, com a consequente manutenção em exercício de funções de membros desses órgãos por um período excessivo após o término dos mandatos e/ou a designação dos membros escolhidos para o novo mandato em Assembleia Geral.

2.2 Estratégia



2.3 Gestão de riscos

2.3.1 Descrição do processo de gestão de risco

Os riscos decorrentes da atividade dos CTT são geridos tendo em conta a forma descrita no **Regulamento do Sistema de Gestão do Risco** aprovado pelo Conselho de Administração. Este documento, além de estabelecer normas, princípios e procedimentos orientadores da gestão do risco, define funções, responsabilidades e modelo de governo, assegurando a implementação de uma *framework* de apoio ao processo de tomada de decisão, levando em consideração os riscos a que os CTT estão expostos.

No âmbito da atividade bancária, o Banco CTT possui um sistema de gestão de riscos autónomo, suportado num conjunto de conceitos, princípios, regras e num modelo organizacional aplicável e ajustado às

especificidades e ao enquadramento regulamentar da sua atividade. Contudo, está estabelecido um modelo de articulação entre as áreas responsáveis pela Gestão do Risco dos CTT e do Banco CTT, de forma a assegurar um alinhamento relativamente aos principais riscos interdependentes.

Modelo de Governo

A gestão e controlo de risco são assumidos nos CTT por toda a estrutura organizacional, envolvendo desde a gestão de topo aos níveis mais operacionais através de um modelo de “3 linhas de defesa” baseado nas melhores práticas e alinhado com a Política de Controlo Interno do Grupo CTT:



O **Conselho de Administração** estabelece a orientação de risco do Grupo CTT, em particular aprovando os objetivos/limites e as principais políticas de risco, assegura a eficácia do sistema de gestão de risco e avalia anualmente o cumprimento da orientação de risco, aprovando os necessários ajustamentos.

A **Comissão de Auditoria** fiscaliza a eficácia e adequação do sistema de gestão de risco, avaliando anualmente tal sistema e propondo à Comissão Executiva as medidas destinadas a melhorar o seu funcionamento. Também avalia, em articulação com o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, a política de risco pronunciando-se sobre os planos de

trabalho e os recursos alocados à função de gestão de risco e acompanhando periodicamente os seus trabalhos.

A **Comissão de Governo Societário e Risco** assessora o Conselho de Administração e a Comissão de Auditoria em todas as questões de gestão de risco e monitoriza continuamente as atividades desenvolvidas, nomeadamente os principais indicadores de risco inerentes à atividade dos CTT, o nível de exposição efetiva e a sua potencial evolução, bem como a eficácia dos planos de mitigação dos principais riscos. Aconselha ainda o Conselho de Administração sobre a

política e estratégia de riscos, gerais atuais e futuros e sobre a apetência ao risco.

A **Comissão Executiva** gere o perfil de risco e os níveis de exposição ao risco dos CTT, assim como os modelos, processos e procedimentos de gestão do risco, além das iniciativas propostas de mitigação, dando execução e tendo em conta os termos e objetivos definidos e aprovados pelo Conselho de Administração.

O **Comité de Gestão do Risco** apoia a Comissão Executiva no processo de preparação e gestão das estratégias e políticas de gestão do risco, monitorizando a sua execução.

A função de **Gestão do Risco** é responsável pela coordenação centralizada do Sistema de Gestão do Risco dos CTT e o planeamento e implementação de programas de gestão dos riscos suportados no Regulamento do Sistema de Gestão do Risco da Empresa.

A função de **Auditoria Interna** avalia a qualidade e eficácia do Sistema de Gestão do Risco e identifica e caracteriza eventos de risco no âmbito das atividades de auditoria realizadas.

As **áreas de negócio** e as **áreas corporativas e de suporte** operacionalizam as políticas e procedimentos de gestão do risco aprovados e propõem ações de mitigação para os principais riscos identificados.

2.3.2 Riscos enfrentados pelos CTT

De acordo com alguns princípios gerais relacionados com a natureza, as causas e a forma como são geridos, os riscos nos CTT estão divididos em três categorias principais: estratégicos, operacionais e financeiros.

- **Riscos estratégicos:** resultam essencialmente de fatores externos que, explorando constrangimentos e fragilidades internas, podem impactar negativamente o desempenho económico, a competitividade e/ou a resiliência a médio prazo da empresa. Incluem-se nesta categoria riscos relacionados com a interrupção do negócio, com as forças competitivas do mercado, com a procura de produtos e serviços e com a operação num ambiente fortemente regulado. O nível de exposição aos riscos estratégicos é acompanhado e discutido ao longo do ano em sede de Comité de Gestão do Risco.
- **Riscos operacionais:** resultam de falhas na execução dos processos de negócio, nomeadamente no cumprimento de padrões e regulamentos, e podem causar danos financeiros ou reputacionais elevados e afetar a resiliência do negócio a médio prazo. Incluem-se nesta categoria riscos relacionados com o incumprimento de obrigações estatutárias, regulamentares e legais, com a propriedade, operação, desenvolvimento, capacidade e dependência dos sistemas de informação na atividade da empresa, com fatores ambientais, sociais e de governo (ESG), com as práticas laborais e a cultura organizacional e com falhas de qualidade do serviço prestado ao cliente. O nível de exposição aos riscos operacionais é monitorizado mensalmente através de um conjunto de *Key Risk Indicators* (KRI).
- **Riscos financeiros:** resultam de fatores exógenos e/ou internos que podem comprometer a gestão eficiente dos recursos financeiros, alterando a situação líquida da empresa de forma material e inesperada. Estão incluídos nesta categoria os riscos de taxa de juro, de liquidez, de capital, de responsabilidades com benefícios a empregados, de reporte financeiro, entre outros. O nível de exposição aos riscos financeiros é monitorizado pelo menos trimestralmente através de um conjunto de *Key Risk Indicators* (KRI).

Na tabela seguinte destacam-se alguns dos riscos mais relevantes a que os CTT se encontram expostos:

LEGENDA:  Correio  Expresso  Soluções empresariais  Serviços financeiros e banco  Portugal  Península Ibérica  Moçambique		
Risco	Descrição	Resposta CTT
Desastres naturais CATEGORIA Estratégico NEGÓCIOS IMPACTADOS     ABRANGÊNCIA  	O aumento da frequência e da severidade de fenómenos meteorológicos extremos constitui uma preocupação pelos seus efeitos potencialmente devastadores e pelos prejuízos financeiros, diretos e indiretos, daí resultantes. Neste cenário, emerge também como desafio a necessidade de adaptação (ou mesmo realocação) de edifícios e infraestruturas do Grupo CTT de modo a prepará-los convenientemente para estas ocorrências, assegurando o bem-estar e segurança de pessoas e a proteção de recursos físicos.	- Análise da resiliência do Grupo CTT face a riscos climáticos; - Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio das operações e contingência dos edifícios operacionais; - Manutenção de edifícios e dos sistemas de climatização; - Relocalização de edifícios para regiões menos suscetíveis a eventos climáticos extremos. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para concretizar a oportunidade podem ser consultadas em Alterações Climáticas.</i>
Ritmo da transição energética CATEGORIA Estratégico NEGÓCIOS IMPACTADOS     ABRANGÊNCIA 	O compromisso de descarbonização do Grupo CTT poderá ser desafiado por um conjunto de fatores externos e conduzir deste modo a um acréscimo inesperado de custos. Em particular, a resposta do mercado ao nível das soluções disponibilizadas poderá não ser suficiente ou não dar resposta total às necessidades de aceleração que se exijam, seja por indisponibilidade de veículos elétricos novos, seja por falta de peças para manutenção de veículos entretanto adquiridos ou por insuficiência de postos de carregamento. Também a intermitência e dificuldade de armazenamento de energias renováveis poderá colocar o sistema elétrico sob pressão e causar grandes flutuações nos preços.	- Plano de transição para a mitigação das Alterações Climáticas; - Investimento em infraestruturas de carregamento elétrico próprio face às lacunas de cobertura atual; - Procura por soluções alternativas à eletrificação para a frota pesada. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para concretizar a oportunidade podem ser consultadas em Alterações Climáticas.</i>
Saúde e segurança CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS     ABRANGÊNCIA 	A ocorrência de acidentes de trabalho constitui um risco significativo num universo de trabalhadores tão vasto e disperso geograficamente como o do Grupo CTT. Se nas áreas operacionais o Grupo CTT está particularmente exposto ao risco de sinistralidade rodoviária, já ao nível das lojas e demais pontos de contacto com o público, requerem preocupação as situações de violência física e/ou psicológica (nomeadamente assaltos) de que os trabalhadores possam ser alvo.	- Formação e sensibilização aos trabalhadores em saúde e segurança no trabalho; - Plano de Prevenção Rodoviária (PPR) e da mortalidade laboral - Metas anuais de redução do número de acidentes com causa rodoviária, por quilómetro percorrido, e de redução em 5% os acidentes laborais e dias perdidos anualmente. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para mitigar o risco podem ser consultadas em Mão-de-obra própria.</i>

Risco	Descrição	Resposta CTT
Incidentes de cibersegurança CATEGORIA Estratégico NEGÓCIOS IMPACTADOS     ABRANGÊNCIA  	O cibercrime apresenta-se como um dos desafios económicos e de segurança nacional mais sérios que os governos em todo o mundo enfrentam. Atendendo à cada vez maior dependência das tecnologias de informação nos negócios do Grupo CTT, a segurança e proteção de informação é, pois, um tema de enorme relevância. Motivo de particular preocupação é o crescimento em volume e grau de sofisticação dos incidentes de cibersegurança.	• Monitorização ativa da criminalidade informática • Modelo de governo para segurança da informação e normativo de políticas de segurança da informação • Realização periódica de campanhas de simulação de <i>phishing</i> e <i>malware</i> • Implementação de programas genéricos e específicos de formação e sensibilização sobre cibersegurança para toda a população de colaboradores • Integração na Agenda de gestão do risco estratégico 2025 <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para mitigar o risco podem ser consultadas em Privacidade de dados e segurança da informação.</i>
Disrupção dos modelos de negócio CATEGORIA Estratégico NEGÓCIOS IMPACTADOS     ABRANGÊNCIA 	Com os ciclos de inovação cada vez mais curtos e o rápido desenvolvimento tecnológico e digital das empresas, é possível que venham a surgir novos modelos de negócio com potencial de disromper os atuais sob os quais assenta a atividade do Grupo CTT levando a uma perceção por parte do público de obsolescência e ineficiência dos serviços e produtos oferecidos.	• Agenda de Inovação CTT; • Desenvolvimento de novos produtos e serviços • Desenvolvimento de inovação e eficiência operacional • Desenvolvimento de ferramentas de inovação corporativa • Integração na Agenda de gestão do risco estratégico 2025 <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para mitigar o risco podem ser consultadas em Transformação do negócio.</i>
Aquisição e retenção de clientes CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS     ABRANGÊNCIA 	A dependência de uma área de negócio específica por um número muito limitado de clientes poderá resultar em perdas de receita significativas quando existe uma mudança nos padrões de consumo. Neste contexto, nota-se uma cada vez maior preocupação e consciencialização por parte dos clientes quanto à pegada ecológica dos produtos/serviços e aos princípios da economia circular podendo estes fatores condicionar as suas escolhas levando-os a optar por outras empresas.	• Diversificação e melhoria da oferta CTT; • Inquérito de satisfação e auscultação das necessidades dos clientes. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para mitigar o risco podem ser consultadas em Gestão de relações com o cliente.</i>
Qualidade do serviço CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS     ABRANGÊNCIA 	Operando num mercado fortemente concorrencial, o crescimento e a sustentabilidade do Grupo CTT estão fortemente dependentes da oferta de serviços com níveis de qualidade elevados. A ocorrência de falhas operacionais ou outros eventos anómalos, seja no tratamento, seja na distribuição de objetos, poderá afetar negativamente a perceção dos clientes quanto à qualidade de serviço do Grupo CTT e resultar em reclamações e processos de indemnização.	• Programa de melhoria contínua e correção de falhas operacionais; • Selo de Qualidade da Associação Portuguesa de Contact Centers (APCC) • Inquérito de satisfação aos clientes. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para mitigar o risco podem ser consultadas em Gestão de relações com o cliente.</i>

Risco	Descrição	Resposta CTT
Obrigações do Serviço Postal Universal CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA	Enquanto entidade concessionária do Serviço Postal Universal (SPU) em Portugal até 31 de dezembro de 2028, o Grupo CTT estão sujeitos a um conjunto de obrigações das quais se destacam os critérios de definição dos preços, os indicadores de qualidade de serviço e os objetivos de densidade da rede postal e de ofertas mínimas de serviços. A violação de qualquer uma destas obrigações poderá resultar na aplicação do regime sancionatório previsto, nomeadamente a aplicação de multas.	• Monitorização diária dos indicadores de densidade de EP, M&CC e ofertas mínimas de serviços; • Reporte trimestral à ANACOM. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para mitigar o risco podem ser consultadas em Envolvimento com a Comunidade.</i>
Conduta de terceiros CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA	O incumprimento por parte de fornecedores e parceiros da legislação e regulação em vigor ou dos valores e regras de ética e conduta definidos contratualmente com os CTT poderá impactar a imagem e reputação da empresa e minar o capital de confiança depositado na marca. Adicionalmente, os CTT são solidariamente responsáveis pelas violações das disposições legais, relativas à segurança e saúde dos trabalhadores subcontratados, cometidas durante o exercício da atividade nas suas instalações, assim como pelo pagamento de eventuais coimas.	• Código de Ética extensível a todas as partes interessadas da cadeia de valor dos CTT; • Aplicação da Política de Compras Responsáveis para a qualificação de fornecedores; • Questionário de Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo de avaliação a fornecedores; • Canal de Ética para reporte de denúncias; • Inspeções regulares relacionadas com fraude e cobranças. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para mitigar o risco podem ser consultadas em Conduta empresarial.</i>
Instabilidade económica CATEGORIA Estratégico NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA	As incertezas relacionadas com fatores geopolíticos nomeadamente guerras e conflitos, tensões políticas e sociais, processos eleitorais, desaceleração económica da China, atentados terroristas ou flutuações nos preços das energias fósseis, entre outros, poderão impactar negativamente as perspetivas macroeconómicas, os mercados e os investimentos e, consequentemente, os resultados financeiros dos CTT.	• Substituição da frota a combustão por elétrica; • Projeto Bairros Solares. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para mitigar o risco podem ser consultadas em Alterações Climáticas.</i>

Risco	Descrição	Resposta CTT
Legislação laboral CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA 	No âmbito da relação laboral, a violação de normas ou o incumprimento de deveres previstos na lei são sancionados através de contraordenações laborais, com aplicação de coimas, e, nos casos mais graves, de crimes de natureza laboral. Enquanto entidade empregadora, uma das maiores em Portugal, os CTT estão assim expostos à aplicação deste regime sancionatório.	• Monitorização ativa do número de contratos temporários e identificação de melhores condições; • Controlo de sucessão contratual e conformidade legal. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para mitigar o risco podem ser consultadas em Mão-de-obra própria.</i>
Escassez de talento CATEGORIA Estratégico NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA 	O fenómeno da escassez de talento tem-se vindo a acentuar nos últimos anos induzido pela transformação digital, pelo surgimento de novos modelos de negócio ou, mais recentemente, pela adoção da IA e automação nas empresas. Perante este cenário as organizações são obrigadas a um esforço permanente de antecipação e renovação do conjunto de competências técnicas e humanas essenciais para a sua sustentabilidade e crescimento. Com o mercado laboral em défice face à elevada procura por perfis específicos, a formação e (re)qualificação de colaboradores perfila-se como uma estratégia essencial para responder a este risco a que os CTT também estão expostos.	• Desenvolvimento de um modelo de avaliação do impacto da formação recorrendo a métricas-chave e a ferramentas de monitorização internas; • Desenvolvimento de programas de <i>upskilling</i> e <i>reskilling</i> dos colaboradores; • Reforço na aposta em programas de talento jovem (<i>Trainees</i> e estágios de Verão); • Desenvolvimento de parcerias estratégicas de colaboração com instituições de ensino e especialistas; • Integração na Agenda de gestão do risco estratégico 2025. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para mitigar o risco podem ser consultadas em Mão-de-obra própria.</i>

2.4 Gestão de oportunidades

2.4.1 Descrição do processo de gestão de oportunidades

Os CTT integram a identificação, avaliação e gestão de oportunidades no seu processo global de gestão, alinhando estas práticas com a sua estratégia empresarial e os seus objetivos de sustentabilidade. Este processo é conduzido de forma transversal e colaborativa, assegurando que as oportunidades identificadas caracterizam as dinâmicas do mercado, as

necessidades dos clientes CTT, as exigências regulatórias e as tendências tecnológicas e ambientais.

2.4.2 Identificação de oportunidades e resposta CTT

LEGENDA: Correio Expresso Soluções empresariais Serviços financeiros e banco Portugal Península Ibérica Moçambique

Oportunidade	Descrição	Resposta CTT
Mitigação das Alterações Climáticas CATEGORIA Estratégico NEGÓCIOS IMPACTADOS ABRANGÊNCIA	Os consumidores estão cada vez mais conscientes das alterações climáticas e valorizam empresas que migram para fontes de energia renováveis e de baixo carbono. Para os CTT, a descarbonização oferece uma vantagem competitiva, atraindo e retendo clientes e talento, além de melhorar a eficiência operacional e reduzir custos. Os investidores tendem também a valorizar mais adequadamente as empresas que tenham um perfil sustentável.	• O vetor da eletrificação traz ganhos financeiros, dado que o Custo Total de Propriedade (TCO) dos veículos elétricos (VE) se tornará inferior ao dos veículos de combustão; • Os Bairros Solares trazem ganhos financeiros associados ao consumo de eletricidade e reduzem a dependência dos CTT de combustíveis fósseis, totalizando 24 instalações; • Os Certificados de Garantia de Origem para assegurar a aquisição de energia verde para 100% das necessidades, tendo sido adquiridos os relativos ao ano de 2024 e contratualizados os próximos três anos; • O fornecimento e instalação de carregadores para veículos elétricos; • Capacitação energética do grupo <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para concretizar a oportunidade podem ser consultadas em Alterações Climáticas.</i>
Gestão de relações com clientes CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS ABRANGÊNCIA	A contínua aposta na melhoria da oferta de produtos e serviços aos clientes, incluindo a diversificação e disponibilização de novos canais de atendimento e atenção ao cliente, permite aos CTT aumentar a satisfação e melhorar a experiência dos seus clientes, alcançar públicos-alvo mais alargados e, consequentemente, obter impactos financeiros positivos na geração de receitas e redução de churn.	• Alargar a oferta ao canal digital; • Uniformização ibérica da experiência de cliente; • Desenvolvimento de um interface intuitivo para gestão em tempo real da ocupação da rede de pontos, relevante para o C2C; • Apostar em campanhas de comunicação para os clientes; • O desenvolvimento das plataformas digitais para acoplar mais serviços, nomeadamente financeiros e de logística. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para concretizar a oportunidade podem ser consultadas em estão de relações com o cliente.</i>

Oportunidade	Descrição	Resposta CTT
Inovações tecnológicas CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA 	O desenvolvimento de projetos inovadores focados na criação de novos produtos e serviços e na eficiência operacional da organização têm potencial de promover uma otimização no uso de recursos e um menor impacto no ambiente e constituem também uma oportunidade fortalecer e diferenciar a oferta dos CTT, melhorar a experiência do cliente e aumentar a sua eficiência operacional, traduzindo-se num potencial aumento do volume de negócios e na redução de custos.	• Aumentar a Rede Collectt nos locais preferenciais dos clientes; • Implementar Gen AI escalável, sensores avançados e IA para análise de dado; • Desenvolver Mobi CTT e atualizar sistemas de <i>sorting</i>; • Criar um governo de dados de AI garantindo a ingestão de novos dados para a criação novos <i>use cases</i> e a conformidade com normas; • Centralizar dados para análise em tempo real, otimizar operações; • Colaborar com instituições académicas e <i>startups</i> para co-desenvolvimento de soluções inovadoras. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para concretizar a oportunidade podem ser consultadas em Transformação do negócio.</i>
Desenvolvimento da oferta de produtos e serviços CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA 	A diversificação e criação de novas linhas de negócio com boas coberturas geográficas, incluindo novas referências de produtos CEP, up & cross selling e parcerias com terceiros, aliados a preços atrativos e bons índices de qualidade de serviço, promovem uma maior e mais competitiva oferta e uma melhor experiência do cliente e trazem oportunidades para os CTT melhorarem os seus resultados globais e aumentarem o seu volume de negócios.	• Desenvolvimento da oferta para apoiar a transição digital das empresas; • Incremento de recursos e parcerias para alavancar o crescimento do negócio; • Investimento em novas tecnologias adequadas à evolução da atividade; • Aposta em programas de incentivos e em formação contínua, para garantir a evolução da cobertura de mercado. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para concretizar a oportunidade podem ser consultadas em Transformação do negócio.</i>

2.5 Gestão de impactos

2.5.1 Descrição do processo de gestão de impactos

O processo de gestão de impactos conta com o envolvimento regular de diversas áreas corporativas e operacionais para identificar, monitorizar e mitigar (em caso de impactos negativos) ou promover (no caso de impactos positivos) os impactos que decorrem da atividade dos CTT.

Além deste processo, os CTT contam ainda com as certificações do referencial ISO 14001, 9001, 27001 EIC

e 45001 no âmbito de Sistemas de Gestão ambiental, qualidade, segurança da informação e saúde e segurança ocupacionais, respetivamente.

2.5.2 Identificação de impactos e resposta CTT

LEGENDA:  Correio  Expresso  Soluções empresariais  Serviços financeiros e banco  Portugal  Península Ibérica  Moçambique

Impacto	Descrição ¹⁰	Resposta CTT
Mitigação das Alterações Climáticas CATEGORIA Estratégico NEGÓCIOS IMPACTADOS     ABRANGÊNCIA 	A emissão direta e indireta de gases com efeito de estufa resultante da atividade dos CTT e da sua cadeia de valor contribui para dos efeitos das alterações climáticas, como o agravamento do aquecimento global, impactando negativamente o planeta e a sociedade ⁽⁺⁾. Os CTT, operadores postais e de expresso, concentram grandes volumes de objetos para entrega através de rotas otimizadas para a eficiência, de uma rede logística centralizada e de uma rede de contacto com os clientes alargada e de grande conveniência (lojas, pontos parceiros e <i>lockers</i>), o que promove um impacto carbónico mais reduzido por entrega quando comparado com o transporte individual dos consumidores para recolher os seus produtos no modelo tradicional de retalho ⁽⁺⁾. De igual modo, a disponibilização e comercialização na rede retalho de ofertas direcionadas para segmentos de mercado com apetência por serviços com características ambientais, como sumidouros de carbono/reflorestação, contribui de forma positiva para promover a consciência da necessidade de cuidar da casa comum e para combater o efeito global das alterações climáticas ⁽⁺⁾.	• Meta de redução da pegada carbónica global em 55% até 2030 face a 2021. No 1.º semestre verificou-se uma redução de emissões de âmbito 1, apesar do aumento significativo nas emissões de âmbito 3 derivado do aumento da atividade expresso; • Estratégia de descarbonização dos CTT que inclui um plano de ação e investimento, a curto, médio e longo prazo, para as frotas própria e subcontratadas e para a aquisição e produção de eletricidade de origem renovável. No 1.º semestre decorreu a aquisição dos certificados de garantia de origem relativos aos consumos do ano 2024 e contratualização para as necessidades energéticas dos próximos três anos. • Iniciativas de reflorestação que promovem os sumidouros naturais de CO₂ e a mitigação de emissões de GEE nas respetivas geografias. No 1.º semestre decorreram as ações de plantação de árvores relacionadas com o projeto “Uma Árvore pela Floresta”. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para mitigar as alterações climáticas podem ser consultadas em Alterações Climáticas.</i>

¹⁰ (+) impacto positivo; (-) impacto negativo

Impacto	Descrição ¹⁰	Resposta CTT
Emissões de poluentes atmosféricos e qualidade do ar CATEGORIA Estratégico NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA 	A atividade de transporte e distribuição dos CTT realizada com veículos movidos a combustíveis fósseis emite poluentes atmosféricos que impactam negativamente a qualidade do ar e consequentemente a saúde (respiratória e cardiovascular) das populações (-).	• Plano de eletrificação das frotas própria e subcontratada; • Objetivo de vir a operar exclusivamente com veículos próprios “verdes” na última-milha até 2030. No 1.º semestre 38,9% da frota própria na última milha era desta tipologia; • Promover a descarbonização da frota rodoviária subcontratada até 2030. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para mitigar a emissão de poluentes atmosféricos podem ser consultadas em Poluição.</i>
Gestão de energia CATEGORIA Estratégico NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA 	A utilização de energia fóssil emite GEE e promove a extração e utilização de recursos finitos com reservas limitadas, contribuindo para a escassez dos mesmos e maior pressão sobre os mercados energéticos (-). A aposta na produção e utilização de eletricidade de fontes exclusivamente renováveis, contribui para a economia da utilização de recursos naturais, reduzir a dependência energética dos combustíveis fósseis dos CTT e a sua pegada carbónica (+).	• Projeto Bairros solares em parceria com a EDP, que promovem a produção de energia verde para autoconsumo nas instalações dos CTT e na comunidade envolvente, com o incremento de mais 1 unidade de produção neste semestre; • Aquisição anual de 100% de eletricidade de origem renovável através de certificados de Garantia de origem. No 1.º semestre decorreu a aquisição dos certificados de garantia de origem relativos aos consumos de 2024 e contratualização dos próximos três anos; • Implementação de medidas de eficiência energética, tais como a renovação de instalações AVAC, conclusão do projeto LED e programas de monitorização de energia. • Redução do consumo de combustíveis pela implementação do Plano de Racionalização de Consumos Energéticos da Frota. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para a gestão dos consumos energéticos podem ser consultadas em Alterações Climáticas.</i>
Saúde e segurança no trabalho CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA 	A atividade de transporte e distribuição dos CTT realizada com recurso a veículos rodoviários é naturalmente exposta a acidentes de viação, envolvendo tanto os colaboradores dos CTT, os seus distribuidores e os prestadores de transporte subcontratado, como também na sociedade, por via do impacto da sinistralidade em terceiros (-). Além disso, a atividade dos CTT, em especial a atividade dos segmentos de negócios de Expresso e Encomendas e de Correio e Outros pela sua natureza associada ao transporte de bens por conta de clientes, está exposta a acidentes de trabalho e/ou desgaste físico que pode impactar negativamente a saúde dos colaboradores e dos assalariados dos CTT (-).	• Plano trianual de formação em segurança rodoviária aos trabalhadores; • Desenvolvimento do projeto Telemetria para monitorização de comportamentos de condução; • Reformulação do programa Bem-estar do Grupo CTT centrado na promoção da saúde e da qualidade de vida dos colaboradores nos pilares físico, mental, financeiro e social; • Sistema de gestão de saúde e segurança certificado pela norma ISO 45001; • Plataforma Espaço PARCEIROS para divulgação de boas práticas entre os parceiros de transporte subcontratado e os seus trabalhadores. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para promover a saúde e segurança podem ser consultadas em Mão-de-obra própria e em Trabalhadores da cadeia de valor.</i>

Impacto	Descrição ¹⁰	Resposta CTT
Emprego seguro CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA 	A contínua diversificação do negócio, em resposta ao declínio do principal setor de atividade dos CTT, permite assegurar os postos de trabalho atuais e, eventualmente, expandir de forma sustentável a força de trabalho, além de promover a colocação de colaboradores em funções de maior valor acrescentado (+).	• Diversificação do negócio como mecanismo chave para o emprego seguro e retenção de talento; • Plano de progressão de carreiras; • Aplicação das progressões salariais decorrentes do Acordo de Empresa; • Sessões de revisão de talento; • Desenvolvimento e valorização de talento através de programas de <i>upskilling</i> e <i>reskilling</i> como o Reboot CTT. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para a promoção do emprego seguro podem ser consultadas em Mão-de-obra própria.</i>
Igualdade, diversidade e inclusão CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA 	A promoção da igualdade de género em posições de liderança permite uma maior diversidade e potencia melhorias nas tomadas de decisão, possibilitando uma maior abertura a estratégias e ideias inovadoras, a geração de novos negócios e uma melhor compreensão das necessidades e preferências de um público mais amplo (*). A promoção da diversidade e inclusão permite criar uma cultura mais tolerante e inclusiva na Empresa, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Além disso, o recrutamento inclusivo permite atrair talentos de diversas origens, habilidades e perspetivas, resultando numa cultura mais diversificada e rica em competências, mais capacitada para responder aos desafios da organização e maior qualidade nos processos de tomada de decisão (*).	• Plano para a Igualdade CTT; • Sensibilização e capacitação em matéria de Igualdade, Diversidade e Inclusão; • Práticas de recrutamento inclusivo; • Parcerias estratégicas com benefício para as colaboradoras no âmbito de liderança feminina; • Iniciativa “À Conversa com Elas”. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para a promoção do emprego seguro podem ser consultadas em Mão-de-obra própria.</i>
Equilíbrio entre a vida pessoal e profissional CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA 	A implementação de medidas e de benefícios para os colaboradores que permitam uma melhor conciliação e equilíbrio entre a vida profissional e familiar tem o potencial impacto de melhorar o bem-estar e satisfação dos colaboradores e da sua família (*).	• Certificação EFR com 48 medidas associadas; • Formação em conciliação e medidas associadas; • Plano de benefícios SOU CTT. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para a promoção do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional podem ser consultadas em Mão-de-obra própria.</i>

Impacto	Descrição ¹⁰	Resposta CTT
Acesso a habitação adequada CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA 	A facilitação do acesso a habitação adequada, nomeadamente através da disponibilização de condições especiais de crédito habitação, é crucial para promoção da qualidade de vida dos trabalhadores, afetando a saúde, segurança e bem-estar e pode contribuir positivamente na retenção de talento dos colaboradores ou ser um aspeto diferenciador e facilitador nos processos de recrutamento (+).	• Crédito Habitação Bonificado que permitiu apoiar 102 colaboradores neste 1.º semestre; • Projeto de apoio ao financiamento e de construção de casas para sete trabalhadores em Moçambique neste período; • Plano de benefícios SOU CTT. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para a promoção do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional podem ser consultadas em Mão-de-obra própria.</i>
Proximidade a produtos e serviços CATEGORIA Operacional NEGÓCIOS IMPACTADOS  ABRANGÊNCIA 	A capilaridade, granularidade e universalidade das redes logística e de retalho dos CTT, permitem o acesso da população, incluindo em zonas remotas, aos serviços postais e de expresso e encomendas, serviços financeiros e bancários, incluindo de poupança e de pagamentos, e ao recebimento de subsídios e outras prestações sociais (+). A adaptação da oferta CTT às necessidades de cidadãos portadores de deficiência permite melhorar a qualidade de vida dos mesmos através da acessibilidade conveniente aos serviços (+). De igual modo, o uso das competências de negócio e internas dos CTT em benefício das comunidades vulneráveis inseridas nas geografias onde a empresa opera, reforça o impacto social positivo da empresa e a proximidade às comunidades e promove a motivação e a retenção de talento (+).	• Capilaridade CTT em 100% dos municípios e áreas rurais; • Oferta acessível e adaptada à necessidade dos cidadãos portadores de deficiência, seja por via digital como em contacto físico através da parceria com a Serviin; • Programas de voluntariado e impacto social desenvolvidos pelos colaboradores do Grupo CTT; • Investimento de 0,76% do EBIT Recorrente em projetos de impacto social durante o 1.º semestre. <i>Mais informações relacionadas com as iniciativas para a proximidade a produtos e serviços de podem ser consultadas em Envolvimento com a comunidade.</i>



03

Negócios CTT

- 3.1 Logística
- 3.2 Banco e Serviços Financeiros
- 3.3 Perspetivas futuras

3. NEGÓCIOS CTT

3.1 Logística

Os rendimentos operacionais de Logística atingiram 507,0 M€ no 1S25 (+12,4% t.v.h.). Este desempenho foi impulsionado pelo crescimento do Expresso e Encomendas (+28,6% t.v.h.).

As receitas de Correio e Outros atingiram 236,5 M€ no 1S25 (-1,7% t.v.h.). Este decréscimo decorreu

fundamentalmente do desempenho da receita: (i) do correio endereçado (-2,3% t.v.h.); (ii) do correio publicitário não endereçado (-28,5% t.v.h.); e (iii) dos pagamentos (-6,8% t.v.h.). Em sentido contrário, a receita das soluções empresariais teve uma evolução positiva (+9,6% t.v.h.).

	Milhões €				
Logística	1S24	1S25	t.v.h.	1S24Pf	t.v.h.Pf
Receitas	451,0	507,0	12,4%	469,5	8,0%
Gastos Operacionais	400,4	446,8	11,6%	415,6	7,5%
EBITDA	50,6	60,2	19,1%	53,9	11,7%
EBIT Recorrente	18,7	25,0	33,4%	21,5	16,2%
EBIT	16,2	14,9	(8,1%)	18,3	(19,0%)

3.1.1 Expresso e Encomendas

Os **rendimentos operacionais** de Expresso e Encomendas alcançaram um total de 270,6 M€ no 1S25 (+28,6% t.v.h.) impulsionados (i) pelo aumento do tráfego; (ii) por uma receita média por objeto mais elevada; e (iii) pela consolidação da Cacesa no 1S25 (a partir de 30 de abril de 2025). Numa base comparável, se no 1S24 a Cacesa tivesse sido consolidada a partir de 30 de abril de 2024, o crescimento da receita seria de +18,2% t.v.h.

O tráfego atingiu 70,2 milhões de objetos no 1S25 (+11,3% t.v.h.; + 15,0% t.v.h. no 1T e + 8,0% t.v.h. no 2T). De notar, contudo, que em Espanha, no 2T25, houve 60 dias úteis (-3 vs. 2T24, ou -4,8% t.v.h.). Além disso, apesar da desaceleração do crescimento do tráfego no 2T25 em comparação com o 1T25, é importante notar que isso se deveu principalmente a um mês de abril fraco (-2,5% t.v.h.) e que as taxas de crescimento recuperaram ao longo do trimestre (+9,8% t.v.h. em maio e +16,6% t.v.h. em junho).

A quebra observada em abril resultou de: (i) menos dois dias úteis em Espanha e menos um dia útil em Portugal; (ii) a semana da Páscoa ter ocorrido em abril (em comparação com março em 2024); e (iii) o apagão de 28 de abril que afetou tanto Espanha como Portugal. A recuperação observada em maio e junho resulta de uma postura comercial mais dinâmica e

agressiva e de uma oferta de serviços mais diferenciada.

Em média, no 1S25, foram processados cerca de 575 mil objetos por dia útil.

A consolidação dos negócios em Portugal e Espanha numa única oferta ibérica e a integração da Cacesa no portfólio de E&E dos CTT são fatores-chave para consolidar a posição dos CTT no mercado ibérico e maximizar a eficiência das operações.

A aquisição da Cacesa, concluída 30 de abril de 2025, fortaleceu a posição de liderança dos CTT no desalfandegamento e reforçou o seu portfólio.

A aquisição da Cacesa, concluída no 2T25, fortaleceu a liderança dos CTT no desalfandegamento, reforçou a sua posição como um dos principais *players* no mercado de soluções logísticas para comércio eletrónico e consolidou a competitividade da sua oferta. O serviço de desalfandegamento, integrado de forma eficaz com a cadeia logística do comércio

eletrónico, tem-se tornado cada vez mais relevante, especialmente para grandes clientes internacionais que geram tráfego fora da União Europeia.

A Cacesa é uma empresa especializada no desalfandegamento de comércio eletrónico internacional, com presença em 15 países.

Em alinhamento com o compromisso de apoiar o crescimento do comércio eletrónico, os CTT continuam a expandir a sua rede *out-of-home* em Portugal e Espanha, tanto em pontos de entrega não automáticos como através da sua rede de cacifos Locky. No final do 1S25, os CTT tinham instalado um total de 1 148 cacifos Locky em Portugal e em Espanha, onde a expansão começou mais recentemente com 65 cacifos já instalados e mais 62 cacifos contratados.

O **EBIT recorrente** do negócio de E&E atingiu 20,9 M€ (+52,9% t.v.h.) no semestre, impulsionado pelo crescimento das receitas. No 2T25, o EBIT recorrente atingiu 13,9 M€ (+72,8% t.v.h.). Numa base comparável, se no 2T24 a Cacesa tivesse sido consolidada a partir de 30 de abril de 2024, o crescimento do EBIT recorrente seria de +28,6% y.o.y. A margem de EBIT recorrente no 2T25 atingiu 9,5% t.v.h., um aumento de 1,0pp t.v.h. numa base comparável.

3.1.2 Correio e Outros

Os **rendimentos operacionais** de Correio e Outros atingiram 236,5 M€ no 1S25 (-4,1 M€; -1,7% t.v.h.). Este decréscimo decorreu fundamentalmente do desempenho da receita: (i) do correio endereçado (-4,4 M€; -2,3% t.v.h.); (ii) do correio publicitário não endereçado (-0,8 M€; -28,5% t.v.h.); e (iii) dos pagamentos (-0,7 M€, -6,8% t.v.h.). Em sentido contrário, a receita das soluções empresariais teve uma evolução positiva (+2,3 M€, +9,6% t.v.h.).

No dia 1 de fevereiro entraram em vigor os novos preços para 2025 dos serviços postais que compõem o cabaz do serviço postal universal¹¹. A atualização corresponde a uma variação média anual dos preços de +6,90%. A variação média anual global dos preços, refletindo também o efeito da atualização dos preços especiais do correio em quantidade, é de +6,53%. A variação média no 1S25 foi de +6,72%.

Dado que se realizaram eleições legislativas no 1T24 e no 2T25, o impacto combinado desses eventos no

1S25, quando comparado com o 1S24, é negligenciável.

Novos clientes dos negócios de BPO e *contact center* estão a impulsionar o crescimento das Soluções Empresariais.

No 1S25, as soluções empresariais atingiram rendimentos operacionais de 26,5 M€ (+2,3 M€; +9,6% t.v.h.). Esta evolução sustentada é fruto da consolidação da estratégia de uma oferta diversificada, com destaque para os negócios de *business process outsourcing* (BPO) e de soluções de *contact center*, resultando na angariação de novos clientes em diferentes setores.

O **EBIT recorrente** de Correio e Outros no 1S25 foi de 4,1 M€ (-1,0 M€; -19,6% t.v.h.).

Portefólio responsável

Para as soluções de correio são privilegiadas opções que permitem uma maior utilização responsável de recursos, sobretudo ao nível da seleção dos materiais a utilizar.

O **correio verde** é uma oferta 100% ecológica, que aposta na conveniência aliada à proteção ambiental, garantindo a compensação carbónica das emissões diretas decorrentes do tratamento, transporte e distribuição dos seus produtos e que não foram possíveis evitar, sem custos adicionais para os clientes. Os envelopes de Correio Verde são também produzidos com o papel 100% reciclado. Apesar de uma redução verificada (-19,1%), a gama eco do correio verde contabilizou cerca de 1,9 milhões de objetos vendidos.

A gama de serviços de **marketing direto “eco”** fornece um símbolo distintivo para as campanhas que se destacam positivamente pelo seu desempenho ambiental. Visa projetar a utilização do canal correio com mérito ecológico, através da utilização de matérias-primas ecológicas, processos de produção responsáveis e gestão adequada do final de ciclo de vida. A gama eco contabilizou cerca de 3,1 milhões de objetos, um peso relativo de 28,5% no tráfego nacional do Direct Mail.

¹¹ Inclui correspondências, correio editorial e encomendas do serviço universal, excluindo o correio internacional de chegada.

Neste momento, 83,7% da oferta de correio tem incorporados materiais reciclados e reutilizados, tendo o Grupo CTT a ambição de concretizar o compromisso de chegar à totalidade da oferta até 2030.

Filatelía

O produto Colecionismo, em ambas as vertentes Lojas e Serviços Centrais, tem uma receita prevista de 1,7 M€, o que representa -12% que o realizado em 2024, justificado pela redução do valor facial emitido em relação ao ano anterior e pela erosão natural do mercado do colecionismo.

Foi mantida a tradição com o lançamento em circulação de emissões filatélicas dedicadas à

biodiversidade, à natureza ou à fauna e flora nacionais, sendo que o tema abordado neste período foi a “Camélias dos Açores”.

Destaca-se a emissão filatélica “Europa - Descobertas Arqueológicas” impressa em papel 100% reciclado não revestido, que combina ainda com os rigorosos critérios da certificação Blue Angel.

Neste período, destacam-se ainda as seguintes emissões:

Emissões Filatélicas Comemorativas	
• Camilo Castelo Branco - 200 anos • Ponte de Lima - 900 anos do Foral • Camélias dos Açores • As Bicicletas nas profissões (1º Grupo) • Emissão conjunta Portugal - Índia • Vultos da história e da cultura • Castelos e fortalezas do litoral • Mário Soares e Maria Barroso - 100 anos do nascimento • Europa - Descobertas arqueológicas • AICEP - 35 anos a convergir • Sociedade Portuguesa de Autores - 100 anos • D. Afonso Henriques/Zamora 1125-2015	Acontecimentos Nacionais e Internacionais
• As Bicicletas nas Profissões (1º Grupo)	Autoadesivos

Mais informações relacionadas com o plano de emissões filatélicas e o plano editorial do Grupo CTT poderão ser consultadas em: <https://www.ctt.pt/particulares/filatelía>.

3.2 Banco e Serviços Financeiros

Os **rendimentos operacionais** do Banco e Serviços Financeiros atingiram 90,2 M€ no 1S25 (+16,9 M€; +23,1% t.v.h.). Este desempenho, quando comparado com período homólogo, foi fortemente impactado pelo comportamento da colocação de títulos de dívida pública.

O **EBIT recorrente** situou-se nos 21,9 M€, o que corresponde a um crescimento de 5,6 M€ (+34,6% t.v.h.) quando comparado com o período homólogo.

	Milhões €			
Banco e Serviços Financeiros	1S24	1S25	Δ	t.v.h.
Rendimentos Operacionais	73,3	90,2	16,9	23,1%
EBIT Recorrente	16,3	21,9	5,6	34,6%
Margem EBIT Recorrente (p.p.)	22,2%	24,3%	2,1 p.p.	

3.2.1 Banco

Os **rendimentos operacionais** do Banco CTT atingiram 68,6 M€ no 1S25 (+10,4% t.v.h.). Este crescimento foi impulsionado pelo aumento da base de clientes (+4,0% t.v.h.) e um maior envolvimento dos clientes, o que conduziu a um crescimento anual de +12,2% do volume de negócio para 7 355 M€. Este crescimento induziu um desempenho positivo da margem financeira, que se situou em 50,1 M€ (+2,9 M€; +6,2% t.v.h.), e das comissões, que totalizaram 15,8 M€ (+2,4 M€; +17,9% t.v.h.).

No final do 1S25, o número de contas à ordem era 694 mil (+4,0% t.v.h.), mais 12,5 mil face a dezembro de 2024.

O desempenho do volume de negócios no 1S25, que atingiu 7 355,3 M€ (+12,5% t.v.h.), explica-se principalmente por: (i) depósitos de clientes (consolidado Banco CTT), que se situaram em 4 116,6 M€ no 1S25 (+9,1% t.v.h.); (ii) crédito a clientes, que atingiu 1 930,9 M€ (+13,6% t.v.h.), suportado pelo crédito automóvel (+8,4% t.v.h. para 968,8 M€) e pelo crédito à habitação (+21,2% t.v.h. para 903,0 M€); e (iii) poupanças *off-balance*, que totalizaram 1 174,1 M€ (+25,2% t.v.h.).

Os juros recebidos do crédito automóvel atingiram 32,7 M€ no 1S25 (+7,4 M€; +29,1% t.v.h.). A produção de crédito automóvel situou-se em 281,4 M€ no 1S25 (+6,9% t.v.h.).

Os juros recebidos de crédito à habitação totalizaram 14,9 M€ no período (-1,1 M€; -6,7% t.v.h.). Este crescimento está em linha com a evolução das taxas Euribor. A produção de crédito à habitação situou-se em 146,5 M€ no 1S25 (+66,7 M€; +83,6% t.v.h.).

Volume de negócios atingiu 7 355 M€ (+12,5% t.v.h.). Este crescimento equilibrado foi impulsionado pelos depósitos (+9,1%), pelas poupanças *off-balance* (+25,2%) e pelo crédito a clientes (+14,2%).

De destacar ainda que a carteira de investimentos do Banco registou um aumento de 4,4 M€ em juros recebidos no 1S25, face a igual período de 2024, devido à aplicação de montantes superiores em títulos de dívida soberana. Os outros juros recebidos registaram um decréscimo de -10,9 M€, fruto da diminuição da remuneração dos valores aplicados no banco central, fortemente impactados pela descida das taxas de juro diretoras do Banco Central Europeu (BCE), nomeadamente, a facilidade permanente de depósito.

As comissões recebidas atingiram 15,8 M€ no 1S25 (+2,4 M€; +17,9% t.v.h.), destacando-se as contribuições positivas no semestre das comissões recebidas de contas e cartões, poupanças *off-balance*, seguros e crédito à habitação, que ascenderam a 12,6 M€ (+2,0 M€; +18,8% t.v.h.).

O rácio de transformação ascendeu a 45,6% no final do semestre.

O custo do risco no semestre situou-se em 1,0% (+0,2 p.p. face a dezembro 2024), influenciado por níveis menores de risco nas carteiras de crédito ao consumo.

A 30 de junho de 2025, o rácio de transformação ascendia a 45,6%.

O **EBIT recorrente** atingiu 10,9 M€ (+1,7% t.v.h.) no 1S25 graças ao crescimento da produção de crédito a clientes e à aceleração significativa da produção de *off-balance*.

Portefólio responsável

A oferta de soluções de poupança e investimento sustentáveis do Banco CTT inclui o produto Crédito Habitação Sustentável, que privilegia a compra de casas energeticamente eficientes com condições especiais no crédito habitação, o Crédito Pessoal Energias Renováveis com vista à melhoria da eficiência energética da casa, com condições especiais para a aquisição de painéis solares e outros equipamentos, e o Crédito Auto Novo Elétrico com condições especiais de financiamento na aquisição. Faz ainda parte o produto “Banco CTT Investimento Sustentável”, comercializado em parceria com a Zurich, um seguro ligado a um fundo de investimento para empresas e instituições que incorporam princípios e objetivos alinhados com a Agenda 2030 das Nações Unidas.

Os novos cartões de débito Banco CTT enviados aos clientes são produzidos em 100% com plástico reciclado. O Banco CTT promove ainda a adesão dos clientes ao extrato digital para reduzir o desperdício, contando com 76% da base de clientes com extrato digital, através da desmaterialização do extrato.

3.2.2 Serviços Financeiros

Os **rendimentos operacionais** dos Serviços Financeiros atingiram 21,6 M€ no 1S25 (+10,5 M€; +94,0% t.v.h.). Este crescimento resulta fundamentalmente do desempenho dos títulos de dívida pública.

Após as diversas alterações de comercialização verificadas nos títulos de dívida pública nos últimos dois anos, os certificados de aforro assumem a liderança nas melhores taxas de juros entre todas as aplicações de capital garantido, num quadro de forte descida das taxas dos depósitos a prazo.

Os certificados de aforro mantêm competitividade nas aplicações de capital garantido.

O alargamento ao canal digital tem-se revelado uma alternativa comercial atrativa, representando no período 9% do volume de operações do produto, o que corresponde a um valor subscrito superior a 78 M€.

Os títulos de dívida pública (certificados de aforro e certificados do tesouro poupança crescimento) apresentaram rendimentos de 13,7 M€ no 1S25 (+9,4 M€; +216,9% t.v.h.).

No 1S25, foram efetuadas subscrições no montante de 3 548,0 M€, o que compara com 1 678,7 M€ no período homólogo.

Para além da distribuição de dívida pública, os CTT têm vindo a reposicionar a sua rede de retalho para a distribuição de serviços (*retail as a service*). Esta estratégia inclui a distribuição de: (i) dívida pública; (ii) produtos de seguros; (iii) produtos e serviços de correio e de expresso e encomendas, primordialmente em *self-service*; e (iv) serviços de conveniência para os cidadãos.

Rede de retalho como uma plataforma de serviços de conveniência.

Tendo em conta o enquadramento anteriormente referido, o **EBIT recorrente** do 1S25 situou-se em 11,0 M€ (+5,4 M€; +97,2% t.v.h.).

3.3 Perspetivas futuras

Outlook para o exercício de 2025

Tendo concluído com sucesso a aquisição da Cacesa a 30 de abril de 2025, os CTT pretendem: (i) concluir o acordo de *joint venture* que formaliza a parceria estratégica com a DHL; (ii) investir organicamente no mercado ibérico de expresso e encomendas de modo a tirar proveito da crescente tendência de adoção de comércio eletrónico; (iii) continuar a impulsionar o crescimento do Banco CTT, com base na flexibilidade do balanço e em potenciais parcerias setoriais e de capital; (iv) prosseguir com o lançamento de novos serviços de receita recorrente, e assim aumentar a rendibilidade da rede de retalho; (v) dar continuidade às iniciativas de transformação, de modo a manter a produtividade do correio; e (vi) procurar novas oportunidades de crescimento inorgânico, nomeadamente nos segmentos de logística e *fulfilment*.

Os CTT concentrar-se-ão em minimizar o impacto de riscos macro e setoriais relevantes e persistentes, nomeadamente incerteza geopolítica, inflação, custo da energia e matérias-primas, ou a imposição de tarifas que afetem o comércio global.

Neste contexto, os CTT reiteram os objetivos para 2025 divulgados no Capital Markets Day de 2022, antecipando receitas entre os 1,1 mM€ e os 1,25 mM€ (já atingido em 2024) e indicam um EBIT recorrente, incluindo a consolidação da Cacesa desde 30 de abril de 2025, acima de 115 M€. O crescimento será impulsionado pela forte expansão do segmento de Expresso e Encomendas, maior envolvimento com os clientes do Banco CTT e normalização da colocação de dívida pública.

Os CTT continuam empenhados nos seus princípios de alocação de capital e flexibilidade financeira, conforme anunciado em junho de 2022 durante o Capital Markets Day: (1) permitir aos CTT continuar a prosseguir os seus objetivos de investimento no crescimento empresarial e ser um *player* ibérico de referência em logística e e-commerce; (2) implementar uma política atrativa de remuneração acionista, constituindo uma fonte de rendimento adequada para os seus acionistas; e (3) aliar, dentro de condições de mercado específicas, uma remuneração acionista recorrente baseada em dividendos a uma remuneração acionista casuística, com base na recompra e posterior cancelamento de ações.



04

Desempenho Económico e Financeiro

4. Desempenho económico e financeiro

Demonstração de resultados

Milhões €

	1S24	1S25	t.v.h.	1S24Pf	t.v.h.Pf
Rendimentos operacionais	524,3	597,3	13,9%	542,8	10,0%
Logística	451,0	507,0	12,4%	469,5	8,0%
Expresso e Encomendas	210,4	270,6	28,6%	228,9	18,2%
Correio e Outros	240,6	236,5	(1,7%)	240,6	(1,7%)
Banco e Serviços Financeiros	73,3	90,2	23,1%	73,3	23,1%
Serviços Financeiros	11,1	21,6	94,0%	11,1	94,0%
Banco CTT	62,1	68,6	10,4%	62,1	10,4%
Gastos operacionais	453,6	510,6	12,6%	468,8	8,9%
Gastos com pessoal	202,3	210,1	3,8%	204,70	2,6%
FSE	226,5	277,3	22,4%	239,20	15,9%
Imparidades e provisões	10,6	8,8	(16,8%)	10,50	(16,2%)
Outros gastos	14,1	14,3	1,4%	14,20	0,8%
EBITDA	70,8	86,7	22,5%	74,1	17,0%
Depreciações e amortizações	35,7	39,8	11,4%	36,3	9,6%
EBIT recorrente	35,0	46,9	33,9%	37,8	24,1%
Logística	18,7	25,0	33,4%	21,5	16,2%
Expresso e Encomendas	13,7	20,9	52,9%	16,5	27,2%
Correio e Outros	5,1	4,1	(19,6%)	5,1	(19,6 %)
Banco e Serviços Financeiros	16,3	21,9	34,6%	16,3	34,6%
Serviços Financeiros	5,6	11,0	97,2%	5,6	97,2 %
Banco CTT	10,7	10,9	1,7%	10,7	1,7 %
Itens específicos	2,6	10,3	»	3,2	»
Reestruturações empresariais e projetos estratégicos	0,9	11,2	»	1,5	»
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	1,6	(0,8)	(150,3%)	1,60	(150,3%)
EBIT	32,4	36,6	12,7%	34,6	5,6%
Resultados Financeiros (+/-)	(8,2)	(9,0)	(10,0%)	(8,2)	(9,8%)
Rendimentos financeiros líquidos	(8,2)	(9,0)	(10,0%)	(8,2)	(9,8%)
Gastos e perdas financeiros	(8,4)	(9,5)	(13,2%)	(8,4)	(12,1%)
Rendimentos financeiros	0,2	0,5	164,9%	0,2	94,1%
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,0	0,0	(110,9%)	0,0	(110,9%)
Imposto sobre rendimento	4,1	4,0	(0,8%)	4,6	(12,6%)
Interesses não controlados	0,4	1,4	»	0,4	»
Resultado líquido do período	19,8	22,1	11,7%	21,4	3,3%

Rendimentos operacionais

Os **rendimentos operacionais**, incluindo a consolidação da Cacesa desde 30 de abril de 2025, atingiram 597,3 M€ no 1S25 (+13,9% t.v.h.), impulsionados pela Logística (+12,4% t.v.h.), com particular destaque para o Expresso e Encomendas (+28,6% t.v.h.).

Banco e Serviços Financeiros (+23,1% t.v.h.) registaram também uma variação positiva devido, sobretudo, à recuperação da colocação de dívida pública que se tem verificado desde o 4T24.

Gastos operacionais

No 1S25, os **gastos operacionais** (relativos a EBITDA) totalizaram 510,6 M€ (+12,6% t.v.h.), sendo o crescimento essencialmente explicado pelo aumento da atividade de Logística, em especial o Expresso e Encomendas, incluindo a consolidação da Cacesa desde 30 de abril de 2025.

Os **gastos com pessoal** atingiram 210,1 M€, aumentando +3,8% t.v.h. (+7,7 M€) no período. Numa base pró-forma, ajustando a consolidação da Cacesa, os gastos com pessoal teriam crescido 2,6% t.v.h. (+5,3 M€). Este crescimento deveu-se sobretudo a aumentos salariais, tendo a evolução do pessoal no período estabilizado, uma vez que o esforço adicional com a racionalização das operações de correio foi praticamente compensado pelo crescimento da atividade de correio expresso e encomendas (incluindo a aquisição da Cacesa), banco e soluções empresariais (*contact center* e gestão documental). O aumento do salário mínimo em Portugal e Espanha (+4,8 M€) representa a maior parte do crescimento desta rubrica.

Os gastos com **fornecimentos e serviços externos** totalizaram 277,3 M€, tendo aumentado 50,8 M€ ou +22,4% t.v.h. no período. Numa base pró-forma, ajustando a consolidação da Cacesa, os gastos com fornecimentos e serviços externos teriam crescido +15,9% t.v.h. (equivalente a +38,1 M€), impulsionados pelo crescimento orgânico do E&E (+28,6 M€).

As **imparidades e provisões** situaram-se em 8,8 M€, tendo decrescido 1,8 M€ (-16,8% t.v.h.). Numa base pró-forma, ajustando a consolidação da Cacesa, as imparidades e provisões teriam decrescido 16,2% t.v.h., equivalente a -1,7 M€. Este desempenho resulta da redução de imparidades nos negócios de E&E (-2,1 M€), apesar do crescimento da atividade, e Correio (-1,0 M€), parcialmente compensada pelo aumento no negócio Banco (+1,5 M€).

Os **outros gastos** aumentaram 0,2 M€ (+1,4% t.v.h.).

As **depreciações e amortizações** atingiram 39,8 M€, tendo aumentado 4,1 M€ (+11,4% t.v.h.). Numa base pró-forma, ajustando a consolidação da Cacesa, as depreciações e amortizações teriam crescido 9,6% t.v.h., correspondente a +3,5 M€. Este aumento é essencialmente justificado pelos investimentos em sistemas de informação (+0,9 M€), edifícios e instalações (+1,6 M€) e frota (+1,1 M€).

Os **itens específicos** no 1S25 ascenderam a 10,3 M€, devido sobretudo a: (i) reestruturações, incluindo acordos de suspensão de contratos de trabalho (7,8M€); e (ii) gastos associados a projetos estratégicos (3,3 M€). No 2T25, os itens específicos ascenderam a 1,4 M€.

EBIT recorrente

O **EBIT recorrente** situou-se em 46,9 M€ no 1S25 (+11,9 M€; +33,9% t.v.h.), com uma margem de 7,9%, superior aos 6,7% do 1S24. Numa base pró-forma, ajustando a consolidação da Cacesa, o EBIT recorrente teria crescido 24,1% t.v.h. (+9,1 M€). No 1S24, a margem pró-forma, incluindo a Cacesa, teria sido de 7,0% e o crescimento da margem orgânica entre o 1S24 e o 1S25 teria sido de 0,9p.p. t.v.h. O crescimento do EBIT recorrente foi impulsionado pelo bom desempenho de E&E (+7,2 M€; +52,9% t.v.h.) e dos Serviços Financeiros (+5,4 M€; +97,2% t.v.h.).

Resultado líquido

Os resultados financeiros consolidados atingiram -9,0 M€ (-0,8 M€; -10,0% t.v.h.) no 1S25.

Os gastos e perdas financeiros incorridos ascenderam a 9,5 M€ (-1,1 M€; -13,2% t.v.h.), incorporando maioritariamente (i) os gastos financeiros com benefícios pós-emprego e de longo prazo aos empregados/as de 3,1 M€, (ii) os juros reconhecidos com os passivos de locação no âmbito da aplicação da IFRS 16 no valor de 3,1 M€ e (iii) os juros de financiamentos bancários no montante de 2,8 M€.

Os CTT obtiveram no 1S25 um **resultado líquido consolidado** atribuível a detentores de capital do grupo CTT de 22,1 M€, 2,3 M€ acima do obtido no período homólogo de 2024. O imposto sobre o rendimento, no valor de 4,0 M€, permaneceu estável face ao mesmo período de 2024

Trabalhadores

Em 30 de junho de 2025, o número de trabalhadores/as dos CTT (efetivos/as do quadro e contratados/as a termo) era de 13 798, (-15; -0,1% t.v.h.), tal como se mostra no quadro abaixo. A 30 de junho de 2024, a Cacesa contava com 309 trabalhadores. Ajustando a consolidação da Cacesa, o número total de trabalhadores do Grupo CTT teria decrescido 2,3% t.v.h., refletindo em particular a redução de pessoal nos serviços de Correio e da estrutura central e apesar do crescimento registado no E&E devido ao aumento da atividade. Em relação ao E&E, de

salientar que o acréscimo de 565 trabalhadores à data de 30 de junho de 2025 está sobretudo relacionado com a aquisição e consolidação inicial da Cacesa. Tendo em consideração os 309 trabalhadores que a

Cacesa tinha em 30 de junho de 2024, o número total de trabalhadores de E&E teria aumentado apenas 11,7% t.v.h., refletindo o crescimento da atividade.

N.º de trabalhadores

	30.06.2024	30.06.2025	Δ	t.v.h.
Expresso e Encomendas	1 884	2 449	565	30,0%
Correio e Outros	11 328	10 656	(672)	(5,9%)
Serviços Financeiros	36	36	0	0,0%
Banco CTT	565	657	92	16,3%
Total, do qual:	13 813	13 798	(15)	(0,1%)
Efetivos do quadro	11 721	11 827	106	0,9%
Contratados a termo	2 092	1 971	(121)	(5,8%)
Portugal	12 633	12 007	(626)	(5,0%)
Outras geografias	1 180	1 791	611	51,8%

Demonstração de fluxos de caixa

	1S24	1S25	Δ	t.v.h.
EBITDA	70,8	86,7	15,9	22,5%
IFRS16 c/ impacto no EBITDA	(18,5)	(21,9)	(3,4)	(18,5%)
Imparidades & provisões	10,6	8,8	(1,8)	(16,8%)
Itens específicos*	(2,6)	(10,3)	(7,8)	«
Investimento	(15,2)	(16,7)	(1,5)	(9,9%)
Δ Fundo de Maneio	(25,1)	(10,1)	15,0	59,6%
Cash Flow operacional	20,0	36,4	16,5	82,5%
Benefícios aos empregados	(8,5)	(9,5)	(1,1)	(12,8%)
Impostos	(0,9)	(1,7)	(0,7)	(79,7%)
Cash Flow livre	10,6	25,2	14,7	138,5%
Dívida (capital + juros)	(72,3)	83,3	155,7	»
Dividendos	(23,3)	(22,9)	0,4	1,7%
Aquisição de ações próprias	(9,8)	(14,1)	(4,3)	(43,3%)
Alienação de edifícios	0,1	0,0	(0,1)	(100,0%)
Investimentos em empresas	30,5	(86,3)	(116,8)	«
Variação de Caixa ajustada	(64,4)	(14,7)	49,7	77,2%
Δ Responsabilidades Líquidas dos Serv. Financ. e outros e Banco CTT ¹²	(20,6)	(4,7)	16,0	77,4%
Δ Outros saldos de Caixa ¹³	3,6	(0,2)	(3,8)	(106,0%)
Variação de Caixa	(81,4)	(19,6)	61,8	75,9%

*Itens específicos com impacto no EBITDA.

A Empresa gerou no 1S25 um *cash flow* operacional de 36,4 M€ (+82,5% t.v.h.). O aumento de 16,5 M€ do *cash flow* operacional foi principalmente justificado

(i) pelo desempenho positivo do EBITDA (+15,9 M€; +22,5% t.v.h.); e (ii) pela evolução mais favorável do fundo de maneio (+15,0 M€). Estas tendências

¹² A variação das responsabilidades líquidas dos Serviços Financeiros e Banco CTT reflete a evolução dos saldos credores perante terceiros, depositantes ou outros passivos financeiros bancários, deduzidos dos valores aplicados em crédito ou investimentos em títulos/ativos financeiros bancários, das entidades que prestam serviços financeiros do Grupo CTT, designadamente, os serviços financeiros dos CTT, a Payshop, o Banco CTT e a 321 Crédito.

¹³ A variação dos outros saldos de caixa reflete a evolução dos saldos de depósitos à ordem no Banco de Portugal do Banco CTT, cheques a cobrar/compensação de cheques do Banco CTT e imparidade de depósitos e aplicações bancárias.

favoráveis foram parcialmente absorvidas (i) pela maior repercussão da IFRS 16 com impacto no EBITDA (-3,4 M€); (ii) pelo menor esforço associado a imparidades e provisões (-1,8 M€) incorporado no EBITDA; e (iii) pela evolução negativa dos itens específicos (-7,8 M€) e no Investimento (-1,5 M€). O investimento continua a refletir o crescimento observado na atividade e tráfego de E&E e o compromisso dos CTT em continuar a reforçar a automatização e a qualidade de serviço no negócio de Expresso & Encomendas e a desenvolver o Banco CTT.

Ao nível do fundo de manio, no 1S25, observou-se uma evolução positiva face ao período homólogo (+15,0 M€) que resulta essencialmente do comportamento das rubricas relacionadas com EBITDA, com particular destaque para a melhoria das contas a receber, consequência direta de uma gestão mais eficiente das cobranças de clientes. O *cash flow* livre ascendeu a 25,2 M€, um aumento de 138,5% t.v.h. (equivalente a 14,7 M€).

A caixa ajustada foi essencialmente afetada (i) pelo pagamento de dividendos em 15 de maio de 2025 (-22,9 M€); (ii) pela aquisição de ações próprias (-14,1 M€); e (iii) pela aquisição da Cacesa em 30 de abril de 2025, incluindo a contrapartida paga pela aquisição das ações e a consolidação inicial da posição de caixa da Cacesa. No que concerne a este último ponto, deve ser destacado que a aquisição da Cacesa foi realizada pelo preço total de 106,8M€, pagos em 30 de abril de 2025. O montante referido na rubrica "Investimentos Financeiros e outros" no 1S25 inclui não apenas o preço de aquisição da Cacesa (106,8M€), mas também um recebimento de €2,7M€ relativo à venda de ações da CTT IMO Yield que ocorreu no 1T25, o qual foi mais do que compensado pelos pagamentos relativos a (i) investimentos do fundo dos CTT (1520 Innovation Fund) e (ii) certas responsabilidades assumidas no contexto da aquisição da Cacesa.

Demonstração da posição financeira consolidada

	31.12.24	30.06.25	Δ	Δ%
Ativo não corrente	2 519,9	2 784,0	264,1	10,5%
Ativo corrente	3 188,9	3 043,5	(145,4)	(4,6%)
Total do Ativo	5 708,8	5 827,6	118,8	2,1%
Capital próprio	308,3	298,4	(9,9)	(3,2%)
Total do passivo	5 400,5	5 529,2	128,7	2,4%
Passivo não corrente	603,9	659,7	55,8	9,2%
Passivo corrente	4 796,6	4 869,5	72,8	1,5%
Total capital próprio e passivo consolidado	5 708,8	5 827,6	118,8	2,1%

Na comparação da demonstração da **posição financeira consolidada** em 30 de junho de 2025 com a de 31 de dezembro de 2024, destaca-se que:

O **ativo** cresceu 118,8 M€, essencialmente devido ao acréscimo na rubrica de crédito a clientes bancários (+133,4 M€), ao aumento dos investimentos em títulos ao custo amortizado (+163,8 M€) em resultado do aumento das subscrições de dívida pública e ao acréscimo da rubrica do *Goodwill* na sequência da aquisição da Cacesa. Em sentido contrário observou-se o decréscimo na rubrica de outros ativos financeiros bancários (-264,7 M€) em resultado da redução das aplicações realizadas pelo Banco CTT em bancos centrais.

O **capital próprio** diminuiu 9,9 M€ face a 31 de dezembro de 2024. A variação é explicada principalmente (i) pelo resultado líquido atribuível a detentores do capital do Grupo CTT no 1S25 no montante de 22,1 M€, (ii) pelo reconhecimento de interesses não controlados no valor de 4,3 M€ no período, (iii) pela redução de capital social no montante de 2,3 M€ na sequência do cancelamento das ações adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações próprias 24-25 e que implicou um aumento da rubrica de ações próprias de 23,1 M€ parcialmente compensada pela aquisição de ações próprias no montante de 13,8 M€ durante o 1S25. A contribuir para este decréscimo observou-se também a distribuição de 22,5 M€ em dividendos e a redução

das reservas em 20,7 M€ na sequência do cancelamento das ações para redução de capital.

O **passivo** cresceu 128,7 M€, justificado, essencialmente, pelo acréscimo verificado na rubrica de financiamentos obtidos (+98,0 M€) na sequência do empréstimo obrigacionista contraído e da rubrica de Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos (+72,8 M€). Em sentido contrário destaca-se o decréscimo da rubrica de títulos de dívida emitidos ao custo amortizado (-42,1 M€).

Dívida líquida consolidada

Na comparação da **dívida líquida consolidada** em 30 de junho de 2025 com a de 31 de dezembro de 2024, destaca-se:

A 30 de junho de 2025, a **caixa ajustada** era de 279,7 M€, uma redução de 14,7 M€ face a 31 de

dezembro de 2024. O desempenho ao nível da caixa ajustada é resultado do **cash flow** operacional gerado de 36,4 M€ e pela variação do nível da dívida (+83,3 M€) em resultado do financiamento obrigacionista contraído (+110,0 M€) e de amortização de dívida ocorrida no período, os quais foram mais do que contrabalançados por (i) pagamentos de benefícios aos empregados/as (-9,5 M€), (ii) pagamento de impostos (-1,7 M€), (iii) aquisição de ações próprias (-14,1 M€), (iv) pagamento de dividendos (-22,9 M€) e (v) aquisição da Cacesa (-106,8 M€).

A **dívida de curto e longo prazo** aumentou 98,0 M€ (+43,3% t.v.h.), essencialmente, devido ao efeito do empréstimo obrigacionista (+110,0 M€) contraído para fazer face à aquisição da Cacesa.

Milhões €

	31.12.2024	30.06.2025	Δ	Δ%
Dívida líquida	(68,1)	44,5	112,7	»
Dívida CP & LP	226,3	324,2	98,0	43,3%
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	156,4	168,5	12,1	7,8%
Caixa ajustada (I+II)	294,4	279,7	(14,7)	(5,0%)
Caixa e equivalentes de caixa	315,9	296,3	(19,6)	(6,2%)
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	270,2	250,8	(19,4)	(7,2%)
Outros saldos de caixa	45,7	45,5	(0,2)	(0,5%)
Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II)	24,2	28,9	4,7	19,3%

Posição financeira consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

Milhões €

	31.12.2024	30.06.2025	Δ	Δ%
Ativo não corrente	783,1	887,4	104,3	13,3%
Ativo corrente	514,1	499,6	(14,5)	(2,8 %)
Total do ativo	1 297,2	1 387,0	89,9	6,9%
Capital próprio	281,0	270,4	(10,6)	(3,8 %)
Total do passivo	1 016,2	1 116,7	100,5	9,9%
Passivo não corrente	342,7	437,5	94,8	27,7%
Passivo corrente	673,5	679,1	5,6	0,8%
Total capital próprio e passivo consolidado	1 297,2	1 387,0	89,9	6,9%

Dívida líquida consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

	31.12.2024	30.06.2025	Δ	Δ%
Dívida líquida c/ BCTT em MEP	205,8	331,2	125,4	60,9%
Dívida CP & LP	221,9	319,5	97,6	44,0%
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	152,0	163,8	11,8	7,7%
Caixa ajustada (I+II)	16,1	(11,7)	(27,8)	«
Caixa e equivalentes de caixa	236,9	208,8	(28,1)	(11,9%)
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	236,9	208,8	(28,1)	(11,9%)
Outros saldos de caixa	0,0	0,0	0,0	(60,7%)
Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II)	(220,8)	(220,5)	0,3	0,1%

Responsabilidades com benefícios aos empregados/as

	31.12.2024	30.06.2025	Δ	Δ%
Total das responsabilidades	185,8	188,3	2,5	1,4%
Cuidados de saúde	157,9	155,9	(1,9)	(1,2%)
Cuidados de saúde (321 Crédito)	1,2	1,2	0,1	5,4%
Acordos de suspensão	16,3	19,3	3,0	18,5%
Outros benefícios de longo prazo aos trabalhadores	4,9	4,8	(0,1)	(2,5%)
Outros benefícios de longo prazo (321 Crédito)	0,2	0,2	0,0	5,1%
Plano de pensões	0,2	0,2	-0,0	(5,5%)
Outros benefícios	5,1	6,6	1,5	28,8%
Impostos diferidos ativos	(50,6)	(50,9)	(0,3)	0,5%
Total das responsabilidades (líquidas de impostos diferidos)	135,2	137,4	2,3	1,7%

As **responsabilidades com benefícios aos empregados/as** (benefícios pós-emprego e de longo prazo) situaram-se em 188,3 M€ em junho de 2025, +2,5 M€ do que em dezembro de 2024. O aumento verificado resulta, essencialmente, da responsabilidade com Acordos de suspensão na sequência dos acordos realizados no período em análise.

A estas responsabilidades com benefícios aos empregados/as estão associados impostos diferidos ativos no valor de 50,9 M€, o que leva a que o valor atual das responsabilidades com benefícios aos empregados/as líquidas de impostos diferidos ativos a elas associados seja de 137,4 M€.



05

Declarações de Sustentabilidade

- 5.1 Compromissos ESG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- 5.2 Informações ambientais
- 5.3 Informações sociais
- 5.4 Informações de *governance*

5. DECLARAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

5.1 Compromissos ESG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

MDR-T | E1-4 | E2-3 | S1-5 | S2-5 | S3-5 | S4-5

A estratégia de sustentabilidade está suportada em compromissos que o Grupo CTT prossegue há vários anos e que visam cuidar dos colaboradores, minimizar o impacto ambiental resultante das suas atividades, promover a proximidade às comunidades, assegurar uma boa experiência dos clientes e garantir a resiliência do negócio a longo prazo.

Tendo como pilares estratégicos o Planeta, as Pessoas, a Comunidade e os Clientes, o Grupo CTT definiu um programa de ações e metas, específico e mensurável, que se encontra apresentado na tabela infra, que permite a gestão ativa dos [impactos, riscos e oportunidades materiais](#) (IRO) e alcançar os seus compromissos. Estes compromissos encontram-se alinhados com os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\) das Nações Unidas](#).

O programa de ações em causa é supervisionado e acompanhado pelos órgãos abrangidos no modelo de governo ESG dos CTT, que emana do Conselho de Administração e é liderado pelo Presidente da Comissão Executiva, apoiado pela Direção de Sustentabilidade e pelos Comitês de Sustentabilidade criados neste âmbito específico. O Presidente Executivo é o principal responsável pelas questões de sustentabilidade e também pela execução das diversas políticas, com o apoio das áreas do grupo CTT materialmente competentes e dos referidos comitês. No 1.º semestre de 2025, o Comité de Sustentabilidade e a Comissão de Governo Societário e Risco (CGSR) reuniram um total de duas vezes. Os temas ESG são ainda levados regularmente a discussão e análise pela Comissão Executiva Alargada.

Durante este período, o Grupo CTT concluiu a revisão abrangente ao seu quadro de políticas em matéria de sustentabilidade, com o objetivo de assegurar o alinhamento das mesmas e da atuação da empresa com as Diretrizes da OCDE, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, as convenções fundamentais da OIT e a Carta Internacional dos Direitos Humanos. Neste âmbito, foram aprovadas novas políticas, nomeadamente a Política de Direitos Humanos, a Política de Integração de Fatores ESG em Investimentos e a Política de Controlo Interno. Este processo permitiu reforçar o compromisso dos CTT com práticas empresariais responsáveis, e também clarificar as responsabilidades internas em matérias como a proteção ambiental, a responsabilidade social e a diligência devida na cadeia de valor. As políticas encontram-se divulgadas nos canais internos e, ao público, no [website institucional](#).

Compromissos e objetivos estratégicos ESG	Metas CTT	Horizonte temporal	Ponto de situação 1.º Semestre 2025	IROs CTT	Políticas CTT
ACCELERAR A DESCARBONIZAÇÃO DA OFERTA CTT NA IBÉRIA Reduzir a pegada carbónica de modo a evitar um aquecimento global superior a 1,5 °C 	Atingir 100% de veículos próprios verdes na última-milha ¹⁴	2030 (50% até 2025)	38,9% (+ 3,9 pp do que em dez2024)		
	Adquirir anualmente 100% de eletricidade de origem renovável	2030	100% Energia Verde adquirida em certificado de Garantia de Origem		Aumento de preços e regulamentação sobre o uso de energia fóssil
	Aumentar a produção de energia fotovoltaica (UPAC+UPP)	Anual	2627,3 Mwh (+23,6% face ao 1.º semestre 2024)		Utilização de combustíveis fósseis
	Aumentar o consumo de energia fotovoltaica (UPAC)	2025-2030	864,0 Mwh (+28,9% face ao 1.º semestre 2024)		Produção de eletricidade de fontes renováveis nos edifícios
	Expandir a instalação de iluminação LED	Anual	Intervenção em 115 instalações, com área global de 65.000 m2 no 1.º semestre		Aumento do custo das energias renováveis por indisponibilidade e/ou por dificuldade de armazenamento
	Reduzir o consumo de combustíveis	-5% em 2025	-20,2% face ao 1.º semestre 2024		Melhorias operacionais, reputacionais e resiliência do negócio associadas à descarbonização

[Política de Ambiente e Clima,](#)
[Política de Integração de Fatores ESG no Processo de Análise e Decisão de Investimentos,](#)
[Política de Compras Responsáveis,](#)
[Política de Bem-Estar e Qualidade](#)

¹⁴ Não inclui Corre e Cacesa

Compromissos e objetivos estratégicos ESG	Metas CTT	Horizonte temporal	Ponto de situação 1.º Semestre 2025	IROs CTT	Políticas CTT
ACCELERAR A DESCARBONIZAÇÃO DA OFERTA CTT NA IBÉRIA Reduzir a pegada carbónica de modo a evitar um aquecimento global superior a 1,5 °C 	Reduzir as emissões GEE absolutas (âmbitos 1,2 e 3) em 55%, em 2030, face ao ano de 2021 (SBT) ^{15,16}	-5% até 2025 -55% até 2030	+19,8% face a 1.º semestre 2021		
	Mitigar as emissões de CO ₂ e âmbitos 1 e 2 , face ao ano 2021 (variação acumulada) ^{12,17}	+1% até 2024 -17% até 2025 -67% até 2030	-22,3% face ao 1.º semestre 2021		Agravamento do aquecimento global pela emissão de gases com efeito de estufa
	Mitigar as emissões de CO ₂ e do âmbito 1 (variação anual) ¹²	-5% em 2024 -10% em 2025	-20,9% face ao 1.º semestre 2024		Concentração de objetos de correios, expresso e encomendas e eficiência na entrega
	Mitigar as emissões de CO ₂ e da atividade rodoviária subcontratada face a 2021 (variação acumulada) ¹⁸	-6% até 2025	+29,6% face ao 1.º semestre 2021		Melhorias operacionais, reputacionais e resiliência do negócio associadas à descarbonização
	Compensar as emissões carbónicas diretas da oferta CTT	Anual	455,87 toneladas de CO ₂ compensadas para ofertas Correio Verde, em Portugal, decorrentes do ano 2024		Disponibilidade de soluções de mercado para assegurar a transição energética e eletrificação da frota
	Incorporar material reciclado e/ou reutilizado nas ofertas de correio, expresso e encomendas	80% em 2024 90% em 2025 100% em 2030	90,1% da oferta de correio expresso e encomendas já incorpora materiais reciclados e reutilizados		
	Promover a reflorestação ativa do território nacional: Mais 6 500 kits Uma Árvore pela Floresta	Anual	Vendas nos primeiros seis meses de 2025: 845 kits.		Promoção da reflorestação ativa

[Política de Ambiente e Clima](#)
[Política de Compras Responsáveis](#)
[Política de Integração de Fatores ESG no Processo de Análise e Decisão de Investimentos](#),
[Política de Controlo Interno](#)

¹⁵ Não incluiu Corre; Cacesa com dados desde data de integração (maio 2025); âmbito 3 não inclui Cacesa estando o inventário em processo de levantamento.

¹⁶ Meta baseada na ciência (1.5 °C) considerando o âmbito de consolidação; emissões âmbito 2 baseadas no mercado; abrange a cadeia de valor dos CTT (montante e jusante).

¹⁷ Emissões âmbito 2 baseadas no mercado.

¹⁸ Esta meta abrange a cadeia de valor dos CTT (a montante).

Compromissos e objetivos estratégicos ESG	Metas CTT	Horizonte temporal	Ponto de situação 1.º Semestre 2025	IROs CTT	Políticas CTT
CUIDAR DAS PESSOAS CTT E DA EXPERIÊNCIA DE DIVERSIDADE Ser um empregador de referência, alavancado numa cultura centrada nas pessoas, até 2030	Reduzir 5% o número de acidentes com causa rodoviária, por quilometro percorrido	Anual	Redução de 26,0% face ao semestre homólogo de 2024	✓	
	Aumentar a taxa de assiduidade para 93% ¹⁹	2025	93,0% (+0,4 p.p.) face ao semestre de 2024	✓	Sinistralidade rodoviária Sinistralidade laboral
	Prevenção da mortalidade laboral (responsabilidade própria): 0 mortes	Anual	1 acidente mortal ocorrido (0 no período homólogo do ano anterior)	✗	Acidentes de trabalho, doenças profissionais e danos reputacionais associados, aplicáveis à força própria de trabalho e aos trabalhadores na cadeia de valor
	Reduzir em 5% os acidentes laborais	Anual	395 ocorrências (-9,8% que no 1.º semestre de 2024)	✓	Política de Direitos Humanos
	Reduzir em 5% os dias perdidos	Anual	-16,2% dias perdidos por acidente e doença profissional que no semestre homólogo do ano anterior	✓	Política de Bem-Estar e Qualidade, Política de Diversidade e Inclusão
	Acompanhar o desempenho de sinistralidade dos subcontratados rodoviários críticos ²⁰	Anual	Foi realizada a auscultação dos parceiros críticos de subcontratação rodoviária durante o primeiro semestre de 2025	✓	Sinistralidade rodoviária dos trabalhadores da cadeia de valor
	Acionar plano de apoio em 100% das situações registadas	Anual	Durante o 1.º semestre de 2025 não existiu a necessidade de acionar o plano de apoio	⚖	Exposição a situações de violência física e psicológica



¹⁹ O conceito de absentismo considerado exclui ausências por licenças de parentalidade, férias, estudo, luto, atividade sindical ou outras ausências programadas.

²⁰ Esta meta abrange a cadeia de valor dos CTT (a jusante).

Compromissos e objetivos estratégicos ESG	Metas CTT	Horizonte temporal	Ponto de situação 1.º Semestre 2025	IROs CTT	Políticas CTT
CUIDAR DAS PESSOAS CTT E DA EXPERIÊNCIA DE DIVERSIDADE Ser um empregador de referência, alavancado numa cultura centrada nas pessoas, até 2030 	Acompanhar as condições de trabalho das empresas de contratação temporária	Anual	Foi realizada a auscultação das empresas de contratação temporária durante o primeiro semestre de 2025	 Contratação temporária de trabalhadores	
	Acompanhamento e avaliação do acolhimento e integração dos colaboradores que fizeram requalificação para uma nova função (Programação) - Programa <i>Reboot</i> CTT	2025	O acompanhamento tem sido feito de forma recorrente com todos os colaboradores que fizeram a transição, com o objetivo de recolher feedback, identificar necessidades e prestar o suporte necessário à sua integração nas novas funções.		Segurança do emprego e estabilidade da força de trabalho associada à diversificação do negócio
	Taxa de trabalhadores formados (efetivo CTT) de 90%	Anual	86% (+6 p.p face ao 1.º semestre de 2024)		
	Aplicar programa de acolhimento e integração a todas as novas contratações, para potenciar a experiência do trabalhador	Anual	Acolhimento e integração envolveu 211 participações e 4 090 horas.		
	Auscultar o grau de satisfação dos trabalhadores: inquérito bienal	Bienal	Realização do questionário de clima organizacional com uma taxa de resposta 33% (Portugal: 33% e Espanha: 32%).		Política de Direitos Humanos
	Criar e implementar o novo programa de <i>onboarding</i> para integração dos novos trabalhadores	2025	Implementação de todas as componentes do Programa de <i>Onboarding Corporate</i> . Foi ainda iniciado o desenho e construção do Programa de <i>Onboarding</i> para a Rede de Lojas.		Política de Qualidade, Saúde e Segurança
	Capacitação de 70% das chefias operacionais em competências de liderança	2025-2026	Capacitação de 165 líderes operacionais (representando 25% das chefias), num total de 2 310 horas de formação.		Política de Diversidade e Inclusão
	Capacitação e desenvolvimento (<i>Upskilling</i>) de 20% dos colaboradores da rede de lojas em competências comerciais	2025	A decorrer 2 de 4 programas previstos, com a capacitação de 144 colaboradores, num total de 3 696 horas de formação.		
	Criar oportunidades e ocupação profissional para pessoas com deficiência, através da contratação de 50 trabalhadores, desde 2022	2025	2,43% dos trabalhadores dos CTT têm deficiência (+0,48 p.p. face 1.º semestre de 2024).		Promoção da diversidade e recrutamento Inclusivo
	Manter a certificação como Empresa Familiarmente Responsável	Anual	Manutenção concretizada		Promoção do equilíbrio entre vida pessoal, familiar e profissional dos colaboradores Promoção do acesso a condições de habitação adequada aos trabalhadores

Compromissos e objetivos estratégicos ESG	Metas CTT	Horizonte temporal	Ponto de situação 1.º Semestre 2025	IROs CTT	Políticas CTT
CUIDAR DAS PESSOAS CTT E DA EXPERIÊNCIA DE DIVERSIDADE Ser um empregador de referência, alavancado numa cultura centrada nas pessoas, até 2030 	Atingir a paridade de género das posições de liderança superior e intermédia (40%)	2025	40,2% (-1,4 p.p.) ²¹		Política de Direitos Humanos
	Publicar e implementar o Plano para a Igualdade CTT	Anual	Publicado o Plano para 2025		Política de Diversidade e Inclusão
	Criar e implementar o novo programa de formação sobre Igualdade de oportunidades e não discriminação, direcionado ao recrutamento, às chefias e ao público interno em geral	2023-2026	Planeado para 2.º semestre de 2025 e 2026.		Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho
PROMOVER A PROXIMIDADE À COMUNIDADE LOCAL Reforçar a presença ibérica e o envolvimento ativo dos colaboradores em ações de impacto positivo nas comunidades 	Promover 11 ações de voluntariado empresarial e de apoio social empresarial	Anual	Realizadas 28 ações no 1.º semestre de 2025.		
	Promover a participação ativa dos trabalhadores até três dias de voluntariado por ano	2025	No 1.º semestre de 2025 registaram-se 2 348 horas (-35,1% face ao período homologo em 2024), com 422 voluntários (-43,8% face ao 1.º semestre de 2024) e uma média de 5,6 horas por pessoa (+16,7% face ao período homologo em 2024).		Partilha de valor e proximidade com as comunidades
	Investir 1% do EBIT recorrente em projetos de impacto social	2025	Investimento em programas de impacto junto das comunidades de 0,76% do EBIT Recorrente. O investimento total foi de 354 213,43€ (-34% face ao período homologo de 2024).		Código de Ética Política de Direitos Humanos
	Alargar a parceria Serviin às Lojas CTT	2025	No 1.º semestre de 2025 foi alargada a parceria Serviin em todas as lojas próprias, passando a existir o atendimento em Língua Gestual Portuguesa para clientes surdos.		Política de Diversidade e Inclusão
	Manter capilaridade CTT para uma estação de correio para cada concelho	Anual	Realizado		Capilaridade, granularidade e universalidade da redes logística e de retalho Incumprimento do contrato de prestação do serviço postal universal

²¹ O valor de 2024 foi revisto em alinhamento com a atual realidade organizacional do Grupo CTT.

Compromissos e objetivos estratégicos ESG	Metas CTT	Horizonte temporal	Ponto de situação 1.º Semestre 2025	IROs CTT	Políticas CTT
ENTREGAR A MELHOR OFERTA E QUALIDADE AOS CLIENTES CTT Melhorar a experiência e satisfação dos clientes pela personalização e conveniência das redes 	Manter a taxa de resolução ao 1.º Contacto, nas linhas de Apoio ao/a Cliente, acima de 90%	Anual	93,5% (-1,5 p.p. face ao período homólogo de 2024)		
	Aumentar a taxa de atendimento por Assistentes Virtuais para 40%	2026	30,4% (+3,4 p.p face ao 1.º semestre de 2024).		Indemnizações e penalidades por falhas operacionais
	Tempo Médio de Resposta a Reclamações do Serviço Universal Objetivo nacional: <= 15 dias Objetivo internacional: <= 56 dias	Anual	Âmbito nacional: 8,6 dias Âmbito internacional: 15,4 dias		
	Manter o grau de satisfação (resposta ao inquérito CSAT) nos canais de Apoio ao/a Cliente acima de 60%	Anual	65% (+ 3 p.p face ao período homólogo de 2024)		Código de Ética
	Criar e implementar a nova plataforma "Programatic Advertising" para gestão de campanhas de publicidade	2025	Esta meta encontra-se em análise pela não realização da implementação da plataforma em 2025.		Política de Direitos Humanos
	Aumentar em 30% o número de clientes ativos nas plataformas digitais super app e super portal	2025-2026	As plataformas digitais super app e super portal registavam respetivamente 15 mil e 437 clientes ativos no fecho do 1.º semestre		Política de Diversidade e Inclusão
	Aumentar em 5 pontos o NPS das Lojas Novo Conceito, a abrir em 2025, face ao valor do NPS ano anterior	2025	Inquérito realizado no final do 1.º semestre. Os dados encontram-se a ser analisados.		Atratividade dos CTT perante públicos-alvo mais alargados e satisfação dos clientes em virtude de diversificação e melhoria da oferta e da experiência de cliente
	Incorporar 70% da interpretação dos comentários pela AI Generativa nos comentários dos Touchpoint	2025 (anual)	Realizado um teste de extração de dados relativo a um período de respostas do canal digital. Encontra-se em curso os desenvolvimentos para o lançamento do projeto a todo o canal digital.		

Compromissos e objetivos estratégicos ESG	Metas CTT	Horizonte temporal	Ponto de situação 1.º Semestre 2025	IROs CTT	Políticas CTT
TRANSFORMAR O NEGÓCIO POR MEIO DA DIVERSIFICAÇÃO E INOVAÇÃO 	Aumento das receitas em novos produtos e serviços	Anual	Ao longo de 2024, foram implementadas novas soluções na oferta dos CTT, cujos efeitos começaram a refletir-se, ainda que de forma residual, no 1.º semestre de 2025. Espera-se que o impacto destas iniciativas se torne mais expressivo no 2.º semestre, altura em que será analisada a evolução dos principais indicadores económicos. 		
	Aumento da produtividade e diminuição dos custos operacionais	Anual	O investimento em Inteligência Artificial, como o ChatBot Helena, tem permitido ao Grupo CTT aumentar a produtividade no atendimento aos clientes, pela tendência de elevada procura deste serviço que sem o mesmo não seria possível realizar o mesmo número de contactos. 	Investimento em projetos inovadores que permitam fortalecer a oferta dos CTT, melhorar a experiência do cliente e aumentar a sua eficiência operacional Aumento da rapidez dos ciclos de inovação e transformação Aumento da competitividade e das receitas através do desenvolvimento da oferta e da criação de novas linhas de negócio Dependência de serviços e clientes para proteção das receitas	Código de Ética Política de Integração de Fatores ESG no Processo de Análise e Decisão de Investimentos Política de Compras Responsáveis
	Otimizar os sistemas de informação promovendo eficiência operacional e inovação	Anual	No 1.º semestre de 2025 destaca-se o início da implementação da <i>Iberian Platform</i>, que visa unificar e otimizar os sistemas de informação, Operações e processos entre Portugal e Espanha, garantindo uma operação eficiente e de alta qualidade. 		
	Aumento da satisfação dos Clientes	Anual	No primeiro semestre de 2025, já foram recolhidas mais de 60 mil respostas em todos os canais, o que reforça a representatividade da amostra e permite uma leitura mais robusta da experiência do cliente. Com base nesta dinâmica de escuta ativa e melhoria contínua, é expectável que o NPS do Grupo CTT continue a evoluir positivamente, à semelhança dos últimos anos. 		

Compromissos e objetivos estratégicos ESG	Metas CTT	Horizonte temporal	Ponto de situação 1.º Semestre 2025	IROs CTT	Políticas CTT
CRIAR UM MODELO DE GOVERNAÇÃO DE REFERÊNCIA Assegurar o envolvimento das pessoas CTT na cultura e objetivos estratégicos da Empresa	Manter a subscrição dos 10 princípios do Global Compact das Nações Unidas (UNGC)	Anual	Assegurada a manutenção da adesão ao UNGC e à iniciativa Business Ambition for 1,5º C	✓	
	Pontuar na posição de Leadership no Carbon Disclosure Project - Climate Change	Anual	Posição Leadership A-	✓	
	Pontuar 90% no rating de proficiência de sustentabilidade (SMP) do programa SMMS - Sustainability Measurement System, do IPC	2030	Pontuação de 79% 5.º lugar a nível mundial	✓	
	Reforçar o alinhamento do programa ESG em reuniões com a Gestão de Topo - Comité de Sustentabilidade	Anual (reuniões bimestrais)	Realizaram-se duas reuniões do Comité de Sustentabilidade e CGSR nas quais foram abordados vários temas associados ao relato de sustentabilidade em resposta às atuais diretrizes europeias. Adicionalmente, os temas ESG foram levados regularmente a discussão e análise da CEA durante todo o ano.	✓	Danos reputacionais devido a práticas não éticas por parte de órgãos sociais, colaboradores, fornecedores e parceiros Política de Ambiente e Clima Política de Compras Responsáveis Política de Diversidade e Inclusão
	Introduzir incentivos ESG nos objetivos de 50% da gestão de topo e intermédia	Anual	Introduzido um objetivo de desempenho ESG transversal a todas as direções	✓	
	Promover canais de comunicação abertos e de confiança com as Partes Interessadas	Anual (atividade regular)	Comunicação segmentada dos resultados. Canais de contacto com <i>stakeholders</i> usados com frequência.	✓	
	Formar 90% dos trabalhadores/as no programa ambiental "Planeta Verde"	2020-2025	6 200 formandos concluíram, no total, a formação com sucesso (58% do efetivo a 31 de maio de 2025)	✓	Utilização de combustíveis fósseis

Compromissos e objetivos estratégicos ESG	Metas CTT	Horizonte temporal	Ponto de situação 1.º Semestre 2025	IROs CTT	Políticas CTT
CRIAR UM MODELO DE GOVERNAÇÃO DE REFERÊNCIA Assegurar o envolvimento das pessoas CTT na cultura e objetivos estratégicos da Empresa 	Manter a certificação das operações CTT	Anual	Manutenção operações Espanha concretizada. Auditoria em Portugal a decorrer no 2.º semestre.	✓	
	Manter a certificação das empresas subsidiárias	Anual	Manutenção da certificação da CTT Express (ISO 9001/ISO 14001) com inclusão de dois novos centros. Auditoria em Portugal a decorrer no 2.º semestre.	✓	
	Manutenção da certificação corporativa (referenciais ISO 14001, 9001, 45001)	Anual	Auditoria em Portugal a decorrer no 2.º semestre.	✓	Danos reputacionais devido a práticas não éticas por parte de órgãos sociais, colaboradores, fornecedores e parceiros Código de Ética Política de Bem-Estar e Qualidade , Política de Denúncia de infrações
	Manter ou melhorar o posicionamento no <i>ranking</i> Letter-mail Interconnect Remuneration Agreement Europe, do IPC, K+1	Anual	Resultados do <i>ranking</i> a serem apurados no final do ano.	=	
	Manter o resultado no Global Monitoring System, da UPU, <i>inbound</i> acima do objetivo	Anual	Resultados a serem apurados no final do ano.	=	
ASSEGURAR A RESILIÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO CONTRA AMEAÇAS DIGITAIS 	Atingir o nível <i>advanced</i> no <i>rating scorecard</i> em todas as empresas do Grupo CTT	2025	Em abril todas as empresas do grupo estavam no nível <i>advanced</i> . A 321Credito que tinha terminado o ano no nível intermédio, atingiu e mantém o nível <i>advanced</i> . Entretanto a CTT Express, regrediu e passou a nível intermédio, tendo já implementado as medidas de remediação necessárias para no próximo mês atingir novamente ao nível <i>advanced</i> .	✓	Exigências no domínio da cibersegurança e incidentes associados Política Geral de Segurança da Informação ²²
	Aumentar o nível de maturidade nas capacidades de deteção e resposta através dos serviços <i>Security Operation Center</i> (SOC) e estratégia de <i>Data Lost Protection</i> (DLP)	2025	Fechada estratégia de implementação de DLP e iniciada implementação da mesma. O processo de contratação de serviços SOC encontra-se em fase de avaliação final de propostas.	✓	
	Realizar uma simulação de ataque (<i>tabletop</i>) estabelecida no plano de continuidade de negócio	2025	Realizados vários exercícios, no contexto de plano de continuidade de negócio, mantendo o plano de realização de <i>tabletop</i> focado em ciber-incidentes.	✓	

²² Política apenas disponível internamente.

5.2 Informações ambientais

5.2.1 Alterações Climáticas

Adaptação às Alterações Climáticas

MDR-A | MDR-M | E1-3

No primeiro semestre de 2025, foi concluída uma avaliação de cenários climáticos com base nos diferentes cenários do IPCC (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas), com o objetivo de analisar o impacto de diversos riscos físicos e de transição nos edifícios do Grupo CTT em Portugal, Espanha e Moçambique. Esta análise permitiu quantificar os efeitos das alterações climáticas na integridade física e operacional dos seus edifícios.

As temperaturas extremas foram identificadas como o principal perigo, com especial incidência em Portugal. Em resposta a este perigo, o Grupo CTT têm vindo a implementar medidas para mitigar o risco associado à necessidade de **reabilitação e adaptação dos edifícios face a eventos climáticos extremos**. Entre essas medidas, destaca-se a renovação dos sistemas AVAC, com o objetivo de:

- Melhorar a eficiência energética;
- Reforçar o desempenho dos edifícios perante variações térmicas acentuadas;
- Garantir maior conforto térmico durante ondas de calor ou frio intenso.

Durante o primeiro semestre de 2025, foram já substituídos equipamentos em 10 instalações distribuídas de norte a sul do país. Adicionalmente, encontra-se em fase de autorização a remodelação do sistema de climatização de um dos edifícios.

Em Espanha, os ativos são arrendados, o que limita a possibilidade de realizar obras de melhoria. Assim, a CTT Express integra critérios relacionados com a resiliência climática na seleção das novas instalações, sempre que possível.

Relativamente aos ativos e operações realizadas em Moçambique, geografia na qual se verifica uma maior exposição dos CTT a eventos climáticos extremos, foram implementadas, à semelhança de anos anteriores, medidas destinadas a garantir a realização de obras e manutenções regulares para mitigar os impactos decorrentes desses fenómenos.

No que respeita ao risco de **interrupção das operações devido a fenómenos climáticos extremos**, em 2024, os CTT desenvolveram planos de continuidade de negócio em Portugal que se encontram atualmente implementados. Estes planos, complementados pelos planos de contingência dos edifícios operacionais e respetiva revisão periódica, são ativados consoante a tipologia e a gravidade do incidente, de forma a minimizar os constrangimentos no serviço de entrega de correio, expresso e encomendas aos clientes.

No primeiro semestre de 2025, registaram-se dois eventos climáticos associados a tempestades de inverno nos Açores. Em consequência, a entrega de correio foi parcialmente afetada em 29 giros de Ponta Delgada e num giro nas Velas, devido ao mau tempo. A situação foi normalizada no dia seguinte, sem impacto significativo nas operações.

Energia

MDR-A | MDR-M | E1-3 | E1-5

O risco associado à utilização de combustíveis fósseis e o respetivo impacto negativo estão intrinsecamente ligados. As ações desenvolvidas para os mitigar integram o plano de transição energética dos CTT e contribuem diretamente para a [mitigação das alterações climáticas](#). O principal objetivo passa por reduzir progressivamente a dependência dos combustíveis fósseis.

Estas ações incidem principalmente no âmbito da eficiência energética, destacando-se a aprovação, no 1.º semestre, do PRCE (Plano de Racionalização dos Consumos Energéticos) da frota, cuja implementação se encontra em curso e prevê uma redução no consumo médio equivalente a 0,5l/100km pela frota dos CTT até 2026.

Da mesma forma, os CTT têm investido em medidas de eficiência energética e em tecnologias mais eficientes e menos poluentes para os seus edifícios, com vista à minimização da pegada carbónica associada e à redução do risco associado ao aumento de preços e

regulamentação sobre o uso de energia fóssil. Em destaque:

- **Programa de Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCI)**, para a modernização de sistemas, melhoria da eficiência energética e redução do consumo na instalação do Centro de Produção e Logística do Norte localizado na Maia, aprovado em 2024. Este encontra-se atualmente em curso, à semelhança do programa para Cabo Ruivo, e prevê um conjunto de medidas a serem implementadas até 2030;
- Efetuou-se a certificação de mais dois centros operacionais na zona Norte, nas Devesas e na Perafita. Adicionalmente, dos dois **processos PDEE**²³ que foram abertos em resultado do processo de certificação massiva a cerca de 400 edifícios CTT ocorrido em 2024, é de realçar a substituição da iluminação por LED nas áreas operacionais do centro da Maia durante o 1.º semestre.
- **Programa de monitorização de energia**, lançado em parceria com a LMIT em 2020 e atualmente em curso. Abrange as 50 instalações dos CTT de maior consumo energético em Portugal e permite a monitorização dos respetivos consumos e padrões energéticos, inclui auditorias, planos de ação e a identificação de eventuais desvios e desperdícios. Neste primeiro semestre, 13 dos edifícios apresentaram reduções de consumo de energia acima dos 5%, face ao período homólogo. Não obstante, para 19 dos edifícios abrangidos registou-se um acréscimo de consumo acima dos 5% face ao mesmo período do ano anterior, na sua grande maioria derivado da integração de postos de carregamento de veículos elétricos.
- Conclusão da segunda fase do **Projeto LED** que permitiu dotar mais 157 instalações CTT com iluminação LED de última geração, com um *payback* inferior a 4,5 anos.

Existem outras medidas, que apesar de estarem implementadas há vários anos nos centros operacionais, continuam a ter um contributo para a minimização dos respetivos consumos de energia, como é o caso da utilização de sensores de iluminação,

claraboias para obtenção de luz natural e o aproveitamento do calor gerado pelas máquinas divisoras de correio para aquecimento/arrefecimento das áreas operacionais.

Adicionalmente, os CTT disseminam junto dos seus colaboradores uma formação interna de sensibilização ambiental ("Planeta Verde") com o objetivo de promover a adoção generalizada de hábitos e comportamentos de consumo responsáveis. Além disso, os centros operacionais encontram-se certificados pela norma ISO 14001 e os respetivos responsáveis dos sistemas de gestão integrados (RSGI) promovem a sensibilização regular das equipas nestes sedeadas. Ainda a destacar a iniciativa da Cacesa, que lançou um concurso interno para os colaboradores com o objetivo de recolher ideias relacionadas com a sustentabilidade passíveis de implementação, como por exemplo, medidas de eficiência energética, a decorrer até ao final do ano.

É importante salientar ainda o impacto positivo associado à **produção e autoconsumo de eletricidade proveniente de fontes renováveis em edifícios CTT**.

Neste âmbito, foi dada continuidade à parceria iniciada em 2022 com a EDP para a criação de "Bairros Solares". Este contempla a instalação de painéis solares fotovoltaicos em edifícios dos CTT para produção de energia renovável para autoconsumo, tornando o excedente da energia produzida acessível à comunidade envolvente a preços reduzidos. Neste âmbito, durante o 1.º semestre concluiu-se a instalação de painéis solares fotovoltaicos no Centro Operacional de Perafita, que se junta a um total de 24 instalações dos CTT abrangidas por este projeto.

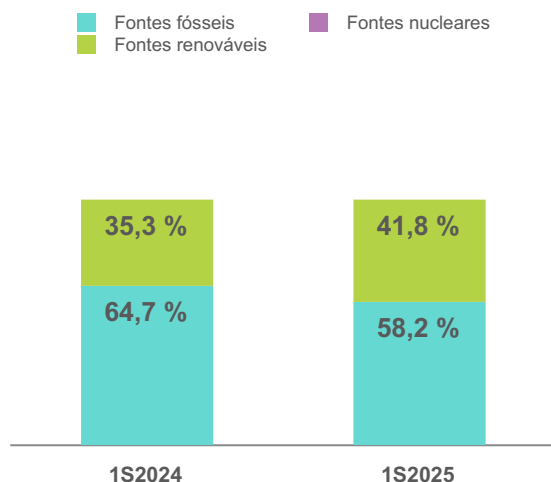
Adicionalmente a este projeto, o Grupo CTT possui também uma outra unidade de produção de autoconsumo (UPAC) no edifício do MARL. De igual modo, a empresa aluga também espaços para cinco unidades de pequena produção (UPP) à Greenvolt, sendo que duas destas entraram em produção neste período.

Destaca-se ainda um [projeto piloto na rede de Lockys](#) para a instalação do primeiro cacifo Locky alimentado a energia solar.

O potencial aumento do custo das energias renováveis por indisponibilidade e/ou por dificuldade de armazenamento constitui um risco a longo prazo para a atividade dos CTT, sem impacto no imediato.

²³ Plano de Desempenho Energético do Edifício

Evolução dos consumos por fonte de energia



Relativamente ao consumo energético, verificou-se uma redução no consumo de energia de origem fóssil, o que teve um impacto positivo no total dos consumos do Grupo CTT face ao semestre homólogo (-11,3%). Esta diminuição reflete uma dependência cada vez menor dos CTT deste tipo de energia, que passou a representar 58,2% do total de consumos.

Consumos de energia

Mwh	1S2024	1S2025	Δ (%)
Consumo de combustível proveniente de carvão	—	—	0,0%
Consumo de combustível proveniente de petróleo	35 540,8	28 359,3	-20,2%
Consumo de combustível proveniente de gás natural	20,7	19,0	-8,1%
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis (gás propano)	68,5	69,1	0,9%
Consumo de eletricidade, calor, vapor, aquecimento e arrefecimento adquirida proveniente de fontes fósseis	—	—	0,0%
Consumo total de energia de fontes fósseis	35 630,0	28 447,4	-20,2%
Consumo proveniente de fontes nucleares	—	—	0,0%
Consumo de combustível proveniente de fontes renováveis, incluindo biomassa (HVO)	12,5	675,5	5303,7%
Consumo de eletricidade, calor, vapor, aquecimento e arrefecimento adquirida proveniente de fontes renováveis ²⁴	18 798,7	18 903,0	0,6%
Consumo de eletricidade proveniente de fontes renováveis (autoprodução)	670,4	864,0	28,9%
Consumo total de energia de fontes renováveis	19 481,6	20 442,5	4,9%
Total energia consumida	55 111,6	48 889,9	-11,3%

O consumo de energia elétrica da rede representa 95,6% do total de eletricidade consumida pelo Grupo CTT e registou um ligeiro aumento face ao período homólogo. A este respeito, destaca-se o aumento das necessidades de carregamento de veículos elétricos, que já correspondem a 8,7% do consumo total. Importa ainda referir que os CTT adquirem certificados de garantia de origem para a totalidade destes consumos, assegurando a proveniência de fontes renováveis.

O consumo de combustíveis fósseis diminuiu (-20,2%), em particular o consumo de gasóleo, estando esta redução maioritariamente associada à substituição de veículos a combustão por elétricos.

Por sua vez, o consumo de eletricidade produzida para autoconsumo aumentou 28,9% em resultado da expansão das respetivas instalações solares fotovoltaicas (entraram em funcionamento três novas

²⁴ Mês de dezembro com dados de consumos estimados para os Açores e a Madeira (CTT SA); das fontes indicadas, os CTT apenas consomem eletricidade.

instalações desde meados de 2024, duas das quais de grande dimensão — Palmela e Perafita).

As áreas transporte e logística são consideradas de elevado impacto carbónico. Nestas incluem-se as áreas de negócio de correio e outros, expresso e encomendas e excluem-se as atividades do Grupo Banco CTT (para consulta dos rendimentos operacionais ver capítulo 4. Desempenho económico e financeiro). A intensidade energética associada às áreas de transporte e logística dos CTT melhorou (-21,5%), o que, por sua vez, influencia positivamente também a intensidade para todo o Grupo.

Intensidade energética das atividades de transporte e distribuição²⁵

Intensidade energética por rendimento operacional	1S24	1S25	Δ (%)
Total de energia consumida logística (Mwh)	53 872,0	47 563,9	-11,7%
Rendimentos operacionais logística (€)	451 028 223,7	507 048 583,8	12,4%
Intensidade energética (Mwh/€)	119,4	93,8	-21,5%

Intensidade energética Grupo CTT²⁶

Intensidade energética por rendimento operacional	1S24	1S25	Δ (%)
Total de energia consumida (Mwh)	55 111,6	48 889,9	-11,3%
Rendimentos operacionais (€)	524 320 235,8	597 261 386,1	13,9%
Intensidade energética (Mwh/€)	105,1	81,9	-22,1%

Mitigação das alterações climáticas

MDR-A | MDR-M | E1-3 | E1-6 | E1-7

De forma a mitigar o impacto negativo do **agravamento do aquecimento global pela emissão de gases com efeito de estufa**, os CTT concluíram a aquisição dos certificados de garantia de origem, provenientes de fontes solares, eólicas e hídricas, para as necessidades de consumo de eletricidade registadas em 2024. Está

ainda contratualizada a aquisição destes certificados para os próximos três anos, garantindo que a origem da eletricidade adquirida pelos CTT para suprimir as suas necessidades energéticas anuais provém de fontes exclusivamente renováveis.

De notar que a principal fonte de emissão de GEE dos CTT provém da atividade das suas frotas própria e subcontratadas para o transporte e distribuição de correio, encomendas e expresso.

Assim e no que respeita à frota própria, os CTT têm investido significativamente na renovação da mesma. Reflexo deste investimento, é de salientar a entrada em operação de mais 100 viaturas ligeiras de mercadorias elétricas a partir de abril de 2025 e da conclusão da integração de mais 175 viaturas a combustão com tecnologia mais recente no primeiro semestre. Estima-se uma poupança anual de 617,8 tCO₂e com estas duas renovações e o processo de renovação da frota continua em curso de acordo com os objetivos definidos no plano de transição dos CTT para 2030, altura a partir da qual a empresa pretende vir a operar exclusivamente com veículos “verdes” na distribuição.

Para o efeito, os CTT adjudicaram ainda o fornecimento de mais 314 viaturas ligeiras de mercadorias elétricas previstas para entrega e entrada em operação até ao final do ano, que trarão uma poupança anual prevista de 1588,4 tCO₂e. Encontra-se ainda atualmente em consulta de mercado um processo para renovação para o segmento dos motociclos. Para o segmento de veículos ligeiros a combustão, foram adjudicadas 118 viaturas a gasóleo para renovação da frota, estando ainda em preparação a consulta para aquisição de mais cinco viaturas, com uma poupança anual prevista de 81,1 tCO₂e.

Para o transporte de veículos pesados, os CTT concluíram os pilotos iniciados em 2024 para utilização de HVO (*Hydrotreated Vegetable Oil*). Os testes conduzidos em quatro veículos próprios apontam para resultados positivos, incluindo para a viabilidade do uso deste combustível alternativo pelos CTT.

Assim sendo, foi contratualizado o fornecimento de HVO para abastecimento de veículos CTT nas bases da Maia, Taveiro e Castelo Branco, substituindo, neste casos, o uso de gasóleo convencional. Este biocombustível apresenta um elevado potencial de redução de emissões de GEE no curto-médio prazo²⁷, o

²⁵ A intensidade energética foi multiplicada por um fator de 1 000 000 para permitir melhor legibilidade.

²⁶ A intensidade energética foi multiplicada por um fator de 1 000 000 para permitir melhor legibilidade.

²⁷ De notar que, de acordo com a Portaria n.º 110-A/2023, de 24 de abril, a utilização de HVO não é contabilizada como emissora de CO₂.

que permite resultados interessantes ao nível do desempenho carbónico dos CTT face às metas a que o grupo se propôs atingir, com particular relevo para o segmento de veículos pesados no qual as alternativas elétricas ainda não apresentam viabilidade económica, nem maturidade tecnológica. As poupanças carbónicas associadas e verificadas no 1.º semestre do ano resultam essencialmente do piloto realizado e, por isso, estimam-se ainda diminutas (cerca de 208,4 tCO₂e), uma vez que a instalação da base da Maia ficou terminada no final deste período.

De igual modo, está em curso a renovação da frota de pesados a combustão com a adjudicação de 26 veículos pesados a gasóleo, com entrada em operação prevista até ao final de 2025. Esta renovação deverá traduzir-se numa poupança anual estimada de 23,8 tCO₂e.

Ao nível da frota subcontratada, encontram-se a decorrer duas consultas ao mercado para eletrificação de rotas afetas aos centros operacionais de Pinheiro de Fora e Mem Martins dos CTT, prática que continuaremos a expandir ao longo do ano para as rotas afetas aos restantes centros.

Em Espanha, sendo as rotas realizadas em regra por prestadores de transporte subcontratado, os CTT têm procurado promover a eletrificação junto dos mesmos, para que acompanhem o caminho de transição. Para efeito, está a ser preparada a instalação de carregadores de viaturas elétricas no centro da CTT Express de Villaverde, em Madrid, esperando-se uma boa adesão futura por parte dos parceiros.

No que respeita às categorias de emissões carbónicas indiretas resultantes de outras atividades dos CTT que não o transporte e distribuição, é importante mencionar que os CTT têm também implementado medidas para redução do consumo de papel, as quais têm contribuído positivamente para o desempenho da categoria de emissões associada à aquisição de produtos e serviços (categoria 1 de âmbito 3). Neste âmbito, destacam-se as medidas de simplificação e automatização do processo de digitalização de impressos usados nas lojas CTT, que permitiram reduzir cerca de 2,6M impressões por ano, resultando numa poupança anual estimada de 19,0 tCO₂e.

É importante notar que o setor automóvel tem evoluído de forma muito positiva, com uma tendência clara para o surgimento de soluções cada vez mais eficientes e sustentáveis. Esta dinâmica é promissora e contribui para acelerar a **transição energética**. Não obstante, persistem ainda algumas lacunas no mercado, em

particular ao nível da infraestrutura de carregamento e da escassez de soluções adaptadas ao transporte pesado, e esta **indisponibilidade de soluções de mercado viáveis**, ao dia de hoje, **impacta a concretização plena dos objetivos de descarbonização dos CTT até ao final da década**.

De qualquer forma, atentos à evolução do mercado, os CTT adquiriram o primeiro veículo elétrico pesado de pequenas dimensões que entrará em operação até ao final do ano e permitirá uma poupança estimada anual de 30,5 tCO₂e.

Da mesma forma, mantêm uma procura ativa por soluções alternativas para as rotas de distribuição de maiores dimensões. Neste âmbito, foi testado um modelo de motociclo com três baterias na ilha de Santa Maria, nos Açores, tendo o modelo sido colocado, posteriormente, em produção localmente. No entanto, esta é uma opção com potencial de ser expandida apenas pontualmente em alguns locais. Paralelamente, está em fase de teste um novo modelo de motociclo com desempenho superior aos anteriores em termos de autonomia e a procura por soluções ajustadas às necessidades dos CTT é contínua.

Os CTT continuam também a investir, de forma significativa, na expansão da sua rede própria de carregamento elétrico. Atualmente, encontra-se em curso a fase 2.0 deste projeto, que prevê o reforço da capacidade instalada com a implementação de cerca de 200 a 250 novos pontos de carregamento até ao final do ano. Este investimento é fundamental para assegurar as necessidades operacionais da frota elétrica dos CTT, reduzindo a dependência da rede pública de carregamento e garantindo uma maior autonomia das suas operações logísticas. A instalação da rede privada de carregamento contribui também para obter potenciais **melhorias operacionais, reputacionais e de resiliência do negócio**, ao garantir um carregamento conveniente e operacional.

A **concentração de objetos de correio, expresso e encomendas e a eficiência na entrega** são fundamentais e a constante monitorização de rotas com o apoio de *softwares* próprios tem aqui um papel fundamental.

Em Espanha é utilizado um sistema avançado de otimização de rotas, que prioriza entregas e agrupa envios de forma eficiente em função das prioridades de entrega estabelecidas. Em Portugal, a implementação de diversos estudos de otimização de rotas realizados em 2024 levou à redução de cerca 200 rotas de

distribuição e 4,7 mil quilómetros percorridos por dia essencialmente em motociclo e viaturas ligeiras de mercadorias.

Por último, importa igualmente referir duas iniciativas de **promoção da reflorestação** de zonas de interesse e áreas classificadas com impacto positivo ao nível do combate às alterações climáticas, da proteção da biodiversidade e também para as comunidades locais, que os CTT têm vindo a promover desde há vários anos e este 1.º semestre não foi exceção:

- A iniciativa "Uma Árvore pela Floresta" que conta com 11 edições anuais de parceria entre o Grupo CTT e a Quercus e que tem por objetivo contribuir para a promoção da reflorestação ativa em Portugal. No âmbito desta iniciativa, os CTT vendem *kits* na sua rede de lojas e loja online que revertem, depois, em árvores e arbustos de espécies autóctones plantadas em áreas protegidas e zonas áridas do território português por centenas de voluntários que se juntam habitualmente a esta causa. Nos primeiros seis meses do ano foram realizadas quatro ações de plantação e plantadas aproximadamente 7 350 árvores autóctones.
- O Banco CTT manteve a adesão à iniciativa **'Movimento Merece'**, destacada no Portefólio responsável do Banco CTT, que garante que por cada quilograma de cartões bancários recolhido é plantada uma árvore. No primeiro semestre conseguiu apoiar-se a plantação de 79 árvores no âmbito desta campanha.

Emissões de Gases com Efeito de Estufa

As emissões diretas decorrentes da atividade do Grupo CTT (**âmbito 1**) mantêm uma tendência de redução significativa no 1.º semestre do ano. A diminuição registada de -20,9% reflete, essencialmente, o esforço de eletrificação da frota própria concretizado entre a segunda metade do ano de 2024 e abril de 2025.

Neste âmbito incluem-se também, numa escala muito reduzida, as emissões resultantes da utilização de

veículos próprios dos carteiros na distribuição postal que cresceram em linha com o aumento de quilómetros percorridos neste período. Da mesma forma, as emissões resultantes do consumo de gás (natural e propano) nas cantinas dos edifícios do Grupo CTT e da utilização de geradores também aumentaram devido à intensificação da atividade dos geradores durante o apagão ibérico ocorrido em abril. Não obstante, o impacto é pouco expressivo no desempenho global deste indicador.

Emissões GEE de âmbito 1^{28 29}

tCO ₂ e ³⁰	1S24	1S25	Δ (%)
Combustão estacionária	19,8	21,5	8,6%
Combustão móvel	9 682,7	7 656,4	-20,9%
Total de emissões âmbito 1	9 702,5	7 677,9	-20,9 %

As emissões indiretas de **âmbito 2** decorrem exclusivamente da aquisição e consumo de eletricidade pelos CTT³¹ e são nulas (método de cálculo baseado no mercado), uma vez que o Grupo CTT adquire eletricidade renovável para 100% das suas necessidades de consumo anuais através de certificados de garantia de origem.

Emissões GEE de âmbito 2^{22,32,33}

tCO ₂ e	1S24	1S25	Δ (%)
Baseadas na localização	1 635,1	934,6	-42,8%
Baseadas no mercado	—	—	0,0%

Considerando o *mix* energético da rede elétrica nacional para apurar as emissões carbónicas pelo método baseado na localização, regista-se um desempenho bastante positivo (-42,8%) e apesar do ligeiro aumento dos consumos de eletricidade dos CTT, derivado de uma maior produção de energia de origem renovável em Portugal que impactou positivamente o indicador.

Ao nível das emissões de âmbitos 1 e 2, a empresa CTT - Correios de Portugal, S.A. é quem tem o maior impacto por deter o maior número de veículos próprios do Grupo CTT, contribuindo com 88,4% do total de emissões resultantes da atividade da frota própria.

²⁸ Fatores de emissão utilizados pertencentes ao NIR da Agência Portuguesa do Ambiente para as combustões móveis de gasóleo e gasolina da frota própria; DEFRA para as emissões de HVO, combustões móveis dos veículos próprios dos carteiros e para a combustão estacionária

²⁹ Inclui emissões da Cacesa desde mês de integração (maio 2025)

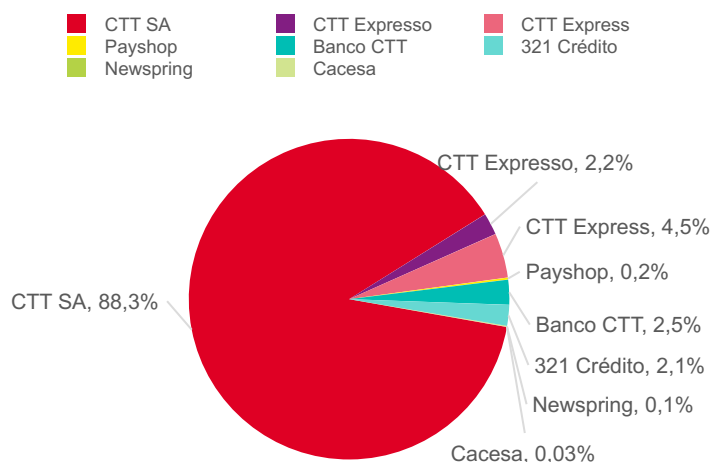
³⁰ Não inclui emissões da subsidiária CORRE nem as emissões fugitivas, sendo excluídas do inventário por representarem <5% das emissões do âmbito 1+2

³¹ Não existem consumos para as categorias de vapor, aquecimento e arrefecimento por parte dos CTT

³² Fatores de emissão utilizados pertencentes à APREN (Associação de Energias Renováveis) em Portugal e a Red Electrica em Espanha

³³ Não inclui emissões da subsidiária CORRE, sendo excluídas do inventário por representarem <5% das emissões do âmbito 1+2

Emissões GEE de âmbito 1 e 2 por empresa do Grupo CTT³⁴



Emissões GEE de âmbito 3^{35,36,37,38}

tCO ₂ e	1S24	1S25	Δ (%)
Categoria 1 - Aquisição de bens e serviços	7 532,6	6 800,6	-9,7%
Categoria 2 - Bens de capital	3 374,4	2 189,2	-35,1%
Categoria 3 - Atividades relacionadas com combustível e energia (não incluídas nos âmbitos 1 e 2)	2 198,3	1 702,8	-22,5%
Categoria 4 - Transporte e distribuição a montante ³⁹	41 673,6	50 316,2	20,7%
Categoria 5 - Resíduos gerados nas operações	148,3	3,9	-97,4%
Categoria 6 - Viagens de negócio	157,8	147,9	-6,3%
Categoria 7 - Deslocações pendulares	3 250,9	2 177,9	-33,0%
Categoria 8 - Ativos arrendados a montante	—	—	0,0%
Categoria 9 - Transporte e distribuição a jusante	—	—	0,0%
Categoria 10 - Processamento de produtos vendidos	—	—	0,0%
Categoria 11 - Uso de produtos vendidos	6,1	7,5	23,0%
Categoria 12 - Tratamento de fim de vida de produtos vendidos	42,4	34,4	-18,9%
Categoria 13 - Ativos arrendados a jusante	—	—	0,0%
Categoria 14 - Franquias	147,6	130,8	-11,4%
Categoria 15 - Investimentos	6 124,2	7 250,7	18,4%
Total de emissões de âmbito 3	64 656,2	70 761,9	9,4%

As emissões de GEE indiretas, designadas de âmbito 3, mantêm a maior representatividade na pegada carbónica do Grupo CTT, correspondendo, atualmente, a 90,2% do total (método de cálculo baseado no mercado).

A **categoria 1**, relativa à aquisição de bens e serviços, é a segunda categoria mais representativa do âmbito 3, tendo beneficiado de uma redução de emissões de -9,7% face ao semestre homólogo. A pegada associada às aquisições de serviços de consultoria e de produtos

³⁴ As emissões de scope 2 encontram-se apresentadas baseadas no mercado

³⁵ Fatores de emissão utilizados da DEFRA para as categorias 1, 2, 3, 4 (WTT, transporte aéreo e marítimo), 5, 7, 11, 12 e 13 (WTT); PNAC para categoria 5; fornecedor/fabricante para as categorias 4 (serviço de carga e TTW Espanha), categoria 7 e categoria 15 (TTW); NIR da Agência Portuguesa do Ambiente para categoria 4 (TTW Portugal); IPC (Internacional Post Corporation) para categoria 4 (distribuição no país destino do correio outbound), sendo que neste último caso é utilizado um ponderador para cálculo do fator de emissão em WTW, uma vez que apenas se encontra disponível em TTW

³⁶ Não inclui emissões da subsidiária CORRE, sendo excluídas do inventário por representarem <5% das emissões de âmbito 3

³⁷ 25,8% das emissões de âmbito 3 foram calculadas através de dados primários obtidos junto de fornecedores

³⁸ Não inclui dados Cacesa, estando o inventário de âmbito 3 em processo de levantamento

³⁹ TTW para Espanha apenas considera CO₂, em vez de CO₂e por indisponibilidade dos fatores de emissão de CH₄ e N₂O por parte do fabricante

manufaturados têm a maior representatividade nesta categoria, correspondendo a 32,9% da mesma.

As emissões da **categoria 2**, relativas à aquisição de bens de capital, também reduziram (-35,1% face ao período homólogo). A aquisição de material eletrónico é a fatia com maior impacto, representando 54,7% das emissões desta categoria.

A **categoria 3** inclui as emissões decorrentes da produção e transporte da energia fóssil consumida no âmbito 1, bem como as associadas a perdas da rede elétrica. Estas emissões variaram -22,5% face ao período homólogo em resultado da redução registada no consumo de combustível pela frota própria.

A **categoria 4** pesa 71,1% das emissões de âmbito 3 (a mais representativa) e inclui emissões derivadas dos transporte rodoviário, aéreo e marítimo subcontratado, do serviço de carga e da distribuição de objetos de correio internacional nos países de destino (*outbound*).

As emissões resultantes da atividade da frota subcontratada rodoviária pesam 73,6% no total da categoria 4 e registaram um aumento de 10,4% em Portugal e 26,8%, em Espanha. Este desempenho é diretamente impactado pelo aumento da distância percorrida, seja em rotas de última milha, seja no longo curso, motivado pelo crescimento da atividade expresso em ambas as geografias.

O transporte aéreo e marítimo viu as suas emissões aumentarem em 25,5% pelo mesmo motivo e, em particular, devido ao crescimento do tráfego expresso em Espanha. No sentido inverso, as emissões resultantes do serviço de carga diminuíram 63,1% e as associadas à distribuição do correio de saída no país de destino diminuíram 6,6%.

As emissões da **categoria 5** decorrentes dos resíduos que seguem para aterro ou para incineração diminuíram significativamente. Esta redução está associada à tipologia de resíduos produzidos neste período e ao esforço interno para privilegiar operações de valorização, em detrimento da destruição.

As emissões associadas às viagens de negócios, relativas à categoria 6, variaram -6,3%, apesar do aumento de passageiros (+10,1%) a deslocarem-se em serviço. Esta diminuição foi motivada pela redução das deslocações em avião a favor de outros meios de transporte, como o comboio.

A categoria 7, associada às deslocações pendulares dos colaboradores CTT, registou uma diminuição das emissões (-33,0%), reflexo das opções de regime de trabalho disponibilizadas pelo grupo CTT e também da redução no n.º de colaboradores nos CTT, Correios de Portugal, S.A (-8,9%).

Na **categoria 11**, relativa ao uso de produtos vendidos, são consideradas as emissões associadas aos Lockys que registaram um aumento de 23,0% com a expansão para 1 213 equipamentos em Portugal e Espanha.

Associado ao tratamento no fim de vida dos produtos vendidos (**categoria 12**) são contabilizadas as emissões resultantes das embalagens de papel e de plástico vendidas pelo Grupo CTT, que variaram em linha respetiva colocação no mercado (-18,9%).

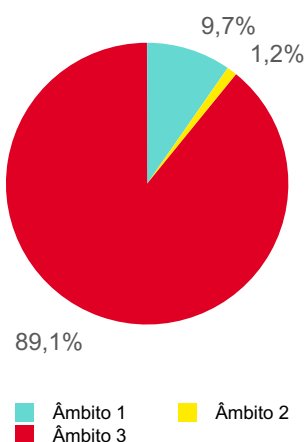
A **categoria 14** inclui as emissões resultantes de transporte rodoviário efetuado pelos colaboradores das agências franquizadas em Espanha, que se mantêm em tendência de redução (-11,4%).

Na **categoria 15** são contempladas as emissões relativas às emissões do crédito imobiliário do Banco CTT. As mesmas aumentaram em 18,4% por expansão da carteira imobiliária em mais 15% referente ao número de contratos de financiamento, o que representou uma variação de +20% nos valores dos empréstimos.

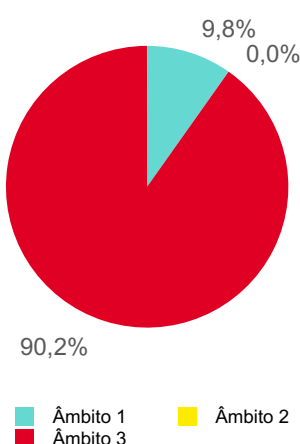
Em resumo, as emissões totais do Grupo CTT para o semestre (âmbitos 1, 2, e 3) totalizaram 79 374,5 tCO₂e pelo método de cálculo baseado na localização e 78 439,9 tCO₂e pelo método baseado no mercado.

Sabendo que a atividade de transporte rodoviário, próprio e subcontratado, impacta significativamente a pegada carbónica dos CTT, é ainda relevante destacar que, apesar do aumento verificado em emissões carbónicas absolutas, a pegada por objeto expresso diminuiu 6,0% em Portugal, para 544,4 gCO₂e/objeto. Em Espanha, a tendência é crescente, embora abaixo da média registada para a atividade dos CTT em Portugal, com uma pegada de 456,2 gCO₂e/objeto.

Total de emissões baseadas na localização



Total de emissões baseadas no mercado



As emissões e os rendimentos operacionais aumentaram face ao ano transato, tanto a nível setorial, como no Grupo CTT. No entanto, a intensidade das emissões reduziu uma vez que o aumento dos rendimentos foi superior ao das emissões.

Intensidade emissões GEE por rendimento operacional setor logística^{39,40}

Intensidade carbónica por receita líquida	1S24	1S25	Δ (%)
Total de emissões 1+2+3 baseadas na localização	69 261,0	71 514,1	3,3%
Total de emissões 1+2+3 baseadas no mercado	67 634,7	70 583,6	4,4%
Rendimento operacional logística (€)	451 028 223,7	507 048 583,8	12,4%
Intensidade GEE baseada na localização	153,6	141,0	-8,2%
Intensidade GEE baseada no mercado	150,0	139,2	-7,2%

Intensidade emissões GEE por rendimento operacional Grupo CTT^{38,41}

Intensidade carbónica por receita líquida	1S24	1S25	Δ (%)
Total de emissões 1+2+3 baseadas na localização	75 993,8	79 374,4	4,4%
Total de emissões 1+2+3 baseadas no mercado	74 358,7	78 439,8	5,5%
Rendimento operacional (€)	524 320 235,8	597 261 386,1	13,9%
Intensidade GEE baseada na localização	144,9	132,9	-8,3%
Intensidade GEE baseada no mercado	141,8	131,3	-7,4%

De notar ainda que o Grupo CTT realiza, anualmente e de forma voluntária, a compensação das emissões diretas de gases com efeito de estufa da oferta de Correio Verde. Assim, foi efetuada a compensação de 455,9 tCO₂e relativa aos consumos do ano transato de 2024. Para o efeito, os CTT apoiaram dois projetos: o nacional de “Conservação dos bosques” e o internacional do “Amapá REDD+ Project” localizado no Brasil e certificado pelo Verified Carbon Standard VCS).

⁴⁰ A intensidade energética foi multiplicada por um fator de 1 000 000 para permitir melhor legibilidade.

⁴¹ Não inclui CORRE, uma vez que as emissões da mesma se encontram excluídas do inventário de emissões.

5.2.2 Poluição

Poluição atmosférica

MDR-A | MDR-M | E2-2 | E2-4

O principal contributo dos CTT para a mitigação do impacto negativo associado à diminuição da qualidade do ar, em particular, nas cidades, resulta da substituição progressiva da frota a combustão por veículos elétricos. Esta iniciativa, já referida na secção dedicada à [mitigação das alterações climáticas](#), visa reduzir significativamente as emissões de gases poluentes associadas às operações logísticas dos CTT.

No final do semestre, 100% das entregas realizadas em 21 centros em operação dos CTT já eram asseguradas por veículos ecológicos. À medida que os CTT forem expandindo a utilização de viaturas elétricas - um dos principais eixos do plano de transição para 2030 - mais entregas “verdes” serão disponibilizadas aos clientes.

É de salientar que 34% da totalidade da frota própria do Grupo CTT é composta por veículos ecológicos, na sua grande maioria elétrica, correspondendo a um total de 1 386 veículos.

Ainda assim, o número de veículos a combustão da frota própria também aumentou, devido à internalização de veículos e a um novo projeto-piloto de distribuição que exigiu a alocação de novos veículos. Como resultado, a percentagem veículos “verdes” registou uma queda de duas décimas face ao 1.º trimestre do ano. No entanto, esta tendência deverá ser revertida até ao final do ano, com a entrada em operação das viaturas elétricas previstas no [plano de ações da mitigação das alterações climáticas](#).

Em resumo, as emissões de poluentes atmosféricos sofreram uma redução em consonância com a

diminuição registada para o consumo global de combustíveis, refletindo o atual *mix* energético e as tipologias de veículos utilizadas pelos CTT.

Apesar da redução observada na maioria dos poluentes atmosféricos, destaca-se, no entanto, um aumento das emissões de CH₄ (metano), NH₃ (amoníaco) e, de forma mais ligeira, também de CO (monóxido de carbono), associado ao acréscimo do consumo de gasolina.

Emissões poluentes atmosféricos^{42,43}

Poluente atmosférico (kg)	Limiar de emissão anual	1S24	1S25	Δ (%)
CO ₂	100 000 000,0	8 393 360,8	6 525 955,1	-28,6%
CH ₄	100 000,00	1 103,90	1 260,40	12,4%
N ₂ O	10 000,00	2 902,10	2 040,50	-42,2%
NO _x	100 000,00	40 634,60	30 476,80	-33,3%
Hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (PAH)(14)	50,00	0,20	0,10	-100,0%
NH ₃	10 000,00	146,80	239,80	38,8%
TSP (Total Suspended Particulates)	50 000,00	2 269,20	1 549,50	-46,4%
CO	500 000,00	56 362,10	56 413,50	0,1%
NM VOC	100 000,00	17 201,40	16 749,80	-2,7%
Pb	200,0	3,4	2,6	-30,8%

5.3 Informações Sociais

5.3.1 Mão-de-obra própria

Num contexto de profunda transformação, a mão-de-obra própria do Grupo CTT é um importante pilar da estratégia para aproveitar oportunidades materiais e mitigar riscos e impactos negativos.

Para alcançar este objetivo, é essencial garantir condições de trabalho justas e seguras, assegurar o respeito pelos direitos humanos e laborais, e promover o desenvolvimento do talento, das competências e da igualdade de oportunidades dos colaboradores.

⁴² Os fatores de emissão do CO₂, CH₄ e N₂O são do NIR da Agência Portuguesa do Ambiente. Para os restantes foram utilizados fatores de emissão provenientes da European Environment Agency.

⁴³ Dados relativos a poluição não incluem Corre e Cacesa.

Caracterização dos trabalhadores

S1-6 | S1-7

A 30 de junho de 2025, o Grupo CTT contava com 13 798 trabalhadores assalariados, refletindo uma variação global de -0,1% face ao período homólogo. Esta evolução resulta de uma redução de 5,0% no número de colaboradores em Portugal, compensada por um aumento significativo (embora menos expressivo) de 51,8% nas restantes geografias.

Neste período, registaram-se 1 587 saídas (-18,9% em relação ao ano anterior) e a taxa de rotatividade situou-se nos 11,5% (- 2,7 p.p em relação ao igual período do ano anterior).

No que respeita à contabilização de trabalhadores não assalariados, foi registado um número de ETI de 649, com um aumento associado de 23,2% face 1.º semestre de 2024. Foram considerados trabalhadores de multitempo, temporários e tateiros cujas funções de tratamento e logística são desempenhadas nos centros de operações do Grupo CTT, em Portugal.

Quadro de trabalhadores por género

Género	30.06.2024	30.06.2025	Δ	Δ%
Masculino	8 378	8 147	-231	-2,8%
Feminino	5 435	5 651	216	4,0%

Quadro de trabalhadores por país

País	30.06.2024	30.06.2025	Δ	Δ%
Portugal	12 633	12 007	-626	-5,0%
Espanha	1 020	1 491	471	46,2%
Moçambique	160	205	45	28,1%
Outras geografias	0	95	95	100,0%

Quadro de trabalhadores por tipo de contrato e de horário, segregado por género

Tipo de contrato/horário	30/6/2024 (1S24)		30/6/2025 (1S25)		Total		Δ	Δ%
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	1S24	1S25		
Total, do qual:	8 378	5 435	8 147	5 651	13 813	13 798	-15	-0,1%
Permanente	7 302	4 419	7 284	4 543	11 721	11 827	106	0,9%
Temporário	1 076	1 016	863	1 108	2 092	1 971	-121	-5,8%
Total	8 086	5 167	7 885	5 357	13253	13242	-11	-0,1%
Parcial	292	268	262	294	560	556	-4	-0,7%

Quadro de trabalhadores por tipo de contrato e de horário, segregado por país

Tipo de contrato/horário	30/6/2024 (1S24)				30/6/2025 (1S25)				Total		Δ	Δ%
	Portugal	Espanha	Moçambique	Outras geografias	Portugal	Espanha	Moçambique	Outras geografias	1S24	1S25		
Total, do qual:	12 633	1 020	160	0	12 007	1 491	205	95	13 813	13 798	-15	-0,1%
Permanente	10 582	1 018	121	0	10 185	1 488	91	63	11721	11 827	106	0,9%
Temporário	2 051	2	39	0	1 822	3	114	32	2 092	1 971	-121	-5,8%
Total	12 301	839	113	0	11 692	1 284	172	94	13253	13242	-11	-0,1%
Parcial	332	181	47	0	315	207	33	1	560	556	-4	-0,7%

Condições de trabalho

Saúde e segurança

MDR-A | MDR-M | S1-4 | S1-5 | S1-14

No âmbito da mitigação ativa da exposição aos riscos de sinistralidade rodoviária e acidentes de trabalho, que

afetam tanto colaboradores próprios como trabalhadores não assalariados e prestadores de

transporte subcontratado, o Grupo CTT realizou diversas ações neste primeiro semestre de 2025.

Com o objetivo de promover a **redução da sinistralidade rodoviária** e incentivar uma condução mais segura, o Grupo CTT definiu um plano plurianual de formação (2025–2027), que contempla ações teóricas e práticas na condução de motociclos (com simulador), bem como de veículos ligeiros e pesados.

Foram realizadas 18 ações de formação dedicadas à condução de veículos ligeiros e pesados, estando apenas duas por concretizar até ao final do ano. Adicionalmente, foram também promovidas duas ações de formação específicas para motociclos.

Simultaneamente, o Grupo CTT realizou comunicações temáticas e específicas sobre sinistralidade rodoviária, com o objetivo de alertar e sensibilizar para esta temática. Estas ações de sensibilização decorreram mensalmente.

Ainda neste âmbito, o projeto Telemetria manteve-se em fase de implementação, estando atualmente a ser aplicado às atividades de distribuição. Este projeto permitirá a recolha automática de dados sobre os comportamentos de condução ao longo das rotas de distribuição e transporte, com o objetivo de reduzir a sinistralidade através da promoção de uma condução mais segura.

No que respeita à **sinistralidade laboral**, foi dada continuidade às ações de avaliação periódica de riscos e do acompanhamento realizado pelos técnicos de segurança e saúde no trabalho (TSST), bem como às ações de sensibilização e do plano de saúde para os colaboradores CTT.

Adicionalmente, destaca-se a implementação do **Programa Safe First**. Esta iniciativa consiste numa ação de formação contínua dirigida a todos os trabalhadores dos centros de distribuição, que todos os meses durante o ano aborda um tema específico associado à segurança e saúde no trabalho. O objetivo é informar e sensibilizar os colaboradores para os riscos associados à sua atividade, promovendo uma maior consciência e prevenção no local de trabalho.

Complementarmente, o **Projeto CADI** consiste na introdução de um equipamento ergonómico de apoio à distribuição, concebido para mitigar os impactos negativos associados à alteração da volumetria das cargas, contribuindo assim para a proteção da saúde e segurança dos trabalhadores. Iniciado em 2024, o

projeto encontra-se em fase de implementação, com três entregas já concluídas neste 1.º semestre.

Ao nível do **Programa de Bem-Estar** do Grupo CTT, iniciado em 2024, este foi ajustado decorrente da reformulação da política de bem-estar e qualidade. Atualmente, apresenta um âmbito mais abrangente, centrado na promoção da saúde e da qualidade de vida dos colaboradores através de ações estruturadas nos pilares físico, mental, financeiro e social. Este programa pretende disponibilizar um conjunto de informações e atividades, simples e práticas, que inspirem mudanças positivas e sustentáveis no dia a dia de cada um, focadas em:

- **Pilar Físico** que visa incentivar hábitos saudáveis que promovam energia e vitalidade;
- **Pilar Mental** que apoia a saúde emocional e o equilíbrio psicológico;
- **[Pilar Financeiro que fornece ferramentas](#)** para uma vida financeira mais estável e tranquila;
- **Pilar Social** dedicado a fortalecer as conexões e a sensação de comunidade.

No período em análise, foram divulgadas seis *newsletters*, publicados 29 artigos de literacia, realizadas cinco sessões de *mindfulness* e um *webinar* “*Sit Less, Move More*”. Adicionalmente, efetuaram-se rastreios de tensão arterial nos postos clínicos das instalações CTT de Cabo Ruivo, Taveiro e Maia.

Com o objetivo de reforçar o acompanhamento da sinistralidade, foram realizadas:

- Reuniões trimestrais com responsáveis de área e de centros operacionais, centradas na análise das taxas de sinistralidade e do absentismo associado a acidentes de trabalho, para partilha de boas práticas e identificação de soluções.
- Divulgações mensais de conteúdos sobre segurança e saúde no trabalho dirigidos a todos os locais de trabalho, com o intuito de sensibilizar e reforçar a cultura de prevenção.

Além disso, foram ainda promovidas medidas preventivas e de redução de esforços físicos, com o intuito de reduzir o **risco de ocorrência de acidentes de trabalho, doenças profissionais e danos reputacionais associados**. Fazem parte destas

medidas a consulta trabalhadores, análise de estatísticas de sinistralidade, substituição por máquinas/ auxílio das tarefas com maior esforço físico, bem como a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI).

No 1.º semestre de 2025, ocorreram 395 acidentes laborais, correspondendo a uma redução de 9,8% face ao período homólogo do ano anterior e a uma taxa de acidentes associada de 36,6. No entanto, a mesma tendência não se verifica para o número de dias perdidos, que totalizaram 9 575 (+5,0% t.v.h). No âmbito das doenças profissionais, foram registadas 37 ocorrências, representando um aumento de 12 ocorrências em relação ao 1.º semestre de 2024. Destas 37 ocorrências, 25 foram identificadas no género masculino e 12 no feminino.

Acidentes de trabalho no Grupo CTT⁴⁴

Grupo	N.º	Taxa de acidentes ⁴⁵
Feminino	101	22,6
Masculino	294	46,5
Total	395	36,6

Em termos globais, os motivos que mais contribuíram para a ocorrência de acidentes no Grupo CTT foram, entre outros:

- Sinistralidade rodoviária: 151 acidentes (38,1% do total de acidentes), onde se incluem acidentes de viação envolvendo um ou vários veículos;
- Escorregadelas, tropeções e quedas de pessoas: 91 acidentes (23,0% do total de acidentes);
- Pancada por ou contra objetos: 24 acidentes (6,1% do total de acidentes).

De salientar que o número de acidentes rodoviários diminuiu 25% neste semestre face ao período homólogo de 2024. Este resultado reflete o impacto positivo das ações e esforços desenvolvidos pelo Grupo CTT na promoção da segurança rodoviária.

Durante este período foi registada uma fatalidade, em Moçambique, de um colaborador que sofreu um acidente de viação aquando da realização da atividade

Expresso. O acidente em questão ocorreu devido a uma colisão entre veículos. Após esta situação, foi prestado apoio à família deste colaborador, tendo também sido efetuada uma ação de sensibilização interna com os restantes colaboradores do Centro Operacional onde ocorreu o sinistro. Esta ação de formação foi realizada pelo organismo externo, em Moçambique, que acompanha estes casos (INATRO - Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários).

No universo de trabalhadores temporários foram registados nove acidentes de trabalho — sete envolvendo trabalhadores do género masculino e dois do género feminino — que resultaram num total de 41 dias perdidos. Não foram identificados casos de doenças profissionais nem qualquer fatalidade.

O sistema de gestão de saúde e segurança nos CTT é assegurado por três certificações da norma ISO 45001, que abrangem as operações, áreas corporativas e a subsidiária CTT Expresso em Portugal. Neste 1º semestre de 2025, 12,6% dos trabalhadores dos CTT estavam cobertos por estas certificações.⁴⁶

Emprego seguro

MDR-A | MDR-M | S1-4 | S1-5

Com o objetivo de **reduzir a dependência de contratação temporária**, o Grupo CTT realizou o habitual levantamento dos trabalhadores com vínculo temporário suscetível de alteração. Esta análise permitiu identificar situações passíveis de conversão para vínculo direto, quer através de contratos a termo, quer por tempo indeterminado.

Como resultado, foram concretizadas 43 contratações a termo e quatro admissões por tempo indeterminado, todas relativas a pessoas que anteriormente desempenhavam funções como trabalhadores temporários, refletindo uma evolução positiva deste indicador.

Ao nível da **segurança do emprego**, nestes primeiros seis meses do ano, o Grupo CTT aplicou as progressões salariais garantidas previstas nos Acordos de Empresa resultantes do encerramento do processo de avaliação. Neste processo foram contabilizados os pontos necessários para a atualização das posições de

⁴⁴ Os dados dos acidentes de trabalho não incluem a Cacesa.

⁴⁵ A Taxa de Acidentes é a relação entre o número de acidentes total (i.e. reportados à Autoridade para as Condições do Trabalho) e total horas trabalhadas. O valor calculado foi multiplicado por um fator de 1 000 000 para permitir melhor legibilidade.

⁴⁶ Apenas se encontram abrangidos os trabalhadores que desempenham funções nas áreas certificadas pela Norma ISO 45001. Não obstante, todos os trabalhadores do Grupo CTT estão cobertos pelo próprio sistema de saúde e segurança no trabalho da Empresa.

referência ou escalões, consoante se trate do AE CTT ou do AE CTT Expresso.

Neste período deu-se continuidade às sessões de revisão de talento, tendo sido realizadas 33/35 sessões. Durante a próxima metade do ano está prevista a criação das *pools* de sucessão. As etapas seguintes de validação das *pools*, definição dos planos de desenvolvimento pessoal, ações de formação e percursos de carreira; deverão transitar para 2026.

O **Programa Reboot**, que tem como objetivo requalificar colaboradores com perfis diversos para assumirem novas funções no Grupo CTT — em particular na área da programação — encontra-se atualmente em fase de avaliação e acompanhamento. Após a receção de 400 candidaturas, 73 colaboradores participaram nas diferentes etapas do processo, incluindo o *Pré-Bootcamp*, avaliações intermédias e a fase final do *Bootcamp*, concluída no final de 2024. Deste grupo, foram selecionados 12 colaboradores no primeiro semestre de 2025, com perfis muito variados — desde carteiros a gerentes de loja — representando diferentes regiões do país e faixas etárias. Estes profissionais estão agora a ser acompanhados de perto pela equipa de projeto, com o objetivo de facilitar a sua integração nas novas funções e avaliar o impacto da iniciativa. Esta fase é essencial para consolidar os resultados alcançados e definir os próximos passos com base nas aprendizagens obtidas.

Equilíbrio entre vida pessoal e profissional

MDR-A | MDR-M | S1-4 | S1-5 | S1-15

O Grupo CTT manteve o compromisso com a promoção de um melhor equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar dos seus colaboradores, dando continuidade a um conjunto de medidas e benefícios neste âmbito. Entre estas iniciativas destacam-se a certificação efr, o programa de benefícios, compensação e apoios, bem como o plano de apoio social CTT.

No âmbito da certificação efr, a equipa efr do Grupo CTT desenvolveu um inquérito de satisfação sobre as medidas existentes, avaliando cada uma com base em quatro critérios: Conhecimento, Utilização, Satisfação e Valorização, numa escala de 1 a 5. O inquérito contou com a participação de 5 340 colaboradores de quatro empresas abrangidas pela certificação (CTT – 4 925, CTT Expresso – 373, Payshop – 34, CTT Contacto – 8), permitindo identificar as medidas mais valorizadas pelos colaboradores.

Relativamente às medidas com menor classificação, estas foram alvo de reavaliação interna, tendo sido reformuladas ou descontinuadas, de acordo com o *feedback* recolhido.

Para promover o conhecimento e a utilização das medidas (critérios de Conhecimento e Utilização), foi desenvolvida uma ação de formação massiva dirigida a todos os colaboradores das empresas abrangidas, disponibilizada na plataforma MyCTT. Esta ação de formação contou com a participação de 54 509 colaboradores.

Adicionalmente, foram desenvolvidas quatro novas medidas:

- **Crédito Automóvel para colaboradores do Grupo CTT** - esta medida oferece vantagens exclusivas para todos os colaboradores do Grupo CTT, para soluções de financiamento automóvel, como a redução em 50% das despesas iniciais; taxas de juro mais competitivas e sem reserva de propriedade;
- **Nascimento/adoção filhos** - esta medida consiste em assinalar o dia de nascimento de filhos/adoção com oferta de um produto de filatelia, nomeadamente o Livro Portugal em Selos do ano do nascimento do bebé;
- **Dia da Aposentação/Reforma** - esta medida consiste em assinalar o dia da aposentação/reforma com oferta do produto de filatelia Sobrescrito 500 anos dos Correios em Portugal, juntamente com uma carta de reconhecimento pela dedicação profissional e pelo contributo para o marco histórico dos 500 anos dos Correios;
- **Sou CTT Finanças**, uma App inovadora para um acompanhamento financeiro individual e exclusivo.

Ainda no âmbito das finanças, destaca-se a iniciativa **Promoção da Literacia Financeira**, um ciclo de *workshops* mensais abertos a todos os colaboradores com foco prático na tomada de decisões financeiras informadas. Foram realizadas cinco sessões, com 199 participantes. Além de reforçar a literacia financeira interna, estes *workshops* promovem o bem-estar individual e fomentam uma cultura organizacional que valoriza o equilíbrio financeiro como fator de saúde e produtividade.

No Grupo CTT, todos os trabalhadores (100%) têm direito a gozar licença de parentalidade e de apoio à família, tendo neste período 1 038 trabalhadores exercido este direito⁴⁷.

Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos

Formação e desenvolvimento

MDR-A | MDR-M | S1-4 | S1-5 | S1-13

A oferta de oportunidades de formação aos colaboradores do Grupo CTT centrada no desenvolvimento das suas competências e de liderança, contribui para o seu desenvolvimento profissional e pessoal, melhora a produtividade, a satisfação e motivação dos mesmos. Além disso, é também uma importante ferramenta para a promoção da capacitação contínua, a adaptação à mudança e a preparação das equipas para os desafios da transformação que o Grupo CTT enfrenta.

No âmbito de fomentar uma cultura de liderança, foi lançada, no 1.º semestre, uma nova versão do **programa Fast Track CTT**, desenhada especificamente para os líderes operacionais, com um formato renovado e conteúdos totalmente adaptados às suas necessidades. Prevê-se capacitar cerca de 400 líderes ao longo de 2,5 dias de formação, dando continuidade a esta jornada em 2026, abrangendo os restantes.

Além disto, ocorreu igualmente o desenho e implementação de dois programas estruturados de desenvolvimento de liderança, orientados para os diferentes níveis de responsabilidade e maturidade de gestão, com previsão de lançamento para 2.º semestre de 2025:

- **Programa RUMO**, dirigido ao *Top Management*, visa fortalecer a visão estratégica, a liderança transformacional e a capacidade de conduzir a organização em contextos complexos e desafiantes;
- **Programa CTT Líder +**, orientado para o *Middle Management*, foca-se na consolidação e desenvolvimento de competências críticas de liderança e gestão, o alinhamento estratégico e a mobilização de pessoas para resultados sustentáveis.

No Banco CTT, foi proporcionado a todas as chefias intermédias, neste 1.º semestre, a possibilidade de integrar o curso *Leadership Trust*, programa que decorre ao longo de um ano e que permite a estes colaboradores trabalharem no desenvolvimento pessoal e de competências de liderança.

Com estes programas, pretende-se reforçar competências de liderança ajustadas ao nível de responsabilidade, alinhar práticas de gestão com a estratégia organizacional, estimular a colaboração e a partilha de boas práticas entre líderes e preparar a liderança para responder aos desafios atuais e futuros.

No âmbito do desenvolvimento de competências, para além do habitual programa de formação, foi implementado o **Programa Evolução**, direcionado à capacitação da Rede Comercial. Este programa foca-se no desenvolvimento de competências comportamentais e comerciais essenciais à transformação do negócio, estruturando-se em quatro eixos de atuação:

- Liderança para Diretores Comerciais;
- Formação em Venda Consultiva;
- Jornada Digital de Atendimento e Vendas;
- Aprendizagem Assíncrona em Liderança e Agilidade, através da plataforma *LinkedIn Learning*.

Dos quatro programas previstos, dois já se realizaram este ano, nomeadamente o Programa de Liderança para Diretores Comerciais e Formação de Venda Consultiva. De momento, foram capacitados cerca de 144 colaboradores, num total de 3 696 horas de formação.

A plataforma *LinkedIn Learning* é igualmente utilizada para a promoção da aprendizagem contínua e autoaprendizagem. Através desta iniciativa, os colaboradores têm a oportunidade de desenvolver competências técnicas e comportamentais ao seu próprio ritmo, alinhando os seus percursos de aprendizagem com as necessidades individuais e organizacionais.

Para potenciar esta experiência, foram criados *Learning Paths* específicos por função ou área, concebidos para responder a necessidades concretas de formação. Neste contexto, realizaram-se também sessões abertas

⁴⁷ Este valor não inclui a Cacesa.

com o objetivo de capacitar os colaboradores para uma utilização eficaz da plataforma.

Adicionalmente, foi assegurada a integração de todo o catálogo de formação no MyCTT, facilitando o acesso e a gestão do processo de aprendizagem. No 1.º semestre, os resultados desta refletem o impacto positivo da mesma: 1 601 horas de visualização de cursos e *Learning Paths*, 915 cursos concluídos e 40 *Learning Paths* finalizados.

O desenvolvimento de jovens talentos continua a ser uma prioridade para o Grupo CTT. No entanto, durante o 1.º semestre de 2025, foi necessário direcionar recursos para outros programas estratégicos, estando prevista a retoma do **Programa Young Talent** em 2026, com novas ações. Ainda assim, mantêm-se em curso várias iniciativas com impacto neste público, como o **Programa de Literacia Financeira** e o reforço do investimento no programa de formação dedicado aos *Trainees*, que tem assegurado, ao longo do seu percurso, o desenvolvimento de competências e experiências-chave para a sua integração na Empresa.

Importa ainda referir que, no âmbito da **formação Reskilling/Upskilling**, desenvolvida anualmente em parceria com o IEFP, estão apenas previstas as ações de formação para o 2.º semestre. Este programa visa fortalecer a capacidade de trabalho em equipa e

capacitar para a mudança e para a aprendizagem contínua, contribuindo para o crescimento e motivação dos colaboradores no contexto organizacional.

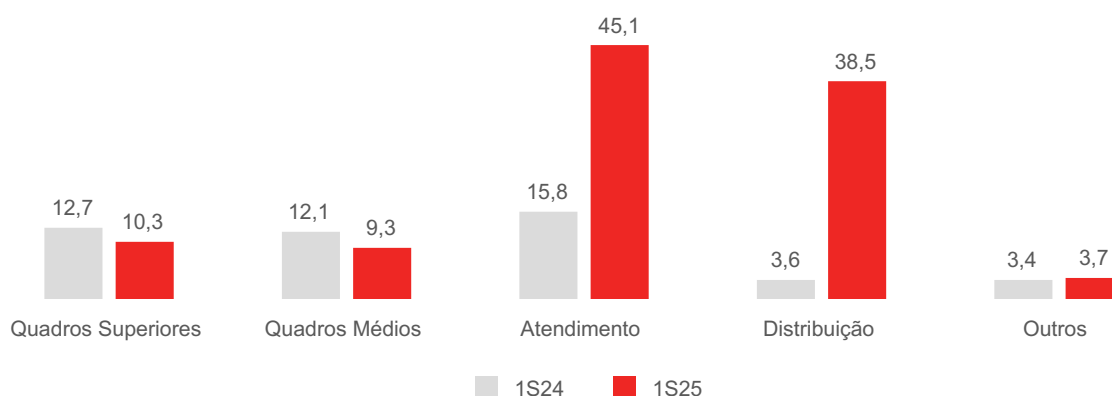
Como forma de promover a contínua aprendizagem, a valorização e desenvolvimento de competências, o Grupo CTT comparticipa financeiramente os colaboradores para a realização de formação académica especializada administrada por entidades externas. Na 1.ª fase de 2025, foram atribuídas comparticipações no valor total de 16 352,35€, correspondentes a duas licenciaturas, quatro pós-graduações e um programa executivo.

De destacar ainda que, em Moçambique, a Empresa promove ativamente o prosseguimento dos estudos pelos trabalhadores, visando o aumentar do grau de qualificação dos colaboradores, tendo apoiado um colaborador na realização de um mestrado.

No 1.º semestre foram realizadas mais de 140 mil horas de formação no Grupo CTT.

Número médio de horas de formação por género⁴⁸

Género	30.06.2024	30.06.2025	Δ	Δ%
Feminino	10,3	12,4	2,1	0,2
Masculino	6,2	9,3	3,1	0,5
Total	7,8	10,6	2,8	0,4



⁴⁸ Os dados de formação não incluem a Cacesa.

Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor

MDR-A | MDR-M | S1-4 | S1-5 | S1-9

No que respeita à promoção da igualdade de género em posições de liderança, o Grupo CTT reforçou os seus compromissos neste semestre ao nível da liderança feminina, pela renovação da parceria com a PWN Lisbon, proporcionando a 25 colaboradoras o acesso a todas as ações, iniciativas e condições exclusivas reservadas a associados.

No âmbito da iniciativa “**À conversa com Elas**”, realizou-se um evento com convidados especiais, centrado na valorização da liderança no feminino e na igualdade de género como motor de desenvolvimento organizacional, que contou com 69 participantes. Adicionalmente, foram promovidos dois almoços com membros do *Board*, envolvendo 16 colaboradoras, em momentos de partilha, escuta ativa e proximidade.

Além disso, a promoção da igualdade de género e de oportunidades é realizada também externamente, através da continuação da atribuição de [Bolsas Sociais no âmbito da Parceria EPIS/CTT](#) para jovens mulheres nas áreas das STEM (*Science, Technology, Engineering and Math*).

A somar a estas iniciativas, durante o 1.º semestre de 2025, foi dada continuidade à elaboração de conteúdos formativos e informativos sobre igualdade de oportunidades na carreira e igualdade de género. Estes conteúdos foram integrados em formações e na intranet, estando disponíveis a todos os colaboradores.

Para a segunda metade do presente ano está prevista a publicação do Plano para a Igualdade CTT 2026, que se encontra atualmente em elaboração.

No 1.º semestre de 2025, as mulheres representaram 40,2% das lideranças na gestão de topo e intermédias (i.e. Conselho de Administração, direções de 1.ª e 2.ª Linha), +1,4 p.p. do que no período homólogo do ano precedente.

Distribuição por género das chefias dos CTT

	Conselho de Administração	Diretores de 1.ª Linha	Diretores de 2.ª Linha	Total
Feminino	4	12	86	102
Masculino	7	34	111	152

Diversidade, emprego e inclusão de pessoas

MDR-A | MDR-M | S1-4 | S1-5 | S1-9 | S1-12

No âmbito da promoção da diversidade e do recrutamento inclusivo, o Grupo CTT definiu as suas linhas de atuação em conformidade com a Política de Diversidade e Inclusão, desenvolvida no final de 2024.

Em 2024, foi elaborado o **Manual de Recrutamento Inclusivo**, que começou a ser divulgado no primeiro semestre de 2025, tanto no recrutamento interno como externo, através do *template* de recrutamento.

Esta iniciativa visa garantir o cumprimento da Política de Diversidade e Inclusão, integrando no processo de recrutamento o compromisso da organização com a igualdade de oportunidades, a inclusão, a diversidade, a conciliação e a igualdade de género.

A divulgação dos compromissos do Grupo CTT em matéria de diversidade e inclusão foi também assegurada através dos embaixadores efr, cuja missão é atuar como agentes internos de disseminação de informação e boas práticas relacionadas com estas temáticas.

Para o 2.º semestre de 2025, com continuidade prevista em 2026, estão planeadas ações de formação em diversidade e inclusão dirigidas a todos os colaboradores. Estas formações terão um foco especial nos profissionais envolvidos em processos de seleção e recrutamento, com o objetivo de promover práticas isentas de enviesamentos e reforçar o compromisso do Grupo CTT com a capacitação nesta área.

Distribuição por faixa etária dos colaboradores dos CTT

Faixa etária	Total
<30	1620
30-50 anos	5688
Mais de 51 anos	6490

A percentagem de trabalhadores com deficiência aumentou para 2,4% (+ 0,5 p.p) face ao 1.º semestre de 2024. Este valor corresponde a 335 trabalhadores dos CTT, maioritariamente do género masculino (1,3% face a 1,2% do género feminino).

Medidas contra a violência e o assédio no local de trabalho

MDR-A | MDR-M | S1-4 | S1-5

A proteção dos colaboradores do Grupo CTT que mantêm contacto direto com o público, face ao risco real de agressões, continua a ser uma prioridade para a Empresa. Por isso, ao longo do primeiro semestre, foram mantidas e reforçadas as medidas de segurança nas lojas, com enfoque na prevenção e mitigação deste risco.

Durante este período, foram registadas três ocorrências, relacionadas maioritariamente com furtos, tanto no horário normal de funcionamento como durante o período de encerramento.

No que respeita às medidas mitigadoras face a estas ocorrências, a Empresa mantém como prioridade o reforço da segurança nas lojas, com o objetivo de proteger pessoas e bens — tanto colaboradores como clientes. Neste sentido, o Grupo CTT implementou um conjunto abrangente de medidas, que incluem:

- Sistemas de segurança eletrónica avançados, com videovigilância, alarmes e deteção de intrusão;
- Equipamentos de segurança física, como cofres de alta segurança, casas-fortes e sistemas de controlo de acesso;
- Sinalética exterior dissuasora, visível e clara, alertando para a presença de sistemas de segurança e vigilância;
- Policiamento reforçado em lojas localizadas em zonas de maior risco, em articulação com as autoridades locais;
- Serviço de vigilância privada adicional, ativado sempre que necessário, com vigilantes treinados e capacitados;
- Auditorias regulares de atualização contínua dos protocolos de prevenção.

Em complemento, o Grupo CTT dispõe de um manual interno de segurança das lojas próprias, com medidas que devem ser adotadas diariamente para a garantia da segurança nas instalações e orientações sobre procedimentos a tomar na eventualidade de ocorrência de situações de violência.

Sempre que necessário, a resposta a incidentes inclui a intervenção de assistentes sociais, no âmbito da atividade do Serviço Social, através da vertente de “Intervenção em Situações de Crise”. No entanto, durante o 1.º semestre, não se verificou a necessidade de acionar este tipo de intervenção, face às ocorrências registadas.

Todas estas medidas são aplicadas numa base regular para garantir a minimização do risco de ocorrências criminais, a continuidade do serviço e reforçar a segurança dos clientes e colaboradores.

Outros direitos relacionados com o trabalho

MDR-A | MDR-M | S1-4 | S1-5

Durante o 1.º semestre de 2025, o Grupo CTT continuou a promover o acesso a condições de habitação adequada aos colaboradores, mantendo neste período o Programa de Crédito Habitação Bonificado para colaboradores.

Este programa visa proporcionar condições mais favoráveis, face ao público em geral, nos contratos de Crédito Habitação, com a atribuição de financiamento a spread 0%, para aquisição, construção e obras em habitação própria permanente.

A iniciativa é realizada através do Banco CTT, sendo aplicável a todos os trabalhadores do Grupo CTT. Foi realizada a 1.ª fase de candidatura, tendo beneficiado 102 colaboradores.

Em Moçambique, o Grupo CTT continuou a promover o projeto de apoio à construção de casas e ao financiamento de aquisição de habitações, tendo sete colaboradores beneficiado deste apoio no período em análise.

5.3.2 Trabalhadores da cadeia de valor

MDR-A | MDR-M | S2-4 | S2-5

A atividade de transporte e distribuição do Grupo CTT é realizada com recurso à contratação de fornecedores de transporte em Portugal e em Espanha. Os trabalhadores destas empresas, que constituem os trabalhadores da cadeia de valor do Grupo CTT, estão naturalmente expostos a acidentes de viação com impacto na sua saúde e nas suas vidas.

Face a este risco, o Grupo CTT compromete-se a promover práticas laborais justas e seguras ao longo de toda a sua cadeia de valor, em particular junto das empresas de transporte subcontratado, numa primeira instância, aquando da contratação dos mesmos.

Com o apoio da plataforma *Ariba Spend Management* que centraliza e realiza a gestão de processos de consulta e contratos com fornecedores, todas as empresas de transporte subcontratadas são convidadas a aceitar o Código de Ética e a Política de Compras Responsáveis do Grupo CTT, que definem requisitos sociais, ambientais e éticos para se qualificarem como fornecedores, sendo condição essencial para se tornar parceiros do Grupo CTT. Esta exigência constitui uma ferramenta fundamental para prevenir, mitigar e reparar impactos negativos nas condições de trabalho, especialmente no que respeita à saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores da cadeia de valor. Neste primeiro semestre, não houve a necessidade de reforçar a rede de parceiros desta tipologia, pelo que todos estes já se encontravam qualificados.

Para sensibilizar os parceiros para a segurança rodoviária e promover boas práticas entre eles e os seus trabalhadores, o Grupo CTT disponibiliza uma plataforma (Espaço PARCEIROS) dedicada à prevenção da sinistralidade rodoviária entre os trabalhadores assalariados de distribuição.

Durante o 1.º semestre de 2025, foram partilhadas *newsletters* no Espaço PARCEIROS, também divulgadas internamente no Grupo CTT. Está prevista a sua continuidade à medida que forem realizadas novas atualizações.

Adicionalmente, o Grupo CTT realizou um questionário aos seus fornecedores de serviços de transporte e distribuição, especificamente os que realizam rotas de última milha, no sentido de acompanhar a sinistralidade na cadeia de valor. Foram comunicados 10 acidentes, maioritariamente associados a trabalhadores de género masculino, tendo os mesmos resultado em 220 dias perdidos.

5.3.3 Envolvimento com a Comunidade

Partilha de valor e proximidade com as comunidades

MDR-A | MDR-M | S3-4 | S3-5

O Grupo CTT prima pela proximidade com as comunidades envolventes, em especial aquelas em regiões mais isoladas, e por um papel ativo na promoção de impacto social e ambiental positivo em grupos vulneráveis. Neste sentido, procura contribuir para o desenvolvimento e enriquecimento das comunidades através das suas atividades, competências internas e áreas de negócio, atuando na mitigação da pobreza e da exclusão social, bem como na promoção da cultura, da educação, da saúde e da proteção ambiental.

Fazendo uso das **competências do negócio** dos CTT, foram desenvolvidas diversas iniciativas, algumas das quais de continuidade já iniciadas em anos anteriores e das quais se destacam as seguintes.

Neste âmbito, destaca-se a **parceria** dos CTT e da Sociedade Portuguesa de Ecologia (SPECO) para a promoção do projeto “**Pergunta a um Ecólogo**”, que visa aproximar as escolas da comunidade científica, estimulando o espírito crítico e promovendo uma cidadania ambiental ativa. Durante este período, foi concluída a 3.ª edição deste projeto que envolveu 35 escolas em Portugal e 99 turmas. Participaram cerca de 1 980 alunos, que submeteram 314 perguntas, enviadas através de 37 cartas. Para responder a estas questões, a SPECO mobilizou 49 ecólogos.

Adicionalmente, no decurso deste semestre foi estabelecida uma parceria com a Native Scientists, no âmbito do programa “**Cientista Regressa à Escola**”, que leva cientistas a escolas do 1.º ciclo com o objetivo de promover a literacia científica e combater desigualdades educativas. A primeira fase no terreno dará início em setembro de 2025 e contempla a oferta de 400 saquetas de Correio Verde para o envio de materiais didáticos a escolas em Portugal.

Já em 2024, os CTT iniciaram um projeto-piloto **com a Koiki**, um prestador de serviços de distribuição em bicicleta que colabora com instituições de apoio social para empregar pessoas em situação de desemprego prolongado, de exclusão social e em risco de pobreza. Tendo sido testadas várias rotas nas áreas de atuação do parceiro, em Portugal, destaca-se o sucesso do

acolhimento do primeiro distribuidor koiki num dos centros de distribuição postal em Lisboa, totalmente integrado e que se mantém em operação, e a distribuição de aproximadamente 6 142 objetos no primeiro semestre. Atualmente, a continuidade desta parceria encontra-se a ser avaliada.

Em Moçambique, as ações de apoio à saúde das populações locais através da distribuição de medicamentos e da realização de análises médicas, foram continuadas durante o primeiro semestre, embora com interrupções pontuais resultantes da decisão dos Estados Unidos de suspender diversos fundos humanitários na região.

Complementarmente, o Grupo CTT promove o **uso das competências internas para apoio ao desenvolvimento educacional e profissional de jovens**.

Desta feita, os colaboradores dos CTT são convidados a participar, regularmente e de forma voluntária, em iniciativas de capacitação de jovens para a entrada no mercado de trabalho, de promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades, fazendo uso das suas competências, das suas áreas de interesse, e doando tempo (em horário laboral) em prole da comunidade.

No 1.º semestre, 31 voluntários dedicaram cerca de 629 horas ao apoio de 625 alunos, no âmbito das parcerias com as organizações **EPIS e Junior Achievement** (em Portugal e em Espanha).

No âmbito da parceria com a EPIS, destaca-se o apoio dos CTT ao projeto **Bolsas Sociais**, no âmbito do qual tem atribuído, anualmente, cinco bolsas a jovens raparigas, estudantes do ensino superior das áreas de Engenharia e apoiadas pelas EPIS, para que possam prosseguir com os seus estudos durante o período do curso de 3 anos. As bolseiras participam também no programa de Embaixadores do Grupo CTT, através do qual acompanham a Empresa em eventos, feiras de emprego e outras iniciativas, criando uma ligação mais próxima aos CTT e ganhando alguma experiência em contexto corporativo. Ao longo do programa, participaram ainda em *workshops* promovidos pelo Grupo CTT, úteis para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Relativamente à parceria com a Junior Achievement, destaca-se a participação de 12 voluntários dos CTT no programa educativo **“Programa Ensino Básico”**, através do qual dinamizaram atividades práticas e interativas em escolas das suas zonas de residência ou

laboral desenhadas para desenvolver competências essenciais junto dos alunos deste ciclo. O programa resultou numa experiência positiva para os voluntários e para o total de 300 alunos impactados pelos mesmos. Adicionalmente, mais quatro voluntários participaram na avaliação de candidaturas do **“Programa Ensino Secundário”** que teve um impacto positivo junto de 240 estudantes.

O **voluntariado corporativo** desempenha um papel estratégico no fortalecimento da relação dos CTT com as comunidades envolventes e no apoio às suas necessidades, sendo incentivada a participação dos colaboradores neste tipo de ações.

Neste âmbito, no 1º semestre de 2025 foram promovidas 28 ações de voluntariado em Portugal e em Espanha, envolvendo 422 voluntários CTT (-43% que no período homólogo de 2024) que dedicaram 2 348 horas (-35% t.v.h.) em prole da comunidade e em causas ambientais e sociais com as quais se identificam.

O Grupo CTT compromete-se ainda a dedicar **1% do EBIT Recorrente para apoio à comunidade** e, no 1.º semestre, doou 354 213,43€ (0,76% do EBIT recorrente) associações e organizações não governamentais dedicadas a dar apoio social. Face ao valor investido pelo Grupo CTT no período homólogo (+0,74% no primeiro semestre de 2024 que nos período de relato), já não se verificou a necessidade de realizar doações excecionais de produtos de loja descontinuados. No entanto, é de realçar que o Grupo CTT mantém a previsão de cumprimento da meta anual com base nos projetos planeados até ao final do ano.

Capilaridade, granularidade e universalidade das redes logística e de retalho

MDR-A | MDR-M | S3-4 | S3-5

O dimensionamento da rede postal é determinado por dois fatores críticos: a capacidade de gerar negócio e as obrigações de prestação do referido serviço público de caráter universal. Este serviço universal significa que o Grupo CTT é um operador que se compromete a prestar serviço em todo o território, de forma permanente, até nos lugares mais recônditos, sem exceções e ao mesmo preço.

Neste contexto e quando necessário, são estabelecidas soluções com parceiros locais, preferencialmente Juntas de Freguesia, preservando desta forma a relação de proximidade e confiança que têm mantido com os clientes e população e assegurando a qualidade de serviço.

Conforme previsto no Contrato de Concessão, existem objetivos de densidade da rede postal, que consideram fatores como a distância a percorrer pelos clientes para acederem ao ponto de acesso mais próximo, ponderando a natureza urbana ou rural das áreas geográficas, bem como a acessibilidade dos cidadãos aos vários serviços de correio e aos horários em que o podem fazer.

O integral cumprimento dos objetivos definidos reforça a intenção do Grupo CTT de manter uma rede de proximidade e de conveniência junto dos clientes e da população em geral.

Neste âmbito, e no cumprimento das exigentes obrigações associadas à concessão do Serviço Postal Universal, o Grupo CTT monitorizou ativamente diversos indicadores relacionados com os objetivos de densidade da rede postal. Com base em sistemas de georreferenciação e estudos populacionais (CENSOS), esses indicadores são reportados trimestralmente à Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), entidade responsável pela regulação e supervisão do setor postal.

A densidade da rede de estabelecimentos postais (EP) foi analisada com base na distribuição da população no território nacional, na distância entre pontos de acesso, na natureza urbana ou rural das zonas abrangidas e na evolução do tráfego e da procura. No 1.º semestre de 2025, o Grupo CTT assegurou uma cobertura nacional com uma média de 4 359 habitantes por ponto geográfico de acesso, refletindo o compromisso com a proximidade e a acessibilidade dos seus serviços em todo o país.

Ao nível da rede de marcos postais (M&CC) e com o objetivo de garantir uma forte presença territorial e assegurar o acesso universal ao serviço postal, registou-se, em Portugal, uma média de 1 077 habitantes por ponto de acesso. Esta cobertura foi ainda mais próxima em zonas predominantemente rurais (402 habitantes por M&CC) e de 1 665 e 763 habitantes em zonas urbanas e medianamente urbanas, respetivamente.

Importa ainda destacar que todas as freguesias do país continuam a dispor de, pelo menos, um marco postal, garantindo assim um ponto de acesso para o envio de correio normal nacional em cada território.

A densidade desta rede foi medida com base em vários indicadores, como o número de habitantes por

equipamento, a natureza urbana ou rural das zonas abrangidas e a cobertura por freguesia.

Neste período, o Grupo CTT assegurou igualmente o cumprimento das ofertas mínimas de serviço, com especial atenção à cobertura territorial e à inclusão. Para os clientes com deficiência visual, manteve-se a disponibilização dos cecogramas, um produto específico que garante acessibilidade na comunicação postal.

Em Portugal, todos os concelhos contam com pelo menos um estabelecimento postal (EP), sendo que em 99,7% desses concelhos existiu pelo menos um EP a funcionar todos os dias úteis durante um mínimo de seis horas diárias, durante o período de relato. Nos restantes 0,3%, o horário mínimo assegurado foi de três horas por dia. Além disso, 76,1% dos EP prestaram serviços de citações e notificações postais.

Apenas 0,7% dos EP operaram com horário reduzido, respeitando integralmente os limites definidos: no máximo 20% dos EP por concelho, ou apenas um EP nos concelhos com menos de cinco estabelecimentos.

Como resultado destas medidas, no 1.º semestre de 2025, a rede de contacto com o público incluía 2 373 pontos de acesso em funcionamento, entre eles 567 lojas CTT e 1 806 postos de correio. Paralelamente, a rede de marcos e caixas de correio integrou 10 706 equipamentos, distribuídos por 9 606 localizações geográficas em todo o território nacional.

O Grupo CTT mantém, assim, a maior rede de contacto com o público em Portugal, desempenhando um papel essencial na promoção da coesão social em todo o território. A sua presença continua a ser um fator determinante, não apenas pela dimensão social que representa, mas também pela proximidade e acessibilidade dos seus produtos e serviços, disponíveis de forma abrangente em todo o país.

Melhoria de acessibilidade a serviços para pessoas com deficiência

MDR-A | MDR-M | S3-4 | S3-5

Desde 2024, os CTT, em parceria com a Serviin, disponibilizam um serviço gratuito de vídeo interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP) no atendimento aos clientes. Esta é uma parceria que, além de inovadora em Portugal, veio quebrar barreiras de comunicação, até agora existentes, no acesso a serviços por parte da comunidade surda e contribuir para uma sociedade mais inclusiva. O *feedback* de satisfação por parte dos utilizadores foi notório,

reconhecendo o impacto positivo que este serviço tem tido nas suas vidas. Motivados por este retorno positivo, o Grupo CTT definiu como objetivo integrar o serviço de LGP em todas as lojas próprias em 2025.

Este compromisso concretizou-se no primeiro semestre de 2025, com a extensão da parceria à rede de lojas físicas. Desde abril, todas as lojas CTT passaram a disponibilizar atendimento presencial com interpretação em LGP de forma gratuita. Este serviço vem robustecer a inclusão da comunidade surda no atendimento presencial, reforçando a proximidade do Grupo CTT a esta população.

Durante o 1.º semestre de 2025, este serviço tratou 93 contactos na Linha de Apoio a Particulares CTT e seis presenciais nas lojas CTT.

5.3.4 Satisfação e experiência dos Clientes

Gestão de relações com clientes

MDR-A | MDR-M | S4-4 | S4-5

A oferta de produtos e serviços do Grupo CTT reflete o compromisso contínuo com a inovação, a conveniência e a excelência no relacionamento com os clientes.

Durante o primeiro semestre de 2025, este compromisso traduziu-se na concretização de diversas iniciativas que vieram reforçar a proposta de valor da marca e promover uma experiência mais autónoma, eficiente e integrada para os diferentes segmentos de clientes.

O Grupo CTT posiciona-se como um parceiro de confiança no dia a dia dos cidadãos e das empresas, respondendo de forma proativa às necessidades do mercado, através da diversificação e modernização do seu portefólio de oferta, com soluções digitais, sustentáveis e orientadas para a proximidade.

No âmbito da integração de **Inteligência Artificial Generativa no Fórum de Cliente B2C**, foi realizada uma extração de dados do canal digital com vista à experimentação da solução. Neste momento decorrem os desenvolvimentos necessários para a sua implementação plena em todo o canal.

A **Super App** e **Super Portal**, soluções orientadas para os segmentos particular e empresarial, permitem uma gestão mais autónoma, eficiente e integrada dos serviços, melhorando a experiência do cliente e

otimizando processos operacionais. No fecho do 1.º semestre, estas plataformas registaram 15 mil e 437 clientes ativos, respetivamente.

No segmento E&E, destaca-se o lançamento do primeiro cacifo da rede **Locky** alimentado a energia solar, em Lisboa, um protótipo que está em análise com vista a um *roll-out* mais alargado em Portugal e Espanha a partir de 2026.

Paralelamente, a expansão sustentada da rede Collectt e da rede Locky tem contribuído para a consolidação de pontos de entrega centralizados, otimizando a operação logística e aumentando a conveniência para o cliente final. No 1.º semestre de 2025, a rede Locky era composta por mais de 1 100 cacifos inteligentes em funcionamento, a maior rede do género em Portugal. Estes cacifos integram a rede Collectt, a marca do Grupo que agrega todos os pontos de entrega e recolha de encomendas na Península Ibérica, que atingiu mais de 20 mil pontos *Pick & Drop*.

Oferecer maior conveniência e poupança no envio de encomendas foi também possível através do **Pack Expresso**. Dirigido a clientes particulares e empresariais, esta solução inovadora pré-paga consiste numa oferta agregadora de produtos e serviços ajustável a diferentes níveis de consumo, promovendo a fidelização e a estabilidade de receita. O Pack Expresso registou um crescimento de 22% no volume de vendas, refletindo a sua crescente adoção e relevância no portefólio de soluções de expresso.

Ao nível do correio, a nova modalidade **AR Digital** (Aviso de Receção) - que coexistirá com a versão física - foi lançada, numa primeira fase, para clientes empresariais com contrato. Esta funcionalidade permitirá a integração do pedido de AR em ficheiros de pré-aviso, assegurando a recolha certificada de assinatura no destino e o respetivo retorno digital ao remetente.

Ainda neste âmbito, o **Selo Digital**, que possibilita o envio *self-service* de objetos postais, foi disponibilizado inicialmente, através das máquinas de *vending*, para os produtos Correio Azul e Correio Normal. A segunda fase, atualmente em curso, contempla o alargamento ao produto Correio Registrado.

A aposta em serviços *self-service* foi também promovida através dos **marcos de correio de nova geração**. Este projeto inovador em desenvolvimento transforma marcos de correio em autênticas lojas *self-service* disponíveis 24 horas por dia. Além de assegurarem a

colocação de correspondência no recetáculo postal, este novos marcos permitem, agora, também receber e enviar encomendas em cacifo Locky e comunicam novidades CTT através dos seus ecrãs digitais. Foram já implementados dois novos marcos em Lisboa e no Porto, a somar ao primeiro instalado em 2024.

No âmbito da rede de lojas CTT, as **Lojas de Novo Conceito** refletem a estratégia de modernização e proximidade da marca ao oferecerem uma experiência de atendimento mais eficiente, digital e centrada no cliente. Com a abertura de mais duas lojas, os CTT reforçam, assim, o compromisso do Grupo em alargar a rede de espaços inovadores, ajustados às novas exigências dos consumidores e alinhados com a transformação digital em curso.

Adicionalmente, importa referir que o lançamento da plataforma “*Programmatic Advertising*” se encontra temporariamente suspensa e em reavaliação.

Em alternativa, embora num âmbito distinto, avançou-se com o *revamp* da Via CTT 2.0, reforçando as suas capacidades e posicionando-o como canal de eleição para comunicações eletrónicas com o cidadão.

Para reduzir **falhas na entrega de objetos**, ineficiências operacionais, incumprimentos de qualidade e risco associado, o Grupo CTT investe continuamente na melhoria dos seus processos e na resolução eficaz destas situações.

No âmbito do sistema de melhoria contínua Voz do Cliente, a atividade do grupo de acompanhamento de indemnizações do Grupo CTT centrou-se nas seguintes ações de melhoria:

- Maior frequência e melhor reporte semanal (desenvolvimento de *power bi* com métricas de acompanhamento para as equipas);
- Reuniões de acompanhamento periódicas com a equipa de trabalho constituída por várias

áreas (qualidade das operações, comercial, pós-venda e outras);

- Criação e acompanhamento de um plano de ações para o *top* de clientes indemnizados.

No 1.º semestre de 2025, deram entrada 120 603 processos de reclamação de serviço referentes às áreas de negócio Correio e Expresso, revelando um acréscimo de 15% face ao período homólogo de 2024. Os motivos de reclamação mais frequentes estão relacionados com extravio de objetos e/ou atrasos na entrega (46% do total).

As indemnizações aprovadas a clientes corresponderam a um valor global de 1 035 375 €, verificando-se um decréscimo de 44% face ao mesmo período do ano anterior. Deste valor, 856 706 € traduziram-se em indemnizações aprovadas a clientes contratuais, uma diminuição de 46% relativamente ao ano de 2024.

No segmento de clientes Ocasionais, foram processadas indemnizações no valor de 178 669 €, verificando-se um decréscimo de 25% face ao mesmo período do ano anterior. Na Expresso foram processadas indemnizações no valor de 828 450 €, representando uma descida de 26% face a 2024 e na área de negócio do Correio registou-se um valor de 206 925 €, menos 71% que no ano anterior.

As causas mais frequentes das indemnizações são os danos e os extravios de objetos que correspondem a 80% do total do valor indemnizado.

5.4 Informações de governance

5.4.1 Conduta empresarial

Ética, transparência e anticorrupção

MDR-A | MDR-M | G1-3 | G1-4 | S1-17

No decorrer do primeiro semestre, o Grupo CTT procedeu à elaboração da Política para Prevenção de

Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e promoveu diversas ações de formação, de

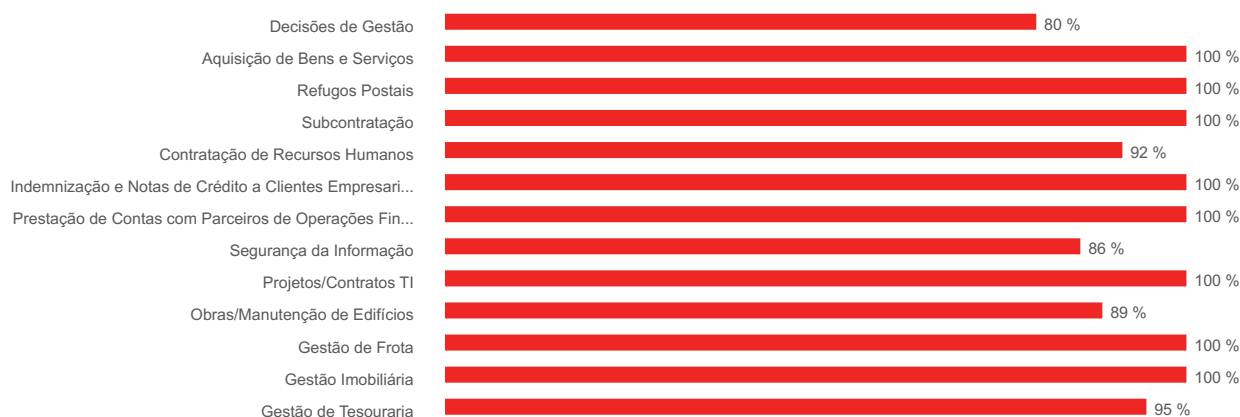
continuidade, no âmbito dos princípios e práticas éticas adotadas pela Empresa, destacando-se:

- Formação no âmbito das políticas e dos procedimentos de combate à corrupção adotados pela organização, nomeadamente o Código de Conduta e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, o Plano de Prevenção de Riscos de Infrações Conexas, a Política para Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e o Regulamento

de Procedimentos de Comunicação de Infrações, que contaram com 10 394 participações e um total de 20 852,0 horas, incluindo os membros de administração e fiscalização do Grupo CTT. Estas ações de formação são atribuídas automaticamente a todos os novos colaboradores.

- A formação nesta temática para as funções consideradas de risco em termos de corrupção e infrações conexas correspondeu a:

Percentagem de formação de funções de risco



- Formação interna sobre o Código de Ética que envolveu 2 256 participantes que concluíram o curso com sucesso, somando 4 376,4 horas. Além da formação e de ações de divulgação internas, a Comissão de Ética promoveu também *workshops* e debates sobre os princípios e compromissos do Código de Ética para assegurar que todos os colaboradores o conheçam bem;
- Formação sobre o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, a Política de Denúncia de Infrações (“*Whistleblowing*”) e procedimentos relativos a direitos humanos, como a igualdade e não discriminação no âmbito do Plano para a Igualdade, que contou com 11 592 participações, totalizando 22 846 horas de formação.

Ainda neste âmbito e no que respeita ao processo de qualificação de fornecedores, todos os 103 novos fornecedores responderam ao Questionário BCFT (Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do

Terrorismo) conforme previsto na Política de Compras Responsáveis. Apenas um destes fornecedores foi recusado, não sendo qualificado.

Ao nível da atividade do Canal de Ética, foram recebidas 58 comunicações, destacando-se a utilização crescente deste canal por todas as partes interessadas.

A análise das comunicações recebidas não registou qualquer prática ou conduta ilícita e/ou irregular, nem incidentes relacionados com a violação de direitos humanos de trabalhadores assalariados, não assalariados, ou da cadeia de valor do Grupo CTT. Também não foram detetadas situações de trabalho forçado, trabalho infantil ou tráfico humano. Adicionalmente, não se registaram multas, penalizações ou compensações por danos associados.

No que respeita às atividades regulares de inspeção, realizadas todos os anos, no período de relato não foram registados casos nem aplicadas sanções por motivo de corrupção e infrações conexas, quer no Grupo CTT, quer nas partes interessadas externas.

Ainda assim, em resultado das ações internas de auditoria e inspeção foram identificados 20 casos de peculato ou peculato de uso no Grupo CTT, cujas naturezas corresponderam a apropriação de valores, violação de objetos/furto e utilização abusiva de facilidade concedida pelos CTT, em Portugal. Destes, existiram três casos relacionados com trabalhadores em que foi aplicada a sanção de despedimento e quatro situações em que houve denúncia de contrato de prestação de serviços. Neste primeiro semestre, estas ações de auditoria e de inspeção permitiram auditar 56 lojas CTT, 24 Pontos CTT e 34 centros de distribuição postal, representando respetivamente 10%, 7% e 16% do universo elegível.

5.4.2 Privacidade de dados e segurança da informação

Proteção de dados pessoais

O Grupo CTT manteve o seu compromisso com o rigoroso respeito pela privacidade das diferentes categorias de titulares de dados, refletindo este princípio no seu Código de Ética e nas Políticas de Privacidade, destinadas aos seus colaboradores e clientes.

Como parte deste compromisso, os Encarregados de Proteção de Dados (DPO) das empresas que integram o Grupo CTT realizaram, trimestralmente, reuniões de alinhamento, nas quais é promovida a partilha de informação, a discussão de desafios comuns e a definição de prioridades conjuntas. Na sequência das mesmas, foi definido um conjunto de metodologias e procedimentos transversais ao Grupo CTT com vista a assegurar a proteção de dados em todos os novos projetos, produtos e/ou serviços. Estes instrumentos permitem avaliar e monitorizar o impacto potencial sobre a esfera privada dos titulares dos dados através da realização de avaliações de risco e de impacto, garantindo assim a adoção efetiva do princípio da *Privacy by Design*.

Destaca-se ainda a implementação do *software* Formalize para a gestão centralizada dos temas de privacidade e proteção de dados, o levantamento e a revisão de todos os Registos de Atividades de Tratamento (RAT), bem como a elaboração de Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD) para todas as atividades de tratamento classificadas como de risco elevado.

Além da implementação destas medidas técnicas de segurança, alinhadas com as melhores práticas do setor, o Grupo CTT reconhece que a sensibilização e

consciencialização dos colaboradores para a importância da privacidade é essencial para assegurar a proteção eficaz desses dados. Assim, o plano de formação passou a integrar ações de formação obrigatórias nesta matéria. No decurso do 1.º semestre, foram realizadas 6 397,5 horas de formação, abrangendo 6 015 colaboradores.

O Grupo CTT procura ainda assegurar a transparência no tratamento de dados pessoais. Neste sentido, foi prestada, regularmente, informação clara no âmbito das operações de tratamento realizadas neste período, tanto nas políticas de privacidade dirigidas a trabalhadores e clientes, como nos termos e condições dos serviços prestados, *websites* e aplicações disponibilizados.

Esta documentação inclui os contactos do DPO e toda a informação necessária para que os titulares possam exercer os seus direitos, solicitar esclarecimentos adicionais ou apresentar reclamações relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais.

Cibersegurança nos CTT

MDR-A | MDR-M

Registou-se um aumento da criminalidade informática no ciberespaço nacional durante o 1.º semestre de 2025. As principais ameaças corresponderam a *ransomware*, *malware*, engenharia social, ameaças contra dados e disponibilidade, desinformação e ataques à cadeia de abastecimento.

O *ransomware* foi a ciberameaça com maior relevância, seguindo-se os ataques de *phishing* e *smishing*, por vezes acompanhados pelo uso enganador de identificador de SMS da entidade autêntica (também conhecido como *spoofing*).

Neste sentido, o Grupo CTT continuou a desenvolver iniciativas dentro dos seis pilares do referencial adotado para a segurança da informação, a *NIST - CSF - National Institute of Standards and Technology - Cybersecurity Framework*, destacando-se:

- **Governar:**
 - Aprovada a política Geral da Segurança da Informação com um corpo normativo e um modelo de governo para a segurança da informação;
 - Realizado o alinhamento do fluxo de registo de incidentes de segurança

com as recomendações do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS).

- **Identificar:**

- Definido e implementado um plano de ação para remediação e melhorias sobre os ativos críticos *Active Directory* (AD) e Office 365;
- Adquiridas e implementadas soluções tecnológicas para suportar a gestão de vulnerabilidades e gestão de acessos e identidades;
- Executada a avaliação de cibersegurança consoante o Regulamento [DORA](#) (*Digital Operational Resilience Act*) e a Diretiva [NIS2](#) (*Network and Information Security Directive 2*).

- **Proteger:**

- Realizadas campanhas de simulação de *phishing* e *malware*, no mínimo uma vez por trimestre, com conteúdos formativos;
- Partilha de boas práticas e conteúdos aos trabalhadores através de comunicações internas;
- Monitorização dos ecossistemas mais críticos para garantir que a autenticação é federada com a AD da Empresa;
- Realizados diversos *pentestings* com recurso a serviços externos e internos.

- **Detectar:**

- Capacidade de recolher, correlacionar e definir casos de uso foi robustecida;
- Transitou-se a monitorização de eventos para a monitorização de comportamentos.

- **Responder:**

- Introduzidas melhorias na capacidade de resposta e a automatização das mesmas;

- Consulta para a contratação de serviços especializados para uma operação de eventos de segurança (serviços SOC - *Security Operations Center*) que reúne um conjunto de valências, nomeadamente ao nível da deteção e resposta.

- **Recuperar:**

- Renovação tecnológica de ativos de rede e descontinuação de protocolos inseguros.

5.4.3 Transformação do negócio

Desenvolvimento da oferta e inovações tecnológicas

MDR-A | MDR-M

Criação de novos produtos e serviços

A **diversificação da oferta e a criação de novas linhas de negócio**, aliadas ao **investimento em projetos inovadores**, permitem ao Grupo CTT reforçar a sua competitividade, melhorar a experiência do cliente e **reduzir a dependência de áreas de negócio e/ou clientes específicos**. Esta abordagem promove a eficiência operacional, a diferenciação no mercado e o crescimento sustentável do Grupo CTT. Neste sentido, os CTT continuaram a reforçar a sua oferta com a implementação de novos produtos e serviços.

A **App CTT** continuou a afirmar-se como um pilar central da transformação digital do Grupo CTT. Menos de um ano após o seu lançamento, a funcionalidade de subscrição de **Certificados de Aforro** ultrapassou os 100 milhões de euros, demonstrando a forte adesão dos utilizadores.

Paralelamente, a App tem vindo a evoluir para uma verdadeira super App do ecossistema CTT, com novas funcionalidades e valências lançadas no período de relato, tais como o pagamento de portagens via MBWay, o envio de correio azul internacional e a associação automática de objetos postais à conta do utilizador, facilitando o acompanhamento de envios (*Track & Trace*).

Destaca-se ainda a evolução da plataforma digital **Nova Via CTT**, com a sua disponibilização na App CTT — uma melhoria significativa que facilita a gestão de

correspondências e encomendas, promove a digitalização dos processos e melhora a experiência do cliente. Esta evolução foi acompanhada por uma análise da progressão dos envios digitais.

Através da Payshop, a marca de pagamentos do Grupo CTT, foi lançada a **solução POP by Link**, uma funcionalidade inovadora que permite aos comerciantes aceitar pagamentos de forma simples, rápida e segura, sem necessidade de *website* ou terminal físico. Com esta solução, basta gerar um *link* de pagamento no *backoffice* do POP (*Payshop Online Payments*) e enviá-lo por SMS, *e-mail* ou redes sociais, permitindo ao cliente final pagar com toda a comodidade, onde quer que esteja.

A comodidade e conveniência dos clientes continuam a ser reforçadas com a expansão dos **Cacifos Locky**. Durante este semestre, o Grupo CTT deu continuidade à evolução desta solução, oferecendo serviços de *self-service* que permitem diversificar a oferta e atrair novos públicos. Assim, os Locky representam uma alternativa prática para quem vende e para quem compra *online*, oferecendo total flexibilidade: os destinatários escolhem o cacifo mais conveniente no momento da compra e decidem quando levantar o objeto após a sua entrega.

Os serviços *self-service* continuaram a ser promovidos também através dos **marcos de correio de nova geração**, que veem transformar os marcos clássicos em lojas *self-service* disponíveis 24 horas por dia.

Para reforço da **experiência digital**, o Grupo CTT tem vindo a consolidar a sua presença tanto no segmento B2C, como no B2B. Para os clientes particulares, a aposta passou por acelerar a digitalização da oferta. Já para o universo empresarial, está em fase final o desenvolvimento de um portal único de correio e expresso pensado para simplificar a experiência dos clientes empresariais.

Importa ainda referir a iniciativa os **Bairros Comerciais Digitais CTT** que visa acelerar a digitalização do comércio local, ajudando os comerciantes a expandirem a sua presença *online* e a fortalecerem a ligação com a comunidade. Nesta iniciativa, o Grupo CTT disponibiliza apoio técnico e logístico na implementação das soluções digitais, promovendo a modernização do tecido comercial e a sua adaptação aos novos hábitos de consumo.

Inovação operacional e corporativa

Prosseguiu-se a aposta na tecnologia de captura de dados (*data capture*) como elemento essencial para a otimização das operações e da logística. Através de soluções como sensores, leitores de códigos de barras, RFID e visão computacional, foi possível recolher e analisar informação em tempo real com elevada precisão. Esta abordagem permite aumentar a rastreabilidade, melhorar a qualidade dos processos e acelerar os tempos de processamento. Embora a experiência do cliente não seja diretamente alterada, beneficia de forma indireta com entregas mais rápidas e fiáveis. A implementação destas soluções contribui assim para uma gestão operacional mais eficiente, potenciando a produtividade e a redução de custos.

Ao nível da Inteligência Artificial (IA), a sua utilização continuou a ser uma alavanca para a eficiência dos processos internos e para a melhoria da experiência do cliente. Destacam-se iniciativas como o *ChatBot* Helena, integrado nos *Modern Channels*, o *Predict* e uma Prova de Conceito para contagem de subscritos nos centros de distribuição.

O *ChatBot* Helena, baseado em IA Generativa, proporciona assistência em tempo real, com interações mais personalizadas e dinâmicas, aproximando-se da experiência de uma conversa humana. Alimentado por uma base de conhecimento abrangente e ligado a sistemas internos, permite fornecer respostas específicas e atualizadas, reduzindo a taxa de abandono e aumentando a deflexão.

O desenvolvimento do *Predict* permite prever janelas horárias de entrega com maior precisão, aumentando a satisfação do cliente e o número de entregas à primeira tentativa.

Complementarmente, a tecnologia de contagem de correio, que ainda se encontra em desenvolvimento, irá permitir melhorar a eficiência e planeamento da entrega, podendo futuramente ser aplicada a outros processos, com vista à sua otimização.

A *Internet of Things* (IoT) continuou a ser explorada para garantir a telemetria e rastreabilidade total ao longo da cadeia logística. A recolha e análise de dados em tempo real sobre o estado, localização e condições do transporte das mercadorias permite uma gestão mais eficaz de ativos e recursos, promovendo eficiência operacional, e oferecer serviços de valor acrescentado a atarquias e empresas.

Neste âmbito, o Grupo CTT desenvolveu pilotos em parceria com universidades e *startups*, utilizando sensores e dispositivos para monitorizar ativos logísticos, como cacifos inteligentes e veículos. Estas iniciativas, integradas nas Agendas Mobilizadoras do PRR (Route25 e Be.Neutral), asseguram rastreamento contínuo (*end-to-end*) e controlo de ativos críticos, criando as bases para uma operação logística mais transparente e eficaz.

Para os clientes — municípios, empresas e consumidores —, a solução IoT oferece *dashboards* centralizados com informação em tempo real sobre o transporte, localização e previsões de entrega, permitindo decisões logísticas mais informadas e reforçando a confiança nos serviços.

A automação e robótica mantiveram-se como pilares para o aumento da eficiência, redução de custos e melhoria da precisão e velocidade dos processos. Desde robôs em armazéns à automação de *sorting* e *tracking*, estas tecnologias têm vindo a transformar a logística e as operações.

O Grupo CTT já implementou e continua a testar soluções robóticas em áreas críticas de negócio, como a consolidação de pacotes no *sorting*, movimentação autónoma de *rolling cages*, robôs colaborativos para apoio aos carteiros e automação da colocação de objetos expresso em contentores. Estas soluções são integradas diretamente nos fluxos operacionais, substituindo tarefas manuais e reduzindo o esforço físico dos operadores. Indiretamente, melhoram a experiência do cliente, especialmente no *e-commerce*, através de serviços mais rápidos e fiáveis.

Por último, destaca-se a solução integrada *Smart Systems* que cobre todo o processo *End2End*, com três componentes principais focadas na produtividade e qualidade de serviço na primeira e última milha:

- Smart Sorting: algoritmo de decisão que gere autonomamente a afetação do tráfego à rede de distribuição mais adequada (própria ou prestadores);
- Modico: ferramenta de apoio à divisão manual, capturando a informação do objeto e integrando-a no *Smart System*. Esta ferramenta visa a implementação de saídas diretas de objetos das máquinas de tratamento para contentores de transporte de mercadorias na rede expresso em Portugal, traduzindo-se

numa maior eficiência ao nível dos custos operacionais e da ocupação dos veículos;

- Mobi: solução de mobilidade que facilita a gestão e execução das atividades de distribuição.

Ferramentas de inovação corporativa

Para mitigar os riscos associados ao **aumento da rapidez dos ciclos de inovação e transformação**, o Grupo CTT definiu uma Agenda de Inovação, que estabelece os principais focos estratégicos e apresenta um plano de ação com iniciativas concretas para responder às tendências.

No período de relato, o Grupo CTT deu continuação ao desenvolvimento e à gestão desta Agenda de Inovação através da análise a um estudo de tendências (visão *outside-in*) e dos contributos da Comissão Executiva e das diferentes áreas da empresa sobre os focos de inovação de cada uma das unidades de negócio (visão *inside-out*). Assim, é assegurada que a Agenda de Inovação serve de base estruturante para todas as iniciativas de gestão da inovação — incluindo *scouting* de *startups*, projetos com universidades e candidaturas a programas de financiamento em Investigação, Desenvolvimento e Inovação. Este mapeamento sistemático dos temas de inovação e respetivas iniciativas permite atualizar, de forma ágil e periódica, a definição estratégica do Grupo CTT.

No âmbito da promoção da **cultura de inovação**, a plataforma corporativa INOV+ continua a ser o principal instrumento de gestão de ideias. Durante o período em análise, realizou-se o *PitchDay* com as ideias selecionadas do 14.º ciclo, numa iniciativa que reforçou o espírito de inovação colaborativa do Grupo CTT.

Paralelamente, foi iniciado o processo de redesenho e operacionalização de um novo modelo para o programa CTT 1520 INOV+, que culminará no lançamento do 15.º ciclo de desafios, previsto para o 3.º trimestre do ano.

Foram ainda selecionados os primeiros projetos finalistas, apresentados publicamente e sujeitos a votação para apuramento dos vencedores dos CTT 1520 *Innovation Awards* — prémios criados para sensibilizar para a importância da inovação e reconhecer os projetos e iniciativas mais relevantes no contexto da atividade da organização. A entrega dos prémios decorreu na 1.ª cerimónia oficial realizada durante a convenção anual do Grupo CTT, reforçando o

compromisso com a valorização da inovação interna e o reconhecimento dos seus colaboradores.

Ainda na convenção anual, no âmbito da iniciativa de inovação aberta “CTT 1520 *Open Innovation*”, o Grupo CTT promoveu o encontro anual do seu ecossistema de inovação. O evento contou com uma mesa-redonda dedicada ao tema “*Scale Up* de Soluções para Empresas e Comunidades”, que reuniu as *startups* Paynest, Habit e Zeropact. Estas estão atualmente a escalar soluções inovadoras nas áreas do bem-estar financeiro, *insurtech* e sustentabilidade no *e-commerce*, respetivamente.

Destaca-se também a parceria com o programa VCW (*Value Creation Wheel*) da Nova SBE, que envolveu várias equipas internas na resolução de desafios do Grupo CTT através de uma abordagem de *Open Innovation*. Desta iniciativa resultaram propostas concretas para resolver alguns *pain points* identificados na operação e na oferta.

O Grupo CTT participou ainda na *Non Fungible Conference*, onde teve a oportunidade de apresentar a sua estratégia para a Web 3.0, incluindo a pré-apresentação de um novo projeto internacional para a emissão de um *crypto-stamp*.

No que respeita ao fundo de investimento CTT 1520 *Innovation Fund*, lançado pelo Grupo CTT para apoiar atividades de inovação em pequenas e médias empresas e startups, foi realizada a participação em rondas de financiamento de duas *startups* promissoras:

- A Agentifai é uma *startup* portuguesa responsável pelo desenvolvimento de uma solução de inteligência artificial, aplicada aos setores bancário e saúde, que permite automatizar o contacto telefónico de utilizadores dos serviços. As principais atividades são as seguintes:
 - Banca: Automatização de transações, consultas de saldo, pagamentos, transferências, etc.
 - Saúde: Gere o agendamento e reagendamento de consultas, o acompanhamento clínico e lembretes por voz ou mensagem de forma integrada com os sistemas médicos, que possibilita a redução de tempos de espera nestes serviços.

- A Data4Deals é uma *startup* com uma solução que permite aos comerciantes e retalhistas melhorarem a captação e retenção de clientes, direcionando campanhas de *marketing* a grupos específicos de forma mais eficaz e precisa, através de parcerias com bancos.

Quanto a programas de incentivo à investigação e desenvolvimento, teve início um novo ano de execução das três Agendas Mobilizadoras do PRR em que os CTT participam — Produtech R3, Route 25 e Be.Neutral — reforçando o compromisso da organização com a investigação e desenvolvimento. Neste contexto, foi também submetida a candidatura ao SIFIDE relativa ao exercício fiscal de 2024. Complementarmente, manteve-se em curso o projeto Test Bed EcoLab, no âmbito do PRR, centrado na área da Economia Circular.

Por último, o Grupo CTT participou em diversas iniciativas promovidas pela COTEC e pela Associação BRP. No âmbito desta última, destacou-se a dinamização do grupo de trabalho dedicado à inovação, com especial enfoque na promoção dos doutoramentos empresariais, no domínio do capital intelectual. Simultaneamente, o Grupo CTT continuou a exercer funções de presidência (*chairmanship*) no *Innovation Forum* da PostEurop, reforçando a sua presença ativa no panorama europeu da inovação.

06

Governo Societário

- 6.1 Órgãos sociais e de gestão
- 6.2 Negócios com a Sociedade e exercício de outras atividades
- 6.3 Estrutura de capital
- 6.4 Titulares de participações qualificadas
- 6.5 Ações próprias

6. GOVERNO SOCIETÁRIO

6.1 Órgãos sociais e de gestão

Conselho de Administração ⁽¹⁾

Presidente:

Raul Catarino Galamba de Oliveira

Presidente Executivo:

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento (CEO)

Vogais:

Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco (CFO)

João Carlos Ventura Sousa (CMO)

Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

Steven Duncan Wood

Duarte Palma Leal Champalimaud

Jürgen Schröder

Margarida Maria Correia de Barros Couto

María del Carmen Gil Marín

Susanne Ruoff

Mesa da Assembleia Geral ⁽¹⁾

Presidente:

Teresa Sapiro Anselmo Vaz Ferreira Soares

Vice-Presidente:

José Luís Pereira Alves da Silva

Comissão de Vencimentos ⁽¹⁾

Presidente:

Fernando Paulo de Abreu Neves de Almeida

Vogais:

Manuel Carlos de Melo Champalimaud

Christopher James Torino

Comissão Executiva ⁽²⁾

Presidente:

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento (CEO)

Vogais:

Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco (CFO)

João Carlos Ventura Sousa (CMO)

Comissão de Auditoria ⁽¹⁾

Presidente:

Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

Vogais:

María del Carmen Gil Marín

Jürgen Schröder

Comissão de Governo Societário e Risco ⁽²⁾

Presidente:

Raul Catarino Galamba de Oliveira

Vogais:

Duarte Palma Leal Champalimaud

Margarida Maria Correia de Barros Couto

Susanne Ruoff

Comissão de Ética ⁽²⁾

Presidente:

Margarida Maria Correia de Barros Couto

Vogais:

Raul Catarino Galamba de Oliveira

Ana Maria Machado Fernandes ⁽³⁾

Patrícia Alexandra Pinto Neto Durães Carolino

Rui Pedro Dias Fonseca Silva

Sílvia Maria Correia

Raul Manuel Matias Moreira ⁽⁴⁾

Revisor Oficial de Contas (ROC) ⁽⁵⁾

ROC Efetivo:

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. representada por Luís Pedro Magalhães Varela Mendes ou por Rui Abel Serra Martins

ROC Suplente:

Pedro Miguel Borges Marques

⁽¹⁾ Eleitos na Assembleia Geral Anual realizada no dia 20 de abril de 2023 para o novo mandato 2023/2025.

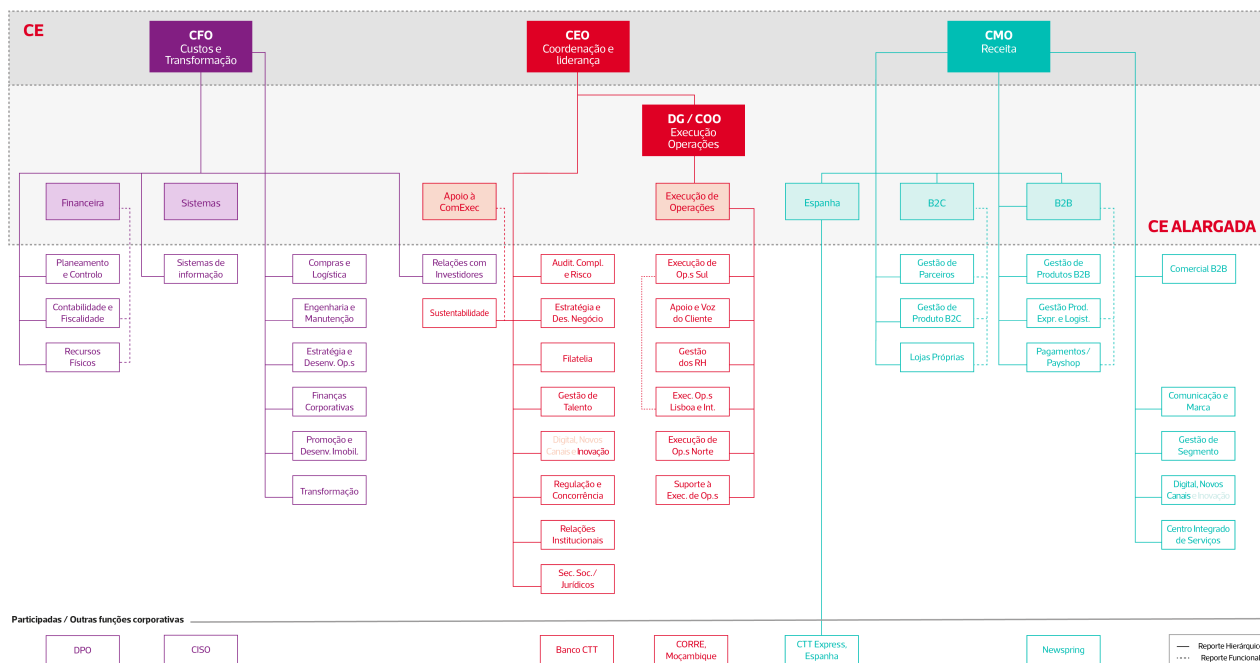
⁽²⁾ Nomeados na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de abril de 2023.

⁽³⁾ Integrou a Comissão a 26 de julho de 2023.

⁽⁴⁾ Integrou a Comissão a 8 de maio de 2025.

⁽⁵⁾ Reeleição do ROC Efetivo e eleição do ROC Suplente na Assembleia Geral Anual realizada no dia 23 de abril de 2024 para o novo mandato 2024/2026.

Orgânica de gestão – estrutura organizacional



6.2 Negócios com a Sociedade e exercício de outras atividades

A Sociedade desenvolveu procedimentos de controlo interno que se encontram definidos no Regulamento sobre Apreciação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas e Prevenção de Situações de Conflito de Interesses (“Regulamento sobre Partes Relacionadas”), disponível em www.ctt.pt, com vista a reforçar os mecanismos de prevenção, identificação e resolução de situações de conflito de interesses e deste modo aumentar o grau de transparência e objetividade na gestão deste tipo de operações.

Nos termos do Regulamento sobre Partes Relacionadas, todas as transações significativas com partes relacionadas devem ser aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer prévio da Comissão de Auditoria. Transações significativas são as de montante superior a um milhão de euros e/ou não pertencentes ao âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou fora das condições de mercado. São partes relacionadas, os Acionistas qualificados dos CTT, Dirigentes,

Administradores de Sociedades Subsidiárias, ou terceiros com qualquer destes relacionados através de interesse comercial ou pessoal relevante (nos termos da IAS 24) e ainda Sociedades Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (*joint-ventures*) dos CTT. As demais transações com partes relacionadas são comunicadas à Comissão de Auditoria para efeitos da sua apreciação posterior.

De acordo com os referidos procedimentos de controlo internos implementados e para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 5 do artigo 66.º e do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”), no primeiro semestre de 2025, foi autorizada por deliberação do Conselho de Administração, com parecer prévio da Comissão de Auditoria, a contratação pelos CTT de financiamento, junto do Grupo de Bancos composto pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. / Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. – Sucursal em Portugal (“BBVA”) (líder da operação), Caixa Geral de Depósitos, S.A. (“CGD”), Caixa Económica Montepio Geral, Caixa

Económica Bancária, S.A. e Novo Banco, S.A., para aquisição, através da CTT Expresso, da totalidade do capital social da Companhia Auxiliar al Cargo Express, S.A.U. (“CACESA”). O Presidente do Conselho de Administração, Raul Galamba, é Membro não executivo do Conselho de Administração do BBVA e a Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, Maria Gil, é Membro não executivo do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria e da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações da CGD, pelo que esta operação consubstancia uma transação sujeita a controlo interno.

Para efeitos de reporte quanto ao previsto no artigo 398.º do CSC **nenhum** dos Administradores/as dos CTT exerceu, durante o primeiro semestre de 2025, na Sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

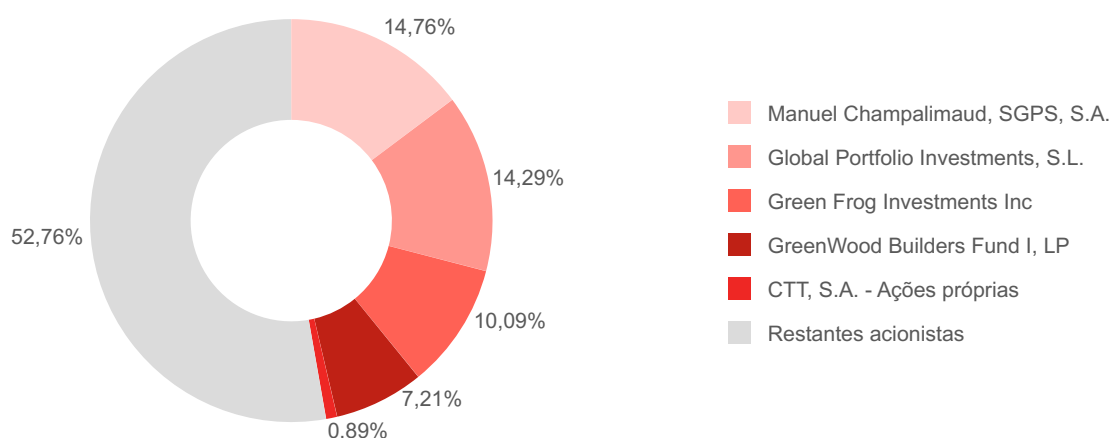
Os cargos internos e externos à Sociedade desempenhados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, à data de aprovação do presente Relatório Integrado Intercalar, estão disponíveis para consulta em www.ctt.pt.

6.3 Estrutura de capital

No final do 1º semestre de 2025, o capital social dos CTT era de 66.910.000,00€, integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 133.820.000 ações ordinárias (não existindo diferentes categorias), nominativas, escriturais, com valor nominal de 0,50€ cada, admitidas à negociação no mercado regulamentado gerido pela Euronext Lisbon - Sociedade

Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. (“Euronext Lisbon”).

À data de 30 de junho de 2025, a composição acionista dos CTT, em termos de participações qualificadas, apresentava-se conforme segue:



6.4 Titulares de participações qualificadas

A estrutura acionista dos CTT à data de 30 de junho de 2025, tendo por referência as comunicações efetuadas à Sociedade, era conforme segue:

Acionistas	N.º Ações	% Capital	% Direitos de voto
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A.	19.246.815	14,383%	14,383%
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	500.185	0,374%	0,374%
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	Total	19.747.000	14,756%
Global Portfolio Investments, S.L. ⁽¹⁾	19.128.138	14,294%	14,294%
Indumenta Pueri, S.L. ⁽¹⁾	Total	19.128.138	14,294%
Green Frog Investments Inc. ⁽²⁾	Total	13.500.000	10,088%
GreenWood Builders Fund I, LP ⁽³⁾	9.621.500	7,190%	7,190%
GreenWood Investors LLC ⁽³⁾	Total	9.646.250	7,208%
CTT, S.A. (ações próprias) ⁽⁴⁾	Total	1.195.125	0,893%
Restantes acionistas	Total	70.603.487	52,760%
TOTAL	133.820.000	100,000%	100,000%

⁽¹⁾ A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L.

⁽²⁾ Conforme comunicado ao mercado no dia 10 de julho de 2025 (vide *press release* correspondente no [site CTT](#)), a Green Frog Investments Inc. reduziu a sua participação no capital social dos CTT para um limiar inferior a 5%, pelo que deixou de deter uma participação qualificada.

⁽³⁾ GreenWood Investors, LLC, de que Steven Duncan Wood, Administrador não executivo dos CTT, é *Managing Member*, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome da GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC. A participação da Greenwood Investors LLC inclui 24.750 ações detidas diretamente por Steven Duncan Wood.

⁽⁴⁾ Ações detidas pelos CTT em 30 de junho de 2025, após a conclusão, no dia 17 de abril de 2025, do programa de recompra de ações próprias dos CTT anunciado ao mercado no dia 19 de julho de 2024, seguido do cancelamento de 4.620.000 ações próprias e redução do capital social em 2.310.000,00 €, bem como após a distribuição de 92.921 ações a Administradores executivos e Diretores da Sociedade no âmbito da remuneração variável de longo prazo. Vide detalhe sobre este tema no ponto 6.5 do presente Relatório.

6.5 Ações próprias

A 31 de dezembro de 2024, os CTT detinham 3.792.047 ações próprias, com o valor nominal de 0,50 € cada, representativas de 2,74% do seu capital social, o qual, naquela data, era de 69.220.000,00 €.

No dia 17 de abril de 2025, na sequência da conclusão do programa de recompra de ações próprias anunciado ao mercado a 19 de julho de 2024, os CTT detinham um total acumulado de 5.908.046 ações próprias. No âmbito deste programa foram adquiridas 4,620 milhões de ações próprias entre 22 de julho de 2024 e 17 de abril de 2025 tendo sido despendido um total de 24.945.413€.

A Assembleia Geral Anual realizada em 30 de abril de 2025 aprovou a redução do capital social da Sociedade até 4.250.000,00 € correspondente à extinção de até 8.500.000 ações próprias. No seguimento desta deliberação, os CTT procederam a uma redução do respetivo capital social no montante de 2.310.000,00 € mediante a extinção de 4.620.000 ações próprias representativas de 3,34% do capital social dos CTT, anterior à respetiva redução, e que foram adquiridas no referido quadro do programa de recompra de ações próprias. O capital social dos CTT passou então a ser de 66.910.000,00 €, representado por 133.820.000 ações com um valor nominal de 0,50 € cada.

De referir ainda que, em maio de 2025, a Sociedade entregou aos Administradores executivos e Diretores abrangidos pelos planos de opções um total de 92.921 ações próprias no âmbito da remuneração variável de longo prazo.

Assim, no final do 1º semestre de 2025, os CTT detinham um total de 1.195.125 ações próprias correspondentes a 0,89% do capital social.



07

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas Intercalares
Condensadas**

Relatório 6 Meses

2025

Demonstrações Financeiras Consolidadas
intercalares condensadas

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 30 DE JUNHO DE 2025

(Euros)	NOTAS	31.12.2024	Não auditado 30.06.2025
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	338 723 263	348 545 265
Propriedades de investimento	6	5 173 925	4 997 983
Ativos intangíveis	5	73 446 787	74 059 457
Goodwill		80 256 739	164 444 156
Investimentos em associadas		481	481
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		18 995	18 901
Outros investimentos		3 280 828	3 994 028
Diferimentos	11	3 417 674	4 622 170
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		6 283 361	3 373 578
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	357 983 106	357 122 067
Outros ativos não correntes		3 760 479	16 948 496
Crédito a clientes bancários	10	1 573 398 545	1 730 850 580
Ativos por impostos diferidos	26	74 153 787	75 065 845
Total do ativo não corrente		2 519 897 970	2 784 043 008
Ativo corrente			
Inventários		6 518 678	6 164 206
Contas a receber		188 399 079	180 603 739
Crédito a clientes bancários	10	168 148 789	144 130 459
Diferimentos	11	10 984 102	12 860 927
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	1 701 153 508	1 864 975 994
Outros ativos correntes		94 075 485	99 429 621
Outros ativos financeiros bancários	9	703 709 006	439 026 597
Caixa e equivalentes de caixa	12	315 912 146	296 337 973
Total do ativo corrente		3 188 900 792	3 043 529 516
Total do ativo		5 708 798 762	5 827 572 524
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital	14	69 220 000	66 910 000
Ações próprias	15	(15 831 386)	(5 985 826)
Reservas	15	31 993 036	11 254 814
Resultados transitados	15	117 846 899	140 754 197
Outras variações no capital próprio	15	(1 182 098)	(1 640 048)
Resultado líquido do período		45 536 317	22 130 034
Capital próprio atribuível a acionistas		247 582 768	233 423 171
Interesses que não controlam		60 680 510	64 957 880
Total do capital próprio		308 263 277	298 381 050
Passivo			
Passivo não corrente			
Contas a pagar	20	—	64 359
Financiamentos obtidos	18	176 378 401	266 068 554
Benefícios aos empregados		159 255 264	163 176 821
Provisões	19	12 075 945	13 185 857
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		—	3 687 701
Títulos de dívida emitidos ao custo amortizado	21	252 641 611	210 513 805
Diferimentos	11	976 301	1 218 054
Passivos por impostos diferidos	26	2 571 698	1 792 153
Total do passivo não corrente		603 899 219	659 707 305
Passivo corrente			
Contas a pagar	20	478 987 413	466 435 103
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos	22	4 043 717 816	4 116 565 516
Benefícios aos empregados		23 593 264	22 111 446
Imposto a pagar	23	6 527 689	11 104 559
Financiamentos obtidos	18	49 874 003	58 151 625
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		6 408 818	—
Títulos de dívida emitidos ao custo amortizado	21	251 012	144 097
Diferimentos	11	8 294 793	10 822 601
Outros passivos correntes		147 104 317	149 544 292
Outros passivos financeiros bancários	9	31 877 142	34 604 930
Total do passivo corrente		4 796 636 266	4 869 484 169
Total do passivo		5 400 535 485	5 529 191 474
Total do capital próprio e passivo		5 708 798 762	5 827 572 524

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 30 DE JUNHO DE 2025

Euros

	NOTAS	seis meses findos em		três meses findos em	
		Não auditado 30.06.2024	Não auditado 30.06.2025	Não auditado 30.06.2024	Não auditado 30.06.2025
Vendas e serviços prestados	3	456 468 602	523 408 902	226 511 976	270 721 187
Margem Financeira		47 930 759	50 879 573	23 861 883	25 706 893
Outros rendimentos e ganhos operacionais		20 012 395	27 216 821	10 541 077	16 911 859
		524 411 756	601 505 296	260 914 936	313 339 939
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(3 582 638)	(4 534 925)	(1 689 497)	(2 300 611)
Fornecimentos e serviços externos		(228 874 490)	(281 699 771)	(112 499 423)	(149 081 822)
Gastos com o pessoal	24	(202 366 512)	(217 870 065)	(100 047 591)	(106 358 984)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)		(2 494 579)	298 190	(1 423 904)	313 073
Imparidade de outros ativos financeiros bancários		(7 434 608)	(8 961 953)	(3 105 462)	(4 526 191)
Provisões (aumentos/reversões)	19	(1 009 436)	(158 390)	(296 307)	(212 070)
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)		(35 754 065)	(40 269 262)	(18 618 865)	(20 598 923)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados		19 619	23 023	(5 260)	12 131
Resultados de outros ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral		—	488	—	(5 386)
Outros gastos e perdas operacionais		(10 536 445)	(12 435 791)	(5 780 978)	(5 879 583)
Ganhos/perdas com alienação/remensuração de ativos		52 198	659 876	41 578	628 260
		(491 980 956)	(564 948 580)	(243 425 709)	(288 010 106)
		32 430 800	36 556 716	17 489 227	25 329 833
Gastos e perdas financeiros	25	(8 365 610)	(9 470 527)	(4 292 582)	(5 256 273)
Rendimentos financeiros	25	173 881	460 633	165 263	220 285
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		860	(94)	(1 887)	441
		(8 190 869)	(9 009 988)	(4 129 206)	(5 035 547)
Resultado antes de impostos		24 239 931	27 546 728	13 360 021	20 294 286
Imposto sobre o rendimento do período	26	(4 050 980)	(4 018 649)	(651 905)	(2 789 128)
Resultado líquido do período		20 188 951	23 528 079	12 708 116	17 505 158
Resultado líquido do período atribuível a:					
Detentores de capital		19 812 335	22 130 034	12 379 726	16 621 089
Interesses que não controlam		376 616	1 398 045	328 389	884 069
Resultado por ação:	17	0,14	0,17	0,09	0,12

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 30 DE JUNHO DE 2025

	NOTAS	seis meses findos em		três meses findos em	
		Não auditado	Não auditado	Não auditado	Não auditado
		30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025
Resultado líquido do período		20 188 951	23 528 079	12 708 114	17 505 159
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	15	10 792	(82 791)	4 138	(41 532)
Outras alterações no capital próprio	15	(494 402)	(893 929)	10 792	(200 856)
Outro rendimento integral do período líquido de impostos		(483 610)	(976 720)	14 930	(242 388)
Rendimento integral do período		19 705 341	22 551 359	12 723 044	17 262 771
Atribuível a interesses que não controlam		387 408	1 336 668	339 181	842 538
Atribuível aos acionistas dos CTT		19 317 933	21 214 691	12 383 863	16 420 233

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 30 DE JUNHO DE 2025

Euros

	NOTAS	Capital	Ações Próprias	Reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Interesses que não controlam	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		71 957 500	(15 624 632)	48 113 244	3 402 039	83 269 152	60 511 368	1 624 181	253 252 852
Diminuições de capital	14	(2 737 500)	20 111 920	(17 374 420)	—	—	—	—	—
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2023		—	—	—	—	60 511 368	(60 511 368)	—	—
Distribuição de dividendos	16	—	—	—	—	(23 315 758)	—	(1 622 403)	(24 938 161)
Aquisição de ações próprias	15	—	(20 648 165)	—	—	—	—	—	(20 648 165)
Atribuição de ações próprias	15	—	329 492	(841 648)	512 156	—	—	—	—
Plano de ações	15	—	—	2 095 860	—	—	—	—	2 095 860
Alienação de participações	15	—	—	—	—	—	—	32 952 531	32 952 531
Aquisição de participações	15	—	—	—	—	(504 747)	—	(934 253)	(1 439 000)
Subscrição de aumento de capital social em subsidiárias por terceiros	15	—	—	—	—	(2 153 204)	—	27 153 204	25 000 000
		(2 737 500)	(206 753)	(16 120 208)	512 156	34 537 659	(60 511 368)	57 549 079	13 023 065
Outros movimentos	15	—	—	—	(505 194)	—	—	10 131	(495 063)
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de Impostos diferidos	15	—	—	—	(4 591 100)	—	—	—	(4 591 100)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	—	—	—	—	40 087	—	—	40 087
Resultado líquido do período		—	—	—	—	—	45 536 317	1 497 118	47 033 435
Rendimento integral do período		—	—	—	(5 096 294)	40 087	45 536 317	1 507 249	41 987 360
Saldo em 31 de dezembro de 2024		69 220 000	(15 831 386)	31 993 036	(1 182 098)	117 846 899	45 536 317	60 680 510	308 263 277
Diminuições de capital	15	(2 310 000)	23 139 409	(20 829 409)	—	—	—	—	—
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2024		—	—	—	—	45 536 317	(45 536 317)	—	—
Distribuição de dividendos		—	—	—	—	(22 546 229)	—	(466 728)	(23 012 957)
Aquisição de ações próprias	15	—	(13 759 247)	—	—	—	—	—	(13 759 247)
Atribuição de ações próprias		—	465 398	(840 000)	374 602	—	—	—	—
Plano de ações	15	—	—	931 187	—	—	—	—	931 187
Alienação de participações	7	—	—	—	—	—	—	3 407 430	3 407 430
		(2 310 000)	9 845 560	(20 738 222)	374 602	22 990 088	(45 536 317)	2 940 702	(32 433 587)
Outros movimentos	15	—	—	—	(832 552)	—	—	(61 377)	(893 929)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	—	—	—	—	(82 791)	—	—	(82 791)
Resultado líquido do período		—	—	—	—	—	22 130 034	1 398 045	23 528 079
Rendimento integral do período		—	—	—	(832 552)	(82 791)	22 130 034	1 336 668	22 551 359
Saldo em 30 de junho de 2025 (não auditado)		66 910 000	(5 985 826)	11 254 814	(1 640 048)	140 754 197	22 130 034	64 957 880	298 381 050

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 30 DE JUNHO DE 2025

Euros

	Notas	Não auditado 30.06.2024	Não auditado 30.06.2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		478 201 418	598 394 336
Pagamentos a fornecedores		(288 378 564)	(378 250 637)
Pagamentos ao pessoal		(184 262 558)	(200 386 767)
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos		664 648 280	78 970 448
Crédito a clientes bancários		(55 214 268)	(138 316 584)
Caixa gerada pelas operações		614 994 308	(39 589 203)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(922 496)	(1 658 158)
Outros recebimentos/pagamentos		47 475 615	20 500 160
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		661 547 426	(20 747 201)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		50 720	—
Investimentos financeiros	7	32 447 343	2 753 588
Subsídios ao investimento		2 140	246 291
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	70 000 000	1 532 300 000
Depósitos no Banco de Portugal	9	—	64 200
Aplicações no Banco Central	9	492 975 000	218 369 930
Outros ativos financeiros bancários	9	960 000	102 000 000
Juros e rendimentos similares		758 214	701 437
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(10 857 832)	(11 145 669)
Ativos intangíveis		(8 634 577)	(11 813 730)
Propriedades de investimento		—	(61 345)
Investimentos financeiros	7	(1 930 706)	(107 501 712)
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	(1 140 744 547)	(1 674 344 202)
Depósitos no Banco de Portugal	9	(7 710 300)	—
Outros ativos financeiros bancários	9	(400 000)	(53 500 000)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(573 084 546)	(1 931 211)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18	10 724 543	176 645 386
Depósitos de outras instituições de crédito	9	130 187 375	182 330 754
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	18	(82 364 922)	(92 624 200)
Depósitos de outras instituições de crédito		(130 187 375)	(182 330 754)
Juros e gastos similares		(1 461 122)	(1 105 869)
Passivos de locação	18	(17 977 281)	(21 820 505)
Títulos de dívida emitidos	21	(49 208 803)	(42 158 623)
Aquisição de ações próprias	15	(9 824 605)	(14 077 816)
Dividendos	16	(23 345 261)	(22 940 335)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(173 457 451)	(18 081 962)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(84 994 570)	(40 760 374)
Alteração do perímetro de consolidação		—	21 401 715
Caixa e seus equivalentes no início do período		315 229 314	270 183 224
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	230 234 744	250 824 565
Caixa e seus equivalentes no fim do período		230 234 744	250 824 565
Depósitos à ordem no Banco de Portugal		36 335 800	40 383 100
Cheques a cobrar do Banco CTT / Compensação de cheques do Banco CTT		3 652 926	5 131 010
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias		(967)	(703)
Caixa e seus equivalentes (Demonstração da Posição Financeira)		270 222 503	296 337 973

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas
(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS	85
1. INTRODUÇÃO	92
2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS	93
2.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo	93
2.2 Bases de apresentação	94
3. RELATO POR SEGMENTOS	94
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	103
5. ATIVOS INTANGÍVEIS	106
6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	109
7. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	110
8. TÍTULOS DE DÍVIDA	116
9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	119
10. CRÉDITO A CLIENTES BANCÁRIOS	120
11. DIFERIMENTOS	125
12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	126
13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	127
14. CAPITAL	128
15. AÇÕES PRÓPRIAS, RESERVAS, OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO E RESULTADOS TRANSITADOS	129
16. DIVIDENDOS	133
17. RESULTADOS POR AÇÃO	133
18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	134
19. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	137
20. CONTAS A PAGAR	142
21. TÍTULO DE DÍVIDA EMITIDOS	143
22. DEPÓSITOS DE CLIENTES BANCÁRIOS E OUTROS EMPRÉSTIMOS	146
23. IMPOSTO A RECEBER/PAGAR	147
24. GASTOS COM O PESSOAL	147
25. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	152
26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	152
27. PARTES RELACIONADAS	157
28. OUTRAS INFORMAÇÕES	159
29. EVENTOS SUBSEQUENTES	161

1. Introdução

Os CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT” ou “Empresa”), com sede na Avenida dos Combatentes, 43, 14º piso, 1643-001 em Lisboa, teve a sua origem na “Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones” e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49 368 de 10 de novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013, o Estado Português, através despacho n.º 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75 000 000 Euros, passando a ser representado por 150 000 000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei n.º 129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) n.º 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM n.º 62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM n.º 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013, o Estado português, através da Parpública-Participações Públicas, SGPS, S.A., detinha uma participação de 36,36% do capital dos CTT, 30,00% por detenção e 6,36% por imputação.

Em 5 de setembro de 2014, ocorreu a 2ª fase da privatização do capital dos CTT. A participação detida pela Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A., de 31,503% do capital dos CTT, foi nesta data objeto de uma oferta particular de venda de ações através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigida em exclusivo a investidores institucionais.

Na reunião do Conselho de Administração da Sociedade realizada em 16 de março de 2022, foi deliberado por unanimidade, a aprovação da implementação de um programa de recompra de ações próprias da Empresa, incluindo os respetivos termos e condições, com o objetivo único de redução do capital social da Empresa, mediante extinção das ações próprias adquiridas no âmbito do referido programa, condicionada à aprovação prévia por parte da Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral realizada a 21 de abril de 2022, foi aprovado o número máximo de ações a adquirir no âmbito do programa de recompra.

No dia 7 de novembro de 2022, foi inscrita no registo comercial a redução do capital da Empresa no montante de 2 325 000 euros, mediante a extinção de 4 650 000 ações representativas de 3,1% do capital social, passando o capital social da Empresa a ser composto por 145 350 000 ações com o valor nominal de 0,50 Euros cada.

Posteriormente, na Assembleia Geral Anual realizada no dia 20 de abril de 2023 e ainda no seguimento do programa de recompra de ações próprias supramencionado, foi aprovada a redução do capital social em 717 500 Euros. No dia 21 de abril de 2023 foi inscrita no registo comercial a redução do capital no montante supracitado, mediante a extinção de 1 435 000 ações representativas de 0,997% do capital social dos CTT adquiridas.

No dia 17 de Julho de 2024, foi inscrita no registo comercial a redução do capital social dos CTT no montante de 2 737 500 Euros mediante a extinção de 5 475 000 ações próprias representativas de 3,80% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias executado de 26 de junho de 2023 a 9 de maio de 2024. Esta redução de capital foi realizada no âmbito da deliberação da Assembleia Geral Anual dos Acionistas dos CTT realizada no dia 23 de abril de 2024 que aprovou a redução do capital social em até 3 825 000 Euros correspondente à extinção de até 7 650 000 ações próprias adquiridas até 25 de junho de 2024 com a finalidade especial de execução de programa de recompra de ações próprias e respetiva libertação de excesso de capital.

No dia 12 de maio de 2025, foi inscrita no registo comercial a redução do capital social dos CTT no montante de 2 310 000 Euros mediante a extinção de 4 620 000 ações próprias representativas de 3,34% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias executado de 22 de julho de 2024 a 17 de abril de 2025. Esta redução de capital foi realizada no âmbito da deliberação da Assembleia Geral Anual dos Acionistas dos CTT realizada no dia 30 de abril de 2025 que aprovou a redução do capital social em até 4 250 000 Euros correspondente à extinção de até 8 500 000 ações próprias adquiridas até 22 de julho de 2025 com a finalidade especial de execução de programa de recompra de ações próprias e respetiva libertação de excesso de capital.

Deste modo, em 30 de junho de 2025, o capital social dos CTT é de 66 910 000 Euros, representado por 133 820 000 ações com um valor nominal de cinquenta cêntimos por ação, tendo sido consequentemente alterados os Estatutos da Sociedade.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de julho de 2025.

2. Políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas adotadas, incluindo as políticas de gestão do risco financeiro, são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo a 31 de dezembro de 2024, exceto para as novas normas e alterações efetivas a partir de 1 de janeiro de 2025.

2.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, apresentam-se como segue:

- **Alterações a IAS 21 - Os Efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Falta de permutabilidade** – Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período. A alteração especifica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma

gestão administrativa normal, e através de um mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução. Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento.

O Grupo não registou alterações significativas com a adoção da presente norma e interpretação.

2.2 Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS / IFRS"), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2025, e em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor.

3. Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, o Grupo apresenta o relato financeiro por segmentos.

O Conselho de Administração analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

A partir de 30 de Junho de 2024, o Grupo CTT passou a reportar duas novas áreas agregadoras "Logística" e "Banco & Serviços Financeiros", de modo a alinhar as áreas de negócio existentes e simplificar os reportes de gestão.

Estas duas novas áreas agregam os segmentos de negócio já existentes, "Correio & Outros" e "Expresso & Encomendas" como Logística, e o "Banco" e "Serviços Financeiros & Retalho" como "Banco & Serviços Financeiros", mantendo o nível de informação de todos os *drivers* e dados relevantes ao negócio.

O negócio "Pagamentos" migrou para "Correio e Outros" de forma a alinhar a organização comercial B2B, pela mesma responsabilidade, assegurando que apenas as entidades estatutárias bancárias ficam isoladas no segmento "Banco".

Outros pequenos ajustamentos ocorreram à luz da reorganização do portfólio comercial da empresa, nomeadamente no que se refere às migrações relacionadas com o "Pagamento de impostos" e "Transferência" do segmento "Serviços Financeiros" para "Correio e Outros".

Assim, a **Logística** é composta pelas seguintes entidades:

- **Correio e Outros** – CTT Contacto S.A., CTT Soluções Empresariais, S.A., NewSpring Services, S.A., CTT IMO - Sociedade Imobiliária, S.A., MedSpring, S.A., CTT IMO Yield, S.A., CTT Logística, S.A., Payshop, S.A. e CTT, S.A. excluindo:

- O negócio relacionado com os serviços financeiros postais e produtos de retalho – Serviços Financeiros e Retalho;
 - O negócio de transferências de dinheiro dos CTT, S.A. e da Payshop S.A.
- **Expresso & Encomendas** – inclui a CTT Expresso S.A., a CORRE S.A., o 1520 Innovation Fund, Open Lockers, S.A. e a Cacesa, S.A.U. e todas as suas subsidiárias;

O **Banco e Serviços Financeiros** inclui:

- **Serviços Financeiros & Retalho** – Serviços Financeiros Postais, a venda dos produtos e serviços na rede de retalho dos CTT, S.A., e o negócio de transferências de dinheiro dos CTT S.A. e da Payshop S.A.
- **Banco** – Banco CTT, S.A. e 321 Crédito S.A.

A divisão do negócio por segmentos é baseada na informação de Gestão produzida internamente e apresentada à Comissão Executiva Alargada (CEA) do Grupo (*“chief operating decision maker”*).

Os segmentos cobrem os três mercados de atuação dos CTT:

- Mercado Postal coberto pelo segmento do Correio;
- Mercado de Expresso e Encomendas, coberto pelo segmento de Expresso & Encomendas;
- Mercado Financeiro, coberto pelo segmento de Serviços Financeiros & Retalho e Banco.

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como da anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

As rubricas da demonstração de posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados diretamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos entre empresas do mesmo segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação entre segmentos. As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados diretamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respetivas, ajustadas pela anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

No entanto, dado que a empresa CTT, S.A. tem atividade em mais do que um segmento foi necessário repartir os seus rendimentos e gastos pelos vários segmentos operacionais. As Prestações Internas de Serviços referem-se a serviços prestados entre as diferentes áreas de negócio dos CTT, S.A., sendo os valores apurados em função de atividades *standard* valorizadas através de preços de transferência. O segmento Correio presta serviços internos essencialmente relacionados com a Rede de Retalho (incluída no segmento Correio). Adicionalmente, o segmento Serviços Financeiros utiliza a Rede de Retalho para comercializar os seus produtos. A utilização da Rede de Retalho pelos outros segmentos, nomeadamente segmentos Expresso & Encomendas e Banco CTT é igualmente apresentada na linha Prestações Internas de Serviços.

Numa primeira fase, os gastos operacionais dos CTT, S.A. são afetos aos diferentes segmentos através da imputação das prestações internas de serviços referidas anteriormente. Após esta primeira imputação, os gastos relativos às áreas corporativas e de suporte (Estrutura Central CTT) são alocados por natureza ao segmento Correio e outros.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza, agregadores e segmentos dos seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2025 são as seguintes:

Milhares de Euros	30.06.2024						Total
	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	
Rendimentos operacionais	240 630	210 398	451 028	11 146	62 146	73 292	524 320
Vendas e serviços prestados	236 720	209 707	446 427	10 042	—	10 042	456 469
<i>Prestação de serviços</i>	233 712	209 696	443 408	9 516	—	9 516	452 924
Vendas	3 007	12	3 019	526	—	526	3 545
Margem Financeira	—	—	—	—	47 931	47 931	47 931
Outros rendimentos e ganhos operacionais	3 911	690	4 601	1 105	14 215	15 320	19 921
Gastos operacionais - EBITDA	212 678	187 766	400 444	5 472	47 651	53 123	453 567
Gastos com o pessoal	161 905	23 652	185 557	737	16 030	16 767	202 324
Fornecimentos e serviços externos	44 223	161 761	205 984	1 089	19 425	20 513	226 498
Outros gastos	7 913	874	8 787	655	4 702	5 357	14 143
Imparidades e Provisões	1 494	1 647	3 142	—	7 460	7 460	10 602
Prestações internas de serviços	(2 858)	(168)	(3 026)	2 991	34	3 026	—
EBITDA	27 952	22 631	50 584	5 674	14 495	20 169	70 753
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/ reversões)	22 901	8 937	31 839	78	3 826	3 904	35 742
EBIT Recorrente	5 051	13 694	18 745	5 596	10 669	16 265	35 011
Itens específicos	1 862	708	2 570	2	8	10	2 580
<i>Reestruturações empresariais</i>	(22)	64	42	—	—	—	42
<i>Gastos com estudos e projetos estratégicos</i>	693	161	854	—	50	50	904
<i>Outros rendimentos e gastos não recorrentes</i>	1 191	483	1 673	2	(42)	(40)	1 633
EBIT	3 189	12 986	16 176	5 594	10 661	16 255	32 431
Resultados financeiros							(8 191)
<i>Gastos e perdas financeiros</i>							(8 366)
<i>Rendimentos financeiros</i>							174
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos							1
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)							24 240
Imposto sobre o rendimento do período							4 051
Resultado líquido							20 189
Interesses não controlados							377
Resultado líquido atribuível a detentores capital do Grupo CTT							19 812

30.06.2025							
Milhares de Euros	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Rendimentos operacionais	236 484	270 565	507 049	21 627	68 586	90 213	597 261
Vendas e serviços prestados	233 573	269 701	503 274	20 568	—	20 568	523 842
<i>Prestação de serviços</i>	<i>230 871</i>	<i>269 638</i>	500 509	<i>19 079</i>	—	19 079	519 588
Vendas	2 702	64	2 766	1 489	—	1 489	4 254
Margem Financeira	—	—	—	—	50 880	50 880	50 880
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2 911	864	3 774	1 059	17 706	18 765	22 540
Gastos operacionais - EBITDA	209 002	237 801	446 803	10 513	53 252	63 765	510 569
Gastos com o pessoal	158 807	31 810	190 617	1 214	18 230	19 444	210 061
Fornecimentos e serviços externos	50 410	205 014	255 424	1 242	20 673	21 916	277 340
Outros gastos	5 976	1 692	7 668	1 540	5 137	6 678	14 346
Imparidades e Provisões	392	(483)	(91)	—	8 913	8 913	8 822
Prestações internas de serviços	(6 582)	(233)	(6 815)	6 516	299	6 815	—
EBITDA	27 481	32 764	60 245	11 114	15 334	26 448	86 693
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/ reversões)	23 420	11 826	35 245	77	4 480	4 557	39 802
EBIT Recorrente	4 061	20 938	25 000	11 037	10 854	21 891	46 891
Itens específicos	7 275	2 853	10 128	100	106	206	10 334
<i>Reestruturações empresariais</i>	<i>7 461</i>	<i>348</i>	7 809	—	—	—	7 809
<i>Gastos com estudos e projetos estratégicos</i>	<i>1 014</i>	<i>2 093</i>	3 108	99	140	239	3 347
<i>Outros rendimentos e gastos não recorrentes</i>	<i>(1 200)</i>	<i>411</i>	(788)	1	(34)	(33)	(822)
EBIT	(3 214)	18 085	14 871	10 937	10 748	21 685	36 557
Resultados financeiros							(9 010)
<i>Gastos e perdas financeiros</i>							(9 471)
<i>Rendimentos financeiros</i>							461
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos							—
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)							27 547
Imposto sobre o rendimento do período							4 019
Resultado líquido							23 528
Interesses não controlados							1 398
Resultado líquido atribuível a detentores capital do Grupo CTT							22 130

A 30 de junho de 2025, os itens específicos ascenderam a 10,3 M€, devido essencialmente a: (i) reestruturações, incluindo acordos de suspensão de contratos de trabalho (+7,8M€) (ii) custos associados a projetos estratégicos (+3,3 M€).

As receitas detalham-se como se segue:

Milhares de Euros	30.06.2024	30.06.2025
Logística	451 028	507 049
Correio e Outros	240 630	236 484
Correio transacional	183 184	179 994
Correio editorial	5 812	5 432
Encomendas (SU)	3 453	3 341
Correio publicitário	6 767	5 645
Filatelia	1 976	1 739
Soluções empresariais	24 192	26 524
Pagamentos	10 259	9 564
Outros	4 987	4 244
Expresso & encomendas	210 398	270 565
Ibérico	207 564	266 946
CEP	199 179	234 647
Clearance	2 114	22 679
Carga	1 385	4 089
Banca	2 183	2 204
Logística	2 078	1 890
Handling	—	419
Outros negócios	626	1 017
Moçambique	2 834	3 619
Banco e Serviços Financeiros	73 292	90 213
Serviços Financeiros & Retalho	11 146	21 627
Prod Poupança e seguros	4 867	14 595
Transferências Dinheiro	2 999	3 011
Produtos Crédito	40	25
Produtos e Serviços de Retalho	2 583	3 875
Outros	658	121
Banco	62 146	68 586
Margem Financeira	47 931	50 880
Juros e rendimentos (+)	85 916	80 964
Juros e encargos (-)	(37 985)	(30 084)
Comissões Recebidas	13 363	15 761
Créditos	2 463	3 634
Poupança e Seguros	4 108	4 942
Contas e Cartões	6 792	7 076
Outras comissões recebidas	—	109
Outros	852	1 946
Total	524 320	597 261

A decomposição do rédito, correspondente às vendas e prestações de serviços e margem financeira, para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2025, pelas fontes de rédito, são detalhadas conforme segue:

Natureza	30.06.2024						
	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Serviços postais	218 320 739	—	218 320 739	—	—	—	218 320 739
Serviços expresso	—	209 707 308	209 707 308	—	—	—	209 707 308
Venda produtos Merchandising	—	—	—	508 150	—	508 150	508 150
Apartados	—	—	—	695 596	—	695 596	695 596
Serviços postais internacionais (*)	8 140 166	—	8 140 166	—	—	—	8 140 166
Comissões Serviços Financeiros	10 258 875	—	10 258 875	8 837 769	47 930 759	56 768 527	67 027 402
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	236 719 780	209 707 308	446 427 088	10 041 514	47 930 759	57 972 273	504 399 361

(*) Correio Inbound

Natureza	30.06.2025						
	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Serviços postais	216 414 592	—	216 414 592	—	—	—	216 414 592
Serviços expresso	—	269 701 413	269 701 413	—	—	—	269 701 413
Venda produtos Merchandising	—	—	—	496 192	—	496 192	496 192
Apartados	—	—	—	661 085	—	661 085	661 085
Serviços postais internacionais (*)	7 593 887	—	7 593 887	—	—	—	7 593 887
Comissões Serviços Financeiros	9 564 262	—	9 564 262	19 410 804	50 879 573	70 290 377	79 854 639
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	233 572 741	269 701 413	503 274 154	20 568 081	50 879 573	71 447 654	574 721 808

(*) Correio Inbound

Os ativos por segmentos detalham-se como se segue:

31.12.2024								
Ativos (Euros)	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	33 685 120	11 037 573	44 722 693	531 832	24 090 481	24 622 312	4 101 782	73 446 787
Ativos fixos tangíveis	218 796 448	111 057 246	329 853 695	88 753	7 261 930	7 350 683	1 518 885	338 723 263
Propriedades de investimento	—	—	—	—	—	—	5 173 925	5 173 925
Goodwill	16 622 338	2 955 753	19 578 091	—	60 678 648	60 678 648	—	80 256 739
Ativos por impostos diferidos	251 510	12 493 141	12 744 651	—	1 695 177	1 695 177	59 713 958	74 153 787
Contas a receber	6 454 086	88 450 671	94 904 757	—	—	—	93 494 322	188 399 079
Crédito a clientes bancários	—	—	—	—	1 741 547 334	1 741 547 334	—	1 741 547 334
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	—	—	6 283 361	6 283 361	—	6 283 361
Investimento em títulos ao custo amortizado	—	—	—	—	2 059 136 614	2 059 136 614	—	2 059 136 614
Outros ativos financeiros bancários	—	—	—	—	703 709 006	703 709 006	—	703 709 006
Outros ativos	16 467 136	27 991 955	44 459 091	11 929 433	26 489 875	38 419 308	39 178 323	122 056 722
Caixa e equivalentes de caixa	—	62 751 227	62 751 227	—	95 743 500	95 743 500	157 417 418	315 912 146
	292 276 638	316 737 567	609 014 205	12 550 018	4 726 635 926	4 739 185 944	360 598 614	5 708 798 762

30.06.2025								
Ativos (Euros)	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	32 909 994	11 564 064	44 474 058	337 143	24 514 144	24 851 287	4 734 112	74 059 457
Ativos fixos tangíveis	216 849 394	122 813 716	339 663 111	76 487	7 415 301	7 491 788	1 390 365	348 545 265
Propriedades de investimento	—	—	—	—	—	—	4 997 983	4 997 983
Goodwill	16 622 338	87 143 171	103 765 509	—	60 678 648	60 678 648	—	164 444 156
Ativos por impostos diferidos	112 347	12 698 683	12 811 029	—	1 398 319	1 398 319	60 856 498	75 065 845
Contas a receber	7 290 397	84 500 056	91 790 453	—	—	—	88 813 287	180 603 739
Crédito a clientes bancários	—	—	—	—	1 874 981 039	1 874 981 039	—	1 874 981 039
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	—	—	3 373 578	3 373 578	—	3 373 578
Investimento em títulos ao custo amortizado	—	—	—	—	2 222 098 061	2 222 098 061	—	2 222 098 061
Outros ativos financeiros bancários	—	—	—	—	439 026 597	439 026 597	—	439 026 597
Outros ativos	23 860 711	50 374 903	74 235 615	15 350 050	25 505 231	40 855 281	28 947 934	144 038 830
Caixa e equivalentes de caixa	—	76 930 815	76 930 815	—	100 737 060	100 737 060	118 670 098	296 337 973
	297 645 181	446 025 408	743 670 590	15 763 681	4 759 727 977	4 775 491 658	308 410 277	5 827 572 524

As adições de ativos não correntes por segmento detalham-se como se segue:

31.12.2024							
	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Ativos intangíveis	9 486 495	3 199 091	12 685 586	96 060	9 021 725	9 117 785	21 803 371
Ativos fixos tangíveis	40 139 885	48 684 782	88 824 668	75 079	4 142 552	4 217 630	93 042 298
	49 626 380	51 883 874	101 510 254	171 138	13 164 277	13 335 415	114 845 668

30.06.2025							
	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Ativos intangíveis	4 828 874	1 573 279	6 402 153	64 032	3 590 308	3 654 340	10 056 493
Ativos fixos tangíveis	12 411 501	7 763 378	20 174 879	—	1 468 685	1 468 685	21 643 564
	17 240 376	9 336 657	26 577 033	64 032	5 058 993	5 123 025	31 700 057

Detalhamos seguidamente os motivos subjacentes à não alocação a qualquer segmento de negócio dos seguintes ativos:

- “Ativos intangíveis” (4 734 112 Euros): O valor não alocado corresponde a parte dos ativos intangíveis em curso, os quais são alocados ao respetivo segmento no momento em que passam a firme;
- “Ativos fixos tangíveis” (1 390 365 Euros): Este valor corresponde a parte dos ativos fixos tangíveis em curso e aos adiantamentos por conta de investimentos, que são alocados ao respetivo segmento no momento da passagem a firme;
- “Propriedades de investimento” (4 997 983 Euros): Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional razão pela qual não se encontram afetos a nenhum segmento;
- “Ativos por impostos diferidos” (60 856 498 Euros): Estes ativos são maioritariamente constituídos por impostos diferidos ativos associados a benefícios aos empregados sendo os relativos ao Plano de Saúde dos CTT, S.A. o montante mais relevante, conforme detalhado na nota 26 – Impostos sobre o rendimento. Tendo em conta que os CTT, S.A. estão afetos a diferentes segmentos, como já referido, a afetação destes ativos aos diferentes segmentos não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Contas a receber” (88 813 287 Euros): Este valor não é passível de alocação, devido à existência de clientes multiproduto cujos valores a receber correspondem a mais do que um segmento;
- “Outros ativos” (28 947 934 Euros): Este montante corresponde, essencialmente, às rubricas de diferimentos e outros ativos correntes e não correntes, que respeitam na sua maioria aos CTT, S.A. e que estando afetos a diferentes segmentos, a sua alocação não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Caixa e equivalentes de caixa” (118 670 098 Euros): O valor não alocado corresponde essencialmente ao caixa e equivalentes de caixa dos CTT S.A., na medida em que esta empresa concentra os negócios dos segmentos de Correio e Serviços Financeiros & Retalho, não sendo possível dividir os montantes em caixa e depositados nos bancos por cada um dos negócios dos CTT.

Abaixo apresentamos os financiamentos por segmento:

31.12.2024							
Outra informação	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Financiamentos não correntes	108 182 003	65 329 789	173 511 792	66 742	2 799 867	2 866 609	176 378 401
Empréstimos bancários	16 614 022	—	16 614 022	—	—	—	16 614 022
Papel Comercial	34 979 743	—	34 979 743	—	—	—	34 979 743
Passivos de locação	56 588 238	65 329 789	121 918 027	66 742	2 799 867	2 866 609	124 784 636
Financiamentos correntes	36 920 901	11 392 044	48 312 944	22 256	1 538 803	1 561 059	49 874 003
Empréstimos bancários	16 971 313	—	16 971 313	—	—	—	16 971 313
Papel Comercial	1 331 778	—	1 331 778	—	—	—	1 331 778
Passivos de locação	18 617 810	11 392 044	30 009 853	22 256	1 538 803	1 561 059	31 570 913
	145 102 904	76 721 832	221 824 736	88 998	4 338 670	4 427 668	226 252 404

30.06.2025							
Outra informação	Correio & outros	Expresso & Encomendas	Logística	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Banco e Serviços Financeiros	Total
Financiamentos não correntes	190 697 699	72 406 971	263 104 671	55 464	2 908 419	2 963 883	266 068 554
Empréstimos bancários	9 601 348	—	9 601 348	—	—	—	9 601 348
Empréstimos obrigacionistas	109 024 463	—	109 024 463	—	—	—	109 024 463
Papel Comercial	14 995 882	—	14 995 882	—	—	—	14 995 882
Passivos de locação	57 076 007	72 406 971	129 482 978	55 464	2 908 419	2 963 883	132 446 862
Financiamentos correntes	42 199 866	14 119 015	56 318 880	22 314	1 810 431	1 832 745	58 151 625
Empréstimos bancários	21 390 804	—	21 390 804	—	—	—	21 390 804
Empréstimos obrigacionistas	733 507	—	733 507	—	—	—	733 507
Papel Comercial	(23 249)	—	(23 249)	—	—	—	(23 249)
Passivos de locação	20 098 803	14 119 015	34 217 818	22 314	1 810 431	1 832 745	36 050 563
	232 897 565	86 525 986	319 423 551	77 778	4 718 850	4 796 628	324 220 179

O Grupo está domiciliado em Portugal. As vendas e prestação de serviços por áreas geográficas são apresentadas abaixo:

Milhares de Euros	30.06.2024	30.06.2025
Rendimentos - Portugal	288 216	297 721
Rendimentos - outros países	168 253	225 688
	456 469	523 409

Entre os rendimentos obtidos em outros países, destacam os rendimentos do segmento Expresso & Encomendas obtidos em Espanha pelas empresas sediadas neste país, no montante de 185 558 milhares de Euros (30 de junho de 2024: 126 563 milhares de euros).

4. Ativos fixos tangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2024 e o período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	31.12.2024									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35 608 901	347 206 781	188 307 741	3 682 410	78 897 996	29 373 413	1 859 244	70 252	276 890 540	961 897 279
Aquisições	—	458 623	5 602 573	15 286	1 676 555	1 587 882	15 163 796	117 764	—	24 622 481
Novos contratos	—	—	—	—	—	—	—	—	68 419 817	68 419 817
Alienações	(303 401)	(741 448)	(853 314)	—	(85 696)	—	(22 322)	—	—	(2 006 181)
Transferências e abates	—	4 381 482	5 486 210	—	388 269	(16 671)	(10 937 314)	—	(1 496 977)	(2 195 001)
Contratos findos	—	—	—	—	—	—	—	—	(194 492)	(194 492)
Remensurações	—	—	—	—	—	—	—	—	5 044 231	5 044 231
Regularizações	(90 151)	(268 567)	73 260	4 010	3 679	1 036 574	—	—	(2 540)	756 264
Saldo final	35 215 349	351 036 872	198 616 470	3 701 707	80 880 803	31 981 198	6 063 404	188 016	348 660 580	1 056 344 396
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3 561 803	247 724 805	149 245 878	3 566 144	70 105 656	23 937 490	—	—	166 747 031	664 888 807
Depreciações do período	—	10 169 141	5 743 391	56 518	2 429 241	1 370 287	—	—	36 176 959	55 945 538
Alienações	—	(398 034)	(784 314)	—	(80 862)	—	—	—	—	(1 263 210)
Transferências e abates	—	(134 215)	(34 894)	—	(19 049)	(48 444)	—	—	(1 530 015)	(1 766 617)
Contratos findos	—	—	—	—	—	—	—	—	(275 983)	(275 983)
Regularizações	—	(11 172)	83 299	2 836	2 822	1 708	—	—	—	79 492
Saldo final	3 561 803	257 350 525	154 253 360	3 625 498	72 437 809	25 261 040	—	—	201 117 992	717 608 027
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	—	—	—	—	—	13 806	—	—	—	13 806
Reversões	—	—	—	—	—	(697)	—	—	—	(697)
Saldo final	—	—	—	—	—	13 109	—	—	—	13 109
Ativos fixos tangíveis líquidos	31 653 546	93 686 347	44 363 110	76 209	8 442 994	6 707 049	6 063 404	188 016	147 542 588	338 723 263

	30.06.2025									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35 215 349	351 036 872	198 616 470	3 701 707	80 880 803	31 981 198	6 063 404	188 016	348 660 580	1 056 344 399
Aquisições	—	733 797	1 523 689	13 888	1 091 771	172 644	3 153 804	—	—	6 689 593
Novos contratos	—	—	—	—	—	—	—	—	14 953 971	14 953 971
Alienações	(146 704)	(753 781)	(514 185)	—	—	—	—	—	—	(1 414 669)
Transferências e abates	—	1 162 341	3 067 719	—	(21 724)	(928)	(4 426 764)	—	(1 056 216)	(1 275 573)
Contratos findos	—	—	—	—	—	—	—	—	(1 211 151)	(1 211 151)
Remensurações	—	—	—	—	—	—	—	—	11 177 153	11 177 153
Regularizações	—	(8 004)	(366 797)	(8 724)	18 313	2 179 871	—	—	—	1 814 659
Alterações no perímetro de consolidação	—	702 064	2 709 358	10 140	2 680 062	—	—	—	4 998 065	11 099 689
Saldo final	35 068 645	352 873 288	205 036 255	3 717 011	84 649 225	34 332 785	4 790 444	188 016	377 522 402	1 098 178 071
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3 561 803	257 350 525	154 253 360	3 625 498	72 437 809	25 261 040	—	—	201 117 992	717 608 027
Depreciações do período	—	4 998 137	3 447 232	12 692	1 280 720	1 227 523	—	—	19 389 397	30 355 700
Alienações	(24 527)	(561 962)	(514 185)	—	—	—	—	—	—	(1 100 674)
Transferências e abates	—	1 196	—	—	(1 196)	—	—	—	(686 610)	(686 610)
Contratos findos	—	—	—	—	—	—	—	—	(1 209 132)	(1 209 132)
Regularizações	—	(1 410)	(228 854)	(6 082)	(35 727)	4 063	—	—	(328 096)	(596 106)
Alterações no perímetro de consolidação	—	497 021	2 368 364	10 140	2 297 578	—	—	—	—	5 173 103
Saldo final	3 537 276	262 283 508	159 325 917	3 642 248	75 979 184	26 492 626	—	—	218 283 551	749 544 309
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	—	—	—	—	—	13 109	—	—	—	13 109
Reversões	—	(850)	—	—	—	—	—	—	—	(850)
Alterações no perímetro de consolidação	—	76 238	—	—	—	—	—	—	—	76 238
Saldo final	—	75 388	—	—	—	13 109	—	—	—	88 497
Ativos fixos tangíveis líquidos	31 531 369	90 514 392	45 710 339	74 762	8 670 041	7 827 051	4 790 444	188 016	159 238 852	348 545 265

As depreciações contabilizadas no montante de 30 355 700 Euros (26 378 213 Euros em 30 de junho de 2024), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

No período findo em 30 de junho de 2025, mantendo a sua estratégia de desenvolvimento do negócio imobiliário, descrita em detalhe na nota 7, os CTT procederam à transferência de 30 imóveis para a CTT IMO Yield, que se traduziu no desreconhecimento de ativos fixos tangíveis no valor líquido contabilístico de 5 417 milhares de Euros e propriedades de investimento no valor líquido contabilístico de 422 milhares de euros (nota 6). De seguida, a Empresa efetuou uma operação de *leaseback* dos imóveis utilizados no âmbito da sua atividade operacional. Esta operação resultou no reconhecimento de um direito de uso de 2 460 milhares de euros, bem como o respetivo passivo de locação de 5 997 milhares de euros. A mais-valia gerada na operação totaliza 2 605 milhares de euros na Empresa. Considerando que se trata de uma operação entre empresas do grupo, não foram reconhecidos impactos em resultados do período na Empresa. Saliencia-se de igual forma, que esta operação não tem impacto nas contas consolidadas do Grupo.

De acordo com o contrato de concessão em vigor (Nota 1), no termo da concessão reverterá gratuita e automaticamente para o concedente, os bens dos domínios público e privado do Estado. Sendo a rede postal propriedade exclusiva dos CTT, reverterão para a posse do Estado apenas os bens que ao Estado pertençam, pelo que no fim da concessão os CTT continuarão na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração suportado nos registos patrimoniais da Empresa e na declaração da Direção Geral do Tesouro e Finanças, responsável pelo Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE), conclui que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

Como no âmbito do contrato de concessão o concedente não controla qualquer interesse residual significativo na rede postal dos CTT e sendo os CTT livres para alienar, substituir ou onerar os bens que integram a rede postal, a IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços não é aplicável ao contrato de concessão de prestação do serviço postal universal.

Durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, foram os seguintes:

Edifícios e outras construções

Os movimentos associados às aquisições e transferências dizem respeito à capitalização de obras em edifícios próprios e alheios em diversas instalações dos CTT e da CTT Expresso.

Equipamento básico

O valor relativo a aquisições respeita maioritariamente, à aquisição de carregadores elétricos no valor de 127 mil Euros, à aquisição de contentores no valor de 91 mil Euros pela CTT Expresso, à aquisição de veículos para a distribuição no valor de 189 mil Euros por parte da CORRE e à aquisição de *lockers* no valor de 715 mil Euros pela Open Lockers.

Equipamento administrativo

O valor relativo a aquisições respeita maioritariamente, à aquisição de diversos equipamento informático no valor aproximado de 706 mil Euros pelos CTT e à aquisição de diversos equipamento informático no valor de 111 mil Euros e aquisição de mobiliário no valor de 88 mil euros pelos CTT e 64 mil euros pela CTT Expresso.

Outros ativos fixos tangíveis

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente equipamentos de prevenção e segurança no valor aproximado de 97 mil Euros nos CTT.

Direitos de Uso

Os direitos de uso reconhecidos detalham-se como segue, por tipologia de bem subjacente:

	31.12.2024			
	Edifícios	Veículos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	229 708 181	42 448 596	4 733 764	276 890 540
Novos Contratos	32 832 622	34 201 093	1 386 101	68 419 817
Transferências e abates	(1 227 994)	(268 983)	—	(1 496 977)
Contratos findos	(91 141)	(103 351)	—	(194 492)
Remensurações	2 595 541	2 448 690	—	5 044 231
Regularizações	(2 540)	—	—	(2 540)
Saldo final	263 814 669	78 726 045	6 119 866	348 660 580
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	131 605 848	32 270 818	2 870 365	166 747 031
Depreciações do período	22 853 446	12 191 171	1 132 342	36 176 959
Transferências e abates	(1 375 343)	(154 671)	—	(1 530 015)
Contratos findos	(101 236)	(174 747)	—	(275 983)
Saldo final	152 982 714	44 132 570	4 002 708	201 117 992
Ativos fixos tangíveis líquidos	110 831 955	34 593 475	2 117 158	147 542 588

	30.06.2025			
	Edifícios	Veículos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	263 814 669	78 726 045	6 119 866	348 660 580
Novos Contratos	9 128 738	5 730 616	94 616	14 953 971
Transferências e abates	(1 056 216)	—	—	(1 056 216)
Contratos findos	(1 163 688)	(47 462)	—	(1 211 151)
Remensurações	10 936 795	240 358	—	11 177 153
Alterações no perímetro de consolidação	4 729 838	202 360	65 868	4 998 065
Saldo final	286 390 136	84 851 917	6 280 349	377 522 402
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	152 982 714	44 132 570	4 002 708	201 117 992
Depreciações do período	12 459 841	6 364 403	565 153	19 389 397
Transferências e abates	(686 610)	—	—	(686 610)
Contratos findos	(1 163 688)	(45 444)	—	(1 209 132)
Regularizações	(328 096)	—	—	(328 096)
Saldo final	163 264 161	50 451 529	4 567 861	218 283 551
Ativos fixos tangíveis líquidos	123 125 975	34 400 388	1 712 489	159 238 852

As depreciações contabilizadas, no montante de 19 389 397 Euros (16 650 145 Euros em 30 de junho de 2024), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

A informação sobre os passivos associados a estas locações bem como os gastos de financiamento encontram-se divulgados nas notas dos "Financiamentos obtidos" (Nota 18) e nota dos "Gastos e rendimentos financeiros" (Nota 25), respetivamente.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2025 não foram capitalizados quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

De acordo com a análise de indícios de imparidade com referência a 30 de junho de 2025, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual os ativos fixos tangíveis estão registados possa não ser recuperado.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de ativos fixos tangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Fixos Tangíveis totalizam a 30 de junho de 2025, 3 533 389 Euros.

5. Ativos intangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

31.12.2024						
	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4 380 552	193 000 538	19 836 097	2 309 070	3 912 114	223 438 371
Aquisições	—	1 671 337	91 119	—	20 040 915	21 803 371
Alienações	—	(4 557 236)	—	—	—	(4 557 236)
Transferências e abates	—	15 714 171	—	—	(15 493 791)	220 380
Regularizações	—	—	25 700	—	—	25 700
Saldo final	4 380 552	205 828 811	19 952 916	2 309 070	8 459 237	240 930 586
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4 380 552	131 770 613	15 360 727	1 286 695	—	152 798 587
Amortizações do período	—	17 808 048	1 055 378	360 838	—	19 224 263
Alienações	—	(4 557 236)	—	—	—	(4 557 236)
Regularizações	—	—	18 185	—	—	18 185
Saldo final	4 380 552	145 021 425	16 434 289	1 647 533	—	167 483 799
Ativos intangíveis líquidos	—	60 807 387	3 518 627	661 537	8 459 237	73 446 787

30.06.2025						
	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4 380 552	205 828 811	19 952 916	2 309 070	8 459 237	240 930 586
Aquisições	—	480 951	7 005	—	9 679 537	10 167 493
Transferências e abates	—	6 645 238	—	—	(6 426 810)	218 428
Regularizações	—	—	(49 251)	—	—	(49 251)
Alterações no perímetro de consolidação	—	1 668 610	226 259	—	—	1 894 869
Saldo final	4 380 552	214 623 610	20 136 929	2 309 070	11 711 965	253 162 125
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4 380 552	145 021 425	16 434 289	1 647 533	—	167 483 799
Amortizações do período	—	9 365 846	308 718	180 419	—	9 854 983
Regularizações	—	—	(36 328)	—	—	(36 328)
Alterações no perímetro de consolidação	—	1 588 940	211 275	—	—	1 800 215
Saldo final	4 380 552	155 976 210	16 917 954	1 827 952	—	179 102 668
Ativos intangíveis líquidos	—	58 647 400	3 218 975	481 117	11 711 965	74 059 457

As amortizações do período findo em 30 de junho de 2025, no montante de 9 854 983 Euros (9 271 583 Euros em 30 de junho de 2024) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

Durante o primeiro semestre de 2024, o Grupo alterou a estimativa de vida útil remanescente do *core banking system* (principal *software* operacional do Banco CTT) para cerca de 2 anos (anteriormente eram 7 anos), atribuindo-lhe um valor residual estimado de cerca de 6 000 milhares de euros. Esta alteração decorre da assinatura de um contrato de prestação de serviço com o fornecedor do licenciamento atual que prevê a migração e *upgrade* da atual licença (*on premises*) para o acesso a uma licença de um software *as a service*, que incorporará um conjunto de customizações e configurações que transitarão do atual sistema *on premises* e às quais se atribui um valor semelhante ao valor residual mencionado, o qual se estima que entre em vigor no final de 2025. A 30 de junho de 2025, este ativo tem um valor líquido de balanço de 6 755 milhares de euros (31 de dezembro de 2024: 7 493 milhares de euros).

As transferências ocorridas no período findo em 30 de junho de 2025 de ativos intangíveis em curso para programas de computador dizem respeito a projetos informáticos concluídos no decorrer do exercício.

Foram capitalizados em “Programas de computador” e “Ativos intangíveis em curso”, os valores de 2 695 678 Euros e 2 150 754 Euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, que dizem respeito à participação de recursos internos do Grupo no desenvolvimento de projetos de informática.

Os ativos intangíveis em curso em 30 de junho de 2025 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os mais significativos os seguintes:

	30.06.2025
CBS Upgrade 2024	1 388 104
Mulesoft - Software	1 103 206
Galaxy - software	1 023 171
Transferências Imediatas	890 494
Projeto Cards - Software	840 613
SAP - software	635 394
Marketing Automation	604 432
Plataforma - Produtos de Investimento	347 779
Bwise - Controlo Interno	338 254

O Grupo não identificou incertezas relevantes quanto à conclusão dos projetos em curso, nem quanto à sua recuperabilidade.

A maioria dos projetos tem data de conclusão prevista para o ano de 2025.

Quanto ao exercício económico de 2024, o montante de despesas incorridas com I&D pelo **Grupo** encontra-se divulgado na nota 26.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2025 não foram capitalizados quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis totalizam o montante de 11 587 677 Euros a 30 de junho de 2025.

6. Propriedades de investimento

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, o Grupo tem os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

31.12.2024			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	2 862 247	11 052 892	13 915 139
Alienações	(746 871)	(1 434 106)	(2 180 976)
Outros movimentos	90 151	268 567	358 718
Saldo final	2 205 528	9 887 353	12 092 881
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	155 569	7 531 191	7 686 759
Depreciações do período	—	190 827	190 827
Alienações	(17 174)	(1 017 940)	(1 035 115)
Outros movimentos	—	10 286	10 286
Saldo final	138 394	6 714 363	6 852 758
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	—	252 393	252 393
Reversões	—	(186 195)	(186 195)
Saldo final	—	66 199	66 199
Propriedades de investimento líquidas	2 067 134	3 106 792	5 173 925

30.06.2025			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	2 205 528	9 887 353	12 092 881
Alienações	(28 865)	(346 916)	(375 781)
Saldo final	2 176 663	9 540 438	11 717 100
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	138 394	6 714 363	6 852 758
Depreciações do período	—	91 716	91 716
Alienações	(3 252)	(255 103)	(258 355)
Saldo final	135 142	6 550 977	6 686 119
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	—	66 199	66 199
Reversões	—	(33 200)	(33 200)
Saldo final	—	32 999	32 999
Propriedades de investimento líquidas	2 041 520	2 956 462	4 997 983

Estes ativos não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, estando no mercado disponíveis para arrendamento.

O valor de mercado dos ativos classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2024 efetuadas por entidades independentes, ascende a 6 843 465 Euros.

As depreciações no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, no montante de 91 716 Euros (104 968 Euros em 30 de junho de 2024) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No período seis meses findos em 30 de junho de 2025, o montante de rendas cobradas pelo Grupo pelo arrendamento dos imóveis e equipamentos classificados como propriedade de investimento foi de 1 016 Euros (30 de junho de 2024: 2 983 Euros).

7. Empresas incluídas no perímetro de consolidação

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, foram incluídas na consolidação a empresa-mãe, CTT – Correios de Portugal, S.A. e as seguintes subsidiárias:

Denominação social	País	Sede	31.12.2024			30.06.2025		
			Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
<u>Empresa - mãe:</u>								
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	—	—	—	—	—	—
<u>Subsidiárias:</u>								
CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A. ("CTT Expresso")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Payshop Portugal, S.A. ("Payshop")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
CTT Contacto, S.A. ("CTT Con")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
CTT Soluções Empresariais, S.A. ("CTT Sol")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Correio Expresso de Moçambique, S.A. ("CORRE")	Moçambique	Av. 24 de Julho, Edifício 24, n.º 1097, 3.º Piso, Bairro da Polana Maputo - Moçambique	50	—	50	50	—	50
Banco CTT, S.A. ("BancoCTT")	Portugal	Praça Duque de Saldanha, n.º 1 Edf. Atrium Saldanha Piso 3 1050-094 Lisboa	91,29	—	91,29	91,29	—	91,29
1520 Innovation Fund ("TechTree")	Portugal	Av Conselheiro Fernando de Sousa, 19 13º Esq 1070-072 Lisboa	37,5	62,5	100	37,5	62,5	100
321 Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A. ("321 Crédito")	Portugal	Avenida da Boavista, n.º 772, 1.º, Edifício Boavista Prime 4100-111 Porto	—	91,29	91,29	—	91,29	91,29
NewSpring Services, S.A. ("NSS")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	—	100	100	—	100	100
CTT IMO - Sociedade Imobiliária, S.A. ("CTTI")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Open Lockers, S.A. ("Lock")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	—	100	100	—	100	100
MedSpring, S.A. ("MEDS")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	—	100	100	—	100	100
CTT Logística, S.A. ("Serv")	Portugal	Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa	—	100	100	100	—	100
CTT Imo Yield, S.A. ("IMOY")	Portugal	Lugar do Espido, Via Norte, 4470-177 Maia-Porto	73,70	—	73,70	73,70	—	73,70
Compañía Auxiliar al Cargo Express, S.A. ("CACESA")	Espanha	Cl Barajas 2 5 6 Aeropuerto 28042 Madrid (Madrid), Spain	—	—	—	—	100,0	100,00
Auxiliar Logística Aeroportuária Express, S.A. ("ALAER")	Espanha	Centro De Carga Aerea Madrid-Barajas Parcela 2.5 Nave Numero 6 28042 Madrid	—	—	—	—	100,0	100,00
Cacesa Forwarding and Logistics Tasimacilik Limited Sirketi ("CACESA TURQUIA")	Turquia	Yeşilköy Mah. Atatürk Cad. Egs Business Park No: 12 İç Kapi No: 237 Bakirköy / İstanbul İstanbul, 34149, Türkiye	—	—	—	—	100,0	100,00
Cacesa Forwarding and Logistics s.o.o ("CACESA SERVIA")	Servia	Bulevar Kralja Aleksandra 28, Sprat Vi, Beograd	—	—	—	—	100,0	100,00
Cacesa Tech & Logistic Tanger Med s.r.l. ("CACESA Marrocos")	Marrocos	Zone Franche, Logistique, Lot N° 130, Plateforme N° 2, Bureau N° 2, Ksar El Majaz, Oued R'Mel, Commune Anjra, Province Fahs Anjra Maroc	—	—	—	—	100,0	100,00

Relativamente à empresa "CORRE", em virtude de o Grupo ter direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento e ter a capacidade de afetar esses retornos, a mesma é incluída no perímetro de consolidação.

A 4 de janeiro de 2024, a CTT IMO Yield concluiu o processo de conversão num organismo de investimento alternativo imobiliário (OIA) sob forma societária de capital fixo e de subscrição particular, gerida por uma entidade gestora que integra o universo empresarial da Sierra Investments, a sociedade Sierra IG - SGOIC, S.A. Na mesma data, os CTT concretizaram a venda de uma posição acionista de 26,3% na CTT IMO Yield à Sonae Investment SGPS, S.A. e outros investidores, tal como previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações, que se traduziu num recebimento bruto de 32 447 343 Euros. No seguimento desta operação foi reconhecido o montante de 32 959 531 Euros na rubrica “interesses que não controlam” no capital próprio.

A 18 de Abril de 2024, a CTT Expresso procedeu à aquisição da participação minoritária na Open Lockers detida pelos restantes acionistas da entidade, no montante de 1 439 000 Euros. O Grupo passa, desta forma, a deter uma participação de 100% na Open Lockers, a partir dessa data.

Em 26 de junho de 2024, o Banco CTT subscreveu um aumento de capital social na subsidiária 321 Crédito, mediante a realização de uma entrada em dinheiro, no montante de 5 000 000 Euros dando origem à emissão de 5 000 000 de novas ações escriturais, ordinárias, nominativas e com um valor de emissão de 1 euro cada. O montante de capital social da 321 Crédito no valor de 30 000 000 Euros passou para 35 000 000 Euros.

A 6 de novembro de 2022, os CTT Correios de Portugal, S.A. e a sua subsidiária Banco CTT, S.A. celebraram um acordo de parceria estratégica com a Generali Seguros, S.A. (Tranquilidade/Generali Seguros).

A transação celebrada entre as partes incluía:

- Acordos de distribuição de longo prazo, com período de exclusividade renovável a cada 5 anos, para a distribuição pelos CTT e pelo Banco CTT de produtos de seguros de vida e não vida da Tranquilidade/Generali Seguros;
- Subscrição pela Tranquilidade/Generali Seguros de um aumento de capital social reservado de 25 milhões de euros no Banco CTT em contrapartida de uma participação de 8,71%. Um Acordo Parassocial conferirá à Tranquilidade/Generali Seguros um conjunto de direitos minoritários em linha com a dimensão da participação.

A 29 de novembro de 2024, após a aprovação pelas autoridades competentes, os CTT formalizaram com a Generali Tranquilidade a parceria estratégica para o Banco CTT, anunciada no final de 2022, nos termos acima descritos.

A subscrição de um aumento no capital social do Banco CTT de 25 milhões de euros pela Tranquilidade/ Generali Seguros, traduziu-se numa participação societária minoritária de 8,71%, e numa consequente redução da participação dos CTT, incluindo da subsidiária do Banco, 321 Crédito, para 91,29%, à data de 29 de novembro de 2024. Esta operação traduziu-se no reconhecimento de interesses que não controlam no montante de 27 153 204 Euros.

A 30 de janeiro de 2025 a CTT IMO Yield foi objeto de aumento de capital por entrada em dinheiro, no montante de 976 007 Euros. Este aumento de capital deu origem à emissão de 1 015 510 novas ações.

Em 5 de fevereiro de 2025 os CTT, dando continuidade à sua estratégia de desenvolvimento do negócio imobiliário, procederam à transferência de 30 imóveis para a CTT IMO Yield sob a forma de contribuição de capital em espécie, no montante de 11 980 000 Euros. Esta operação deu origem à emissão de 12 464 884 novas ações.

O montante da entrada em espécie correspondeu ao justo valor dos imóveis apurado através de avaliação externa elaborada por dois peritos independentes. Para cada imóvel objeto de transferência foi considerado para a determinação do seu justo valor, o valor médio das duas avaliações elaboradas por cada um dos peritos independentes.

Na sequência destas operações de aumento de capital na CTT IMO Yield, em 25 de fevereiro de 2025, foram alienadas pelos CTT, aos atuais acionistas, as ações necessárias para manter inalterada a proporção de detenção de capital de cada um dos acionistas, pelo que, em 31 de março de 2025, os CTT mantêm os 73,7% de participação nesta entidade. Por não implicar a perda de controlo, esta operação foi considerada uma *equity transaction*, tendo o montante de 3 407 430 Euros sido reconhecido na rubrica “Interesses que não controlam” no capital próprio.

Em 7 de março de 2025 a Open Lockers foi alvo de um aumento de capital sobre a forma de prestação suplementar no montante de 2 200 000 Euros.

Em 23 de abril de 2025 foi efetuado, na CTT Expresso, um aumento de capital no valor de 110 000 800 Euros, com o objetivo de dotar esta entidade com os fundos necessários para adquirir a Cacesa. Com esta operação o capital social foi reforçado em 5 040 000 Euros, passando a ser de 25 740 000 Euros, na modalidade de nova entrada em dinheiro com a emissão de 280 000 novas ações, com o valor nominal de 18 Euros cada. No âmbito deste aumento de capital cada ação será subscrita a um preço de 392,86€ correspondendo 18 Euros ao valor do capital subscrito e 374,86€ a ágio por ação, pelo que o montante global subscrito e realizado é de 110 000 800 Euros, do qual 104 960 800 Euros corresponde ao total do ágio fixado tendo em conta a mais recente avaliação de mercado da sociedade levado a cabo no contexto da parceria estratégica com a DHL.

Em 24 de abril de 2025 a sociedade CTT Services foi alienada pela CTT Soluções Empresariais aos CTT, ficando desde então esta sociedade, a ser 100% detida diretamente pela Empresa-mãe. A transação foi realizada ao *book value* por ser essa a política contabilística adotada pelo Grupo para transações de controlo comum, não havendo igualmente qualquer impacto nas contas consolidadas do Grupo. Posteriormente, no dia 26 de junho de 2025, foi também deliberada a alteração da designação social para CTT Logística, S.A., do objeto social e órgãos sociais. No mesmo dia esta entidade foi alvo de um aumento de capital social no valor de 2 200 000 Euros, totalizando em 30 de junho de 2025 o montante de 2 250 000 Euros.

Entidades controladas conjuntamente

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, o Grupo detinha os seguintes interesses em entidades controladas conjuntamente, registadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2024			30.06.2025		
			Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
			Direta			Indireta		
NewPost, ACE	Portugal	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 Lisboa	49	—	49	49	—	49
PTP & F, ACE	Portugal	Estrada Casal do Canas Amadora	51	—	51	51	—	51
Wolfspring, ACE	Portugal	Urbanização do Passil, nº 100-A 2890-1852 Alcochete	—	50	50	—	50	50

Associadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, o Grupo detinha as seguintes participações em empresas associadas, incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2024			30.06.2025		
			Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Mafelosa, SL (a)	Espanha	Castellon - Espanha	—	25	25	—	25	25
Urpacsur, SL (a)	Espanha	Málaga - Espanha	—	30	30	—	30	30

(a) Empresa participada pela CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A., sucursal em Espanha (em 2018 era detida pela Tourline Mensajería, SLU), que se encontra atualmente sem atividade.

Entidades estruturadas

Adicionalmente, considerando os requisitos da IFRS 10, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades estruturadas:

Denominação	Ano de Constituição	Local de emissão	Método de Consolidação
Ulisses Finance No.2 (*)	2021	Portugal	Integral
Ulisses Finance No.3 (*)	2022	Portugal	Integral
Chaves Funding No.8 (*)	2019	Portugal	Integral

(*) Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização, registadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o envolvimento continuado do Grupo, determinado com base na detenção dos interesses residuais (equity piece ou excess spread) dos respetivos veículos e na medida em que o Grupo detém substancialmente os riscos e benefícios associados aos ativos subjacentes e tem a capacidade para afetar estes mesmos riscos e benefícios.

(**) Entidades saíram do perímetro de consolidação durante o exercício de 2023.

De seguida apresentam-se os principais impactos da consolidação destas entidades estruturadas nas contas do Grupo:

	31.12.2024	30.06.2025
Caixa e equivalentes de caixa	17 527 712	18 313 779
Ativos ao justo valor através de resultados (Derivados)	6 283 361	3 373 578

Alterações no perímetro de consolidação

No período de findo a 31 de dezembro de 2024, ocorreram as seguintes alterações societárias: 1) com a alienação de 26,3% da participação na CTT IMO Yield, o grupo passou a deter 73,7% da entidade; 2) com a aquisição da participação minoritária na Open Lockers detida pelos restantes acionistas da entidade, o Grupo passou a deter 100% desta entidade e; 3) com a subscrição de um aumento de capital por um entidade terceira no Banco CTT, o grupo passou a deter 91,29% desta entidade, e de forma indireta, da sua subsidiária 321C.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, o perímetro de consolidação foi, alterado na sequência da aquisição do controlo exclusivo da Companhia Auxiliar al Cargo Expres, S.A.U. ("Cacesa"). Em 30 de abril de 2025 (data de *closing* da operação), os CTT, completaram, através da sua subsidiária CTT Expresso, a aquisição da totalidade do capital da Cacesa, conforme anunciado em 18 de dezembro de 2024, empresa espanhola bem posicionada no mercado aduaneiro de comércio eletrónico internacional.

A aquisição foi concretizada por um preço Inicial de 91 000 000 Euros, sujeito a ajustes, com base nas contas preparadas no fecho do negócio, relacionados essencialmente com a posição de Caixa líquida e com um preço variável, definido com base na data do *Closing*. A soma do preço inicial, do preço variável e da posição de caixa líquida cifrou-se em 109 840 111 Euros. A este valor foi deduzido o montante de 3 051 598 Euros relativo a responsabilidades assumidas, tendo o montante final de 106 788 512 Euros sido liquidado na totalidade por meios monetários.

O *Goodwill* é atribuível, essencialmente, às sinergias operacionais que se esperam capturar com impactos nos resultados do Grupo, prevendo-se que as principais sinergias em termos de receitas resultem da expansão dos serviços de distribuição da última milha e da integração com os processos aduaneiros dos CTT. No que aos custos diz respeito, as sinergias deverão materializar-se através do aumento da eficiência nas operações de tratamento aduaneiro e da eliminação de duplicações de gastos gerais. Com esta aquisição o Grupo pretende reforçar ainda mais a sua presença de liderança no comércio eletrónico na Península Ibérica e alargar o portefólio de serviços e soluções de comércio eletrónico.

Desta forma, o reconhecimento inicial do *Goodwill* apurado na compra da Cacesa, demonstra-se como segue:

	Reconhecimento inicial
Ativos adquiridos (Cacesa)	50 169 663
Passivos adquiridos (Cacesa)	24 516 970
Total dos ativos líquidos adquiridos (Cacesa)	25 652 693
Preço de aquisição	106 788 512
Responsabilidades assumidas	3 051 598
Goodwill	84 187 418

O *Purchase Price Allocation* (PPA) encontra-se em curso, estando ainda o Grupo a avaliar os pressupostos e critérios para a avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e os passivos assumidos, e será concluído no prazo de 12 meses após a data de aquisição conforme previsto na IFRS 3 – Concentrações empresariais.

O Grupo incorreu em gastos relacionados com a transação de aquisição da Cacesa de, aproximadamente, 2,3 milhões de Euros, nomeadamente assessoria financeira e custos legais. Estes gastos foram registados na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos na Demonstração dos resultados por natureza nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025.

Os ativos adquiridos da Cacesa detalham-se conforme segue:

Cacesa	Reconhecimento inicial
Ativos não correntes	
Ativos fixos tangíveis	5 751 769
Ativos intangíveis	86 918
Investimentos em subsidiárias	3 671 326
Outros ativos não correntes	578 444
Ativos por impostos diferidos	727 944
Ativos não correntes	10 816 400
Ativos correntes	
Contas a receber	7 947 054
Empresas do grupo	558 466
Outros ativos correntes	11 773 706
Caixa e equivalentes de caixa	19 074 038
Ativos correntes	39 353 263
Ativos adquiridos (Cacesa)	50 169 663

O valor líquido contabilístico das contas a receber na data de aquisição corresponde a 7 947 054 Euros, não existindo no âmbito da IFRS 3, diferenças face ao seu justo valor.

Os resultados da Cacesa e suas subsidiárias, apresentam-se como segue (relativos ao período de maio a junho de 2025):

Demonstração dos resultados por natureza - 01.05.2025 a 30.06.2025

Rubrica	Montante
Vendas e serviços prestados	22 472 274
Outros rendimentos e ganhos operacionais	7 330
	22 479 604
Resultado líquido do período	3 595 921

Caso a transação tivesse ocorrido no início do período de relato (01 de janeiro de 2025) os rendimentos consolidados e resultado líquido consolidado do período, do Grupo CTT, teriam sido, aproximadamente, de 637,9 milhões de euros e 26,0 milhões de euros, respetivamente.

8. Investimentos em títulos

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, a rubrica “Investimentos em Títulos” detalha-se como segue:

	31.12.2024	30.06.2025
Não corrente		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	358 036 202	357 181 672
Imparidade	(53 096)	(59 606)
	357 983 106	357 122 067
Corrente		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	1 054 748 382	1 173 062 552
Títulos de dívida supranacional	637 439 939	691 971 972
Obrigações de outros emissores	9 015 432	—
Imparidade	(50 245)	(58 529)
	1 701 153 508	1 864 975 994
	2 059 136 614	2 222 098 062

Os ativos financeiros desta carteira são geridos com base num modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais.

O aumento do saldo das rubricas de investimentos em títulos justifica-se essencialmente pela variação da exposição (valor nominal) positiva de 204 milhões de euros de dívida supranacional, 75 milhões de euros de dívida pública francesa, 55 milhões de euros de dívida pública portuguesa e pela variação negativa de 85 milhões de euros de dívida pública belga, 79 milhões de dívida privada espanhola e 10 milhões de euros de dívida pública austríaca.

A análise dos ativos financeiros ao custo amortizado, por maturidade residual, a 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, apresenta-se como segue:

31.12.2024							
	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Títulos de dívida pública							
Nacionais	13 184 741	4 935 974	18 120 715	37 554 006	124 259 693	161 813 699	179 934 414
Estrangeiros	394 998 166	641 629 500	1 036 627 666	29 056 317	167 166 186	196 222 503	1 232 850 169
Títulos de dívida supranacional	508 519 817	128 920 122	637 439 939	—	—	—	637 439 939
Obrigações de outros emissores							
Estrangeiros	9 015 432	—	9 015 432	—	—	—	9 015 432
	925 718 156	775 485 597	1 701 203 752	66 610 323	291 425 879	358 036 202	2 059 239 954

				30.06.2025						
				Corrente			Total			
				Não corrente						
				Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao custo amortizado										
Títulos de dívida pública										
Nacionais				17 943 239	54 374 040	72 317 279	37 432 611	124 168 584	161 601 195	233 918 474
Estrangeiros				483 271 644	617 473 628	1 100 745 273	29 048 800	166 531 677	195 580 477	1 296 325 750
Títulos de dívida supranacional				461 450 552	230 521 420	691 971 972	—	—	—	691 971 972
Obrigações de outros emissores										
Estrangeiros				—	—	—	—	—	—	—
				962 665 435	902 369 088	1 865 034 524	66 481 411	290 700 261	357 181 672	2 222 216 196

Justo valor

A carteira de investimentos em títulos ao custo amortizado tinha, a 31 de dezembro de 2024, um justo valor de 2 036 925 milhares de euros (uma diferença negativa de 22 212 milhares de euros relativamente ao seu valor contabilístico).

A carteira de investimentos em títulos ao custo amortizado tinha, a 30 de junho de 2025, um justo valor de 2 201 499 milhares de euros (uma diferença negativa de 20 599 milhares de euros relativamente ao seu valor contabilístico).

Imparidade

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, detalham-se como segue:

	31.12.2024				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes					
Investimento em títulos ao custo amortizado	67 657	25 440	(22 380)	(17 622)	53 096
	67 657	25 440	(22 380)	(17 622)	53 096
Ativos correntes					
Investimento em títulos ao custo amortizado	29 726	24 074	(21 178)	17 622	50 245
	29 726	24 074	(21 178)	17 622	50 245
	97 383	49 514	(43 557)	—	103 341

	30.06.2025				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes					
Investimento em títulos ao custo amortizado	53 096	29 462	(21 997)	(955)	59 605
	53 096	29 462	(21 997)	(955)	59 605
Ativos correntes					
Investimento em títulos ao custo amortizado	50 245	28 930	(21 600)	955	58 530
	50 245	28 930	(21 600)	955	58 530
	103 342	58 392	(43 597)	—	118 135

Relativamente às perdas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado, os movimentos por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, detalham-se como segue:

	31.12.2024	30.06.2025
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	97 384	103 341
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	49 494	51 882
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(13 811)	(5 560)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	(29 726)	(31 528)
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	103 341	118 135

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2024	30.06.2025
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	97 384	103 341
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira	5 957	14 794
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	103 341	118 135

De acordo com a política contabilística em vigor, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade nas suas carteiras de ativos financeiros ao custo amortizado.

9. Outros ativos e passivos financeiros bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, as rubricas “Outros ativos financeiros bancários” e “Outros passivos financeiros bancários” apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2024	30.06.2025
Ativo corrente		
Aplicações em bancos centrais	644 360 692	425 960 733
Aplicações em instituições de crédito	56 941 003	8 450 295
Imparidade	(4 623)	(1 859)
Outros	4 246 007	6 465 438
Imparidade	(1 834 074)	(1 848 010)
	703 709 006	439 026 597
Passivo corrente		
Outros	31 877 142	34 604 930
	31 877 142	34 604 930

Aplicações em Bancos Centrais, Instituições de crédito e Empréstimos a instituições de crédito

Relativamente a estas rubricas o escalonamento por prazos de vencimento apresenta-se como segue:

	31.12.2024	30.06.2025
Até 3 meses	694 432 914	425 960 733
De 3 a 12 meses	6 868 780	8 450 295
	701 301 695	434 411 028

A rubrica Aplicações em instituições de crédito apresentou no período uma rentabilidade média anual de 1,520 % (31 de dezembro de 2024: 3,100 %).

O montante de 425 960 733 Euros registado em aplicações em bancos centrais corresponde a depósitos *overnight* junto do Banco de Portugal. A diminuição do saldo face ao período anterior decorre da gestão de liquidez do Banco CTT que no ano de 2025 passou por reforçar o investimento na carteira de títulos.

Imparidade

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, detalham-se como segue:

	31.12.2024				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Ativos correntes					
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	8 143	4 623	(8 143)	—	4 623
Outros	1 821 475	19 464	(6 169)	(696)	1 834 074
	1 829 619	24 087	(14 312)	(696)	1 838 697
	1 829 619	24 087	(14 312)	(696)	1 838 697

	30.06.2025				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Ativos correntes					
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	4 623	408	(3 172)	—	1 859
Outros	1 834 074	15 585	(1 648)	—	1 848 010
	1 838 696	15 993	(4 820)	—	1 849 870
	1 838 696	15 993	(4 820)	—	1 849 870

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de aplicações e empréstimos a instituições de crédito por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, detalham-se como segue:

	31.12.2024	30.06.2025
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	8 143	4 623
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	4 623	408
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	—	(1 890)
Ativos financeiros desconhecidos excluindo write-offs	(8 143)	(1 282)
Imparidade	4 623	1 859

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2024	30.06.2025
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	8 143	4 623
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira	(3 520)	(2 763)
Imparidade	4 623	1 859

A rubrica “Outros passivos correntes” regista fundamentalmente o saldo de operações bancárias pendentes de liquidação financeira.

10. Crédito a clientes bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, a rubrica “Crédito a clientes bancários” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2024	30.06.2025
Crédito vivo	1 765 851 965	1 900 666 634
Crédito hipotecário	801 803 950	904 562 653
Crédito automóvel	960 408 687	992 750 692
Locação financeira	937 888	806 655
Descobertos em depósitos à ordem	2 701 440	2 546 634
Crédito vencido	22 264 515	29 810 404
Crédito vencido - menos de 90 dias	1 638 823	1 792 720
Crédito vencido - mais de 90 dias	20 625 692	28 017 684
	1 788 116 480	1 930 477 038
Imparidade para riscos de crédito	(46 569 146)	(55 495 998)
	1 741 547 334	1 874 981 039

O escalonamento do crédito a clientes bancários por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, apresenta-se como segue:

31.12.2024									
	Corrente					Não corrente			Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Crédito hipotecário	—	5 362 938	11 830 430	44 163	17 237 531	31 601 703	753 008 879	784 610 582	801 848 113
Crédito automóvel	—	37 963 578	103 994 570	20 233 970	162 192 118	268 751 243	549 699 296	818 450 539	980 642 657
Locação financeira	—	72 670	182 558	56 559	311 787	243 917	438 744	682 660	994 447
Descobertos em depósitos à ordem	2 701 440	—	—	1 929 822	4 631 263	—	—	—	4 631 263
	2 701 440	43 399 185	116 007 557	22 264 515	184 372 698	300 596 862	1 303 146 919	1 603 743 782	1 788 116 480

30.06.2025									
	Corrente					Não corrente			Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Crédito hipotecário	—	6 267 974	14 823 565	32 912	21 124 452	41 350 634	842 120 479	883 471 113	904 595 564
Crédito automóvel	—	31 585 268	79 446 853	27 425 041	138 457 161	288 339 684	593 378 887	881 718 571	1 020 175 733
Locação financeira	—	13 554	18 088	66 725	98 367	279 127	495 886	775 013	873 380
Descobertos em depósitos à ordem	2 546 634	—	—	2 285 727	4 832 361	—	—	—	4 832 361
	2 546 634	37 866 797	94 288 506	29 810 404	164 512 340	329 969 446	1 435 995 251	1 765 964 697	1 930 477 038

No dia 28 de junho de 2024 foi acordada a venda de uma carteira de créditos Auto (*Non-Performing Loans*) com o valor de balanço (bruto) de 22 432 milhares de euros, cuja liquidação ocorreu durante o mês de setembro, momento em que foram cumpridos os critérios de desreconhecimento previstos na IFRS 9. Esta operação teve o duplo propósito de maximizar o valor recuperado de exposições não produtivas e de reduzir o rácio de exposições não produtiva, tendo ainda resultado um impacto positivo na conta de exploração do Grupo decorrente da venda com mais-valia.

A análise da rubrica, por tipo de crédito, em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, é analisada como segue:

31.12.2024					
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito hipotecário	801 803 950	44 163	801 848 113	(1 775 473)	800 072 640
Crédito automóvel	960 408 687	20 233 970	980 642 657	(43 130 850)	937 511 807
Locação financeira	937 888	56 559	994 447	(191 959)	802 488
Descobertos em depósitos à ordem	2 701 440	1 929 822	4 631 263	(1 470 864)	3 160 399
	1 765 851 965	22 264 515	1 788 116 480	(46 569 146)	1 741 547 334

	30.06.2025				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito hipotecário	904 562 653	32 912	904 595 564	(2 028 179)	902 567 386
Crédito automóvel	992 750 692	27 425 041	1 020 175 733	(51 416 533)	968 759 199
Locação financeira	806 655	66 725	873 380	(216 728)	656 651
Descobertos em depósitos à ordem	2 546 634	2 285 727	4 832 361	(1 834 558)	2 997 803
	1 900 666 634	29 810 404	1 930 477 038	(55 495 998)	1 874 981 039

A carteira de crédito total detalhada por *stage* segundo definido na IFRS 9 é apresentada como segue:

	31.12.2024	30.06.2025
Stage 1	1 611 704 252	1 734 277 376
Valor Bruto	1 616 699 954	1 738 919 360
Imparidade	(4 995 703)	(4 641 984)
Stage 2	77 610 864	81 342 325
Valor Bruto	85 493 665	89 621 326
Imparidade	(7 882 801)	(8 279 001)
Stage 3	52 232 218	59 361 338
Valor Bruto	85 922 860	101 936 351
Imparidade	(33 690 642)	(42 575 013)
	1 741 547 334	1 874 981 039

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, realizadas através de titularização e sujeitas a consolidação no âmbito da IFRS 10.

Justo valor

A rubrica “Crédito a clientes bancários” tinha, a 31 de dezembro de 2024, um justo valor de 1 725 795 milhares de euros (uma diferença negativa de 16 237 milhares de euros relativamente ao seu valor contabilístico).

A rubrica “Crédito a clientes bancários” tinha, a 30 de junho de 2025, um justo valor de 1 859 877 milhares de euros (uma diferença negativa de 15 574 milhares de euros relativamente ao seu valor contabilístico).

Perdas por imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, o movimento ocorrido em “Imparidade para riscos de crédito” (Nota 13) foi como segue:

	31.12.2024						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Crédito a clientes bancários	27 220 455	32 565 722	(24 328 206)	(9 432 726)	3 937 253	382 739	30 345 237
	27 220 455	32 565 722	(24 328 206)	(9 432 726)	3 937 253	382 739	30 345 237
Ativos correntes							
Crédito a clientes bancários	20 595 544	17 411 078	(13 006 937)	(5 043 153)	(3 937 253)	204 629	16 223 909
	20 595 544	17 411 078	(13 006 937)	(5 043 153)	(3 937 253)	204 629	16 223 909
	47 815 999	49 976 800	(37 335 143)	(14 475 879)	—	587 368	46 569 146

30.06.2025						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos
Ativos não correntes						
Crédito a clientes bancários	30 345 237	12 078 968	(6 424 880)	(5 779)	(879 429)	—
	30 345 237	12 078 968	(6 424 880)	(5 779)	(879 429)	—
Ativos correntes						
Crédito a clientes bancários	16 223 909	7 011 200	(3 729 302)	(3 354)	879 429	—
	16 223 909	7 011 200	(3 729 302)	(3 354)	879 429	—
	46 569 146	19 090 168	(10 154 181)	(9 134)	—	—

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de crédito a clientes bancários do período findo em 30 de junho de 2025, no montante de 8 935 986 Euros (7 423 626 Euros em 30 junho 2024) foram registadas na rubrica de “Imparidade de outros ativos financeiros bancários”.

O acréscimo das perdas por imparidade do período é essencialmente explicada por: i) Crédito Auto: dotação líquida de 8 295 milhares de euros nos primeiros 6 meses de 2025 (30 junho 2024: 6 898 milhares de euros) e ii) Crédito Habitação: dotação líquida de 253 milhares de euros (30 junho 2024: dotação de 140 milhares de euros), o que justifica o acréscimo de 1 512 milhares de euros na imparidade do crédito a clientes no primeiro trimestre de 2025 face ao período homólogo.

Os movimentos nas perdas de imparidade por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, detalham-se como segue:

31.12.2024				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	3 698 349	6 444 691	37 672 959	47 815 999
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	1 707 289	1 110 650	1 086 290	3 904 230
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(2 025 061)	2 767 435	12 312 440	13 054 814
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	(377 450)	(391 631)	(3 548 306)	(4 317 387)
Write-offs	—	—	(14 475 879)	(14 475 879)
Transferências para:				
Stage 1	2 256 345	(1 305 869)	(950 477)	—
Stage 2	(178 928)	1 763 209	(1 584 281)	—
Stage 3	(95 918)	(2 570 759)	2 666 677	—
Variações cambiais e outros movimentos	11 076	65 075	511 218	587 369
Imparidade	4 995 703	7 882 801	33 690 642	46 569 146
<i>Dos quais: POCI</i>	—	—	244 913	244 913

	30.06.2025			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4 995 703	7 882 801	33 690 642	46 569 146
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	855 285	472 096	132 457	1 459 839
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(2 658 479)	2 806 912	8 293 914	8 442 346
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	(253 192)	(213 371)	(499 635)	(966 199)
Write-offs	—	—	(9 134)	(9 134)
Transferências para:				
Stage 1	1 951 164	(1 348 707)	(602 457)	—
Stage 2	(190 877)	1 139 890	(949 012)	—
Stage 3	(57 985)	(2 453 397)	2 511 382	—
Variações cambiais e outros movimentos	367	(7 222)	6 855	—
Imparidade	4 641 984	8 279 001	42 575 013	55 495 998
<i>Dos quais: POCI</i>	—	—	(261 503)	(261 503)

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2024			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	3 698 349	6 444 691	37 672 959	47 815 999
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(695 221)	3 486 454	9 850 425	12 641 657
Transferências de Stage (líquidas)	1 981 499	(2 113 419)	131 920	—
Vendas de Crédito	—	—	(14 218 268)	(14 218 268)
Write-offs	—	—	(257 612)	(257 612)
Variações cambiais e outros movimentos	11 076	65 075	511 218	587 369
Imparidade	4 995 703	7 882 801	33 690 642	46 569 146

	30.06.2025			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4 995 703	7 882 801	33 690 642	46 569 146
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(2 056 387)	3 065 637	7 926 736	8 935 986
Transferências de Stage (líquidas)	1 702 302	(2 662 215)	959 913	—
Write-offs	—	—	(9 134)	(9 134)
Variações cambiais e outros movimentos	367	(7 222)	6 855	—
Imparidade	4 641 984	8 279 001	42 575 013	55 495 998

Análise de sensibilidade

Atendendo à elevada incerteza das projeções macroeconómicas e considerando que desvios aos cenários apresentados poderão ter impacto no valor das perdas esperadas estimadas, realizaram-se análises de sensibilidade sobre a distribuição da carteira por *stage* e o respetivo impacto na imparidade.

O Grupo considera que os parâmetros assumidos mais sensíveis ou suscetíveis a alterações de ciclo económico, são a Probabilidade de Incumprimento (PD – *Probability of Default*) para a generalidade

das carteiras e a Perda dado o incumprimento (LGD – *Loss Given Default*) para o caso da carteira de crédito automóvel.

Neste contexto, foi realizada uma análise de sensibilidade que pretendeu apurar qual seria a imparidade da carteira global caso aqueles parâmetros sofressem uma deterioração relativa de 10%, tendo-se concluído que o aumento na imparidade seria de 1 045 milhares de euros, correspondentes a cerca de 2%.

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente apresentava a seguinte composição:

	31.12.2024	30.06.2025
Diferimentos ativos		
Não correntes		
Protocolo crédito habitação colaboradores	1 616 602	2 208 172
Outros	1 801 072	2 413 999
	3 417 674	4 622 170
Correntes		
Rendas a pagar	1 182 761	1 218 739
Subsídios de Refeição	1 315 703	1 252 411
Outros	8 485 637	10 389 777
	10 984 101	12 860 927
	14 401 775	17 483 097
Diferimentos passivos		
Não correntes		
Subsídios ao investimento	662 967	903 658
Outros	313 333	314 396
	976 301	1 218 054
Correntes		
Subsídios ao investimento	11 201	11 201
Passivos resultantes de contratos	4 258 444	3 357 440
Outros	4 025 148	7 453 961
	8 294 793	10 822 601
	9 271 094	12 040 655

A variação da rubrica “Outros diferimentos ativos” resulta essencialmente da renovação de contratos de licenciamento de software e de contratos de seguros.

A rubrica “Passivos resultantes de contratos” decorre da aplicação da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes e representa o valor já faturado, mas ainda não reconhecido em resultados por ainda não se encontrarem satisfeitas as “*performance obligations*”, tal como preconizado na norma.

Os “Passivos resultantes de contratos” respeitam essencialmente a valores relativos a selos e pré-pagos de correio azul e correio verde no valor de 1 052 625 Euros (947 693 Euros em 31 de dezembro de 2024), cujo rédito é expectável ser reconhecido no mês de julho de 2025 (estimativa de 80% do valor da rubrica) e o restante valor ao longo do ano de 2025, e a objetos faturados e não entregues a 30 de junho de 2025 do segmento expresso, no valor 2 304 815 Euros (3 310 751 Euros em 31 de dezembro de 2024), cujo rédito é reconhecido no momento da entrega no mês seguinte.

O rédito reconhecido no período, incluído no saldo dos passivos resultantes do contrato no início do período ascendeu a 4 258 444 Euros.

Não foram reconhecidos “Ativos resultantes de contratos” associados à aplicação da IFRS 15 - Rêditos de contratos com clientes.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 dezembro 2024 e 30 de junho de 2025, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	31.12.2024	30.06.2025
Numerário	61 304 517	83 519 512
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	109 238 418	118 326 147
Disponibilidades em Bancos Centrais	40 859 143	44 895 927
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30 917 611	35 187 992
Depósitos a prazo	73 592 459	14 408 394
Caixa e seus equivalentes (Demonstração da Posição Financeira)	315 912 146	296 337 973
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	(40 447 300)	(40 383 100)
Cheques a cobrar / Compensação de cheques	(5 283 468)	(5 131 010)
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias	1 846	703
Caixa e seus equivalentes (Demonstração de Fluxos de Caixa)	270 183 224	250 824 565

A rubrica “Depósitos à ordem no Banco de Portugal” inclui depósitos de carácter obrigatório com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, o qual estabelece que as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal correspondem a 1% do montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. A 30 de junho de 2025 a média diária da disponibilidade mínima obrigatória para o período em vigor era de 40 383 100 Euros.

Assim, a Rubrica “Disponibilidades em Bancos Centrais” inclui, a 30 de junho de 2025, um valor total de depósitos à ordem no Banco de Portugal no montante de 44 895 927 Euros (31 de dezembro de 2024: 40 859 143 Euros).

Os bancos da área do euro estão obrigados a deter um determinado montante de fundos nas suas contas correntes junto do banco central nacional. Estes fundos são chamados “reservas mínimas obrigatórias”. O montante de fundos a deter como reservas mínimas é calculado com base nos balanços dos bancos antes do início de cada período de manutenção. Atualmente, os bancos estão obrigados a deter, no respetivo banco central nacional, um mínimo de 1% de passivos específicos, sobretudo depósitos de clientes até 2 anos.

A partir do período de contagem de reservas iniciado em 30 de outubro de 2019, o BCE introduziu o regime de *tiering*, que isentava parte das reservas excedentárias depositadas pelas instituições de crédito junto do banco central da remuneração negativa então associada à taxa da facilidade de depósito. Este regime de *tiering* deixou de ser aplicável em 27 de julho de 2022, na sequência da decisão do Conselho do BCE de aumentar a taxa da facilidade de depósito para um valor não negativo. Até outubro de 2022, a taxa de juro paga esteve ligada à taxa de juro das operações principais de refinanciamento. Foi, então, reduzida para refletir a taxa da facilidade permanente de depósito e, em julho de 2023, foi fixada em 0%.

A rubrica “Cheques a cobrar/ Compensação de cheques” representa cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

Imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, o movimento ocorrido na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de depósitos e aplicações bancárias” (Nota 13), foi como segue:

31.12.2024					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	3 988	1 144	(3 286)	—	1 845
	3 988	1 144	(3 286)	—	1 845

30.06.2025					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	1 845	31	(1 175)	—	701
	1 845	31	(1 175)	—	701

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) do período findo em 30 de junho de 2025 no montante de (1 144) Euros ((3 021) Euros em 30 de junho de 2024) foram registadas na rubrica de “Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)”.

13. Perdas por imparidade acumuladas

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade:

31.12.2024							
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangíveis	13 806	—	(697)	—	—	—	13 109
Propriedades de investimento	252 393	—	(186 195)	—	—	—	66 199
	266 199	—	(186 892)	—	—	—	79 307
Investimento em títulos ao custo amortizado	67 657	25 440	(22 380)	—	(17 622)	—	53 096
Outros ativos não correntes	380 493	—	—	—	6 259	—	386 752
Crédito a clientes bancários	27 220 455	32 565 722	(24 328 206)	(9 432 726)	3 937 253	382 739	30 345 237
	27 668 605	32 591 162	(24 350 585)	(9 432 726)	3 925 890	382 739	30 785 085
	27 934 804	32 591 162	(24 537 477)	(9 432 726)	3 925 890	382 739	30 864 392
Ativos correntes							
Contas a receber	45 275 655	1 233 321	(619 664)	(3 898 374)	—	1 131	41 992 069
Crédito a clientes bancários	20 595 544	17 411 078	(13 006 937)	(5 043 153)	(3 937 253)	204 629	16 223 909
Investimento em títulos ao custo amortizado	29 726	24 074	(21 178)	—	17 622	—	50 245
Outros ativos correntes	11 649 410	245 192	(215 896)	(51 630)	(6 259)	—	11 620 817
Outros ativos financeiros bancários	1 829 618	24 087	(14 312)	(696)	—	—	1 838 696
Depósitos e aplicações bancárias	3 988	1 144	(3 286)	—	—	—	1 845
	79 383 940	18 938 897	(13 881 273)	(8 993 854)	(3 925 890)	205 760	71 727 580
Ativos não correntes detidos para venda	638	—	(638)	—	—	—	—
	638	—	(638)	—	—	—	—
Mercadorias	2 234 919	—	(162 244)	(12 557)	—	—	2 060 117
Matérias-primas, sub. e de consumo	901 944	144 334	—	(1 842)	—	—	1 044 436
	3 136 863	144 334	(162 244)	(14 399)	—	—	3 104 554
	82 521 441	19 083 231	(14 044 156)	(9 008 253)	(3 925 890)	205 760	74 832 133
	110 456 245	51 674 393	(38 581 633)	(18 440 979)	—	588 499	105 696 526

30.06.2025								
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Alteração do perímetro de consolidação	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes								
Ativos fixos tangíveis	13 109	—	—	(850)	—	76 238	—	88 497
Propriedades de investimento	66 199	—	(33 200)	—	—	—	—	32 999
	79 307	—	(33 200)	(850)	—	76 238	—	121 496
Investimento em títulos ao custo amortizado	53 096	29 462	(21 997)	—	(955)	—	—	59 605
Outros ativos não correntes	386 753	—	—	—	2 596	—	—	389 349
Crédito a clientes bancários	30 345 237	12 078 968	(6 424 880)	(5 779)	(879 429)	—	—	35 114 118
	30 785 085	12 108 429	(6 446 877)	(5 779)	(877 788)	—	—	35 563 071
	30 864 393	12 108 429	(6 480 076)	(6 629)	(877 788)	76 238	—	35 684 567
Ativos correntes								
Contas a receber	41 992 069	604 693	(1 374 547)	(559 789)	—	1 078 689	(2 141)	41 738 975
Crédito a clientes bancários	16 223 909	7 011 200	(3 729 302)	(3 354)	879 429	—	—	20 381 881
Investimento em títulos ao custo amortizado	50 245	28 930	(21 600)	—	955	—	—	58 530
Outros ativos correntes	11 620 817	141 300	(77 321)	(374 292)	(4 068)	—	—	11 306 437
Outros ativos financeiros bancários	1 838 696	15 993	(4 820)	—	—	—	—	1 849 869
Depósitos e aplicações bancárias	1 845	31	(1 175)	—	—	—	—	701
	71 727 579	7 802 147	(5 208 764)	(937 435)	876 316	1 078 689	(2 141)	75 336 391
Mercadorias	2 060 117	41 851	—	(39 036)	—	—	—	2 062 932
Matérias-primas, sub. e de consumo	1 044 436	113 843	—	(224)	—	—	—	1 158 055
	3 104 554	155 694	—	(39 260)	—	—	—	3 220 988
	74 832 133	7 957 842	(5 208 764)	(976 695)	876 316	1 078 689	(2 141)	78 557 379
	105 696 526	20 066 271	(11 688 841)	(983 324)	(1 472)	1 154 927	(2 141)	114 241 945

14. Capital

No dia 17 de Julho de 2024, foi inscrita no registo comercial a redução do capital social dos CTT no montante de 2 737 500 Euros mediante a extinção de 5 475 000 ações próprias representativas de 3,80% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias executado de 26 de junho de 2023 a 9 de maio de 2024. Esta redução de capital foi realizada no âmbito da deliberação da Assembleia Geral Anual dos Acionistas dos CTT realizada no dia 23 de abril de 2024 que aprovou a redução do capital social em até 3 825 000 Euros correspondente à extinção de até 7 650 000 ações próprias adquiridas até 25 de junho de 2024 com a finalidade especial de execução de programa de recompra de ações próprias e respetiva libertação de excesso de capital.

Deste modo, a 31 de dezembro de 2024, o capital social dos CTT era de 69 220 000 Euros, representado por 138 440 000 ações com um valor nominal de cinquenta cêntimos por ação, tendo sido consequentemente alterados os Estatutos da Sociedade.

Em 12 de maio de 2025 foi inscrita no registo comercial a redução do capital social dos CTT no montante de 2 310 000 Euros mediante a extinção de 4 620 000 ações próprias representativas de 3,34% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias executado de 22 de julho de 2024 a 17 de abril de 2025. Esta redução de capital foi realizada no âmbito da deliberação da Assembleia Geral Anual dos Acionistas dos CTT realizada no dia 30 de abril de 2025 que aprovou a redução do capital social em até 4 250 000 Euros correspondente à extinção de até 8 500 000 ações próprias adquiridas até 22 de julho de 2025 com a finalidade especial de execução de programa de recompra de ações próprias e respetiva libertação de excesso de capital.

Assim sendo, a 30 de junho de 2025, o capital social dos CTT era de 66 910 000 Euros, representado por 133 820 000 ações com um valor nominal de cinquenta cêntimos por ação, tendo sido consequentemente alterados os Estatutos da Sociedade. O capital encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

A informação relativa aos acionistas com participações iguais ou superiores a 2% pode ser consultada no capítulo 6.4 do Relatório Integrado.

15. Ações próprias, Reservas, Outras variações no capital próprio e Resultados transitados

Ações Próprias

Em 31 de dezembro de 2024, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Ações Próprias”:

	Quantidade	Valor	Preço Médio
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4 409 300	15 624 632	3,54
Aquisições	4 947 833	20 648 165	4,17
Extinção (por redução de capital)	(5 475 000)	(20 111 920)	3,67
Entrega de ações - Remuneração Variável de Longo Prazo (“RVLP”)	(90 086)	(329 492)	3,66
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3 792 047	15 831 386	4,17

Durante os seis meses findos em 30 de junho de 2025, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Ações Próprias”:

	Quantidade	Valor	Preço Médio
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3 792 047	15 831 386	4,17
Aquisições	2 115 999	13 759 247	6,50
Extinção (por redução de capital)	(4 620 000)	(23 139 409)	5,01
Entrega de ações - Remuneração Variável de Longo Prazo (“RVLP”)	(92 921)	(465 398)	5,01
Saldo em 30 de junho de 2025	1 195 125	5 985 826	5,01

No dia 23 de abril de 2024, procedeu-se à entrega de 90 086 ações próprias aos Administradores Executivos e Quadros dirigentes dos CTT, correspondente à segunda tranche da Remuneração Variável de Longo Prazo referente ao mandato 2020-2023, conforme explicado em detalhe na nota 24 - Gastos com Pessoal.

Na reunião do Conselho de Administração da Sociedade realizada em 21 de junho de 2023, e conforme comunicado ao mercado na mesma data, foi deliberada a aprovação da implementação de um novo programa de recompra de ações próprias da Empresa, no montante global de até 20 000 000 Euros.

Este programa, que teve início a 26 de junho de 2023 e tinha como prazo de implementação os 12 meses seguintes, terminando no máximo a 25 de junho de 2024, mas podendo terminar em data anterior caso o número máximo de ações a adquirir ou o montante pecuniário fossem atingidos, tendo como objetivos:

1. a recompra de um máximo de até 7 650 000 ações, representativas de um valor nominal máximo de 3 825 000 Euros, que corresponde a 5,3% do capital social, e
2. a redução de até ao mesmo montante do capital social mediante extinção das ações próprias adquiridas.

No dia 9 de maio de 2024, tendo a empresa adquirido os 20 milhões de euros anunciados, de acordo com os termos e condições do Programa de Recompra, o mesmo deu-se como concluído, nesta data, terminando antes do final do seu período máximo de duração (de 26 de junho de 2023 a 25 de junho de 2024).

Na Assembleia Geral realizada a 23 de Abril de 2024 foi deliberada a redução do capital social dos CTT em até 3 825 000 Euros correspondente à extinção de até 7 650 000 ações próprias já adquiridas ou que viessem a ser adquiridas, no âmbito do programa acima mencionado, até 25 de junho de 2024, e sejam extintas, sendo os demais termos e condições de execução da recompra de ações e da correspondente redução do capital social fixados pelo Conselho de Administração.

No dia 17 de Julho de 2024, foi inscrita no registo comercial a redução do capital social dos CTT no montante de 2 737 500 Euros mediante a extinção de 5 475 000 ações próprias representativas de 3,80% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias executado de 26 de junho de 2023 a 9 de maio de 2024.

A 19 de julho de 2024, a Comissão Executiva com base na delegação de poderes conferida pelo Conselho de Administração na reunião de 20 de junho de 2024 e dentro do montante pecuniário máximo definido naquela delegação, no valor de 25 milhões de Euros, e na deliberação adotada na Assembleia Geral Anual de Acionistas, realizada a 23 de abril de 2024, aprovou um programa de recompra de ações próprias da Sociedade a ser executado a partir de 22 de julho de 2024, com o único objetivo de redução do capital social dos CTT mediante a extinção das ações próprias adquiridas no seu âmbito, conforme comunicado ao mercado realizado na data de 19 de julho de 2024.

A 31 de dezembro de 2024, a Empresa detinha um total acumulado de 3 792 047 ações próprias, representativas de 2,739 % do capital social, com o valor nominal de 0,50 Euros, encontrando-se todos os direitos inerentes às ações suspensos, com exceção do relativo à receção de novas ações no caso de aumento de capital por incorporação de reservas, conforme disposto no art.º 324(1)(alínea a)) do Código das Sociedades Comerciais.

No dia 17 de abril de 2025, tendo a empresa adquirido um total de 24 945 413 Euros, de acordo com os termos e condições do Programa de Recompra, o mesmo deu-se como concluído, nesta data, terminando antes do final do seu período máximo de duração (de 22 de julho de 2024 a 22 de julho de 2025).

Nos dias 9 e 12 de maio de 2025, procedeu-se à entrega de 92 921 ações próprias aos Administradores Executivos e Quadros dirigentes dos CTT, correspondente à terceira e última tranche da Remuneração Variável de Longo Prazo referente ao mandato 2020-2023, conforme explicado em detalhe na nota 24 - Gastos com Pessoal.

Em 12 de maio de 2025 foi inscrita no registo comercial a redução do capital social dos CTT no montante de 2 310 000 Euros mediante a extinção de 4 620 000 ações próprias representativas de 3,34% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias executado de 22 de julho de 2024 a 17 de abril de 2025.

A 30 de junho de 2025, a Empresa detinha um total acumulado de 1 195 125 ações próprias, representativas de 0,893 % do capital social, com o valor nominal de 0,50 Euros, encontrando-se todos os direitos inerentes às ações suspensos, com exceção do relativo à receção de novas ações no caso

de aumento de capital por incorporação de reservas, conforme disposto no art.º 324(1)(alínea a)) do Código das Sociedades Comerciais.

As ações próprias detidas pelos CTT, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais, encontrando-se contabilizadas ao custo de aquisição.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, a rubrica de “Reservas” apresentava o seguinte detalhe:

31.12.2024				
	Reservas legais	Reservas		Total
		ações próprias	Outras reservas	
Saldo inicial	15 000 000	15 624 633	17 488 611	48 113 244
Aquisição de ações próprias	—	20 648 165	(20 648 165)	—
Redução de capital	—	(20 111 920)	2 737 500	(17 374 420)
Atribuição de ações próprias	—	(329 492)	329 492	—
Plano de ações (atribuição)	—	—	(841 648)	(841 648)
Plano de ações	—	—	2 095 860	2 095 860
Saldo final	15 000 000	15 831 386	1 161 651	31 993 036

30.06.2025				
	Reservas legais	Reservas		Total
		ações próprias	Outras reservas	
Saldo inicial	15 000 000	15 831 386	1 161 651	31 993 036
Aquisição de ações próprias	—	13 759 247	(13 759 247)	—
Redução de capital	—	(23 139 409)	2 310 000	(20 829 409)
Atribuição de ações próprias	—	(465 398)	465 398	—
Plano de ações (atribuição)	—	—	(840 000)	(840 000)
Plano de ações	—	—	931 187	931 187
Saldo final	15 000 000	5 985 826	(9 731 012)	11 254 814

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva para ações próprias

O Código das Sociedades Comerciais obriga, no âmbito do regime das ações próprias previsto no artigo 324.º, à existência de uma reserva de montante igual àquele pelo qual as ações estejam contabilizadas, a qual se torna indisponível enquanto essas ações permanecerem na posse da sociedade. Adicionalmente, as normas contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Em 30 de junho de 2025 esta rubrica inclui o montante de 5 985 826 Euros relativos à reserva indisponível de igual valor ao preço de aquisição das ações próprias detidas.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

Em 31 de dezembro de 2024, foi desreconhecido um montante de reservas no valor de (841 648) Euros correspondente ao valor proporcional das opções atribuídas durante o período, no âmbito da remuneração variável de longo prazo, conforme descrito na nota 24 - Gastos com Pessoal.

Em 30 de junho de 2025, foi desreconhecido um montante de reservas no valor de (840 000) Euros correspondente ao valor proporcional das opções atribuídas durante o período, no âmbito da remuneração variável de longo prazo, conforme descrito na nota 24 - Gastos com Pessoal.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, foi constituída uma reserva no montante de 931 187 Euros relacionada com o plano de ações relativo ao mandato de 2023/2025, conforme descrito na nota 24 - Gastos com Pessoal.

Resultados Transitados

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de "Resultados transitados":

	31.12.2024	30.06.2025
Saldo inicial	83 269 152	117 846 899
Aplicação do resultado líquido do período anterior	60 511 368	45 536 317
Distribuição de dividendos (Nota 16)	(23 315 758)	(22 546 227)
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	40 087	(82 791)
Aquisição de participações	(504 747)	—
Subscrição de aumento de capital social em subsidiárias por terceiros	(2 153 204)	—
Saldo final	117 846 899	140 754 197

Outras variações no capital próprio

Os ganhos/perdas atuariais associadas a benefícios pós-emprego, bem como o correspondente imposto diferido, são reconhecidos nesta linha.

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, os movimentos ocorridos nesta rubrica do Grupo foram os seguintes:

	31.12.2024	30.06.2025
Saldo inicial	3 402 039	(1 182 098)
Ganhos/perdas atuariais	(6 326 785)	—
Impostos diferidos de ganhos/perdas atuariais (Nota 26)	1 735 685	—
Plano de ações (entrega de ações)	512 156	374 602
Outros movimentos	(505 194)	(832 552)
Saldo final	(1 182 098)	(1 640 048)

Com referência a 31 de dezembro de 2024, o montante 512 156 Euros referente ao Plano de ações, respeita ao diferencial entre o montante de 841 648 Euros desreconhecido da rubrica "Reservas", correspondente ao valor proporcional das opções atribuídas (nota 15) e do valor das ações próprias entregues no âmbito desta operação no valor de 329 492 Euros.

A 30 de junho de 2025, o montante referente ao Plano de ações no montante de 374 602 Euros, corresponde, novamente, ao diferencial entre o montante de 840 000 Euros, desreconhecido da rubrica "Reservas", relativo ao valor proporcional das opções atribuídas (nota 15) e do valor das ações

próprias entregues no âmbito desta operação no montante de 465 398 Euros. O diferencial entre os dois montantes é reconhecido na rubrica “outras variações de capital próprio”, ao abrigo do disposto nas IFRS.

16. Dividendos

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2023, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 23 de abril de 2024, a distribuição de dividendos no montante de 24 465 550 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,17 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023. O valor do dividendo atribuível a ações próprias foi transferido para resultados transitados, totalizando 1 149 792 Euros, pelo que o valor de dividendos distribuídos totalizou 23 315 758 Euros.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2024, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 30 de abril de 2025, a distribuição de dividendos no montante de 23 534 800 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,17 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024. O valor do dividendo atribuível a ações próprias foi transferido para resultados transitados, totalizando 988 571 Euros, pelo que o valor de dividendos distribuídos totalizou 22 546 229 Euros.

17. Resultados por ação

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2025, os resultados por ação foram calculados como segue:

	30.06.2024	30.06.2025
Resultado líquido do período	19 812 335	22 130 034
Nº médio de ações ordinárias	137 857 245	133 214 378
Resultado líquido por ação:		
Básico	0,14	0,17
Diluído	0,14	0,17

O número médio de ações é analisado como segue:

	30.06.2024	30.06.2025
Ações emitidas no início do exercício	143 915 000	138 440 000
N.º médio de ações realizadas	143 915 000	137 087 182
Efeito ações próprias	6 057 755	3 872 804
N.º médio de ações durante o período	137 857 245	133 214 378

O resultado líquido por ação básico é calculado dividindo o lucro consolidado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio de ações ordinárias que compõem o seu capital, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Em 30 de junho de 2025, o número de ações próprias em carteira é de 1 195 125, sendo o seu número médio no período findo em 30 de junho de 2025 de 3 872 804, refletindo o facto de terem ocorrido aquisições no referido período, conforme referido na nota 15.

Não existem quaisquer fatores diluidores do resultado líquido por ação.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, a rubrica de “Financiamentos obtidos” apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2024	30.06.2025
Passivo não corrente		
Empréstimos bancários	16 614 022	9 601 348
Empréstimos obrigacionistas	—	109 024 463
Papel Comercial	34 979 743	14 995 882
Passivos de locação	124 784 636	132 446 862
	176 378 401	266 068 554
Passivo corrente		
Empréstimos bancários	16 971 313	21 390 804
Empréstimos obrigacionistas	—	733 507
Papel Comercial	1 331 778	(23 249)
Passivos de locação	31 570 913	36 050 563
	49 874 003	58 151 625
	226 252 404	324 220 179

A 30 de junho de 2025, as taxas de juro aplicadas aos Empréstimos bancários encontravam-se entre 2,722 % e 3,924 % (31 de dezembro de 2024: 3,568 % e 4,443 %).

Empréstimos e Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, o detalhe dos empréstimos bancários era o seguinte:

	31.12.2024			30.06.2025		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários						
Millennium BCP	456 481	322 222	134 259	295 370	187 963	107 408
BBVA / Bankinter	19 000 000	9 461 498	9 482 003	19 000 000	9 472 849	9 493 940
Novo Banco	14 000 000	7 107 593	6 997 759	7 000 000	7 044 043	—
Banco BIC	80 000	80 000	—	10 000	10 000	—
Empréstimos Obrigacionistas						
BBVA	—	—	—	27 500 000	183 377	27 256 116
Novo Banco	—	—	—	27 500 000	183 377	27 256 116
Banco Montepio	—	—	—	27 500 000	183 377	27 256 116
Depósitos	—	—	—	27 500 000	183 377	27 256 116
Papel comercial						
BBVA	15 000 000	570 337	14 991 172	15 000 000	2 273	14 998 739
Novo Banco	20 000 000	761 441	19 988 571	20 000 000	(25 523)	(2 857)
Descobertos bancários						
Bankinter	—	—	—	4 675 949	4 675 949	—
	68 536 481	18 303 091	51 593 765	175 981 319	22 101 062	133 621 693

Foi assinado no dia 27 setembro de 2017 um contrato de financiamento entre os CTT e os bancos BBVA e Bankinter pelo prazo inicial de 5 anos no montante total de 90 milhões de Euros, com a possibilidade de utilização dos fundos até setembro de 2018. Na sequência da não utilização de

qualquer montante até à data mencionada, o contrato foi renegociado em 27 de setembro de 2018, tendo o montante global sido alterado para 75 milhões de Euros, mas mantendo-se o prazo de 1 ano para a utilização dos fundos. Subsequentemente, pela não utilização da totalidade dos fundos, o limite foi sendo reduzido ao longo do período de contrato. Com referência a 30 de junho de 2025, o montante utilizado, líquido de comissões e acrescidos do montante de juros a liquidar no período seguinte, correspondia a 18 966 789 Euros. O restante valor disponibilizado não foi, por decisão do Grupo, alvo de utilização.

Em 22 de abril de 2019 foi assinado um contrato de abertura de crédito simples entre os CTT e o Novo Banco pelo prazo de 60 meses, com dois anos de carência, podendo ser prorrogado pelo período de 24 meses, pelo montante total de 35 milhões de Euros. Nos períodos subsequentes o limite foi sendo reduzido devido à não utilização da totalidade dos fundos. Com referência a 30 de junho de 2025, o valor apresentado na demonstração da posição financeira líquido de comissões e acrescidos do montante de juros a liquidar no período seguinte, no valor total de 7 044 043 Euros.

Conforme divulgado ao mercado no dia 7 de março de 2023, os CTT contrataram o montante de 35 milhões de euros em financiamentos bancários sob a forma de papel comercial, indexados a objetivos de sustentabilidade, com maturidade em 2026, junto de duas instituições financeiras – o Novo Banco, S.A. e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. - Sucursal em Portugal.

Estes financiamentos bancários estão enquadrados pelo Quadro de Referência do Financiamento ligado à Sustentabilidade dos CTT que foi objeto de *Second Party Opinion* divulgada pela S&P Global Ratings. Assim, as referidas linhas de financiamento encontram-se indexadas ao objetivo de redução das emissões carbónicas da atividade dos CTT (emissões dos scopes 1, 2 e 3) em pelo menos 30% até 2025, em relação a 2013, que se encontra validado pela *Science Based Targets initiative* e alinhado com as melhores práticas do setor.

Com referência a 30 de junho de 2025, o valor utilizado apresentado na demonstração da posição financeira líquido de comissões e acrescidos do montante de juros a liquidar no período seguinte, totaliza no caso do BBVA/ Bankinter 15 001 012 Euros. No caso do Novo Banco e em face da não utilização o montante de (28 380) Euros refere-se apenas a comissões. Estes programas de papel comercial são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que a prática/expectativa do Grupo será proceder à utilização dos contratos durante o seu período de vigência e tendo o direito de realizar o *roll-over* destes financiamentos.

Os empréstimos bancários obtidos estão sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, nomeadamente cláusulas de *Cross default*, *Negative Pledge* e limites ao valor de *Assets Disposal*. Adicionalmente, os empréstimos obtidos exigem ainda o cumprimento de rácios de dívida financeira líquida sobre o EBITDA e autonomia financeira. O cumprimento dos *covenants* financeiros são monitorizados regularmente pelo Grupo, sendo o seu cumprimento aferido pelas contrapartes numa base anual com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro. A 31 de dezembro de 2024 o Grupo estava em situação de cumprimento dos *covenants* financeiros.

Empréstimo Obrigacionista

Em 15 de abril de 2025 os CTT assinaram um contrato de financiamento com um sindicato de bancos (BBVA, Novo Banco, Montepio e CGD) com o propósito de financiar a operação de aquisição da Cacesa, empresa espanhola bem posicionada no mercado aduaneiro de comércio eletrónico internacional, conforme comunicado ao mercado no dia 18 de dezembro de 2024. Este financiamento, no montante de 110 milhões de Euros, está estruturado como um empréstimo obrigacionista pelo prazo total de 6 anos com um período de carência de 1,5 anos. Está sujeito ao cumprimento de um conjunto *covenants* financeiros, nomeadamente cláusulas de controlo sobre as subsidiárias materialmente relevantes, *Negative Pledge* e limites ao valor de *Assets Disposal* assim como o cumprimento de rácios de dívida financeira líquida sobre o EBITDA para os CTT e CTT Expresso, cujo cumprimento será

avaliado pelas contrapartes numa base anual com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro. Admite ainda a possibilidade de conversão para uma emissão de *Sustainability-Linked Bond*.

Passivos de Locação

O Grupo apresenta responsabilidades com locações cujos pagamentos futuros, não descontados e valores descontados apresentados na posição financeira, são detalhados como segue:

	31.12.2024	30.06.2025
Até 1 ano	36 465 596	41 244 605
Entre 1 ano e 5 anos	95 130 672	102 935 647
A mais de 5 anos	43 618 222	42 782 718
Total de passivos de locação não descontados	175 214 490	186 962 970
Corrente	31 570 913	36 050 563
Não corrente	124 784 636	132 446 862
Passivos de locação incluídos na posição financeira	156 355 548	168 497 425

As taxas de desconto utilizadas nos contratos de locação situam-se entre 0,68 % e 11,50 %, consoante as características do contrato, nomeadamente a duração dos mesmos.

Os montantes reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas detalham-se como segue:

	30.06.2024	30.06.2025
Juros dos passivos de locação (nota 25)	2 227 574	3 079 923
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de locação	1 524 762	1 290 192

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa detalham-se como segue:

	30.06.2024	30.06.2025
Total de pagamentos de locações	(17 977 281)	(21 821 067)

A movimentação ocorrida nos direitos de uso subjacentes a estes passivos de locação pode ser analisada na nota 4.

Reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento

A reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento com referência a 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, detalha-se como se segue:

	31.12.2024	30.06.2025
Saldo inicial	269 014 957	226 252 404
Movimentos sem cash	82 109 066	35 767 656
<i>Alterações de contratos</i>	73 219 328	30 935 938
<i>Juros IFRS 16</i>	5 167 072	3 043 232
<i>Outros</i>	3 722 666	1 788 487
Financiamentos obtidos:		
Entrada de cash	49 576 223	176 645 386
Saída de cash	(134 175 881)	(92 624 200)
Passivos de locação:		
Entrada de cash	—	—
Saída de cash	(40 271 961)	(21 821 067)
Saldo final	226 252 404	324 220 180

Os movimentos ocorridos no período na rubrica “Alterações de contratos” estão associados aos passivos de locação e correspondem a novos contratos entretanto firmados, remensurações de contratos existentes e abates de contratos.

Os montantes de pagamentos e recebimentos de financiamentos obtidos no período relacionados com os programas de papel comercial e *cash-pooling* encontram-se relatados numa base líquida, conforme o disposto no parágrafo 22 da IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

19. Provisões, Garantias prestadas, Passivos contingentes e compromissos

Provisões

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, a rubrica “Provisões” apresenta o seguinte movimento:

	31.12.2024					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Processos judiciais em curso	3 261 544	1 442 089	(706 142)	(142 083)	(21 791)	3 833 617
Outras provisões	6 444 466	1 544 166	(313 252)	(3 545 305)	229 586	4 359 661
Provisões para compromissos	153 691	159 804	(69 067)	—	—	244 429
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/ reversões)	9 859 701	3 146 059	(1 088 461)	(3 687 387)	207 795	8 437 706
Reestruturação	13 640 614	—	(1 989 181)	(1 189 922)	(10 263 283)	198 228
Outras provisões	2 838 550	1 034 826	—	(433 366)	—	3 440 010
	26 338 865	4 180 885	(3 077 642)	(5 310 675)	(10 055 488)	12 075 945

	30.06.2025					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Regularizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	3 833 617	708 619	(248 333)	(680 025)	—	3 613 878
Outras provisões	4 359 661	284 733	(583 807)	(224 019)	(727)	3 835 841
Provisões para compromissos	244 429	10 265	(13 088)	—	—	241 606
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões"	8 437 706	1 003 617	(845 227)	(904 044)	(727)	7 691 325
Reestruturação	198 228	—	—	—	—	198 228
Outras provisões	3 440 010	2 209 893	—	(353 600)	—	5 296 304
	12 075 945	3 213 510	(845 227)	(1 257 644)	(727)	13 185 857

O valor líquido entre aumentos e reversões das provisões foi registado na Demonstração consolidada dos resultados nas rubricas de "Provisões (aumentos)/reversões", no montante de 1 009 436 Euros em 30 junho 2024 e 158 390 Euros em 30 de junho de 2025.

Uma provisão deve apenas ser usada para os dispêndios relativos aos quais a provisão foi originalmente reconhecida, pelo que o Grupo efetua a reversão das provisões quando deixa de ser provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros para liquidar a obrigação.

Processos judiciais

As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o Grupo, estimadas com base em informações dos seus advogados bem como no término dos referidos processos. O valor final e o momento da ocorrência dos exfluxos associados à provisão para processos judiciais está dependente do desfecho dos respetivos processos.

A reversão da provisão constituída para processos judiciais em curso no valor de (706 142) Euros em 31 de dezembro de 2024 e (248 333) Euros em 30 de junho de 2025, resulta, essencialmente, de processos cuja decisão, da qual se tomou conhecimento no decurso de 2024 ou 2025, respetivamente, se revelou favorável ao Grupo, ou, não tendo sido favorável, resultou na condenação ao pagamento de valores que se revelaram inferiores aos valores estimados (e refletidos nesta rubrica de provisão).

Outras provisões

Em anos anteriores, encontrava-se reconhecida na CTT Expresso, sucursal em Espanha uma provisão para fazer face à notificação emitida pela *Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia* ("CNMC"). O mesmo teve origem durante o ano de 2016, com base em alegada atuação contrária ao artigo 1.º da Lei n.º 15/2017 ("Lei sobre Defesa da Concorrência") e ao artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia ("TFUE"). Esta notificação ascendeu ao montante de 3 148 845 Euros e foi apresentado, em anos anteriores, recurso junto da Audiência Nacional em Espanha. Neste âmbito, a CTT Expresso, sucursal em Espanha apresentou pedido formal para suspensão de aplicação da medida coerciva, tendo aquele pedido sido aceite mediante a condição de apresentação de garantia – procedimento que foi devida e atempadamente adotado. Durante o ano de 2022, a *Audiencia Nacional Judicial* negou provimento ao recurso interposto e homologou a multa de 3 148 845 Euros acrescida de custas de trânsito em julgado. Face ao disposto, a provisão constituída em anos anteriores que totalizava o montante de 3 200 000 Euros, resultou da avaliação efetuada pelos consultores legais do Grupo. Em 7 de julho de 2023, a CTT Expresso, sucursal em Espanha, apresentou recurso junto do *Supremo Tribunal Federal* em Espanha contra a decisão da *Audiencia Nacional Judicial* e em 17 de novembro de 2023, foi marcada audiência pública do recurso para 20 de fevereiro de 2024. Em 8 de maio de 2024, o Supremo Tribunal proferiu um despacho em que não deu provimento ao recurso interposto. A 20 de Maio de 2024, o CNMC requereu o pagamento da sanção no montante de 3 148 845 Euros, tendo sido a mesma liquidada, o que justifica a utilização da provisão registada.

O montante provisionado na 321 Crédito que ascende a 840 231 Euros a 30 de junho de 2025 (977 732 Euros em 31 de dezembro de 2024) resulta, essencialmente, da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais e outros processos.

A 30 de junho de 2025, para além das situações acima referidas, esta provisão inclui ainda:

- o montante de 177 433 Euros para cobertura de gastos de desmantelamento de ativos fixos tangíveis e/ou remoção de instalações e restauração do local;
- o valor de 664 872 Euros, que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de montantes contingentes a liquidar a terceiros no âmbito de contratos celebrados;
- o montante de 309 007 Euros relativos à responsabilidade, reconhecida na empresa CTT Expresso, com um processo do foro laboral;
- o valor de 4 582 660 Euros, para cobertura de gastos de recondicionamento de viaturas operacionais. O reforço reconhecido no período findo em 30 de junho de 2025, ocorreu na sequência da revisão do cálculo dos valores de referência associados ao recondicionamento das viaturas, em resultado do histórico observado e dos contratos entretanto negociados;
- o valor de compromissos por garantias prestadas a terceiros para cobertura de concursos promocionais no montante de 601 843 Euros.

Reestruturações

É fundamental para o **Grupo** implementar políticas que promovam a racionalização, a adequação e aumento da produtividade de todos os recursos disponíveis, com reflexo no modelo de gestão organizacional dos seus recursos humanos. Neste enquadramento, desencadearam-se, no ano anterior, ações conducentes à reorganização de serviços, que conduziram à aprovação de um programa de otimização de Recursos Humanos. Este programa tem por base a celebração de Acordos de Suspensão, de Pré-Reformas e de Acordos de Rescisão por Mútuo Acordo, tendo sido, a 31 de dezembro de 2023, constituída uma provisão no montante de 13 441 229 Euros para a respetiva operacionalização. Esta provisão foi reconhecida na rubrica Gastos com o pessoal. A 31 de dezembro de 2024, na sequência de acordos realizados em 2024 foi efetuada a transferência do montante de (10 263 283) Euros para a rubrica de Benefícios aos empregados na demonstração da posição financeira.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, o Grupo tinha prestado garantias bancárias a terceiros conforme detalhe seguinte:

	31.12.2024	30.06.2025
Autoridade Tributária e Aduaneira	2 868 632	2 808 196
AEAT - Agencia Estatal de Administración Tributaria	—	2 384 000
LandSearch, Compra e Venda de Imóveis	1 792 886	1 792 886
Fidelidade, Multicare, Cares - (Glantt BPO)	1 500 000	1 500 000
BVK Europa-Immobilien	1 203 881	1 203 881
Absolute Miracle, Lda	938 025	938 025
Douane Française	—	731 205
AMBIMOBILIÁRIA - Investimentos e negócios, S.A.	480 000	480 000
MARATHON- Fundo de Investimento fechado	432 000	432 000
O Feliz - Imobiliária	378 435	378 435
Tribunais	339 230	339 230
EUROGOLD	318 299	318 299
NAV – Nemzeti Adó- és Vámhivatal		264 160
CIVILRIA	224 305	224 305
Transportes Bernardos Marques, S.A.	220 320	220 320
Repsol	215 000	215 000
HMRC - HM Revenue and Customs	—	182 900
Via Direta	150 000	150 000
Prologis		140 000
Autarquias	83 354	83 354
EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres	68 895	68 895
INCM - Imprensa Nacional da Casa da Moeda	68 386	68 386
ANA - Aeroportos de Portugal	34 000	34 000
Águas do Norte	23 804	23 804
EMEL, S.A.	19 384	19 384
Serviços Intermunicipalizados Loures e Odivelas	17 000	17 000
Direção Geral do Tesouro e Finanças	16 867	16 867
Alegro Alfragide	16 837	16 837
REFER	16 460	16 460
Outras Entidades	16 144	16 144
SMAS de Sintra	15 889	15 889
DOLCE VITA TEJO	13 832	13 832
Aena Barcelona	—	12 000
ADRA - Águas da Região de Aveiro	10 475	10 475
SMAS Torres Vedras	9 910	9 910
Instituto de Gestão Financeira Segurança Social	8 876	5 151
Consejería Salud	4 116	4 116
Flightcare	—	1 803
ACT Autoridade Condições Trabalho	9 160	—
Portugal Telecom, S.A.	16 658	—
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	150 000	—
Águas do Porto, E.M	10 720	—
	11 691 778	15 157 148

Garantias bancárias

Com referência a 30 de junho de 2025, as garantias bancárias prestadas a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, num montante global de 2 808 196 Euros, foram essencialmente prestadas para suspensão de processos de execução fiscal.

Garantias contratos de arrendamentos:

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, foram prestadas garantias bancárias *on first demand*. Estas garantias atingem, em 30 de junho de 2025, o montante de 1 792 886 Euros (31 de dezembro de 2024: 1 792 886 Euros)

Os CTT prestaram, em anos anteriores, uma garantia bancária, por conta da CTT Expresso, sucursal em Espanha, à Sexta Secção do Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e à Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia de Espanha (“CNMC”) no valor de 3 148 845 Euros, por conta do processo da CTT Expresso, sucursal em Espanha junto da Audiência Nacional em Espanha. Conforme referido anteriormente, o CNMC requereu o pagamento da sanção no montante de 3 148 845 Euros, tendo sido a mesma liquidada. Desta forma, a Empresa procedeu, no ano de 2024, ao cancelamento da garantia bancária.

Compromissos

O Grupo contratou seguros de caução no montante global de 6 971 880 Euros (31 de dezembro de 2024: 8 226 436 Euros), com o objetivo de garantir o bom cumprimento de obrigações contratuais assumidas com terceiros.

Adicionalmente, o Grupo assumiu ainda compromissos relativos a rendas de imóveis no âmbito de contratos de arrendamento e rendas no âmbito de outros contratos de locação.

Os compromissos contratuais referentes a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis encontram-se detalhadas, respetivamente nas Notas 4 e 5.

Compromissos Banco CTT

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, o Grupo Banco CTT tinha prestado garantias e outros compromissos conforme detalhe seguinte:

	Grupo	
	31.12.2024	30.06.2025
Garantias Prestadas	64 913 391	66 565 584
Garantias Recebidas	2 719 352 360	2 814 793 568
Compromissos assumidos perante terceiros		
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito	3 292 714	3 957 307
Outros	9 994 765	9 425 082
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito	26 836 414	32 972 661
Compromissos assumidos por terceiros		
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito	27 916 003	40 591 564

O montante registado como Garantias prestadas inclui, fundamentalmente, títulos dados como colateral para garantia de liquidação de operações interbancárias.

O montante registado como Garantias recebidas inclui, fundamentalmente, avales e hipotecas sobre imóveis para colateralização de operações de crédito hipotecário.

Os Compromissos revogáveis e irrevogáveis apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (por exemplo linhas de descobertos bancários) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da

solvabilidade do cliente, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que parte dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

20. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, a rubrica “Contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2024	30.06.2025
Não corrente		
Outras contas a pagar	—	64 359
	—	
Corrente		
Adiantamento de clientes	36 862 297	38 858 040
Vales CNP	61 652 913	113 845 764
Fornecedores c/c	165 601 535	148 452 139
Faturas em receção e conferência (c/corrente)	14 398 522	21 875 419
Fornecedores de investimentos	10 828 977	3 111 767
Faturas em receção e conferência (investimentos)	4 942 135	3 189 386
Valores cobrados por conta de Terceiros	23 260 035	27 012 704
Serviços financeiros postais	148 038 987	96 560 584
Cauções	600 586	612 215
Cobranças	919 805	4 159 993
Indemnizações	483 216	510 445
Valores a regularizar a terceiros	1 119 178	346 939
Valores a regularizar das lojas	371 535	267 608
Outras contas a pagar	9 907 692	7 632 100
	478 987 413	466 499 462

Vales CNP

O valor de “Vales CNP” refere-se aos valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período.

O aumento verificado em 30 de junho de 2025 prende-se com o pagamento do subsídio de férias que ocorre neste período.

Serviços financeiros postais

Esta rubrica regista essencialmente os valores cobrados relativos a impostos, seguros, certificados de aforro/tesouro e outros vales, cuja data de liquidação deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período.

O decréscimo da rubrica é justificado sobretudo por um saldo mais elevado no final do ano de 2024, devido a um fluxo significativo da subscrição de certificados de aforro por parte dos consumidores, impulsionado pela revisão em outubro de 2024 dos limites máximos de colocação destes produtos por subscritor, aliada a uma conjuntura de taxas de juro mais baixas, o que colocou novamente o produto atrativo.

21. Títulos de dívida emitidos ao custo amortizado

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.2024	30.06.2025
Passivo não corrente		
Títulos de dívida emitidos	252 641 611	210 513 805
	252 641 611	210 513 805
Passivo corrente		
Títulos de dívida emitidos	251 012	144 097
	251 012	144 097
	252 892 623	210 657 902

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025 os títulos de dívida emitidos são analisados como segue:

31.12.2024					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.2 – Class A	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 70 p.p.	99 581 378	100 199 056
Ulisses Finance No.2 – Class B	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 80 p.p.	4 888 629	4 889 317
Ulisses Finance No.2 – Class C	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 135 p.p.	9 777 258	9 779 979
Ulisses Finance No.2 – Class D	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 285 p.p.	5 524 151	5 527 760
Ulisses Finance No.2 – Class E	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 368 p.p.	1 808 793	1 810 350
Ulisses Finance No.2 – Class F	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 549 p.p.	635 522	636 356
Ulisses Finance No.3 - Class A	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 90 p.p.	109 545 681	109 508 081
Ulisses Finance No.3 - Class B	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 200 p.p.	5 216 461	5 166 871
Ulisses Finance No.3 - Class C	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 370 p.p.	7 824 691	7 751 588
Ulisses Finance No.3 - Class D	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 525 p.p.	3 912 346	3 815 281
Ulisses Finance No.3 - Class E	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 650 p.p.	3 260 288	3 191 123
Ulisses Finance No.3 - Class F	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 850 p.p.	652 058	639 451
Outras comissões	Dezembro de 2024	Julho de 2027	Taxa fixa 4,543%		(22 588)
				252 627 256	252 892 623

30.06.2025					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.2 – Class A	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 70 p.p.	82 110 306	82 549 532
Ulisses Finance No.2 – Class B	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 80 p.p.	4 030 943	4 030 627
Ulisses Finance No.2 – Class C	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 135 p.p.	8 061 886	8 062 240
Ulisses Finance No.2 – Class D	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 285 p.p.	4 554 965	4 556 684
Ulisses Finance No.2 – Class E	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 368 p.p.	1 491 449	1 492 287
Ulisses Finance No.2 – Class F	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 549 p.p.	524 023	524 528
Ulisses Finance No.3 - Class A	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 90 p.p.	92 143 852	92 092 331
Ulisses Finance No.3 - Class B	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 200 p.p.	4 387 802	4 356 518
Ulisses Finance No.3 - Class C	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 370 p.p.	6 581 704	6 536 023
Ulisses Finance No.3 - Class D	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 525 p.p.	3 290 852	3 231 470
Ulisses Finance No.3 - Class E	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 650 p.p.	2 742 377	2 700 154
Ulisses Finance No.3 - Class F	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 850 p.p.	548 475	540 821
Outras comissões	Dezembro de 2024	Julho de 2027	Taxa fixa 4,543%		(15 313)
				210 468 633	210 657 902

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, verificaram-se os seguintes movimentos nesta rubrica:

31.12.2024					
Denominação	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.1	—	—	—	—	—
Ulisses Finance No.2	172 973 550	—	(49 780 429)	(350 304)	122 842 818
Ulisses Finance No.3	174 401 527	—	(44 742 015)	412 882	130 072 394
Outras comissões				(22 588)	(22 588)
	347 375 077	—	(94 522 444)	39 990	252 892 623

30.06.2025					
Denominação	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.2	122 842 818		(21 442 160)	(184 762)	101 215 896
Ulisses Finance No.3	130 072 394		(20 716 463)	101 388	109 457 319
Outras comissões	(22 588)			7 275	(15 313)
	252 892 623	—	(42 158 623)	(76 099)	210 657 902

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é apresentado como segue:

31.12.2024							
	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	251 012	—	251 012	—	252 641 611	252 641 611	252 892 623
	251 012	—	251 012	—	252 641 611	252 641 611	252 892 623

30.06.2025							
	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	144 097	—	144 097	—	210 513 805	210 513 805	210 657 902
	144 097	—	144 097	—	210 513 805	210 513 805	210 657 902

Titularização de Ativos

Chaves Funding No.8

Esta operação de titularização privada foi emitida em novembro de 2019 pela Tagus, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., incluiu uma carteira de Crédito ao Consumo originada pela 321 Crédito. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ. A estrutura da Operação inclui uma Tranche A e uma Tranche B nas notas emitidas, sendo ambas detidas na totalidade pelo Grupo.

Esta operação inclui uma cláusula de amortização antecipada opcional que permite ao Emitente resgatar as Notas de todas as Classes emitidas, quando o valor residual dos créditos represente 10% ou menos do valor da Carteira de Créditos na data de montagem da operação de titularização.

Os ativos subjacentes da operação Chaves Funding No.8 não foram desreconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Ulisses Finance No.2

Esta operação de titularização foi criada em setembro de 2021 e emitida pela Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. e corresponde a um programa público de titularizações de Crédito (Ulisses) sendo a operação Ulisses Finance No.2 colocada junto do mercado. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ e do Banco Deutsche Bank, e incluiu uma carteira de crédito ao consumo originada pela 321 Crédito, cujo valor total inicial era de 250 000 milhares de euros, a manter ao longo dos 12 meses de período de *revolving*.

A estrutura da operação inclui seis Tranches de A a F colateralizadas e adicionalmente as tranches G e Z. Todas as tranches estão dispersas no mercado de capitais à exceção da class Z, cujo valor inicial era 1,5 milhões de euros e que apresenta a 30 de junho de 2025 um valor de 1 000 euros.

Esta operação obteve notações de *rating* pela DBRS e Moody's para as tranches colocadas no mercado, isto é, as Tranches A a G.

A operação Ulisses Finance No.2 reveste as características de STS (*simple, transparent and standardized*) e SRT (*significant risk transfer*).

Para efeitos de cálculo do rácio de capital, pelo facto de a operação Ulisses Finance No.2 estar em conformidade com o artigo 244.1 (b) do Regulamento Europeu 575/2013 (*full capital deduct approached*), a sociedade diminuiu os seus "*Risk Weight Assets*" no que respeita aos contratos securitizados no âmbito desta operação.

A operação tem incorporado um *cap* de taxa de juro, mecanismo de mitigação do risco de taxa de juro para a operação e para os seus investidores, entre os quais se inclui o Grupo, mas que não foi contratado diretamente pelo Grupo, mas sim pelo emitente da operação de titularização (Tagus – STC, S.A.).

Os ativos subjacentes da operação Ulisses Finance No.2 não foram desconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Ulisses Finance No.3

Esta operação de titularização foi criada em junho de 2022 e emitida pela Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. e corresponde a um programa público de titularizações de Crédito (Ulisses) sendo a operação Ulisses Finance No.3 colocada junto do mercado. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ e do Banco Deutsche Bank, e incluiu uma carteira de crédito ao consumo originada pela 321 Crédito, cujo valor total inicial era de 200 000 milhares de euros, a manter ao longo dos 12 meses de período de *revolving*.

A estrutura da Operação inclui seis Tranches de A a F colateralizadas e adicionalmente as tranches G e Z. Todas as tranches estão dispersas no mercado de capitais à exceção da *class* Z, cujo valor inicial era 1,8 milhões de euros e que apresenta a 30 de junho de 2025 um valor de 1 000 Euros.

Esta operação obteve notações de *rating* pela DBRS e Moody's para as tranches colocadas no mercado, isto é, as Tranches A a G.

A operação Ulisses Finance No.3 reveste as características de STS (*simple, transparent and standardized*) e SRT (*significant risk transfer*).

Para efeitos de cálculo do rácio de capital, pelo facto de a operação Ulisses Finance No.3 estar em conformidade com o artigo 244.1 (b) do Regulamento Europeu 575/2013 (*full capital deduct*

approched), a sociedade diminuiu os seus “Risk Weight Assets” no que respeita aos contratos securitizados no âmbito desta operação.

A operação tem incorporado um *swap* de taxa de juro, mecanismo de mitigação do risco de taxa de juro para a operação e para os seus investidores, entre os quais se inclui o Grupo, mas que não foi contratado diretamente pelo Grupo, mas sim pelo emitente da operação de titularização (Tagus – STC, S.A.).

Os ativos subjacentes da operação Ulisses Finance No.3 não foram desreconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Adicionalmente, o Grupo, através da 321 Crédito, mantinha, a 30 de junho de 2025, a operação Fénix como única operação de titularização desreconhecida viva. O envolvimento do Grupo nesta operação resume-se a prestar serviços de *servicing* na mesma.

22. Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, a rubrica “Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2024	30.06.2025
Depósitos à ordem	1 475 792 212	1 575 635 100
Depósitos a prazo	2 204 178 114	2 129 692 921
Depósitos de poupança	363 729 768	411 229 052
	4 043 700 094	4 116 557 074
Correções do valor do passivo objeto de operações de cobertura	17 722	8 442
	4 043 717 816	4 116 565 516

Os montantes acima referidos respeitam a depósitos de clientes do Banco CTT. Os depósitos de poupança são depósitos associados às contas à ordem e que permitem ao cliente obter uma remuneração acima daquela que é praticada pelos depósitos à ordem, sendo mobilizável a qualquer altura, não tendo limite de subscrição, e sendo possível fazer agendamentos de transferências de e para esta conta. Estes depósitos são distintos dos depósitos a prazo na medida em que estes têm data definida de constituição e maturidade, ao passo que as contas poupança são totalmente mobilizáveis sem penalização na remuneração.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2025 a taxa média de remuneração dos recursos de clientes foi de 1,27 % (31 dezembro 2024: 1,70 %).

O escalonamento por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, detalha-se como segue:

	31.12.2024					
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Depósitos à ordem e de poupança	1 839 521 980	—	—	—	—	1 839 521 980
Depósitos a prazo	—	1 001 502 974	1 202 692 863	—	—	2 204 195 836
	1 839 521 980	1 001 502 974	1 202 692 863	—	—	4 043 717 816

	30.06.2025					Total
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Depósitos à ordem e de poupança	1 986 864 153	—	—	—	—	1 986 864 153
Depósitos a prazo	—	1 078 657 721	1 034 131 283	16 912 359	—	2 129 701 363
	1 986 864 153	1 078 657 721	1 034 131 283	16 912 359	—	4 116 565 516

23. Imposto a receber/pagar

Em 30 de junho de 2025, esta rubrica reflete a estimativa de imposto sobre o rendimento relativa ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2025.

24. Gastos com o pessoal

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2025, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	30.06.2024	30.06.2025
Remunerações	161 739 940	165 258 044
Benefícios aos empregados	1 340 224	9 328 685
Indemnizações	(1 066 268)	1 621 330
Encargos sobre remunerações	34 988 935	35 867 089
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	1 820 118	1 928 928
Gastos de ação social	3 433 605	3 651 546
Outros gastos com o pessoal	109 957	214 443
	202 366 512	217 870 065

O aumento dos gastos com pessoal no período, é explicado sobretudo pelo reflexo do aumento salarial, incluindo o aumento do salário mínimo nacional.

Remunerações dos órgãos sociais dos CTT, S.A.

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2025, as remunerações fixas e variáveis atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais dos CTT, S.A., foram as seguintes:

	30.06.2024				Total
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	960 801	125 000	32 550	14 000	1 132 351
	960 801	125 000	32 550	14 000	1 132 351
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	77 250	—	—	—	77 250
Remun variável Longo prazo	346 613	—	—	—	346 613
	423 863	—	—	—	423 863
	1 384 664	125 000	32 550	14 000	1 556 214

	30.06.2025				
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	Total
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	1 177 355	125 000	27 900	14 000	1 344 255
	1 177 355	125 000	27 900	14 000	1 344 255
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	77 250	—	—	—	77 250
Remun variável Longo prazo	1 731 760	—	—	—	1 731 760
	1 809 010	—	—	—	1 809 010
	2 986 365	125 000	27 900	14 000	3 153 265

Remuneração variável de longo-prazo ("RVLP")

Mandato 2020/2022

O modelo de remuneração variável de longo prazo para o mandato 2020/2022 teve por base a participação dos Administradores executivos e quadros dirigentes dos CTT no Plano de Opções.

O referido Plano de Opções previa a atribuição aos seus participantes de opções que conferiam o direito de atribuição de ações representativas do capital social dos CTT. O Plano de Opções fixava cinco tranches de opções que se distinguem apenas pelo seu preço de exercício ou *strike price* diferente. No caso dos quadros dirigentes, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a atribuição de um número global de 1 200 000 opções, sujeitas às condições definidas para os órgãos sociais.

A data de exercício da totalidade das opções ocorreu a 1 de janeiro de 2023, atendendo ao final do mandato de 3 anos 2020/2022.

O Plano de Opções da Comissão Executiva previa a liquidação financeira de 25% das opções (*cash settlement*) e a liquidação física de 75% das opções (*equity settlement*). O Plano de Opções dos quadros dirigentes dos CTT previa a liquidação física de 100% das opções.

As condições de liquidação do plano estavam definidas da seguinte forma: 50% da RVLP foi liquidada no quinto dia de negociação imediatamente após a data da assembleia geral anual da Sociedade que teve lugar a 20 de abril 2023, metade por via de liquidação financeira em numerário, no caso da Comissão Executiva, (ou seja, 25% das opções) e a outra metade (ou seja, 25% das opções) por via de liquidação física através da entrega de ações CTT. No caso dos quadros dirigentes, os 50% da RVLP liquidados nesta data foram efetuados através de entrega física de ações CTT. Os restantes 50% da RVLP (ou seja, 50% das opções) são liquidados por via da entrega de ações CTT (liquidação física), em 2 tranches de 1/2 das ações retidas, respetivamente: (i) no quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2023 em assembleia geral anual que teve lugar a 23 de abril de 2024; e (ii) no quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2024 em assembleia geral anual da Sociedade a ter lugar em 2025, ou a 31 de maio de 2025 (consoante a data que ocorra posteriormente) e sujeito ao desempenho positivo da Sociedade em cada um dos exercícios de 2021 a 2024, respetivamente para cada tranche;

Atendendo ao final do mandato de 3 anos 2020/2022, a Comissão de Vencimentos, de acordo com o previsto no Plano de Opções, determinou, a 1 de janeiro de 2023, o número de ações a atribuir a cada um dos participantes a título de RVLP (cuja atribuição e liquidação ficam sujeitas às regras constantes do Plano de Opções, acima descritas). Este apuramento foi efetuado através de estudo realizado por entidade independente.

Considerando o acima mencionado, foi apurada a atribuição da seguinte quantidade de ações a cada participante a título de RVLP:

Participante	CEO	CFO	Restantes Administradores Executivos	Total
Ações	81 629	46 645	104 949	233 226

No caso dos quadros dirigentes foi apurado um total de 127 103 ações a atribuir.

A 31 de dezembro de 2024, considerando a entrega da segunda tranche, foi desreconhecido um montante de 841 648 Euros na rubrica “Reservas” em capital próprio, correspondente ao valor proporcional da liquidação física ocorrida (nota 15). Este montante foi desreconhecido em contrapartida do valor das ações próprias entregues no âmbito desta operação. O diferencial entre os dois montantes foi de 512 156 Euros.

No período findo em 30 de junho de 2025 procedeu-se à entrega de 92 921 ações próprias aos Administradores Executivos e Quadros dirigentes dos CTT, correspondente à terceira e última tranche da Remuneração Variável de Longo Prazo referente ao mandato 2020-2022. Com esta entrega foi desreconhecido um montante de 840 000 Euros na rubrica de “Reservas” em capital próprio, relativo ao valor proporcional das ações entregues em 2025 (nota 15). Este montante foi desreconhecido em contrapartida do valor das ações próprias entregues no âmbito desta operação. O diferencial entre os dois montantes foi de 374 602 Euros.

Mandato 2023/2025

O modelo de remuneração variável de longo prazo para o mandato 2023/2025 tem por base a participação dos Administradores executivos no Plano de Opções, o qual está vertido na política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas em 23 de abril de 2024, com base na proposta da Comissão de Vencimentos.

De forma semelhante, o Conselho de Administração colocou em prática um Plano de Opções destinado a quadros dirigentes dos CTT, nos mesmos moldes do programa aprovado para os membros dos órgãos sociais.

O referido Plano de Opções prevê as seguintes principais regras aplicáveis à atribuição e ao exercício das opções e à liquidação financeira e entrega e retenção das ações ao abrigo da RVLP:

- O Plano de Opções regula a atribuição aos seus participantes de opções que conferem o direito de atribuição de ações representativas do capital social dos CTT, sujeito a determinadas condições aplicáveis ao exercício e liquidação das opções;
- O Plano de Opções fixa o número de opções atribuídas a exercer pelos participantes do Plano (diferenciado entre CEO, CFO, CCO e Quadros dirigentes), conforme tabela adiante, correspondendo a data de atribuição à data de aprovação do referido plano em Assembleia Geral;
- Cada Participante terá direito a receber três tranches distintas de Opções, cada uma com um Preço de Exercício distinto:

Tranche	Número de opções por participantes			Preço de exercício ou Strike Price
	CEO	CFO	CCO	
1	1 166 667	833 334	833 334	4,00 €
2	1 166 667	833 333	833 333	6,00 €
3	1 166 666	833 333	833 333	8,00 €

No caso dos quadros dirigentes, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a atribuição de um número global de 2 010 000 opções, sujeitas às condições definidas para os órgãos sociais.

- d. A data de exercício da totalidade das opções corresponde a 1 de janeiro de 2026, atendendo ao final do mandato de 3 anos 2023/2025;
- e. O número de Ações a liquidar para cada tranche de Opções será calculado com base na aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{N.º de Ações} = \text{N.º de Opções exercidas} \times [(\text{Preço da Ação} - \text{Preço de Exercício (Strike Price)}) / \text{Preço da Ação}]$$

Onde:

Preço de Exercício (*Strike Price*): corresponde ao Preço de Exercício determinado na tabela acima; e,

Preço da Ação: corresponde à média aritmética dos preços, ponderada pelos respetivos volumes, das transações das ações da Sociedade ocorridas no mercado regulamento *Euronext Lisbon*, nas sessões de Bolsa que tenham lugar nos 120 dias anteriores à Data de Exercício.

- f. O Plano de Opções prevê a liquidação financeira de 25% das opções (*cash settlement*) e a liquidação física de 75% das opções (*equity settlement*), sem prejuízo de, a título excecional e num cenário de o número de ações próprias detidas pelos CTT não ser suficiente, determinar que a Comissão de Vencimentos estabeleça um mecanismo de compensação por via da atribuição de quantia em numerário e liquidação financeira das opções cuja liquidação física não seja possível. O Plano de opções dos quadros dirigentes dos CTT prevê a liquidação física de 100% das opções, com exceção das opções a atribuir aos membros da comissão executiva alargada, cujo plano, prevê, igualmente, a liquidação financeira de 25% das opções (*cash settlement*) e a liquidação física de 75% das opções (*equity settlement*);
- g. Caso haja lugar a atribuição de ações em função do desempenho bolsista e da verificação do desempenho positivo da Sociedade nos termos definidos no plano, as opções serão objeto de liquidação ao longo de período de diferimento/retenção;
- h. 50% da RVLP é liquidada no quinto dia de negociação imediatamente após a data da assembleia geral anual da Sociedade que aprova as contas relativas ao exercício de 2025 a ter lugar em 2026, sujeito à verificação do desempenho positivo com relação a cada um dos exercícios de 2023, 2024 e 2025, metade por via de liquidação financeira em numerário (ou seja, 25% das opções numa base proporcional com relação a cada uma das suas 3 tranches) e a outra metade (ou seja, 25% das opções igualmente numa base proporcional com relação a cada uma das suas 3 tranches) por via de liquidação física através da entrega de ações CTT. No caso dos quadros dirigentes, com exceção dos membros da comissão executiva alargada, os 50% da RVLP liquidados nesta data são efetuados através de entrega física de ações CTT;
- i. Os restantes 50% da RVLP (ou seja, 50% das opções igualmente numa base proporcional com relação a cada uma das tranches) são liquidados por via da entrega de ações CTT (liquidação física), em 2 tranches de 1/2 das ações retidas, respetivamente: (i) no quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2026 em assembleia geral anual da Sociedade a ter lugar em 2027, ou a 31 de maio de 2027 (consoante a data que ocorra posteriormente) e sujeito ao

desempenho positivo da Sociedade em cada um dos exercícios de 2023 a 2026; e (ii) no quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2027 em assembleia geral anual da Sociedade a ter lugar em 2028, ou a 31 de maio de 2028 (consoante a data que ocorra posteriormente) e sujeito ao desempenho positivo da Sociedade em cada um dos exercícios de 2023 a 2027, respetivamente para cada tranche;

- j. O exercício das opções e a sua liquidação estão ainda sujeitos a condições de elegibilidade, sendo elas, a permanência em funções durante o mandato por regra, a ausência de situações de incumprimento material do Plano de Opções e a não verificação das situações que dão lugar à aplicação dos mecanismos de ajustamento;

À data da atribuição, a determinação do justo valor das opções atribuídas, foi efetuada através de estudo realizado por entidade independente na data de atribuição do benefício. O modelo utilizado para a valorização do plano de ações foi o modelo de simulação Monte Carlo.

O montante relativo ao plano de ações respeitante a órgãos sociais e quadros dirigentes, reconhecido no período findo em 30 de junho de 2025, ascendeu a 1 731 760 Euros, estando a componente de liquidação financeira, reconhecida na rubrica “Benefícios aos empregados”, no montante de 800 573 Euros e a componente de liquidação em instrumentos reconhecida na rubrica “outras reservas”, no montante de 931 187 Euros (nota 15).

Para a componente de liquidação financeira, o valor da responsabilidade é atualizado no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte, com base num estudo efetuado por entidade independente.

Remuneração variável anual (“RVA”):

No período findo a 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido o montante de 980 387 Euros a título de estimativa de Remuneração variável anual para os membros dos Órgãos Sociais. Em 2024, foi efetuado o apuramento do montante final a liquidar, tendo já sido liquidado 50% do montante, conforme estipulado no Regulamento de Remunerações.

No período findo a 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido o montante de 738 831 Euros a título de estimativa de Remuneração variável anual para os membros dos Órgãos Sociais. Em 2025, foi efetuado o apuramento do montante final a atribuir, tendo já sido liquidado 50% do montante, conforme estipulado no Regulamento de Remunerações.

Benefícios aos empregados

A variação registada na rubrica de “Benefícios aos empregados” reflete essencialmente os acordos de suspensão de contratos de trabalho celebrados no período findo em 30 de junho de 2025.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2025 encontra-se incluído na rubrica “Gastos com o pessoal” o montante de 588 601 Euros relativo a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores (30 de junho de 2024: 451 302 euros).

No período findo em 30 de junho de 2025, o nº médio de pessoal ao serviço do Grupo era de 13 507 (13 651 colaboradores no período findo em 30 de junho de 2024).

25. Gastos e rendimentos financeiros

No decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2025, a rubrica referente a “Gastos e perdas financeiros” tinha o seguinte detalhe:

	30.06.2024	30.06.2025
Juros suportados		
Financiamentos bancários	2 940 815	2 792 154
Passivos de locação	2 227 574	3 079 923
Outros juros	90	162
Gastos financeiros - Benefícios de empregados	2 953 068	3 098 423
Outros gastos de financiamento	244 064	499 863
	8 365 610	9 470 527

No decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2025, a rubrica “Rendimentos financeiros” encontrava-se detalhada como se segue:

	30.06.2024	30.06.2025
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	141 326	449 029
Outros rendimentos similares	32 555	11 604
	173 881	460 633

26. Impostos sobre o rendimento

As empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 20%, à qual acresce a Derrama Municipal, fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama Estadual que corresponde a 3% do excedente do lucro tributável entre 1 500 000 Euros e 7 500 000 Euros, 5% do excedente entre 7 500 000 Euros até 35 000 000 Euros e 9% no montante que exceda os 35 000 000 Euros. A CTT – Expresso, S.A., sucursal em Espanha, a Cacesa - Companhia Auxiliar al Cargo Expres, S.A.U. e a sua subsidiária Alaer - Auxiliar Logística Aeroportuária Express, S.A.U. encontram-se sujeitas a imposto sobre os lucros em Espanha, em sede de Impuesto sobre Sociedades (“IS”) à taxa de 25%, assim como a subsidiária CORRE se encontra sujeita em Moçambique a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRPC”) à taxa de 32%. No apuramento do imposto devido assim como em sede de cumprimento de obrigações fiscais são ainda considerados regimes societários e fiscais especiais, como se verifica no caso da CTT IMO Yield, S.A. - SIC Sociedade Imobiliária Fechada e do Fundo 1520 Innovation Fund, Fundo de Capital de Risco Fechado, entidades sedeadas em Portugal.

Os CTT são tributados em sede de IRC juntamente com as suas participadas CTT – Expresso, S.A., Payshop Portugal, S.A., CTT Contacto, S.A., Banco CTT, S.A., 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A., CTT Soluções Empresariais, S.A., CTT IMO – Sociedade Imobiliária, S.A., NewSpring Services, S.A., MedSpring, S.A. e CTT Logística, S.A. em resultado da opção pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”). As entidades NewSpring Services, S.A., MedSpring, S.A., CTT IMO Yield, S.A. e CTT Logística, S.A. integraram o RETGS em 2023. No exercício de 2024, tendo em conta que já não cumpre com todos os requisitos previstos naquele regime, a CTT IMO Yield, entretanto convertida numa SIC Imobiliária Fechada saiu do RETGS.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2025, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto, foi efetuada como segue:

	30.06.2024	30.06.2025
Resultado antes de impostos (a)	24 239 931	27 546 728
Taxa nominal de imposto	21,0%	20,0%
	5 090 385	5 509 346
Benefícios fiscais	(328 917)	(266 046)
Mais/(menos)-valias contabilísticas	(6 723)	(7 296)
Mais/(menos)-valias fiscais	3 362	3 648
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	92 728	(71 059)
Perdas e reversões por imparidade	14 414	(41 002)
Indemnizações por eventos seguráveis	48 741	255 189
Depreciações e encargos com aluguer de viaturas	60 463	142 994
Créditos incobráveis	48 113	84 916
Diferença entre taxas de imposto corrente e diferido	156 147	(42 789)
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos	27 199	57 370
Venda e relocação de ativos fixos tangíveis	261 803	(954 888)
Custos com rescisão de contratos	2 241 459	—
Resultados de entidades sujeitas a regimes de tributação especiais	(646 564)	(886 957)
Outras situações, líquidas	(168 489)	254 850
Ajustamentos à coleta - Tributação autónoma	283 503	245 437
Ajustamentos à coleta - Remuneração Variável não distribuída	—	380 046
Integração imposto sucursal Espanha		1 288 390
Crédito fiscal SIFIDE	(500 404)	(405 541)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	(3 814 582)	(2 738 510)
Subtotal (b)	2 862 638	2 808 097
(b)/(a)	11,81%	10,19%
Ajustamentos à coleta - Derrama Municipal	381 178	415 892
Ajustamentos à coleta - Derrama Estadual	807 164	794 659
Imposto sobre o rendimento do período	4 050 980	4 018 649
Taxa efectiva de imposto	16,71%	14,59%
Imposto sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	3 350 894	8 064 815
Imposto diferido	5 015 071	(902 115)
Crédito fiscal SIFIDE	(500 404)	(405 541)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	(3 814 582)	(2 738 510)
	4 050 980	4 018 649

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2025, a rubrica “Crédito Fiscal SIFIDE” refere-se, essencialmente, a valores do crédito fiscal SIFIDE, respeitante aos anos de 2022, 2023 e 2024 (500 404 Euro e 405 541 Euros, respetivamente).

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, os saldos referentes a impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	31.12.2024	30.06.2025
Ativos por impostos diferidos		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	42 620 632	42 105 477
Benefícios aos empregados - plano pensões	60 651	83 997
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	6 619 989	7 206 485
Perdas por imparidade e provisões	2 048 044	1 914 915
Prejuízos fiscais reportáveis	12 464 197	12 485 276
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	736 367	937 136
Remuneração variável de longo prazo (CE)	1 304 162	1 469 934
Terrenos e edifícios	49 689	—
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	254 355	124 812
Transações de venda e relocação de ativos fixos tangíveis	7 965 779	8 633 476
Outros	29 921	104 337
	74 153 787	75 065 845
Passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização antes IFRS	406 587	376 246
Mais-valias suspensas	262 284	256 306
Movimentos PPA - New Spring Services	185 230	134 713
Ajustamentos justo valor	1 500 837	796 323
Outros	216 760	228 566
	2 571 698	1 792 153

O imposto diferido passivo relativo a “ajustamentos de justo valor” respeita essencialmente ao imposto diferido associado à rubrica “ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados”.

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e o período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos foi o seguinte:

	31.12.2024	30.06.2025
Ativos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	71 395 868	74 153 787
Efeitos em resultados		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	(2 293 897)	(515 155)
Benefícios aos empregados - plano pensões	(8 543)	23 345
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	1 281 910	586 496
Perdas por imparidade e provisões	(4 369 725)	(133 128)
Prejuízos fiscais reportáveis	9 284 928	21 079
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	65 049	200 769
Remuneração variável de longo prazo (CE)	487 719	165 772
Terrenos e edifícios	(1 840)	(49 689)
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	(273 194)	(129 543)
Transações de venda e relocação de ativos fixos tangíveis	(818 501)	667 697
Custos com rescisão de contratos	(2 241 459)	—
Outros	(85 797)	15 488
Efeito em capitais próprios		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	1 728 906	—
Benefícios aos empregados - plano pensões	2 363	—
Outros	—	58 929
Saldo final	74 153 787	75 065 845

	31.12.2024	30.06.2025
Passivos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	4 670 707	2 571 698
Efeito em resultados		
Excedentes de revalorização antes IFRS	(116 399)	(30 342)
Mais-valias suspensas	(22 113)	(5 978)
Movimentos PPA - NewSpring Services	(101 035)	(50 517)
Ajustamentos justo valor	(1 919 506)	(704 514)
Outros	25 117	14 423
Efeito em capitais próprios		
Outros	34 926	(2 617)
Saldo final	2 571 698	1 792 153

No ano findo em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025 os prejuízos fiscais detalham-se como segue:

	31.12.2024		30.06.2025	
	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos
CTT Expresso, SA, Sucursal em Espanha	67 972 890	9 567 078	66 196 269	9 122 923
CTT Expresso/Transporta	10 934 187	2 287 763	10 469 974	2 093 995
CTT Soluções Empresariais/HCCM	629 266	132 146	940 163	235 041
Open Lockers	2 272 430	477 210	2 669 934	556 003
Casesa	—	—	2 846 732	712 356
Total	81 808 773	12 464 197	83 123 073	12 720 317

No caso da CTT Expresso, sucursal em Espanha, os prejuízos referem-se ao ano de 2014 e podem ser reportados nos 18 anos seguintes (disponíveis para reporte até 2032) e aos prejuízos fiscais de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 sem limite temporal para o seu reporte. A 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido o montante de 9 567 078 Euros de imposto diferido ativo sobre os prejuízos fiscais acumulados, considerando, por um lado, as normais fiscais espanholas, assim como o facto, do plano de negócios atual prever a geração de lucros tributáveis nos próximos anos, em linha, com o aumento relevante da performance operacional e financeira desta entidade. Em 30 de junho de 2025 aquele valor é de 9 122 923.

No que respeita à CTT Expresso/ Transporta, os prejuízos apresentados referem-se às perdas fiscais verificadas nos anos de 2014 e 2015 e de 2017 e 2018 da Transporta uma vez que em 2019 esta empresa foi incorporada na CTT Expresso, os quais podem ser reportados em um ou mais períodos de tributação posteriores, de acordo com as regras estabelecidas no código do IRC. O reconhecimento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais da Transporta encontra-se suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros da CTT Expresso, baseada no plano de negócios da empresa.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 2,73 milhões de Euros.

SIFIDE

O Grupo reconhece uma estimativa do crédito fiscal que foi submetido para certificação pela autoridade competente (ANI – Agência Nacional de Inovação) no período a que dizem respeito os investimentos.

Relativamente às despesas incorridas com I&D pelo Grupo no exercício económico de 2022, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante de 4 169 551 Euros, tendo o Grupo a

possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de IRC estimada em 1 648 062 Euros. A 30 de junho de 2025, o crédito fiscal atribuído pela Comissão Certificadora totalizava 1 597 634 Euros, encontrando-se o remanescente a aguardar o respetivo deferimento.

Relativamente às despesas incorridas com I&D pelo Grupo no exercício económico de 2023, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante de 8 054 187 Euros, tendo o Grupo estimado uma dedução à coleta em sede de IRC de 4 391 472 Euros. De acordo com a informação histórica, o Grupo CTT, tem uma elevada taxa de sucesso no deferimento do crédito fiscal submetido à ANI, não tendo ocorrido em anos anteriores correções significativas aos valores auto-liquidados na modelo 22, pelo que, e de acordo com o disposto na IFRIC 23, foi considerado um crédito de imposto através da auto-liquidação efetuada na Modelo 22 de 2023, no montante de 3 816 530 Euros no Grupo.

Quanto ao exercício económico de 2024, as despesas incorridas com I&D pelo Grupo ascenderam ao montante de 5 280 982 Euros, tendo o Grupo estimado uma dedução à coleta em sede de IRC de 2 029 235 Euros.

Pilar II

A transição do mundo para aldeia global, o aumento crescente da rapidez das transações, a agilização das relações comerciais, entre outros fenómenos, vêm desafiar as normas fiscais em vigor, obrigando a uma inevitável renovação e conjugação de esforços entre jurisdições, governos e políticas fiscais nacionais nacionais – no fundo passando a haver lugar a uma harmonização fiscal no que ao imposto sobre o rendimento das empresas diz respeito.

Neste contexto, a OCDE encetou o projecto BEPS (*Base Erosion and Profit Shifting*) do qual resultou a adoção de 15 ações/planos a ser seguidos e que indicam normas fiscais a serem adotadas e implementadas pelos governos nacionais no sentido de abolir a elisão e evasão fiscal, visando a tributação efetiva das atividades económicas na jurisdição(ões) onde os respetivos lucros são gerados e em que o valor acrescentado seja realmente gerado.

Em 2021, logrou-se o acordo entre os membros do G20 para a implementação do vulgarmente designado Pilar II referente ao método e critério de tributação de lucros obtidos por entidades multinacionais, assim como à forma de alocação, entre os estados, do poder de arrecadação de receita fiscal.

De acordo com o Pilar II, as sociedades inseridas em grupos multinacionais com volume de negócios global anual superior a 750 milhões de euros estarão sujeitas, independentemente da jurisdição a que pertencem, a uma taxa mínima de impostos sobre o rendimento das sociedades de 15%.

A imposição desta taxa mínima visa evitar que, com base em práticas e políticas fiscais abusivas, se verifiquem desequilíbrios entre as taxas e regimes fiscais nas diferentes jurisdições ou que haja um aproveitamento ilícito por falta de sujeição a ou pagamento de imposto.

A Directiva da UE 2022/2523 previa a sua transposição pelos Estados-Membros aderentes até 31 de dezembro de 2023, o que não se verificou em algumas jurisdições, entre as quais Portugal que viria a cumprir com o dever de transposição da Directiva com a publicação oficial, a 8 de novembro de 2024, da Lei n.º 41/2024.

O Grupo, por estar abrangido pelo âmbito de incidência subjetiva da Diretiva, realizou uma avaliação do possível impacto em cada uma das jurisdições em que está presente à luz das normas da Diretiva, assim como dos diplomas nacionais publicados, definindo as tarefas internas e de reporte a realizar nesse âmbito.

O cumprimento das obrigações fiscais e declarativas relativas ao Pilar II deverá ser executado em conjugação com a informação reportada no CbCR (Country by Country Report) que tem vindo a ser submetido e preparado pelo Grupo assim como em outros reportes realizados e a realizar.

Configurando um regime inovador, está previsto um regime transitório, nomeadamente em termos de prazo, para aplicação das normas e permitindo uma adaptação progressiva a este novo regime.

Além disso, certas jurisdições estarão excluídas do âmbito de aplicação de tais normas.

Por outro lado, estão previstas cláusulas *safe-harbour* que se caracterizam por dispensar, desde que cumpridos certos requisitos e/ou limites, a aplicação efetiva de cumprimento de certas obrigações e afastando a sujeição à mencionada taxa mínima.

A análise realizada que incluiu a verificação, através de testes à informação financeira do Grupo e à verificação efetiva de requisitos objetivos, permitiu concluir que em nenhuma das jurisdições relevantes neste âmbito será devido imposto a que se refere o Pilar II.

Tais conclusões resultam da interpretação das normas da Diretiva e dos diplomas nacionais assim como da doutrina internacional especializada em matéria de tributação internacional e fundam-se nos acima mencionados regimes excecionais ou especiais.

Considerando a relevância do Pilar II e o potencial impacto no Grupo, serão monitorizadas e avaliadas, nas jurisdições relevantes, alterações de facto que possam alterar as conclusões da análise realizada, nomeadamente as resultantes de diferenças da realidade face ao plano de negócio ou da ocorrência de alguma alteração societária e/ou fiscal.

Por outro lado, acompanharemos as alterações legislativas e o desenvolvimento das posições interpretativas das normas de modo a antecipar os respetivos impactos na esfera do Grupo.

A alteração à IAS 12 introduziu uma exceção temporária mandatária de reconhecimento de impostos diferidos no âmbito do Pilar II que será considerada e seguida pelo Grupo nos reportes que deva realizar.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos CTT de 2021 e seguintes podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2025.

27. Partes relacionadas

O Regulamento sobre Apreciação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas dos CTT define parte relacionada como: acionista qualificado, dirigente, administrador de sociedades subsidiárias ou terceiro com qualquer destes relacionado através de interesse comercial ou pessoal relevante (nos termos do IAS 24) e ainda sociedades subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (*joint ventures*) dos CTT. Considera-se existir um “interesse comercial ou pessoal relevante” em relação (i) aos familiares próximos dos dirigentes, dos administradores de sociedades subsidiárias e de acionistas

qualificados que, em cada momento, detenham influência significativa sobre os CTT, bem como (ii) a entidades controladas (individual ou conjuntamente) seja pelos dirigentes ou administradores de sociedades subsidiárias, seja pelos acionistas qualificados seja pelas pessoas referidas em (i). Para este efeito, considera-se existir “controlo” quando um investidor está exposto ou é detentor de direitos relativamente a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a mesma e tem capacidade para afetar esses resultados através do poder que exerce sobre a investida. Por sua vez, são “familiares próximos”: (i) o cônjuge ou parceiro doméstico e (ii) os filhos e dependentes do próprio e das pessoas referida em (i).

De acordo com o Regulamento as transações significativas com partes relacionadas devem ser aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer prévio favorável por parte da Comissão de Auditoria, assim como as transações que os membros dos órgãos de administração dos CTT e/ou subsidiárias realizem com os CTT e/ou subsidiárias, salvo quando se encontrem compreendidas no próprio comércio da sociedade em causa e não seja concedida qualquer vantagem especial ao administrador diretamente ou por pessoa interposta. Entende-se por transação significativa, qualquer transação com parte relacionada cujo montante seja superior a um milhão de Euros, e/ou realizada fora do âmbito da atividade corrente dos CTT e/ou subsidiárias e/ou fora das condições de mercado.

As demais “Transações com partes relacionadas” são aprovadas pela Comissão Executiva, na medida da respetiva delegação de competências, e sujeitas a verificação *a posteriori* da Comissão de Auditoria.

No decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2025, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

30.06.2024					
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	—	—	—	—	23 315 758
Empresas do Grupo CTT					
Associadas	—	—	—	—	—
Conjuntamente controladas	275 087	38 030	376 551	186 067	—
Membros do (Nota 24)					
Conselho de Administração	—	—	—	960 801	—
Comissão de Auditoria	—	—	—	125 000	—
Comissão de Vencimentos	—	—	—	32 550	—
Assembleia Geral	—	—	—	14 000	—
	275 087	38 030	376 551	1 318 418	23 315 758

30.06.2025					
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	—	—	—	—	22 546 229
Empresas do Grupo CTT					
Associadas	—	—	—	—	—
Conjuntamente controladas	285 532	22	285 839	142 853	—
Membros do (Nota 24)					
Conselho de Administração	—	—	—	1 177 355	—
Comissão de Auditoria	—	—	—	125 000	—
Comissão de Vencimentos	—	—	—	27 900	—
Assembleia Geral	—	—	—	14 000	—
	285 532	22	285 839	1 487 108	22 546 229

No âmbito de transações realizadas com partes relacionadas não foram assumidos compromissos, ou dadas ou recebidas quaisquer garantias.

Não foram reconhecidas provisões para dívidas duvidosas ou gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou duvidosas devidas por partes relacionadas.

As remunerações dos órgãos sociais dos CTT, S.A. encontram-se divulgadas na nota 24 – Gastos com Pessoal.

28. Outras informações

No contexto do enquadramento regulamentar em vigor desde fevereiro de 2022 e do Convénio sobre critérios a que deve obedecer a formação dos preços dos serviços postais que compõem o cabaz de serviços do serviço universal (Convénio de Preços do Serviço Universal) para o triénio 2023-2025, de 27 de julho de 2022, os preços destes serviços foram atualizados em 1 de fevereiro de 2025. A atualização corresponde a uma variação média anual do preço de 6,90%. A variação média anual global dos preços, refletindo também o efeito da atualização dos preços especiais do correio em quantidade, é de 6,53%.

No âmbito dos processos judiciais relativos à Decisão da ANACOM referente aos parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho aplicáveis à prestação do SPU, de julho de 2018, segue os seus termos o processo de recurso interposto pelo Estado da decisão do Tribunal Arbitral, a qual reconheceu que a decisão da ANACOM consubstanciou uma alteração anormal e impressionante das circunstâncias, causando danos no valor de 1 869 482 euros. Nas ações administrativas intentadas contra a ANACOM, a primeira relativa à mesma decisão e a segunda relativa à deliberação de dezembro de 2018 referente aos novos procedimentos de medição a aplicar aos indicadores, não se registam desenvolvimentos relevantes. A 24 de janeiro de 2024, os CTT foram notificados da decisão que condenou o Estado a pagar aos CTT o montante de 2 410 413 Euros. O Estado impugnou a decisão, estando em curso o respetivo processo. Uma vez que esta impugnação não suspende os efeitos da condenação, na sequência da publicação da decisão acima referida, os CTT iniciaram uma ação de execução do acórdão arbitral, a 1 de abril de 2025.

No processo de contraordenação ANACOM decidiu aplicar uma coima de 830 000 Euros, por alegada violação do procedimento de medição dos indicadores de qualidade de serviço (IQS) em 2016 e 2017, o Tribunal da Relação de Lisboa reduziu a coima única para 275 000 Euros. Aguarda-se ainda o resultado do recurso relativo a questões processuais, podendo o valor ainda sofrer alterações.

Na sequência da proposta de aplicação de multas contratuais, no valor de 753 mil euros a 4 de agosto de 2022, os CTT requereram constituição de um tribunal arbitral, nos termos do contrato de concessão. A 1 de julho de 2024, o tribunal arbitral decidiu, com um voto de vencido, reduzir o valor global das multas em apenas 51 000 Euros. A 30 de abril de 2025, o Supremo Tribunal Administrativo (STA) veio decidir o recurso de revista e anular a decisão de aplicação de multas aos CTT pelo Secretário de Estado das Infraestruturas, devido à extemporaneidade e falta de competência na aplicação das mesmas. Considerando que, em agosto de 2024, o Estado já tinha devolvido aos CTT o montante de 51 000 Euros (na sequência da decisão arbitral), pelo que o valor agora em reclamação é de 702 000 Euros.

Pelos mesmos factos relativos a 2015 e 2016 (situações variadas relativas à distribuição e publicação informação nas lojas), a 19 de abril de 2024, os CTT foram notificados da acusação da ANACOM pela prática de contraordenações, tendo aplicado uma coima 398 750 Euros. Foi apresentado recurso para o Tribunal da Relação que absolveu os CTT de 4 ilícitos contraordenacionais e reduziu a coima para 200 000 Euros. Não obstante, mantendo-se a decisão relativa a questões processuais de produção de prova na primeira instância, também objeto do recurso, os CTT recorreram, aguardando-se a decisão final.

Em 23 de fevereiro de 2023, os CTT foram notificados para se pronunciarem sobre uma nova proposta de aplicação de multas contratuais apresentada pela ANACOM ao Governo, relativamente ao alegado incumprimento contratual da obrigação de qualidade de serviço nos anos 2016, 2017, 2018 e 2019. Os CTT apresentaram a sua pronúncia em 6 de abril de 2023, na qual defendem a inexistência de qualquer fundamento de facto ou de direito para o apuramento de qualquer responsabilidade contratual e requerem diligências adicionais de prova. A aplicação de multas contratuais e o respetivo valor depende dos ulteriores trâmites do procedimento administrativo, que ainda não teve desenvolvimentos relevantes.

Em 20 de maio de 2025, os CTT foram notificados pelo Tribunal Constitucional da não admissão do recurso do acórdão do STA que em maio de 2024, revogou o acórdão proferido pelo Tribunal Arbitral, o qual, por unanimidade, tinha condenado o Estado a pagar aos CTT uma compensação pelos prejuízos decorrentes dos efeitos da pandemia COVID-19.

Segue os seus termos, aguardando ainda o início da fase de produção de prova, o processo iniciado a 18 de janeiro 2022, pelas sociedades Vasp Premium – Entrega Personalizada de Publicações, LDA. (Vasp) e Iberomail – Correio Internacional, S.A., (Iberomail) contra os CTT junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, pedindo a condenação dos CTT por abuso de posição dominante. Pautando-se pelas melhores práticas de atuação no mercado, os CTT consideram o pedido totalmente infundado, sendo que este processo tem por objeto factos apreciados pela Autoridade da Concorrência (AdC), num procedimento arquivado com imposição de compromissos, que os CTT implementaram e reportam anualmente à AdC.

Na sequência do Acórdão 722/2024, o Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade das normas que determinavam a incidência objetiva e a taxa a aplicar aos prestadores de serviços postais do escalão 2. De acordo com a melhor informação à data e suporte jurídico externo, os CTT consideraram que a impugnação judicial das liquidações das taxas regulatórias relativas aos anos de 2019, 2020 e 2021 será julgada procedente, pelo que, a devolução das taxas relativas a estes anos foi considerada como certa. Deste modo os CTT registaram um ativo, e o correspondente rédito, no valor daquelas taxas (4,8 milhões de euros, que inclui juros).

Parceria estratégica CTT e DHL

A 19 de dezembro de 2024, os CTT e a Deutsche Post International, B.V. (“DHL” ou “Grupo DHL”), uma parceria com o objetivo de unir esforços em Portugal e Espanha e constituir um empreendimento de elevado desempenho para endereçar os mercados de encomendas de comércio eletrónico – nos segmentos B2C e B2B - com capacidade diária superior a um milhão de envios e serviços *out-of-home* na Península Ibérica.

Esta parceria estratégica está direcionada para gerar eficiências e abordar as oportunidades de crescimento nos mercados de e-commerce e distribuição de encomendas em Espanha e Portugal. Esta colaboração destina-se a criar uma rede abrangente de recolha e distribuição em Portugal e Espanha.

Para materializar a parceria, (i) a CTT Expresso adquirirá integralmente a DHL Parcel Portugal, Unipessoal Lda (“DHL Parcel Portugal”); (ii) os CTT adquirirão ainda uma participação indireta de 25% na DHL Parcel Iberia SL (“DHL Parcel Iberia”) através da sua holding, Danzas SL (“Danzas”), que a detém integralmente e (iii) a DHL irá adquirir uma participação de 25% na CTT Expresso. Tanto a DHL Parcel Iberia como a DHL Parcel Portugal fazem parte da divisão de comércio eletrónico do Grupo DHL. Ambas as Partes concederão uma à outra a opção de aumentar, no futuro e sujeita ao cumprimento de certas condições, as suas participações até 49% nas respetivas empresas.

Como parte deste Acordo, o negócio de comércio eletrónico da DHL em Portugal será totalmente transferido para a CTT Expresso. Em Espanha, o enfoque será racionalizado, de modo a promover

ambos os serviços B2C e B2B, com o objetivo de criar uma rede altamente eficiente para processamento de encomendas e entrega de última milha, enriquecendo a experiência de cliente em toda a Península Ibérica. A CTT Expresso, incluindo os negócios de CEP e de cacifos em Portugal e em Espanha e a DHL Parcel Portugal, continuará a ser consolidada integralmente pelos CTT, que manterão uma participação controladora de 75%, enquanto a DHL Parcel Iberia, correspondente a uma posição de 25%, será consolidada pelo método de equivalência patrimonial.

A Transação avalia a CTT Expresso em Ativos da Empresa (*“enterprise value”*) de 482 milhões de euros, a DHL Parcel Iberia em *enterprise value* de 106 milhões de euros, e a DHL Parcel Portugal em *enterprise value* de 12 milhões de euros. Adicionalmente, as Partes acordaram em alavancas de valorização para os CTT e a DHL, não incluídas no *enterprise value*, que resultam num montante de 15 milhões de euros a ser pago pelos CTT à DHL. Após a conclusão da fase inicial da Transação e considerando os *enterprise value* e as alavancas de valorização, estima-se que os CTT receberão da DHL um encaixe líquido no valor de 69 milhões de euros, assumindo uma base livre de dívida/caixa. Este montante será confirmado, de acordo com as contas na conclusão da Transação. Este montante não inclui a aquisição da Cacesa, através da CTT Expresso, tal como anunciado ao mercado em 18 de dezembro de 2024.

As transações estão sujeitas às habituais condições de conclusão da transação, incluindo as aprovações regulamentares aplicáveis. A Transação só será implementada após obtenção de aprovação dos relevantes requisitos de controlo de concentrações. Prevê-se que a transação fique concluída no segundo semestre de 2025.

Esta Transação representa um marco transformacional no percurso dos CTT para se tornarem um operador líder de logística de e-commerce na Península Ibérica. A Transação reforçará ainda mais a posição de liderança dos CTT no *e-commerce* ibérico.

29. Eventos subsequentes

Em 4 de julho de 2025, foi aprovado, na sequência do processo negocial desenvolvido pela ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, a DGC – Direção Geral do Consumidor e os CTT (“Partes”), o acordo de princípio relativo ao Convénio de preços do Serviço Postal Universal (“SPU”) para o período de 2026-28 (“Convénio”), para efeitos de consulta pública. O Convénio mantém o enquadramento atual, incidindo sobre os critérios de formação de preços do SPU, abrangendo os serviços de correspondências, correio editorial e encomendas e não se aplicando aos preços especiais dos serviços postais para remetentes de envios em quantidade (sujeitos ao regime específico previsto no artigo 14.º-A da Lei Postal). Manteve-se, também, a fórmula de apuramento da variação anual máxima dos preços para o cabaz de serviços, tendo o peso dos custos variáveis nos custos totais associados ao SPU sido fixado em 15% para cada ano, substituindo o valor de 16% estabelecido para o convénio anterior. Adicionalmente, a variação anual máxima não poderá exceder 12%. Não havendo alterações de substância ao acordo de princípio sobre o Convénio decorrentes da consulta pública terminada a 18 de julho, o Convénio foi assinado pelas partes no dia 25 e deverá ser notificado ao Governo até 30 de julho.

Após 30 de junho de 2025, para além do ponto acima referido e até à data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, não ocorreu qualquer outro facto relevante, considerado material, para a atividade do Grupo que não tenha sido divulgado no anexo às demonstrações financeiras.



08

Declaração de Conformidade

8. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Para efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 29.º-J do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria dos CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT”), abaixo identificados, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas relativas ao primeiro semestre de 2025 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados dos CTT e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no primeiro semestre de 2025 e o seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas, bem como os principais riscos e incertezas para o segundo semestre deste exercício.

Lisboa, 28 de julho de 2025

O Conselho de Administração

Presidente (Não Executivo) do Conselho de Administração

Raul Catarino Galamba de Oliveira

Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva (CEO)

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento

Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (CFO)

Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco

Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (CMO)

João Carlos Ventura Sousa

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria

Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Steven Duncan Wood

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Duarte Palma Leal Champalimaud

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria

Jürgen Schröder

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Margarida Maria Correia de Barros Couto

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria

María del Carmen Gil Marín

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Susanne Ruoff



09

Relatório de Auditoria

Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares Condensadas

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas anexas de CTT - Correios de Portugal, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 5.827.572.524 euros e um total de capital próprio de 298.381.050 euros, incluindo um resultado líquido de 22.130.034 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34), e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 - Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada pelo Auditor Independente da Entidade, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

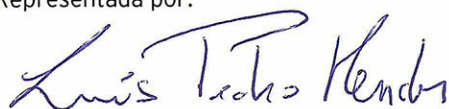
Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas anexas de CTT - Correios de Portugal, S.A. em 30 de junho de 2025, não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar, tal como adotada na União Europeia.

Lisboa, 28 de julho de 2025

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Luís Pedro Magalhães Varela Mendes- ROC n.º 1841
Registado na CMVM com o n.º 20170024

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

10

Apoio ao Investidor

- 10.1 Contactos
- 10.2 Comunicados e divulgação de
informação financeira
- 10.3 Eventos
- 10.4 Calendário financeiro

10. APOIO AO INVESTIDOR

O apoio aos investidores dos CTT é assegurado pela área de Relações com Investidores cuja equipa é composta por quatro pessoas.

10.1 Contactos

E-mail: investors@ctt.pt

Telefone: +351 210 471 087

10.2 Comunicados e divulgação de informação financeira

No 1º semestre de 2025, no âmbito da divulgação ao mercado de informação relevante sobre a empresa, os CTT publicaram:

- O Relatório Integrado de 2024, bem como *press releases* e apresentações de resultados consolidados referentes ao exercício de 2024 e ao 1º trimestre de 2025;
- 26 comunicados de informação privilegiada, incluindo 16 referentes ao programa de recompra de ações próprias desencadeado em 2024, seis relativos aos resultados anuais e trimestrais, incluindo as respetivas apresentações e anexos, e quatro de informação privilegiada diversa, nomeadamente sobre o cancelamento de ações próprias e redução do capital social da empresa, bem como sobre a aquisição da CACESA;
- De referir ainda as comunicações sobre as deliberações da Assembleia Geral de 2025 e o

pagamento de dividendos, bem como vários comunicados sobre transações de dirigentes, perfazendo um total de 34 comunicações ao mercado no 1º semestre de 2025.

10.3 Eventos

Durante o semestre, os CTT participaram virtual e presencialmente em vários eventos organizados por diferentes bancos e corretoras, a saber:

- duas conferências – a Conferência Ibérica Santander, que teve lugar em Madrid em janeiro, e a Conferência TP ICAP Midcap em junho, em Paris;
- nove *roadshows* – organizados pelo CaixaBank BPI e pela Phoenix IR em cidades como Lisboa, Madrid, Paris, Frankfurt, Londres, Nova Iorque, Toronto e Montreal. Estes *roadshows* incluem um *reverse roadshow* do Banco CTT;
- várias reuniões presenciais e virtuais, bem como *conference calls* com investidores institucionais de vários países organizadas pelo CaixaBI e pelo CaixaBank BPI.

Todos os eventos atrás mencionados resultaram em mais de uma centena de contactos com diversos *stakeholders* do mercado de capitais.

10.4 Calendário financeiro

O calendário financeiro dos CTT previsto para o 2º semestre de 2025 inclui os seguintes eventos:

Calendário financeiro 2º semestre de 2025

Evento	Data
1 st half 2025 Results and Interim Integrated Report	28.07.2025*
XXII Conferência CaixaBank BPI Iberian Conference, Madrid	17 e 18.09.2025
Conferência Baader Investment 2025, Munique	24 e 25.09.2025
9 months 2025 Results	30.10.2025*
Conferência Vienna Capital Market	06.11.2025
Portugal Capital Markets Day, organizado pela AEM, Associação Portuguesa de Emitentes	12 e 13.11.2025
Deutsches Eigenkapitalforum, Frankfurt	24 e 25.11.2025

* After market close

Os CTT irão continuar a organizar e participar em iniciativas de marketing com o objetivo de promover a adequada divulgação das perspetivas e desempenho

dos seus negócios e uma relação de longo prazo com os agentes do mercado.

Anexo I

Impactos, Riscos e Oportunidades dos CTT

ANEXO I – Impactos, Riscos e Oportunidades dos CTT

Lista completa de impactos, riscos e oportunidades dos CTT

Alterações Climáticas ESRS E1					
Subtópico	IRO	Categoria	Horizonte temporal	Relevância para os CTT	Objetivo estratégico
Adaptação às Alterações Climáticas	Reabilitação e adaptação de edifícios a eventos climáticos extremos	Risco		Operações diretas	Descarbonizar a oferta CTT e reforçar a resiliência a riscos climáticos
	Interrupção das operações devido a fenómenos climáticos extremos	Risco		Operações diretas e cadeia de valor (montante)	
Mitigação das Alterações Climáticas	Agravamento do aquecimento global pela emissão de gases com efeito de estufa	Impacto ⁽⁻⁾		Operações diretas e cadeia de valor (montante e jusante)	
	Melhorias operacionais, reputacionais e resiliência do negócio associadas à descarbonização	Oportunidade		Operações diretas	
	Disponibilidade de soluções de mercado para assegurar a transição energética e eletrificação da frota ativa	Risco		Operações diretas e cadeia de valor (montante e jusante)	
	Concentração de objetos de correios, expresso e encomendas e eficiência na entrega	Impacto ⁽⁺⁾		Operações diretas e cadeia de valor (montante e jusante)	
	Promoção da reflorestação ativa	Impacto ⁽⁺⁾		Operações diretas e cadeia de valor (montante e jusante)	
Energia	Aumento de preços e regulamentação sobre o uso de energia fóssil	Risco		Operações diretas	
	Utilização de combustíveis fósseis	Impacto ⁽⁻⁾		Operações diretas e cadeia de valor (montante e jusante)	
	Produção de eletricidade proveniente de fontes renováveis	Impacto ⁽⁺⁾		Operações diretas	
	Aumento do custo das energias renováveis por indisponibilidade e/ou por dificuldade de armazenamento	Risco		Operações diretas	
Poluição ESRS E2					
Subtópico	IRO	Categoria	Horizonte temporal	Relevância para os CTT	Objetivo estratégico
Poluição atmosférica	Diminuição da qualidade do ar pela emissão de poluentes atmosféricos	Impacto ⁽⁻⁾		Operações diretas e cadeia de valor (montante e jusante)	Descarbonizar a oferta CTT e reforçar a resiliência a riscos climáticos

Mão-de-obra própria ESRS S1					
Subtópico	IRO	Categoria	Horizonte temporal	Relevância para os CTT	Objetivo estratégico
Condições de trabalho	Sinistralidade rodoviária	Impacto ⁽⁻⁾		Operações diretas e cadeia de valor (montante e jusante)	Cuidar das pessoas CTT e da experiência de diversidade
	Sinistralidade laboral	Impacto ⁽⁻⁾		Operações diretas	
	Acidentes de trabalho, doenças profissionais e danos reputacionais associados, aplicáveis à força própria de trabalho e aos trabalhadores na cadeia de valor	Risco		Operações diretas e cadeia de valor (montante e jusante)	
	Contratação temporária de trabalhadores	Risco		Operações diretas	
	Segurança do emprego e estabilidade da força de trabalho associada à diversificação do negócio	Impacto ⁽⁺⁾		Operações diretas	
	Promoção do equilíbrio entre vida pessoal, familiar e profissional dos colaboradores	Impacto ⁽⁺⁾		Operações diretas	
Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos	Capacitação dos colaboradores através da formação e do desenvolvimento do talento	Risco		Operações diretas	Cuidar das pessoas CTT e da experiência de diversidade
	Melhorias nos processos de tomada de decisão pela promoção da igualdade de género em posições de liderança	Impacto ⁽⁺⁾		Operações diretas e cadeia de valor (jusante)	
	Promoção da diversidade e recrutamento inclusivo	Impacto ⁽⁺⁾		Operações diretas e cadeia de valor (jusante)	
	Exposição a situações de violência física e psicológica	Risco		Operações diretas e cadeia de valor (jusante)	
Outros direitos relacionados com o trabalho	Promoção do acesso a condições de habitação adequada aos trabalhadores	Impacto ⁽⁺⁾		Operações diretas	
Trabalhadores da cadeia de valor ESRS S2					
Subtópico	IRO	Categoria	Horizonte temporal	Relevância para os CTT	Objetivo estratégico
Condições de trabalho	Sinistralidade rodoviária dos trabalhadores da cadeia de valor	Impacto ⁽⁻⁾		Cadeia de valor (montante e jusante)	Cuidar das pessoas CTT e da experiência de diversidade
Envolvimento com a Comunidade ESRS S3 [voluntário]					
Subtópico	IRO	Categoria	Horizonte temporal	Relevância para os CTT	Objetivo estratégico
Proximidade a produtos e serviços <i>Subtópico específico CTT</i>	Capilaridade, granularidade e universalidade das redes logística e de retalho	Impacto ⁽⁺⁾		Operações diretas e cadeia de valor (jusante)	Promover a proximidade à comunidade local
	Incumprimento do contrato de prestação do serviço postal universal	Risco		Operações diretas	
	Melhoria de acessibilidade a serviços para pessoas com deficiência	Impacto ⁽⁺⁾		Cadeia de valor (jusante)	
	Partilha de valor e proximidade com as comunidades	Impacto ⁽⁺⁾		Operações diretas e cadeia de valor (jusante)	

Satisfação e experiência dos Clientes ESRS S4 [voluntário]					
Subtópico	IRO	Categoria	Horizonte temporal	Relevância para os CTT	Objetivo estratégico
Gestão de Relações com Clientes	Atratividade dos CTT perante públicos-alvo mais alargados e satisfação dos clientes em virtude de diversificação e melhoria da oferta e da experiência de cliente	Oportunidade		Operações diretas	Entregar a melhor oferta e qualidade aos clientes CTT
Subtópico específico CTT	Indemnizações e penalidades por falhas operacionais	Risco		Operações diretas	
Conduta empresarial ESRS G1					
Subtópico	IRO	Categoria	Horizonte temporal	Relevância para os CTT	Objetivo estratégico
Cultura empresarial, proteção de denunciadores, corrupção e suborno	Danos reputacionais devido a práticas não éticas por parte de órgãos sociais, colaboradores, fornecedores e parceiros	Risco		Operações diretas e cadeia de valor (montante e jusante)	Criar um modelo de governação de referência
Privacidade de dados e segurança da informação Tópico específico CTT					
Subtópico	IRO	Categoria	Horizonte temporal	Relevância para os CTT	Objetivo estratégico
Cibersegurança	Exigências no domínio da cibersegurança e incidentes associados	Risco		Operações diretas e cadeia de valor (montante e jusante)	Assegurar a resiliência da organização contra ameaças cibernéticas
Transformação do negócio Tópico específico CTT					
Subtópico	IRO	Categoria	Horizonte temporal	Relevância para os CTT	Objetivo estratégico
Inovações tecnológicas	Investimento em projetos inovadores que permitam fortalecer a oferta dos CTT, melhorar a experiência do cliente e aumentar a sua eficiência operacional	Oportunidade		Operações diretas	Transformar o negócio por meio da diversificação e inovação
	Concorrência direta com potencial de disromper os setores de atividade	Risco		Operações diretas	
Desenvolvimento da oferta de produtos e serviços	Aumento da competitividade e das receitas através do desenvolvimento da oferta e da criação de novas linhas de negócio	Oportunidade		Operações diretas	
	Dependência de serviços e clientes para proteção das receitas	Risco		Operações diretas	

CONTACTOS

SEDE

Avenida dos Combatentes, 43 - Piso 14
1643-001 Lisboa
PORTUGAL
Telefone: +351 210 470 301

Clientes

Linha CTT +351 210 471 616
Dias úteis das 8h30 às 19h30
<https://www.ctt.pt/ajuda/index>

Representante para as Relações com o Mercado

Guy Pacheco

Relações com Investidores

Nuno Vieira
Email: investors@ctt.pt
Telefone: +351 210 471 087

Órgãos de Comunicação Social

Direção de Comunicação
Assessoria de Imprensa
Cátia Cruz Simões
Email: gabinete.imprensa@ctt.pt
Telefone: +351 210 471 800

Endereço do website

www.ctt.pt

